

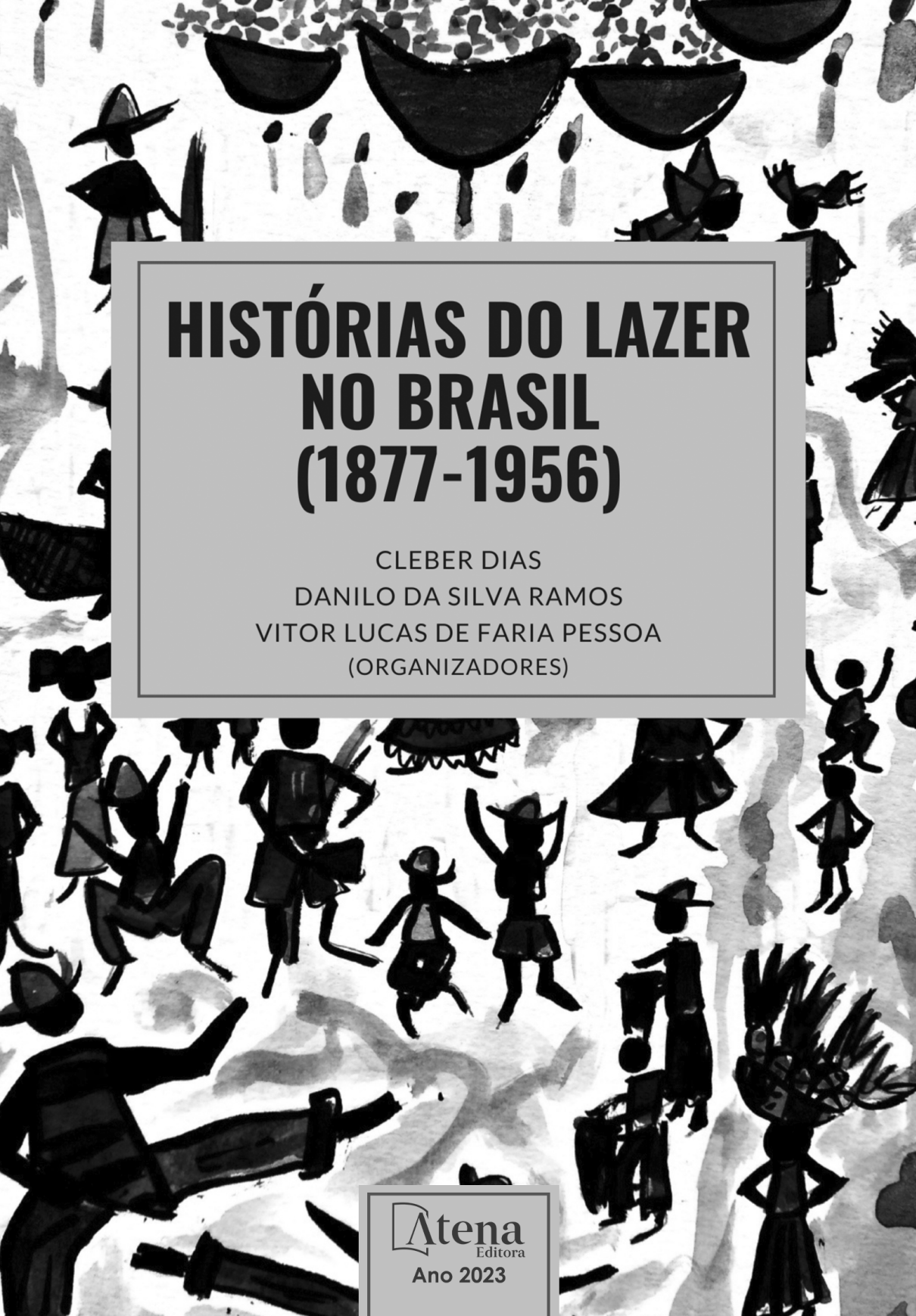


HISTÓRIAS DO LAZER NO BRASIL (1877-1956)

CLEBER DIAS
DANILO DA SILVA RAMOS
VITOR LUCAS DE FARIA PESSOA
(ORGANIZADORES)

 **Atena**
Editora

Ano 2023



HISTÓRIAS DO LAZER NO BRASIL (1877-1956)

CLEBER DIAS
DANILO DA SILVA RAMOS
VITOR LUCAS DE FARIA PESSOA
(ORGANIZADORES)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Imagens da capa

Igor Maciel da Silva

Edição de arte

Danilo da Silva Ramos

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof^ª Dr^ª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof^ª Dr^ª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina
 sProf^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 aProf^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof^ª Dr^ª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Histórias do lazer no Brasil (1877-1956)

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Cleber Dias
 Danilo da Silva Ramos
 Vitor Lucas de Faria Pessoa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
D541	Histórias do lazer no Brasil (1877-1956) / Organizadores Cleber Dias, Danilo da Silva Ramos, Vitor Lucas de Faria Pessoa. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-1099-7 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.997231904 1. Lazer - História - Brasil. I. Dias, Cleber (Organizador). II. Ramos, Danilo da Silva (Organizador). III. Pessoa, Vitor Lucas de Faria (Organizador). IV. Título.
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Em 2015, o Grupo de Pesquisa em História do Lazer foi criado na Universidade Federal de Minas Gerais. Este livro é uma tentativa de reunir, a título de síntese parcial e imperfeita, algumas das pesquisas desenvolvidas nesse período. Naturalmente, diante de atividades que podem com justiça ser classificadas como intensas, seria impossível reunir em um único volume tudo o que se fez e produziu ao longo desses oito anos.

Desde o início, a ideia que animava este grupo de pesquisa era tentar articular esforços investigativos visando colaborar na consolidação da linha de pesquisa sobre história do lazer que já funcionava desde antes no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer. Desde então, vários estudantes de graduação, mestrado e doutorado se articularam ao redor de um pequeno conjunto de questões comuns e compartilhadas. Basicamente, essas questões diziam respeito aos principais elementos que poderiam explicar o desenvolvimento histórico do lazer no Brasil. Tarefa ambiciosa, como se vê, mas também estimulante.

Grosso modo, ao longo desses anos, houve apenas duas condições fundamentais para que um projeto de pesquisa fosse assimilado nesse grupo: era preciso ter uma ou mais séries documentais como base empírica, além do assunto a ser investigado guardar algum grau de interlocução com àquela questão geral que mobilizava o grupo como um todo. Com efeito, havia mesmo – e na verdade há ainda – um certo empirismo na abordagem adotada nesse grupo. Em grande parte, isso se deve a indisposições com relação ao que Pierre Bordieu chamou um dia de “engenhocas de laboratório”, isto é, a crença fantasiosa de que o trabalho nas ciências sociais pode se processar por meio de fórmulas teóricas pré-estabelecidas. Em sentido contrário a esta crença, a direção que tentamos seguir tem sido a de que o empreendimento investigativo se faz por experimentação e erro, em meio a uma dinâmica incerta e cujos resultados são, por princípio, desconhecidos a priori. Nesse processo, a descrição detalhada e verossímil, baseada nas fontes reunidas por meio do laborioso trabalho nos arquivos, é o tribunal mais adequado e inapelável para toda pesquisa histórica.

Com perdas e ganhos, assim se processaram várias pesquisas desenvolvidas nesse ambiente: estabelecia-se muito genericamente uma ou mais práticas de lazer a serem investigadas, tais como o cinema, o teatro, as danças, os esportes, a leitura, as festas religiosas ou outras quaisquer, dentro de um certo período e em uma região determinada. Em seguida, buscava-se documentos com informações sobre o assunto. Caso a busca por documentos

fosse infrutífera, o que eventualmente aconteceu, redefinia-se o assunto com base na disponibilidade documental, tomando como critério a manutenção da região ou da prática de lazer específica, conforme o caso. Finalmente, de posse de um punhado de fontes, que deveriam ser na maior quantidade possível, tentava-se identificar, a partir das próprias fontes, questões que parecessem relevantes, especialmente à luz daquela agenda genérica que animava o grupo como um todo. Trata-se de uma abordagem simples e um tanto intuitiva, senão até rudimentar, mas que ainda assim guarda suas vantagens e virtudes.

Havia no esforço empírico desse grupo uma ênfase especificamente regional sobre diferentes porções do Brasil, ainda que nossas discussões teóricas e bibliográficas nunca tenham abdicado de contrastes e comparações de ordem nacional ou mesmo internacional. Além disso, segundo uma definição frouxa que de certo modo orientou, no mais das vezes implicitamente, as discussões desse grupo, lazer era entendido tão somente como um modo de se usufruir o tempo fora do trabalho, para além ou para aquém, dependendo do ponto de vista, das muitas abstrações conceituais que cercam o termo.

Apesar dessas orientações gerais e desse chão comum, cada qual envolvido nesse esforço ofereceu sua própria contribuição ao estudo da história do lazer. Práticas específicas como o futebol, o ciclismo, a religião, o teatro ou cinema, em regiões específicas e em períodos diversos, foram examinadas com certa riqueza de detalhes. Apesar da diversidade temporal dos períodos a que esses projetos se dedicaram, havia sempre um universo temporal comum, que oscilou entre o fim do século XIX e os meados do século XX, tal como refletido neste livro. Mais que tudo, cada um apelou a uma plêiade bastante heterogênea de autores para estabelecer um “referencial teórico”, muito embora o próprio uso da expressão e do que ela acarreta seja objeto de controversa dentro do grupo. A despeito das controvérsias, cada qual realizou suas próprias escolhas, boas ou más. Assim, alguns apelaram para a “teoria do associativismo”, enquanto outros recorreram a “teoria dos campos”, entre outros modismos teóricos.

Avaliando em retrospecto, esse ecletismo talvez tenha diminuído um pouco da potência e do alcance dos resultados e conclusões de cada uma das nossas pesquisas. Todavia, uma orientação mais rígida e com mais pretensões de “coerência” teria prejudicado dois elementos que podem ser considerados dos mais importantes para uma atividade intelectual plena, verdadeira e prazerosa: de um lado, a liberdade criativa sem a qual qualquer inovação é impossível, e,

de outro, o deleite com a controvérsia e com o debate perpétuo como um fim em si mesmo.

Tomar a pesquisa como uma atividade prazerosa sempre esteve no horizonte epistemológico do Grupo de Pesquisa em História do Lazer. No limite, visto de modo mais profundo e para além das aparências superficiais, esta sim fora a coerência fundamental que esse grupo de pesquisa sempre perseguiu e no que acreditamos termos sido ao menos parcialmente bem-sucedidos. Ninguém nunca fora obrigado, nem sequer sutilmente coagido, como por vezes ocorre, a participar dos encontros desse grupo de pesquisa. As portas sempre estiveram abertas para todos que quisessem entrar, mas também para aqueles que quisessem sair. Não por acaso, houve momentos em que tais encontros estiveram bastante esvaziados, a ponto de decidirmos suspende-los temporariamente. Nossa história não é pontilhada apenas por realizações bem-sucedidas. Também houve erros e fracassos.

Nossos objetivos e estratégias, se é que podemos dizer assim, foram se constituindo de forma bastante errática e experimental, reproduzindo, de certo modo, uma das características mais marcantes da própria aventura da atividade de pesquisa. É difícil afirmar que descrever a história de um grupo de pesquisa nesses termos seja algo belo ou honroso. Talvez fosse mais glamoroso dizer que perseguimos diligentemente metas acadêmicas definidas de modo claro por meio de uma reflexão sistemática e um planejamento minucioso. Embora talvez mais glamorosa, uma descrição assim certamente seria inverídica diante da nossa história, dos nossos costumes e das nossas decisões, turbulentas, conflituosas e contraditórias.

O resultado final disso tudo, porém, enche-nos de orgulho, com ou sem razão, os leitores logo poderão decidir. A despeito das dimensões propriamente acadêmicas, contudo, os laços afetivos que foram tecidos ao longo desse processo são certamente motivos de júbilo e alegria. Eventualmente, concordamos com algumas poucas ideias que apresentamos uns aos outros. Muitas vezes ou quase sempre discordamos enfaticamente daquilo mesmo que nos reunia ali. Tudo isso, porém, apenas serviu de pretexto para criar entre nós um vínculo a mais.

Em termos mais estritamente acadêmicos, sobretudo se visto em conjunto com o volume recém-publicado sobre a “história das indústrias culturais em Minas Gerias” (editora Mercado das Letras), este livro resume bem o que fora uma parte relevante desses últimos oito anos: pesquisas sobre a história

de diferentes práticas de lazer entre o fim do século XIX e os meados do século XX, enfatizando, especialmente, a economia política da cultura. No capítulo 1, Danilo da Silva Ramos e Fábio Santana Nunes estudam diversas práticas de divertimentos em Salvador e em Feira de Santana, na Bahia, entre 1877 e 1907. Mais especificamente, examinando jornais publicados nessas duas cidades no período, os autores revelam a relativa diversidade de práticas que compunham os cotidianos dessas duas localidades, bem como o modo parcial e seletivo como elites locais classificavam esses universos, de acordo, fundamentalmente, com os grupos sociais que os protagonizavam. Com um evidente recorte de classe e também de raça, bailes dançantes em residências de membros da elite geralmente branca, por exemplo, eram afirmados nos jornais locais como símbolos incontornáveis de progresso e civilidade, enquanto sambas e batuques em bairros predominantemente ocupados por pobres e negros, de outro modo, eram logo classificados como bárbaros e incivilizados.

No capítulo 2, Cleber Dias e Marcial Cotes estudam os esportes e o lazer em Ilhéus, também na Bahia, a partir dos anos finais do século XIX, mas sobretudo ao longo das três primeiras décadas do século XX. O modo como se desenvolveram os esportes e o lazer na cidade de Ilhéus nesse período, conforme exibem os autores, oferece um caso privilegiado para refletir sobre as relações entre o lazer e o desenvolvimento econômico. Nesse período, Ilhéus se tornou uma das cidades economicamente mais prósperas da Bahia, graças à exploração do cacau. Tal prosperidade, entretanto, não encontrou equivalências na vida social da cidade. Na verdade, mesmo cidades da Bahia em teoria menos prósperas, para não mencionar as de outras regiões, conforme comparações apresentadas pelos autores evidenciam, desenvolveram estruturas de oferta e consumo comercial de lazer mais sólidas e abrangentes do que Ilhéus. Nesse contexto, o estudo sobre Ilhéus permite formular algumas hipóteses explicativas para as razões desse relativo fracasso.

No capítulo 3, Cleber Dias e Elisa Salgado de Souza examinam o ciclismo em Manaus na transição entre os séculos XIX e XX. De modo semelhante ao que ocorreu em Ilhéus, Manaus também viveu nessa época um surto de expansão econômica, motivado, nesse caso, pela exploração da borracha. Também de modo semelhante a Ilhéus, embora talvez de modo um pouco menos agudo, os reflexos dessa expansão econômica não encontraram correspondência perfeita na esfera do lazer e da cultura. Apesar da diversificação da estrutura de lazer comercial de Manaus que se processou no período, havia ainda

notável precariedade. O ocaso diante de um empreendimento comercial como o velódromo, edificado para corridas de bicicleta e afinal incapaz de se sustentar economicamente diante da concorrência com um hipódromo, construído pouco depois para dedicar-se às corridas de cavalo, revela as limitações que cercavam o mercado consumidor da cidade nesse período.

No capítulo 4, Verônica Toledo Ferreira de Carvalho examina as diversões públicas em Ouro Preto no final do século XIX. Mais especificamente, o carnaval, as festas cívicas e religiosas, além de outras atividades lúdicas fora do ambiente doméstico são examinados pela autora. Desta vez, menos do que relações entre os modos de vivenciar o tempo livre e as transformações econômicas na estrutura produtiva, o estudo de Carvalho sublinha a escala de valores, sobretudo das elites locais, que presidia o elogio ou a celebração de diferentes práticas de lazer em Ouro Preto naquele período. Tal como registrado em inúmeras cidades brasileiras do período, as elites políticas e intelectuais de Ouro Preto, nessa época empenharam-se na promoção de reformas urbanas de modernização da cidade. Nesse contexto, a reforma dos costumes era uma contrapartida, no campo do lazer e da cultura, desse mesmo ímpeto modernizador.

No capítulo 5, Andreza Gonsalez Rodrigues Mota analisa as diversões em Belo Horizonte em princípios do século XX, sobretudo, o teatro, o cinema e o carnaval. Edificada para ser a nova capital de Minas Gerais nos últimos anos do século XIX, em lugar, justamente, da colonial cidade de Ouro Preto, Belo Horizonte era a expressão acabada das aspirações modernizadoras dessas elites regionais. Tais aspirações, além disso, não estavam restritas aos âmbitos arquitetônicos e urbanísticos, com suas ruas largas e alinhadas, que dramatizavam, já no plano físico da cidade, as vogas e modismos mais atuais daquele período. Também no plano cultural e dos costumes, havia um feixe de expectativas modernizadoras com relação à vida social de Belo Horizonte, que este capítulo analisa.

No capítulo 6, Romilda Aparecida Lopes investiga o carnaval de rua em Juiz de Fora entre as décadas de 1930 e 1950. Com efeito, a década de 1930 viu uma espécie de escalada na politização das esferas da cultura, quando a crescente centralização política e econômica exercida pelos governos de Getúlio Vargas estruturam uma série de iniciativas sistemáticas para o campo do lazer e da cultura. Além de jogar sobre este aspecto político, o estudo de Lopes neste capítulo amplia o universo documental usualmente tomado para a análise da história do lazer, incorporando os filmes como uma valiosa fonte de pesquisa,

mas também como um objeto propriamente dito, uma vez que os cinejornais tomados para análise pela autora eram parte de uma forma de ocupação do tempo livre no período – os cinemas –, ao mesmo tempo em que retratavam em seus enredos o universo recreativo cotidiano.

No capítulo 7, Vitor Lucas de Faria Pessoa e Cleber Dias analisam a mobilização associativa de estudantes de cursos superior em favor do esporte universitário no Rio de Janeiro ao longo da década de 1930. Em particular, o capítulo se dedica a analisar os componentes simbólicos de que eram revestidos os esportes entre estudantes universitários no período e o modo como tais símbolos foram utilizados politicamente. Como um relevante aspecto da cultura lúdica e associativa não apenas de estudantes de instituições de nível superior no período, os esportes, em geral, e também os esportes universitários, em particular, se entrelaçaram fortemente com a política ao longo da década de 1930.

No capítulo 8, Jean Carlo Ribeiro examina o modo como os esportes figuraram nos processos de construção de Goiânia. Aqui também, os esportes foram abertamente mobilizados como recurso simbólico para a política, a fim de sedimentar certas representações que se pretendiam para a elite de Goiás que tomara o poder regional em 1930, bem como para suas iniciativas, uma das quais, das mais relevantes, fora a construção de Goiânia. O empenho com que essas elites se dedicaram à promoção de práticas esportivas, bem como para divulgação de suas realizações nesse campo, já evidencia a relevância social e simbólica que essa esfera de atividades ocupava no imaginário político do período, conforme bem demonstra o autor.

A publicação deste volume foi financiada com recursos financeiros da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes). O colegiado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer apoiou sem hesitar a proposta de destinar parte dos recursos do curso para esta publicação. Com efeito, as diferentes gestões do colegiado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer que se sucederam ao longo desses anos têm sido esteios incansáveis e generosos às iniciativas do Grupo de Pesquisa em História do Lazer, apoiando-as materialmente, sobretudo

com bolsas, mas eventualmente com outras fontes de recursos. Só podemos agradecer e seguir nos esforçando para fazer jus a essa confiança e a esses investimentos.

Cleber Dias

Danilo da Silva Ramos

Vitor Lucas de Faria Pessoa

“UM GRUPO DE DESOCUPADOS QUE SE DIVERTE”: LAZER EM SALVADOR E FEIRA DE SANTANA, 1877-1907	1
Danilo da Silva Ramos	
Fábio Santana Nunes	
ESPORTES, LAZER E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM ILHÉUS, C. 1890-1930	22
Cleber Dias	
Marcial Cotes	
CICLISMO E COMÉRCIO EM MANAUS, 1898-1907	47
Cleber Dias	
Eliza Salgado de Souza	
AS DIVERSÕES DE RUA EM OURO PRETO, 1882-1889	77
Verônica Toledo Ferreira de Carvalho	
DIVERSÕES EM BELO HORIZONTE NOS ANOS INICIAIS DA NOVA CAPITAL.....	95
Andreza Gonzalez Rodrigues Mota	
O ESPORTE UNIVERSITÁRIO NA CAPITAL DA REPÚBLICA, 1933-1941	123
Vitor Lucas de Faria Pessoa	
Cleber Dias	
ESPORTE E LAZER NO PLANEJAMENTO DE GOIÂNIA, 1933	138
Jean Carlo Ribeiro	
SOBRE OS AUTORES E AUTORAS	154

“UM GRUPO DE DESOCUPADOS QUE SE DIVERTE”: LAZER EM SALVADOR E FEIRA DE SANTANA, 1877-1907

Danilo da Silva Ramos

Fábio Santana Nunes

Em larga medida, no estado da Bahia, “os estudos históricos que analisam as trajetórias do fenômeno esportivo têm buscado compreendê-lo principalmente a partir da sua capital” (NUNES; RIBEIRO, 2020, p. 02). Algumas atividades, como críquete, turfe e remo, compuseram o cenário esportivo da capital baiana desde o Século XIX. Filarmônicas, touradas, circos, teatros, cinemas, carnaval, sambas, batuques e outros festejos populares também fizeram parte dessa cena. A partir do início do século XX, vemos a presença de outras práticas de lazer, como o futebol, o atletismo, o tênis, a natação, a patinação, o ciclismo, a vida noturna em bares e outras (FONSECA, 2002; BOCCANERA JÚNIOR, 2008; ROCHA JUNIOR; MELO, 2016; FREIRE, 2020; RAMOS, 2022; ROCHA JUNIOR, 2011; SANTOS, 2014; ROCHA JUNIOR; SANTOS, 2015). Contudo, pesquisas sobre a história do lazer, dos esportes e outras práticas corporais que dissertam sobre a “geografia” dos interiores estão em processo de expansão. Rincões, confins e também regiões litorâneas do país, fora dos grandes centros urbanos, são abraçados.

Recentemente, parte da historiografia tem envidado esforços para compreender esses objetos por meio de olhares aos sertões baianos, correntemente enfocando o século XX (NUNES; RIBEIRO, 2020). Destacam-se estudos sobre a capoeira em Vitória da Conquista (SILVA; MARTA, 2019; SILVA; SILVA; MARTA, 2018), o protagonismo de mulheres nas vaquejadas (CAVALCANTI, 2020); surfe em Ilhéus (COTES; GÓES, 2014), um clube social e esportivo em Jequié (PIRES; DIAS; LEITE, 2014), esportes no Piemonte da Chapada Diamantina (NUNES; RIBEIRO, 2020), práticas de sociabilidade em Alagoinhas (LIMA, 2018), teatro em Caetité (FERNANDES; REIS, 2021), circo e teatro em Alagoinhas, Serrinha, Senhor do Bonfim e Juazeiro (SILVA, 2018), além de futebol em distintas cidades e regiões baianas (SOUZA; SILVA, 2017; SANTOS, 2020; CALDAS; ABRAHÃO, 2020; SANTANA et al., 2022; NORTE et al., 2022).

É necessário destacar que, mesmo com uma produção já existente, estudos sobre a história do lazer no estado da Bahia e na região nordeste, de maneira geral, ainda não se comparam em quantidade aos estudos sobre as regiões sudeste e sul. Este capítulo tem a pretensão de contribuir para o preenchimento desta lacuna e auxiliar na desconstrução da

ideia de homogeneidade do desenvolvimento do lazer no Brasil. O texto em tela se debruça sobre o lazer nas cidades de Salvador e Feira de Santana, ambas do estado da Bahia. Nesta medida, discutimos os lazes de um estado a partir da sua relação centro-periferia, especificamente o binômico capital x sertão. Ponderamos que este trabalho foi construído a partir das experiências de pesquisas dos autores em uma dissertação, no caso de Salvador (RAMOS, 2022), e uma tese, no caso de Feira de Santana (NUNES, 2021). Nosso texto irá discutir quais variáveis foram responsáveis pela emergência histórica das práticas culturais nas cidades de Salvador e Feira de Santana.

Durante a produção da dissertação¹, foram identificadas notícias nos periódicos investigados, disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, na Biblioteca Central da Bahia e no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), que possibilitam a visualização de um panorama sobre a complexidade e variedade de divertimentos de Salvador entre os anos de 1890 e 1910.

Nossas fontes são os jornais e a legislação dos períodos abordados. Com a utilização dos periódicos, é importante evidenciar a “crítica das fontes”. Dessa forma, durante a leitura, análise e discussão das matérias, buscamos indagá-las com base nos seguintes aspectos: quais as condições de escrita; quem escreveu; para que escreveu; quais os donos dos periódicos; qual o posicionamento político/editorial do jornal; como é a forma de escrita; qual público alcança, entre outras questões. Um panorama a respeito desta temática foi elaborado por Leite (2015), no qual o autor retoma o jornal como possibilidade de ser usado como fonte na historiografia, bem como seu protagonismo para a renovação do campo dos estudos da História e notas sobre sua origem ligada ao movimento denominado “Nova História”, iniciado na década de 1970.

Em nossas fontes, observamos que os jornais, em uma parte significativa, cumpriam um papel de auxiliar na disseminação das ideias ditas modernas do período. Com isso, notamos que em determinados momentos seus textos tentaram colocar limites rígidos e estáticos entre quais divertimentos eram lícitos; desta maneira, representavam os valores ligados à civilização e à modernidade. De outro lado, havia também diversões classificadas como selvagens e arcaicos, ou seja, como opostas ao progresso. Inferimos que os periódicos analisados não produziram suas matérias de maneira imparcial: eles foram parciais (em vários momentos), e carregavam consigo um conjunto ideológico previamente definido.

Na parte sobre Salvador, iremos apresentar um conjunto de divertimentos que foram sazonais, mas nem por isso menos importantes. Com isso, apontamos sobre algumas possibilidades de divertimentos no período, que foram pouco discutidas pela historiografia do lazer.

1. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/44151>.

Os divertimentos aqui discutidos serão apresentados em relação à cronologia dos fatos. A ideia é dar centralidade às práticas e não nos prendermos nas sequências lineares de suas respectivas ocorrências. Aproveitamos para indicar que todas as fontes serão disponibilizadas na íntegra em formato de imagem, acompanhadas de uma tabela para identificação aos que desejarem utilizá-las em outros escritos, ficando armazenadas em um site (<https://danilopelc.wixsite.com/my-site>).

SALVADOR

Inicialmente, trazemos para a discussão a ocorrência de um jogo de tabuleiro ou de mesa – não tendo sido possível identificar seu formato— denominado de Jogo do Diabo. O referido jogo foi enviado como presente para alguns periódicos existentes no período e, como forma de retribuição, foi publicada uma matéria em um desses jornais, que tratava sobre sua existência (jogo), caracterização, valor e onde era vendido.² Ademais, todo agradecimento se tornou uma propaganda, com os dados necessários para a compra dos que se interessassem: “Jogo do Diabo. Os estimáveis cavalheiros Silva & Guimarães, proprietários da Casa Ypiranga, á rua Conselheiro Saraiva, n. 46, tiveram a gentileza de enviar-nos uma peça do Jogo do Diabo, última novidade para sport. Cada aparelho deste jogo custa apenas 5\$000. Agradecidos”³.

Em uma sociedade onde o analfabetismo era grande, cerca de 75,7% da população de Salvador se encontrava nessa condição, dados do censo de 1890⁴. Então, o jornal era produzido visando a um público consumidor que representava uma parcela reduzida da sociedade (grande parte da elite). Com isso, o jogo poderia representar a busca por esse recorte do estrato social específico, pelo público de possíveis compradores, parte de uma camada privilegiada da sociedade. Apontamos também para o fato de que o envio do jogo aos periódicos foi uma tática de *marketing* (apesar da ação ainda não ter este nome no período).

É notório que os periódicos acessados demonstram que, para essa parcela da sociedade, exista uma determinada quantidade de variações de jogos de tabuleiro/ mesa para diversão em suas casas ou outros espaços. Como parte deste argumento, apresentamos exemplos de propagandas que trazem os jogos com esta característica reproduzidas em periódicos do período:

2. Diário de Notícias, 1907, n. 1352, p. 1.

3. Idem.

4. Não tivemos acesso aos dados de analfabetismo do censo de 1900. O mais próximo com os dados de analfabetismo em termos de período foi o censo de 1890.

Jogo dos patos - imitação do jogo da glória. Solitários franceses, e ingleses, jogos próprios para as pessoas que amam a solidão.

Jogo das graças - divertimento higiênico para as crianças.

Cubos de paciência - coleção de 12 cubos sólidos, talhados em madeira, cujos lados são pintados de diferentes figuras, e que reunidos formam lindas paisagens, quadros campestres etc.⁵

Na esteira dos jogos, tivemos ainda a publicação de um pedido de autorização para funcionamento de um jogo de azar, em um café estabelecido em Salvador, feito para a polícia, com os seguintes dizeres:

NOVA DIVERSÃO - A sra. Amelia Romero, pediu licença ao dr. chefe de polícia, para instalar em um dos cafés desta cidade, um aparelho denominado Petit-Chemin de Fer. composto de um trem de ferro que correrá em 12 estações. Antes de se dar movimento á máquina vender-se-ão passagens para as diversas estações e o possuidor da passagem para a estação em que parar a máquina receberá, em prêmio, um vale para consumo de café, licores, etc.⁶

No trecho acima, temos uma exemplificação de como os bares, cafés, restaurante e afins podiam ser considerados como espaços para o desenvolvimento de sociabilidades (acrescidas de atividades lúdicas), onde utilizavam diferentes táticas para atraírem mais clientes e, desta maneira, obterem maiores lucros. Os periódicos podiam, em determinados momentos, cumprir o papel de auxiliar a divulgação desses empreendimentos e suas atrações, ao passo que, no trecho apresentado, temos a descrição do formato do jogo e de onde estava instalado. Não encontramos nas fontes, porém, a resposta da polícia para o pedido. Todavia, como não verificamos nas páginas policiais (dos dias posteriores) nenhuma menção a prisão por tal jogo, tampouco sobre a negativa deste pedido, inferimos que ele fora aprovado. Aqui temos uma demonstração de que determinados jogos de azar eram praticados e inclusive tolerados pelo Estado; conseqüentemente, não eram reprimidos pela polícia no período. Em nossa perspectiva, as classes sociais, os locais e a raça das pessoas influenciam essa condição de permissibilidade do Estado para uma parcela da sociedade.

Outros eventos sazonais que encontramos estão relacionados à prática de tiro. Na maior parte das vezes, ocorriam em clubes voltados para isso. Todavia, em determinados períodos, deparamo-nos com pessoas que se divertiam atirando em espaços variados, distintos dos clubes: em casa, e às vezes até em público (nas ruas). Como exemplo, trazemos o caso em que um atirador se machucou. Apontamos sobre a indicação feita pelo jornal em relação à questão do tempo livre, ao induzir que o indivíduo passou a atirar por diversão, pois não havia o que fazer. O periódico é cuidadoso ao tratar o praticante, pois, apesar de

5. A Gazeta da Bahia, 1880, s/n, p.1.

6. Gazeta do Povo, 1906, n. 359, p.1.

caracterizar o divertimento como “mau”⁷, não o desqualifica com adjetivos negativos; ao contrário, traz seu nome completo, o que contrasta com parte das matérias relacionadas aos divertimentos praticados por pessoas negras que, por sua vez, são tratadas em grande parte apenas por pronomes ou substantivos comuns, e em outros momentos apenas com a quantidade numérica e não seus respectivos nomes próprios. Diz a nota:

Mau divertimento - Constancio Martins de Oliveira morador ao Rio Vermelho, em falta do que fazer, divertia-se, a disparar tiros de revólver, alvejando um muro. Sucedeu, porém, que um dos projetis, depois de bater no muro voltasse contra o atirador, encravando-se na 1 camada muscular da região posterior da coxa direita. Procurando a Sala do Banco, foi pelo interno de guarda, doutorando Fabio David, feita a necessária extração da bala, retirando-se o paciente.⁸

É notória a tentativa de inclusão da prática de tiro ao alvo como sendo um esporte do período, e necessariamente sua institucionalização. Em outros estados, como Rio Grande do Sul e Paraná, percebemos a influência de imigrantes na introdução desse divertimento, conforme indicado por Assmann e Mazo (2013), Moraes e Silva e Capraro (2015). Em Salvador, nas pesquisas realizadas, não foi possível encontrar a gênese do tiro ao alvo. Todavia, algumas pistas foram trazidas à tona por Barreto e Aras (2003) ao relatarem a fundação do clube germânico que, no fim do século XIX, possuía entre suas opções de diversão a prática de tiro. A imprensa buscou incentivar a institucionalização do tiro ao alvo, inclusive já apontando seu carácter esportivo:

Tiro ao alvo – Essa diversão, instrutiva e bastante útil, vai fazendo proselytos na capital da república. A sociedade denominada Tiro Civil Club fara efetuar brevemente ali um campeonato de atiradores, na Praça da República, no qual tomarão parte todos os amadores de tiro que o quiserem. Há grande número de prêmios para os vencedores nesse campeonato. Ora, eis aqui mais um gênero de sport que bem pode ser, com vantagem, cultivado entre nós, como já vai sucedendo com a esgrima.⁹

Trataremos agora de duas incidências encontradas, a primeira em uma coluna policial e a segunda na tribuna de reclamações (escritas por editores do jornal ou envidadas pelos leitores e leitoras com destino à polícia). Abordamos o empinar de arraias (conhecidas em outras regiões como pipas ou papagaio)⁷ que apareceu nessa coluna de reclamações, em que habitantes de uma localidade denominada “Desterro” solicitavam aos policiais que fossem acabar com a diversão dos que empinavam arraias, pois estavam estragando os telhados das casas. É preciso sublinhar a maneira com que esta reclamação se referia

7. Gazeta do Povo, 1907, n. 607, p. 1.

8. Idem.

9. Gazeta do Povo, 1905, n. 111, p. 3.

aos praticantes do divertimento: foram categorizados e adjetivados como “uns vadios empinadores de arraia” e de “incômodos e desocupados cultores de tal divertimento”.¹⁰

Na coluna policial esta diversão apareceu através, novamente, de um pedido de intervenção para findar a prática. Nessa notícia, foi narrado o fato de que os empinadores de arraia quase machucaram uma criança, pois, segundo o relato, ao atirarem pedras em um telhado, ele foi quebrado e o local onde a pedra caiu dormia uma criança. E o fato gerador da pedra foi que naquele telhado havia caído uma arraia. A matéria também informa que o pai da criança, ao sair para reclamar, foi recebido de forma agressiva pelos “vagabundos que se divertiam”¹¹, grupo que, especificamente, foi-nos apresentada sua composição: “uma malta de menores de idade”¹², e o divertimento classificado como “pernicioso”¹³. Esse fragmento traz consigo uma consideração que nos deixa algumas pistas para a composição do elemento de ocupação das ruas no início do Século XX, na medida que nos dá a indicação de que parte das principais ruas do distrito de Santo Antônio, local de ocorrência dos fatos, tinha a presença dos empinadores de arraia. Percebemos que, além de empinar as arraias, os praticantes já corriam para pegar as que voam¹⁴. Em uma sociedade que acabava de sair do período de escravização, uma diversão como esta poderia trazer consigo disputas do seio sociopolítico do período, à proporção que a rua e as regras estavam ainda em transição e, conseqüentemente, passavam por um momento de apropriação e demarcação de poder.

Em certos divertimentos, percebemos como o racismo é um elemento estrutural da nossa sociedade, como sugere Almeida (2019); conseqüentemente, é perceptível sua ocorrência junto aos divertimentos, estando presente em diversas instituições, na ideologia, na sociedade civil e em vários âmbitos sociais. Em 1906, por exemplo, foi narrado um fato em que um homem negro foi preso apenas por se divertir tocando um cavaquinho dentro do estabelecimento comercial em que trabalhava. Reproduzimos a matéria a seguir.

TRIBUNA DOS RECLAMANTES - Rigor de mais. Cidadão que nos merece crédito narrou-nos hoje o fato, que vai, abaixo, sem comentários: ontem, á noite, um rapaz de cor preta, achava-se no interior do depósito de massas do seu patrão, á Calçada do Bonfim, divertindo-se com um cavaquinho, quando ali penetrou um cabo do destacamento dos Mares, que o intimou a não continuar a tocar. O aludido rapaz, ao receber a intimação, retorquiu ao policial que se assuntasse. O cabo lhe deu logo ordem de prisão. Pessoa da família, que isso ouviu, dirigiu-se á casa do subcomissário do 1º distrito dos Mares, a quem narrou o ocorrido, pedindo a autoridade que fizesse ir á sua

10. Gazeta do Povo, 1906, n. 201, p.1.

11. Jornal de Notícias, 1910, n. 9001, p.1

12. Idem.

13. Idem.

14. Aqui não existem condições objetivas para indicar se havia no período a possibilidade de tentar “mandar” ou arre-bentar a de outrem.

presença o rapaz ameaçado de prisão. Consoante o desejo do subcomissário, o rapaz apresentou-se em sua casa, recebido com insultos e... despedido para seguir para o xadrez.¹⁵

Cabe destacar que o periódico, ao publicar o ocorrido, exime-se de responsabilidade ao ponderar que o fato não será acrescido de comentários, nem pelo reclamante, nem pelos editores do jornal. Parte das histórias das pessoas negras se mantiveram vivas em linhas como essas, em que um “cidadão que nos merece crédito¹⁶” deu visibilidade à prisão. Cabe ponderar que não tivemos nas páginas posteriores um posicionamento da polícia sobre o caso, contestando ou dando veracidade.

Por fim, trazemos as incidências de um jogo denominado “Batedora” ou “Batedoura”. Durante as pesquisas, não encontramos maiores informações sobre o desenvolvimento e regras desse divertimento; inclusive, os dicionários do período não fazem referência a ele. Entretanto, existem algumas características comuns entre as notícias que nos dão a possibilidade de indicar aspectos gerais, tais como o fato de aparentar ser praticado por menores¹⁷, nas ruas ou outros espaços públicos, praticado em grupo. Ficou marcada, durante as análises deste divertimento, a quantidade de prisões relacionadas a sua prática.

Entre outros registros nesse sentido, citamos a prisão de Severiano Barros da Silva, recolhido ao xadrez do posto policial da Sé depois de ter sido apanhado jogando batedora no largo do Teatro (DIÁRIO DA BAHIA, 1905). Do mesmo modo, os menores, João Sebastião Pinto e Marcellino do Nascimento, presos pelas mesmas razões pelo tenente Oliveira Lima (DIÁRIO DA BAHIA, 1905). Também os menores Arthur Marques Bastos e Antônio Bernardino de Souza, pegos no meio da tarde jogando a batedora na rua da Valla, quando foram então conduzidos pela polícia até a estação da Rua do Passo (A BAHIA, 1907).

FEIRA DE SANTANA

Em um domingo, dia 23 de setembro, abrindo a primavera de 1877, um boato sobre a presença em Feira de Santana da Euterpe da capital, que fora em passeio a Cachoeira, cidade vizinha, fez a rapaziada “alvoraçar-se” e deslocar-se “para a Estação ver a chegada da propalada Philharmonica” (O CAPÍTULO, n. 01, p. 02 – 03, 28 set. 1877). Com o suporte da Estrada de Ferro Central da Bahia, outras vezes as filarmônicas locais fizeram o

15. Gazeta do Povo, 1906, n. 181, p. 1.

16. Idem.

17. Os sentidos, conceitos e caracterização do que é ser menor de idade variam em cada sociedade. Uma discussão mais aprofundada é encontrada em “História Social da Criança Abandonada”, de autoria da historiadora Maria Luiza Marcílio. Como exemplo, podemos citar que no capítulo sobre “Vadios e Capoeiras” do código penal de 1890, são considerados para aplicação da lei “§ 2º Os maiores de 14 anos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais, onde poderão ser conservados até à idade de 21 anos.”

movimento no sentido contrário: partiram de Feira de Santana em passeio de recreio por cidades vizinhas, como São Gonçalo dos Campos, mas, principalmente, por localidades do Recôncavo Baiano. Um dos registros mais antigos nesse sentido é datado de novembro de 1888 e diz respeito a uma apresentação da Filarmônica “25 de Março” na cidade de “Cachoeira” (MELLO; BRITO, 2018, p. 50). A ocorrência desta prática se intensifica na última década do século XIX e nas primeiras do XX. Além de viagens organizadas pelas filarmônicas, encontramos excursões para Feira de Santana de “despedida à vida acadêmica” promovidas por bacharelados dos cursos de Direito e Medicina (cf. Mello e Brito, 2018).

Na festa da independência da Bahia, Feira de Santana recebeu a filarmônica Orphesina de Cachoeira, a convite da 25 de Março, antiga banda local. Em desfile público, a “digna” Orphesina acompanhou o batalhão dos Artistas e a “prestante” 25 de Março o batalhão do Commercio (ECHO FEIRENSE, n. 04, p. 01, 02 jul. 1878). Os passeios¹⁸ promovidos pelas filarmônicas tinham como objetivos as sociabilidades, os divertimentos e o reconhecimento social (NUNES, 2019). A música conquistou presença privilegiada na grande maioria das cerimônias públicas promovidas em Feira de Santana. Majoritariamente, o timbre luzido das notas festivas ficava a cargo das filarmônicas. Distritos também tiveram as suas associações musicais (POPPINO, 1968), entre elas, a “Sociedade Filarmônica 8 de Setembro do Bomfim da Feira” (O PROPULSOR, n. 103, p. 02, 02 out. 1898). Fazendo uma síntese, Santos (2012, p. 71) assevera:

as filarmônicas estiveram presentes nos festejos e diversões em Feira de Santana, além das participações nos desfiles cívicos, das inaugurações de obras públicas, nas recepções de figuras ilustres, como políticos e intelectuais. A elas cabiam “abrilhantar” os diversos eventos “refinando os espíritos”, seja nas suas sedes, ou nas ruas, estendendo estas pretensões para além das paredes das suas sedes, tecendo relações de poder e contribuindo para que as relações sociopolíticas favorecessem seus representantes.

Outra festa, desta vez religiosa, a de Senhora Sant’Anna, padroeira da cidade, realizada na igreja “matriz provisória”¹⁹, trouxe a participação dessas agremiações. A “distinta” agremiação musical Comércio (também de Cachoeira) desembarcou e foi prontamente recebida pelas sociedades musicais locais Victoria e 25 de Março, dirigindo-se para recepções “em seus vastos salões”, percorrendo posteriormente as principais ruas do centro da cidade. No ato religioso, tocou a Victoria e, “por alguns instantes”, a Comércio.

18. Entre tantos outros passeios, a Filarmônica Victoria fez viagens à cidade de Cachoeira e São Gonçalo dos Campos, respectivamente, em fevereiro de 1900 e janeiro de 1911. Já a Filarmônica 25 de Março fez andanças por São Gonçalo dos Campos, Cachoeira e Salvador, respectivamente, em julho de 1905, junho de 1911 e fevereiro de 1914 (MELLO; BRITO, 2018).

19. Durante um período de reforma da Igreja Matriz, foi usada a antiga capela de Senhor dos Passos. Esta antiga capela foi derrubada no início do Século XX para dar passagem a uma avenida, depois chamada de Maria Quitéria e, por fim, Getúlio Vargas. A Igreja Senhor dos Passos foi reconstruída metros ao lado, margeando esta nova artéria.

Os visitantes regressaram no final da tarde. À noite, ainda aconteceu um “bem composto” leilão (O PROGRESSO, n. 04, p.02, 10 ago. 1882). O leilão, além de ser um momento de arrecadação financeira para pagar os custos do evento religioso e, no caso, muito provavelmente, para gerar dividendos para a construção da nova catedral de Sant’Anna, também representava um momento de lazer.

Outros folguedos do “tempo áureo das festas de Igreja” são evocados por memorialistas, afirmando que “abundavam mascaradas de feitiços vários, bumba-meu-boi, cavalhadas, argolinhas, dança-de-fita” (BOAVENTURA, 1989, p. 393). Durante alguns dias de agosto de 1884, percorreu as ruas um bando de “mascarados”²⁰ anunciando a festa da “invicta Padroeira”, sendo permitido o “divertimento até ao meio-dia” da véspera da celebração religiosa, conforme ordens policiais. Era comum a realização de brincadeiras populares, entre essas “o célebre divertimento” do pau de sebo (JORNAL DA FEIRA, n. 123, p. 01, 06 ago. 1884).

Feira de Santana também experimentou as sortes e azares dos jogos, tais como “monte”, “lebre”, “pacao” e “víspera”, que se somavam ao alarido da música representada pelas filarmônicas, ou ainda aos folguedos típicos dos dias santos e feriados. Já em 1877 há notícias de um salão de jogos na Praça do Comércio (O CAPÍTULO, n. 01, p. 03, 28 set. 1877). Outro espaço para a jogatina foi o Salão Recreativo localizado na “Praça João Pedreira, número 4”, conforme anunciado no *Correio de Notícias*, do dia 6 de dezembro de 1885: os *habitués* encontrariam ali, além de “sorvetes” (provavelmente deliciosos), “gêneros alimentícios e bebidas, muitos deles importados”. Este local também exibia “bilhar, gamão, dominó e dama para divertimento dos concorrentes” (GUEDES, 2000, p. 69-70).

Na imprensa, é possível perceber uma campanha contrária aos jogos de azar. Um editorial do jornal *O Motor* traz um longo texto em sua primeira página que, entre outras coisas, afirma que o “jogador na praça pública só tem uma ideia fixa - o lucro” (O MOTOR, n. 68, p. 01, 20 out. 1880). Outro periódico, *O Progresso*, é enfático nas suas críticas: “é digno de lastima o homem que se intitula – jogador; é sim uma desgraça, que fragella [flagela] a si, e as pessoas que d’ele dependem”. Ainda trazendo possíveis consequências de tal prática, a crônica do jornal *O Progresso* argumentava que “a cada passo que por estas ruas passeamos, vemos eles todos enfurecidos n’esse vício tão reprovável, que quase sempre origina o – assassinato, a ladroeira e a bebedeira” (O PROGRESSO, n. 09, p. 02, 10 set. 1882).

Outros passatempos dependiam de animais. Conforme uma crônica, “não somente aqui [Feira de Santana], mas em toda a parte as brigas de *gallo*, figurando entre os variados

20. Manifestação popular conhecida como Bando Anunciador. Para saber mais, ver: Oliveira (2014) e Cavalcanti, Castro Júnior e Rocha Junior (2020).

jogos da *actualidade*.” O texto segue dizendo que os dois mais valentes “gladiadores de toda a raça *gallinacea* feirense, que tão heroicamente se bateram esta semana na arena, cercada de enorme massa de povo” que debatia sobre o assunto “dos cobres, empenhados nas apostas de dentro e de *fôra*” (O PROPULSOR, n. 137, p. 03, 28 maio 1899).

Na imprensa local, os registros de desaprovação dos cronistas com relação a certos divertimentos não se resumiam às “jogatinas”, estendendo-se também para outras manifestações lúdicas, entendidas naquela conjuntura pelas elites letradas como arcaicas e incivilizadas. Em setembro de 1877, um registro anônimo informava que na “casa da Inocente Epiphania presencia-se cenas indecorosas provenientes de seus adorados (...) supõem que não devem respeitar o pudor das famílias” (O CAPÍTULO, n. 01, p. 03, 28 set. 1877). O jornal arremata que era preciso que desaparecessem tais absurdos. Tudo isto ocorria na rua do Marquez do Herval, sobre a qual a imprensa rogava à municipalidade providências para os imensos pântanos (ECHO FEIRENSE, n. 04, p. 01, 02 jul. 1878). Como é possível perceber no registro acima, a presença de mulheres em espaços públicos é uma realidade em Feira de Santana já no século XIX. Inclusive, muitas mulheres negras e pobres trabalhavam na feira ou vendiam produtos pelas ruas da cidade, contrastando com o ideário de que as mulheres (independente de raça ou classe) deveriam estar em espaço privado, em seus lares (DAMASCENO, 2019).

Uma prática comum aos pequenos agricultores, ampliando o leque das diversões em Feira de Santana, eram os sambas (DAMASCENO, 2016, p. 199). Esse gênero musical e dançante aparece em uma crônica de viagem de Mucio Teixeira. Relatando sua ida ao Campo do Gado (espaço originalmente usado para as feiras de animais no município), o cronista fala que os vaqueiros, após a “faina diurna, no pouso, ao clarão das fogueiras”, repinicando violas, improvisando quadrilhas, “cantam ao desafio” e trocam “olhares com mulatinhas faceiras e dengosas, que vão saracoteando os quadris na volúpia do samba” (O PROPULSOR, n. 101, p. 01, 19 set. 1898). Nesta passagem, a mulher negra é representada por imaginário sexualizado de beleza.

Outro samba promovido por populares em região citadina era realizado aos domingos, na rua do Conde d’Eu²¹, onde se reunia “uma porção de capadocina”, o que era tachado pela imprensa como “ESCANDALO”. Segundo relatos da imprensa, eram “acompanhados de cantigas e palavras imorais” que feriam a “chatos ouvidos, além de perturbar ao silêncio público”, alertava o “digno Sr. Delegado de polícia” (O VIGILANTE, n. 34, p. 02, 27 mar.

21. Localizada no centro da cidade. Conhecida antiga e popularmente como a Rua do Meio, recebeu no período imperial o nome de Rua Conde d’Eu; no início da Primeira República, Rua Manoel Victorino; por fim, a atual Rua Marechal Deodoro da Fonseca. Uma parte da Rua do Meio também foi chamada de Sales Barbosa na transição dos Séculos XIX e XX, seguindo assim até hoje.

1878). Diferentemente dos atributos físicos femininos, aqui usa-se de outro expediente: descrever pejorativamente a mulher que festeja em seus poucos momentos livres.

Oposto às críticas e denúncias que recaíam sobre o samba, o sarau dançante – divertimento com elementos de dança e música, porém trajado de simbologias aceitas socialmente e organizado por pessoas do poder local, recebia os louros dos articulistas e editores da imprensa da cidade. Foi o caso do evento na casa do Dr. Promotor Público Manoel Daltro Pedreira França que, segundo registros jornalísticos, “frequentado pela melhor sociedade de Feira de Santana”, prolongando-se com muita animação “até uma hora da madrugada” (O PROGRESSO, n. [12], p. 01, 07 out. 1882).

O contraste nos modos de representação dos bailes populares e da elite explicita contradições de classe e de cor que atravessam a cultura de Feira de Santana no período, como de resto, nos mesmos termos que se passava em todo o país. “Lazeres e religiões de matriz africana, ou cabocla, festas que envolviam populares pobres recebiam, do poder dominante, olhares, saberes e, principalmente, repressão”, como nos lembra o historiador Clóvis Ramaiana Moraes Oliveira (2016, p. 79). Neste sentido, “a modernidade contrapunha-se principalmente à africanidade” (FONSECA, 2002, p. 36). Conforme este pesquisador, “aos olhos dos reformadores”, antigas tradições e modos de viver africanizados, como “o entrudo, a capoeira, os sambas, as festas de largo, o Candomblé, os presentes para a mãe-d’água, a venda de comidas nas ruas”, enfim, tudo o que cooperava para “macular a civilidade” caberia intervenção. Não era diferente em Feira de Santana. A julgar pelo Código de Posturas Municipal, de 1893²², que expressamente assinalava: “Fazer dentro da cidade e dos povoados, sambas ou outro qualquer brinquedo que possa produzir ajuntamento tumultuário, ou perturbar o sossego público. Pena — 12\$000 de multa ou 4 dias de prisão” (O PROPULSOR, n. 49, p. 03, 19 set. 1897).

Anos depois, ainda podemos ver esses momentos populares de divertimento sofrendo perseguição. Em uma Carta de Leitor, “UM PAI DE FAMILIA, assim autodeclarado, chama a atenção da autoridade competente para um encontro de rapazes nas imediações da Praça dos Remédios, fazendo ‘algazarra altas horas’ da noite” (O PROGRESSO, n. 63, ano I, p. 3, 16 mar. 1901).

Talvez por sua característica campestre, os sambas e outras diversões tenham sido pouco influenciados pelos ditames morais e regulamentares da cidade, não tendo ganhado as páginas dos jornais como eventos festivos, mas aparecendo apenas nas seções policiais.²³ Tratados como manifestações incivilizadas, eles acabaram sendo invisibilizados,

22. Código de Posturas do Município de Feira de Santana - Resolução n°. 16 de 15 de dezembro de 1893. Não identificamos na íntegra as Posturas, apenas fragmentos no Jornal “O Propulsor” em diversos comunicados da Intendência que, naquele tempo, possuíam contrato firmado, fazendo as vezes de Imprensa Oficial.

23. “Como por exemplo, a turba registrada pela “Folha do Norte”, n. 98, de 17 de dezembro de 1911, p. 2, com título da

do mesmo modo que o vício do jogo, que também era representado como algo que se afastava da civilidade desejada.

Era um tempo de novidades, como podemos constatar com o “grande melhoramento por que acaba de passar o hotel Restaurant Commercial”, a abertura do “novo salão na casa contigua” ao empreendimento, preparado com cuidados higiênicos “e comodidades para bem servir” ao público, possuindo um “completo sortimento de bebidas, doces e um cozinheiro habilitado”, propriedade de Monteiro Junior & C. (O PROGRESSO, n. 09, p. 03, 10 set. 1882). Antes mesmo da reforma, esse espaço já possuía um jogo de bilhar (O PROGRESSO, n. 07, p. 04, 27 ago. 1882).

A instalação da Biblioteca Pública Municipal, em 6 de novembro de 1890 (MELLO; BRITO, 2020), segue a mesma proposta de progredir a cidade ou, em outras palavras, civilizá-la. Seria uma forma de educar, mas também entreter. A afluência do mês de outubro de 1896 “foi de 106 leitores inclusive 8 Senhoras; foram lidos 100 romances” (O PROPULSOR, n. 05, p. 02, 18 nov. 1896). Destaque para a presença feminina, dando indícios de que as aparições públicas de mulheres letradas ainda eram algo restrito, como o próprio acesso ao letramento.

Periódicos começam a divulgar algumas formas de diversão com características e conotações de espetáculos comercializáveis, tais como espetáculos circenses, turfísticos, tauromáquicos e teatrais. No último quartel do século XIX, percebia-se em Feira de Santana uma maior estruturação de um mercado de entretenimentos relacionado, entre outras coisas, à conformação de uma sociedade em processo de diversificação socioeconômica.

Alguns espaços dos divertimentos comercializáveis já existiam, notadamente, um teatro e um hipódromo. O Theatro Sant’Anna provavelmente realizava eventos diversos pelo menos desde meados de 1878, tais como apresentações teatrais, circenses, cinematográficas ou mesmo concertos musicais (ECHO FEIRENSE, n. 4, p. 02, 2 jul. 1878; O PROPULSOR, n.164, p. 01, 03 nov. 1899; O PROPULSOR, n. 08, p. 04, 05 dez. 1896; O PROPULSOR, n.159, p. 01, 1899; O PROPULSOR, n. 85, p. 0, 29 maio 1898). O prado pertencente ao Jockey Club Feirense já era destacado na imprensa em setembro de 1890 (MELLO; BRITO, 2018, p. 43). Nos anos subsequentes, outras corridas de cavalo e touradas são relatadas na imprensa.

Além dos espaços institucionalizados de lazer, circos foram armados, corridas de cavalos e touradas realizadas, e a prática do futebol teve seus primeiros momentos em um grande descampado popularmente chamado de Campo do Gado (já mencionado).

matéria: ‘Conflito num samba... facadas’ (DAMASCENO, 2011, p. 91).

Registros de outras práticas de diversão ocorridas em alguns distintos logradouros da cidade e mesmo a organização de “Passeios de Recreio” para localidades vizinhas ampliam o entendimento defendido sobre a mercantilização do lazer na urbe feirense (MELLO; BRITO, 2018). Essas viagens, juntamente às “Tocatas” e “Kermesses”, respectivamente, em praças e chácaras no espaço urbano eram promovidas pelas duas sociedades filarmônicas existentes na cidade no período, a 25 de Março e a Victoria (O PROPULSOR, n. 64, p. 01, 1 jan. 1898; O PROPULSOR, n. 84, p. 02, 22 maio 1898; O PROPULSOR, n.78, p. 03, 10 abr. 1898).

Uma das *quermesses* promovidas pela “25 de Março”, em 6 janeiro de 1898, teria alcançado um público estimado de dois mil participantes (O PROPULSOR, n. 65, p. 01, 09 jan. 1898), ou seja, aproximadamente 1/3 dos moradores da sede do município. No Theatro Sant’Anna, em 1906, outra *quermesse* foi “fartamente frequentada por pessoas distintas chegadas da cidade de S. Gonçalo e dos distritos de Feira” (O PROGRESSO, n. 379, 19 maio 1907, p. 1). Evidentemente, esse tipo de festividade mobilizava toda a região, distritos e cidades dos arredores, permitindo-nos ter uma ideia do potencial público para o turfe, circo, touradas e teatro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feira de Santana, mesmo ocupando um espaço com poucos elementos de urbanização, se comparada à capital da Bahia, não deixou de apresentar um mercado cultural relativamente diverso e potente. Destacam-se instituições, espaços de lazer e o intercâmbio entre práticas e instituições culturais de outras regiões. Vimos o quanto as associações musicais e filarmônicas locais tiveram participação direta em distintos espetáculos. Outra associação, o clube de turfe, também ganhou destaque no período que analisamos aqui. Essencial para as vivências foram os espaços específicos de lazer e os não-específicos, como o teatro, o hipódromo e o Campo do Gado. Os modais de transporte foram outro aspecto fundamental para a interiorização dos divertimentos, interligando o sertão baiano, em geral, e Feira de Santana, em específico, às regiões do Recôncavo Baiano, Salvador e demais localidades do mundo por meio do barco a vapor e do trem, contribuindo para a oferta de lazeres na região, fossem comerciais ou não.

Em Salvador, parte dos divertimentos abordados foram colocados pela sociedade do período como imorais. Pode-se notar elementos constituintes do racismo estrutural espelhados nessas representações. Fontes nos mostram que diversões como a Batedoura poderiam levar pessoas à prisão pelo simples fato de praticá-las, conferindo aqui um sentido de práticas de divertimentos legalmente marginalizadas. Desta maneira, concluímos que as

pessoas negras resistiram para se divertirem, tanto quanto possivelmente se divertiram para resistir. Além disso, também ficou evidente que alguns divertimentos eram voltados para as camadas sociais com maior poder aquisitivo.

Análises sobre a história de Salvador e Feira de Santana à luz da discussão sobre o lugar da Bahia nas relações entre o centro e a periferia do país demonstram que as relações de raça, classe e gênero estão muito presentes no universo da cultura. Destacamos que nessas duas cidades estão presentes as diferenciações sociais a partir da prática de lazer, com espaços que são marcadamente para uma ou outra classe social, apesar de existirem exceções. Nesse sentido, indicamos a dinamicidade, a complexidade e as multifaces do fenômeno da diversão. Em nossa ótica, é importante que tenhamos estudos que busquem esses formatos sazonais de diversão no intuito de diversificar nossos conhecimentos sobre como as sociedades e grupos sociais construíram seu lazer no passado e, deste esforço, mantermos o processo de trazer em nossas discussões as interseccionalidades que atravessam o fenômeno no tempo, demonstrando seu caráter heterogêneo.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ASSMANN, Alice Beatriz; MAZO, Janice Zarpellon. As sociedades de damas atiradoras: pelos caminhos da prática do tiro ao alvo em Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul. **Revista da Educação Física / UEM [online]**. 2013, v. 24, n. 4 [Acessado 01 julho 2022] , pp. 567-580. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/reveducfis.v24.4.20528>>. Epub 23 Jun 2015. ISSN 1983-3083. <https://doi.org/10.4025/reveducfis.v24.4.20528>.

BARRETO, Maria Renilda Nery; ARAS, Lina Maria Brandão de. Salvador, cidade do mundo: da Alemanha para a Bahia. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos [online]**. 2003, v. 10, n. 1 [Acessado 25 Setembro 2022] , pp. 151-172. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702003000100005>>. Epub 06 Jan 2004. ISSN 1678-4758. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702003000100005>.

BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgo e vaqueiros**. Salvador: UFBA / Centro Editorial e Didático, 1989.

BOCCANERA JÚNIOR, Silio. **O Teatro na Bahia, da Colônia à República (1800-1923)**. Salvador: EDUNEB, 2008.

CALDAS, Francisco Demetrius Luciano; ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda. Futebol no sertão do São Francisco. In: Cleber Dias (org.). **Depois da Avenida Central: cultura, lazer e esportes nos sertões do Brasil**. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2020. p. 197- 224

CAVALCANTI, Adriana Priscilla Costa. **“As Marias de Gado”**: descortinando trajetórias da participação de mulheres nas vaquejadas da Bahia. 2020. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

CAVALCANTI, Adriana Priscilla Costa; CASTRO JÚNIOR, Luís Vitor; ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira da. Bando Anunciador de Sant’Ana: Cultura, Festa e Lazer nas Ruas da Princesa do Sertão. *Licere*, v. 23, n. 4, p. 1–29, 2020. DOI: 10.35699/2447- 6218.2020.26632. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/26632>. Acesso em: 26 mar. 2021.

COTES, Marcial; GÓES, Dirceu. Primeiros apontamentos para legitimar Ilhéus na historiografia do surfe da Bahia. **Revista Eletrônica Discente História.Com.**, v. 02, n. 04, p. 50-57, 2014.

DAMASCENO, Karine Teixeira. **Para serem donas de si**: mulheres negras lutando em família (Feira de Santana, Bahia, 1871-1888). 2019. 243 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

DAMASCENO, Karine Teixeira. **Labuta, sociabilidade, solidariedade e conflito**: mulheres pobres, trabalhadoras e negras em Feira de Santana, 1890-1920. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 8, n. 16, p. 187-201, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984- 9222.2016v8n16p187>. Acesso em: 01 ago. 2021.

DAMASCENO, Karine Teixeira. **Mal ou bem procedidas**: cotidiano de transgressão das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, 1890-1920. 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021

DIAS, Cleber. A emergência histórica do lazer revisitada. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 50, p. 602-623, maio./ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X02305013>. Acesso em: 20 dez. 2022.

DIAS, Cleber. Mercantilização do Lazer no Brasil. **Licere**, Belo Horizonte, v.21, n.2, jun/2018.

FERNANDES, Francielly Keyse Martins; REIS, Joseni Pereira Meira. **O teatro como modo de educação e participação nas culturas do escrito em Caetité Bahia, no início do Século XX**. *Revista Cocar*, Belém, v.15, n. 31, p.1-20, 2021.

FIGUEREDO, Anna Caroline Sá. **Os grupos teatrais amadores de Feira de Santana**: dinâmicas e vinculações políticas (1920 – 1930). 2019. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciado em História) - Universidade Estadual Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

FREIRE, Danilo Raniery Alves. Práticas culturais de lazer em Salvador: cotidiano entre os anos de 1920 e 1935. 2020. Dissertação (Mestre em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32760>. Acesso em: 18 nov. 2022.

FONSECA, Raimundo Nonato da Silva. **“Fazendo Fita”**: Cinematógrafos, cotidiano e imaginário em Salvador, 1897-1930. Salvador: Eufba, 2002.

KARLS, Thaina Schwan; MELO, Victor Andrade de. Novas dinâmicas de lazer: as fábricas de cerveja no Rio de Janeiro do século XIX (1856-1884). **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 147-160, jan./mar. 2018.

LAZARO, João Pedro Prado Mercês. **Labirintos da bola: normatização e práticas do futebol em Feira de Santana (1942-54)**. 2015. 141f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.

LEITE, C. H. F. TEORIA, METODOLOGIA E POSSIBILIDADES: OS JORNAIS COMO FONTE E OBJETO DE PESQUISA HISTÓRICA. **Revista Escritas**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 03-17, 2015. DOI: 10.20873/vol7n1pp03-17. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1629>. Acesso em: 25 dez. 2022.

LIMA, Lizandra de Souza. **Percepções históricas sobre o lazer e a educação nas práticas de sociabilidade em Alagoinhas-BA**. 2018. 88f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

MARCÍLIO, Maria Luiza. História social da criança abandonada. . São Paulo: Hucitec. . Acesso em: 06 jan. 2023, 2006

MELLO, Carlos Alberto Almeida; BRITO, Carlos Alberto Oliveira (Orgs.). **Inauguração da Biblioteca Pública Municipal da Feira de Santana**. Feira de Santana: Fundação Senhor dos Passos. Núcleo de Preservação da Memória Feirense, 2020.

MELLO, Carlos Alberto Almeida; BRITO, Carlos Alberto Oliveira (Orgs.). **Memórias**: Arnold Ferreira da Silva. Feira de Santana: Fundação Senhor dos Passos. Núcleo de Preservação da Memória Feirense, 2018.

MELO, Victor Andrade de. Sobre o conceito de lazer. **Sinais Sociais**, v. 8, p. 15-36, 2013.

MELO, Victor Andrade de. O lazer (ou a diversão) e os estudos históricos. In: Helder Ferreira Isayama; Silvio Ricardo da Silva. (Org.). Estudos do Lazer: um panorama. 1ed.Rio de Janeiro: Apicuri, 2011, v. 1, p. 65-80.

MORAES E SILVA, Marcelo; CAPRARO, André Mendes. O tiro de guerra 19 Rio Branco: apontamentos acerca da institucionalização esportiva de Curitiba (1909-1910). **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte [online]**. 2015, v. 29, n. 2, pp. 229-243. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-55092015000200229>. Acesso em: 25 set. 2022. ISSN 1981-4690.

NORTE, Ramom de Souza; SANTANA, Thiago Santos de; NUNES, Fábio Santana; COTES, Marcial. Pugnas internacionais: ilheenses versus tripulantes britânicos do navio de guerra Delhi em 1930. **Recorde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 1-24, jan./jun. 2022.

NUNES, Fábio Santana; RIBEIRO, Jean Carlo. Incidência histórica do esporte no Piemonte da Chapada Diamantina, sertão baiano, nas décadas de 1920 e 1930. **Cenas Educacionais**, v. 3, n. 6994, p. 1- 21, 2020.

NUNES, Fábio Santana. **Pelos vapores e trens, do hipódromo ao stadium: esporte e lazer em Feira de Santana - BA (1875-1922)**. 2021. Tese (doutorado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, 2021.

NUNES, Fábio Santana. **Uma Feira de diversões**. Simpósio Nacional de História, 30., Recife, 2019. Anais... Recife: Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, 2019. Disponível em: www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1553267276_ARQUIVO_UMAFEIRADE DIVERSOES_ARTIGO_novo.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

OLIVEIRA, Clovis Ramaiana Moraes. **Canções da cidade amanhecendo**: urbanização, memória e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. Salvador: EDUFBA, 2016.

OLIVEIRA, Rennan Pinto de. **Sant'Ana dos Olhos D'Água**: fé e celebração entre a igreja e o largo (1930-1987). 2014. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.

PIRES, Roberto Gondim; DIAS, Cleber; LEITE, Marcos Cesar Meira. História e memória do esporte em Jequié. **Recorde**, v. 7, n. 1, p. 1-23, jan./jun., 2014.

POPPINO, Rollie. Feira de Santana. Bahia: Editora Itapuã, 1968.

RAMOS, Danilo da Silva. **Resistir para se divertir, se divertir para existir**: os “selvagens divertimentos” das pessoas negras em Salvador (BA) na virada do século (1890-1910). Orientador: Cleber Augusto Gonçalves Dias. 2022. 173 p. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2022. Disponível em: <http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/DATA/UserFiles/files/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20DANILO%20VF%20-%20AGO%202022.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2022.

RAMOS, Danilo da Silva. “Vagabundos que se divertem” – Possibilidades de diversão na primeira década do século XX em Salvador – BA. **BELA - Blog de Estudos do Lazer**, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://estudosdolazer.wordpress.com/2022/08/16/vagabundos-que-se-divertem-possibilidades-de-diversao-na-primeira-decada-do-seculo-xx-em-salvador-ba/>. Acesso em: 1 set. 2022.

ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira da. **Esporte e modernidade**: uma análise comparada da experiência esportiva no Rio de Janeiro e na Bahia nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX. 2011. 155f. Tese (Doutorado em História Comparada) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira da; SANTOS, Henrique Sena dos. **Primórdios do esporte no Brasil**. Salvador. Manaus: Reggo, 2015.

ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira da; MELO, Victor Andrade de. As touradas na Cidade da Bahia: transições na dinâmica pública soteropolitana. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 54, p.189-211, jan./jun. 2016.

SACRAMENTO, Beatriz Café. **O cinema e as sociabilidades em Feira de Santana (1910-1919)**. Anais...VIII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUHBA. Feira de Santana, 01 a 04 de novembro de 2016. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), 2016. Disponível em: 214 <http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/site/anaiscomplementares?AREA=2602&impressao>. Acesso em: 13 fev. 2020.

SACRAMENTO, Beatriz Café; SILVA, Aldo José Moraes. **A arte como negócio**: o lazer e a economia do cinema em Feira de Santana, de 1910 a 1920. 2017.

SAMPAIO, Maria Izabel da Silva. **A função social do teatro em Feira de Santana (1892-1912).** Monografia (Especialização em Teoria e Metodologia da História) – Departamento Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2000.

SANTANA, Alisson Oliveira Soares de. **Cinema e práticas cinematográficas:** experiências urbanas em Feira de Santana (1946-1965). 2020. 149 f. Departamento Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2020.

SANTANA, Thiago Santos de; NORTE, Ramon de Souza; NUNES, Fábio Santana; SILVA, Aldo José Moraes; COTES, Marcial. O esporte em Ilhéus e a consolidação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1921). **Movimento**, [S. l.], v. 28, p. e28030, 2022. DOI: 10.22456/1982-8918.113797. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/113797>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SANTOS, Aline Aguiar Cerqueira dos. **Diversões e civilidade na “Princesa do Sertão” (1919-1946).** 2012. 160f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SANTOS, David. **Ateneu artístico vilafranquense:** da monarquia constitucional à adesão Europeia. Vila Franca de Xira: Colibri, 2008.

SANTOS, F. da C. **O CONCEITO DE DIVERTIMENTO NA CIDADE DE SÃO PAULO (1828-1867).** Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 67, 2020. DOI: 10.23925/2176-2767.2020v67p315-365. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/48239>. Acesso em: 6 jan. 2023.

SANTOS, Henrique Sena dos. Futebol no interior da Bahia, 1920 – 1940. In: Cleber Dias (org.). **Depois da Avenida Central:** cultura, lazer e esportes nos sertões do Brasil. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2020. p. 153-196.

SANTOS, Henrique Sena dos. **Pugnas renhidas:** futebol, cultura e sociedade em Salvador, 1901 – 1924. Salvador: EDUFBA, 2014.

SILVA, Jonatan dos Santos; MARTA, Felipe Eduardo Ferreira. **“DO QUINTAL À RUA”:** a capoeira em Vitória da Conquista-BA na memória do mestre Donizete (1950/60). Cenas Educacionais, v. 2, n. 2, p. 3-24, jul./dez., 2019.

SILVA, Jonatan dos Santos; SILVA, Paula Barreto; MARTA, Felipe Eduardo Ferreira. Construindo Caminhos de Possibilidade em Vitória da Conquista-Ba: O Mestre Sarará e a Memória da Capoeira entre os anos de 1960 e 1970. **Recordes**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 1-29, jul./dez. 2018.

SILVA, Miranice Moreira da. O Carnaval dos Anos Trinta e a Suposta “Crise” Carnavalesca Feirense. **Licere**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 282–308, 2020a. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/19749>. Acesso em: 9 maio. 2021.

SILVA, Miranice Moreira da. **Os sons da cidade:** territorialidades e sociabilidades nos circuitos da micareta de Feira de Santana (1939-1985). 2020. 294 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2020b.

SILVA, Miranice Moreira da. **Entre máscaras e serpentinas: por uma história dos festejos carnavalescos feirenses (1891-1939)**. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013.

SILVA, Reginaldo Carvalho da. **Dionísio pelos trilhos do trem: circo e teatro no sertão do Brasil**. Curitiba: CRV, 2018.

SOUZA, Gildison Alves de; SILVA, Osni Oliveira Noberto da. Futebol em Capim Grosso e sua Relação com as Políticas Governamentais Brasileiras – 1964 a 1985. *In*: MARTA, Felipe Eduardo Ferreira; MUSSI, Leila Maria Prates Teixeira; CARDOSO, Berta Leni Costa (org.). **História do Esporte: cultura, política, gênero e economia**. Goiânia: Kelps, 2017. p. 85-96.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. *In*: BURKE, Peter. (Org.) **A Escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 40-98.

Censo

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Sexo, estado civil, nacionalidade, filiação alfabetização da população recenseada em 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1898. 442p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

Jornais

A Baía, Salvador, 1907, n. 3277, p.1.

A Gazeta da Bahia, Salvador, 1880, s/n, p.1.

Correio do Brazil : Órgão Democrata, Salvador, 1904, n. 175, p.1.

CORREIO DE NOTÍCIAS, Feira de Santana, 06 dez. 1885

Diário de Notícias, NOVA DIVERSÃO, Salvador, 12 de out. de 1907, n. 1352, p.1.

Diário da Bahia, Salvador, 1905, n. 39, p.1.

Diário da Bahia, Salvador, 1905, n. 72, p.1.

Gazeta do Povo, TIRO AO ALVO, Salvador, 4 de dez. de 1905, n. 111, p. 3.

Gazeta do Povo, JOGO DO DIABO, Salvador, 6 de out. de 1906, n. 359, p.1.

Gazeta do Povo, MAU DIVERTIMENTO, Salvador, 9 de ago. de 1907, n. 607, p.1.

Gazeta do Povo, TRIBINA DOS RECLAMANTES, Salvador, 27 de mar. de 1906, n. 201, p.1.

Gazeta do Povo, TRIBINA DOS RECLAMANTES, Salvador, 3 de mar. de 1906, n. 181, p.1.

Gazeta do Povo, Salvador, 1910, n. 1418, p.1.

Jornal de Notícias, POLÍCIA, Salvador, 10 de mar. de 1910, n. 9001, p.1.

JORNAL DA FEIRA, Feira de Santana, n. 123, p. 01, 06 ago. 1884.

ECHO FEIRENSE, Feira de Santana, n. 04, p. 01-02, 02 jul. 1878.

O CAPÍTULO, Feira de Santana, n. 01, p. 02 – 03, 28 set. 1877.

O MOTOR, Feira de Santana, n. 68, p. 01, 20 out. 1880.

O PROPULSOR, Feira de Santana, n.164, p. 01, 03 nov. 1899.

O PROPULSOR, Feira de Santana, n.159, p. 01, 1899.

O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 137, p. 03, 28 maio 1899.

O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 103, p. 02, 02 out. 1898.

O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 101, p. 01, 19 set. 1898.

O PROPULSOR, Feira de Santana, n.85, p. 01, 29 maio 1898.

O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 84, p. 02, 22 maio 1898.

O PROPULSOR, Feira de Santana, n.78, p. 03, 10 abr. 1898.

O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 65, p. 01, 09 jan. 1898.

O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 64, p. 01, 1 jan. 1898.

O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 49, p. 03, 19 set. 1897.

O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 08, p. 04, 05 dez. 1896.

O PROPULSOR, Feira de Santana, n. 05, p. 02, 18 nov. 1896.

O PROGRESSO, Feira de Santana. n. 379, p. 1, 19 maio 1907.

O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 63, ano I, p. 3, 16 mar. 1901.

O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 09, p. 02-03, 10 set. 1882.

O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 02, p. 01, 23 jul. 1882.

O PROGRESSO, Feira de Santana, n. [12], p. 01, 07 out. 1882.

O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 07, p. 04, 27 ago. 1882.

O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 06, p.03- 04, 20 ago. 1882.

O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 05, p. 03, 16 ago. 1882.

O PROGRESSO, Feira de Santana, n. 04, p.02, 10 ago. 1882.

O VIGILANTE, Feira de Santana, n. 34, p. 02, 27 mar. 1878.

ESPORTES, LAZER E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM ILHÉUS, C. 1890-1930

Este estudo contou com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Agradecemos aos estudantes Emanuel Ramiro Silva Soares, Thiago Santos de Santana e Ramom de Souza Norte pela ajuda no trabalho de pesquisa nos acervos do Centro de Documentação e Memória Regional (Cedoc), da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc). Pelas leituras críticas, agradecemos a Wecisley Ribeiro Espírito Santo, Fabio Santana Nunes e Daniel Oliveira Amaral. À Marcelo Henrique Dias, agradecemos pelas indicações das imagens e referências. Naturalmente, as interpretações vinculadas aqui são de nossa inteira responsabilidade.

Cleber Dias

Marcial Cotes

“O cacau exercia sobre eles uma fascinação doentia”

Jorge Amado

O objetivo deste artigo é analisar as primeiras iniciativas para prática de esportes em Ilhéus, no Sul da Bahia, bem como examinar as circunstâncias históricas que podem ser apontadas como fatores para a explicação do modo como este processo se deu. O artigo contextualiza os esportes frente ao universo dos lazeres, de maneira mais geral, enfatizando as suas relações com a oferta cultural promovida por instâncias associativas e comerciais. O propósito heurístico dessa abordagem é compreender os esportes como um ramo do lazer, dado que esses fenômenos parecem estar submetidos a condicionantes semelhantes (*cf.* SEAMAN, 2003; HALLMANN, et. al., 2017).

Em Ilhéus, os esportes e outras atividades de lazer se desenvolveram diante de processos de industrialização e urbanização ainda incipientes. Entre 1880 e 1920, período do primeiro surto de modernização da cidade, bem como de organização das primeiras iniciativas esportivas, datadas de meados da primeira década do século 20 (CAMPOS, 2006; SANTOS, 2020), a população de Ilhéus aumentou 600% (MAHONY, 2007). Em 1923, segundo classificação adotada na época, somente 16% da população de Ilhéus, que eram os residentes da sede do município, viveriam em uma “área urbana”. Todos os demais distritos eram classificados como “área rural” (BAHIA, 1926, p. 291-409). Na verdade, mesmo a sede do município, com seus 10.779 habitantes e que reunia as atividades comerciais e as ocupações propriamente urbanas, tinha nessa época uma densidade demográfica 20 vezes menor que Salvador, o que expressa o quão limitado era o processo de urbanização.

Logo, a baixa densidade demográfica distanciava as condições de vida em Ilhéus nesse período daquilo que usualmente se define como uma “experiência urbana”, tal como descrito por Simmel (1973), quais sejam, o anonimato, o cotidiano acelerado e a intensificação dos estímulos sensoriais. Esses aspectos eram identificados no Brasil desde a transição entre os séculos 19 e 20, senão antes, ao menos naquelas cidades que reuniam as maiores populações, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, que em 1890 contavam, respectivamente, mais de 520 mil, 170 mil e 110 mil habitantes (BRASIL, 1936, p. 46). Em cidades como Ilhéus, entretanto, ocasiões para experiências desse tipo, quando existiam, eram raras e geralmente estavam circunscritas a pequenos grupos. Os esportes e especialmente o cinema, que era a atividade de lazer comercial e destinada a “causar sensações” ofertado de modo mais regular e constante na cidade, estiveram entre as principais formas de vivenciar essas novas fontes de estímulo sensorial.

Ao definir o que seriam áreas urbanas no Sul da Bahia, Milton Santos (1957) destacou as dificuldades do assunto, dado uma série de peculiaridades da ocupação da região, afirmando, em sentido contrário, o seu caráter predominantemente rural. Segundo ele, em análise da década de 1950, além da maioria da população viver em áreas rurais, ocupando-se na produção agrícola, várias fazendas constituíam povoados quase inteiramente autônomos, com suas próprias capelas, armazéns, barbearias e até cinemas, o que resultava em uma estrutura populacional rarefeita, com habitações isoladas e dispersas no meio das plantações. Tais características diminuía o papel das cidades como centros fornecedores de serviços especializados. Além disso, o predomínio da monocultura orientada para a exportação impunha funções tipicamente urbanas ao agricultor, especialmente o comércio, na medida em que quase não havia estímulo econômico para a prática da agricultura de subsistência. Em última instância, todo agricultor era um comerciante. As cidades, por outro lado, estavam “indissolúvelmente”, ele diz, subordinadas às necessidades das atividades agrícolas. Nas palavras dele: “a ‘cidade’ é, para o seu distrito, um entreposto do cacau e *somente* do cacau, e o seu comércio se desenvolve *apenas* para servir aos produtores de cacau” (p. 71-72, grifos no original). Não por acaso, Santos se refere a maioria das “cidades” da região como “cidadezinhas”, “vilarejos”, “arraias”, “cidades-vilas” ou “vilas-cidades” (*passim*), isto é, “pequenas aglomerações, meio urbanas, meio rurais, vinculadas estreitamente à terra e ao tipo de sua exploração” (p. 52).

Tais circunstâncias, porém, não impediram o florescimento de esportes e outras práticas de lazer. Ao contrário, foi o desenvolvimento de uma economia inteiramente sustentada por atividades agrícolas o principal aspecto a criar condições para o surgimento dos esportes e certa diversificação na oferta de lazer em Ilhéus. Entretanto, a natureza do desenvolvimento econômico e social permitido por uma estrutura produtiva desse tipo

foi também o principal obstáculo para a sustentabilidade e ampliação do alcance desse processo.

ESPORTE, LAZER E MODERNIZAÇÃO EM ILHÉUS

As primeiras iniciativas para a prática de esportes em Ilhéus foram organizadas a partir de meados da primeira década do século 20 (CAMPOS, 2006; SANTOS, 2020). As circunstâncias históricas que envolviam tais iniciativas não diferiram muito daquelas usualmente apontadas para outras cidades brasileiras no período, quais sejam, o desenvolvimento de esportes como um homólogo, no âmbito das práticas corporais, de processos mais gerais de modernização (MELO, 2010). No caso de Ilhéus, em particular, a dinâmica econômica desencadeada pela produção e comercialização de cacau é o principal elemento por detrás do pequeno surto de modernização que progressivamente afetou a cidade a partir do quartel final do século 19 (FREITAS, PARAÍSO, 2001; GARCEZ, FREITAS, 1975).

A dinamização econômica permitida pela plantação e exportação do cacau a partir de meados do século 19 esteve associada a transformações que se processaram na Bahia e nas demandas dos mercados internacionais. Por um lado, a grave crise no ramo de produção açucareira, que constituía, em meados do século 19, o eixo mais relevante da economia da Bahia, incitava a busca por alternativas. Por outro lado, condições do Sul da Bahia, especialmente a relativa abundância na oferta de terras devolutas e a ecologia da região, configuraram um ambiente favorável a esta cultura (GARCEZ, FREITAS, 1975; MAHONY, 2006). Além disso, a invenção do chocolate ao leite na década de 1870, associada a uma elevação das rendas nos Estados Unidos e alguns países da Europa Ocidental, permitiu a ampliação da demanda global por cacau, elevando o preço do produto e incentivando a cacauicultura. Desse momento em diante, o cultivo do cacau em Ilhéus, que já era praticado desde antes, ganhou novo e extraordinário impulso. Comerciantes de Salvador e até de outros países começaram a investir no cultivo deste produto na região, ao mesmo tempo em que camponeses pobres, vindos sobretudo de outras cidades da Bahia ou de outros Estados do Nordeste (especialmente Sergipe, Alagoas e Ceará), migravam para a região em busca de trabalho.

Logo, a produção do cacau, iniciada ali por volta de 1834 e expandida a partir da década de 1860, tornou-se o principal elemento a permitir que a antiga Vila de São Jorge dos Ilhéus fosse elevada à categoria de cidade em 1881. No período entre 1834 e 1931, o volume de produção de cacau na região saltou de 47 toneladas para 76 mil toneladas – um aumento médio de cerca de 16% ao ano, por um período de quase 100 anos (BAIARDI,

1984, p. 57-65). Concomitantemente, entre 1880 e 1920, Ilhéus deixou de ser uma vila com cerca de 500 propriedades agrícolas e 10 mil habitantes, para se tornar uma cidade com mais de 6.000 fazendas e uma população com quase 70 mil habitantes (MAHONY, 2007).

Já em 1876, como parte das primeiras consequências desencadeadas pela economia cacauêira, foi inaugurada uma estação telegráfica na cidade. Em 1889, no mesmo sentido, foi inaugurado um sistema de iluminação pública com lâmpões a querosene importados da Bélgica. Memórias de Costa (1995), que chegou em Ilhéus em 1897, fugindo da seca no sertão da Bahia, registraram um sentimento de estupefação com a fartura que parecia afetar Ilhéus já naquele período.

Em princípios do século 20, o fluxo de embarcações entre Ilhéus e Salvador, onde se localizava o porto internacional mais próximo (apenas a partir de 1926 a exportação de cacau passou a acontecer diretamente do porto de Ilhéus), somava 33 lanchas e três vapores. Em 1904, apontamentos de Arthur Dias, que visitou várias cidades brasileiras a fim de observar seus respectivos níveis de progresso, registrou, em Ilhéus, uma “vida animada” e de “adiantamento material”, conforme palavras dele, destacando a presença de imigrantes e o afluxo de capitais, no que ele chamou simplesmente de “dinheiro em abundância”. Segundo ele, nessa época, a cidade apresentava “bons hotéis, palacetes modernos, ruas pavimentadas de pedra, comércio forte e ativo, ostentando bem providos armazéns e lojas de artigos de luxo, jornais bem feitos, fábricas de chocolate, de doces e de sabão” (*apud*. CAMPOS, 2006, p. 449-450).

Ao longo das duas primeiras décadas do século 20, a importância do cacau para a economia e para a estruturação das relações sociais na cidade só fez aumentar. Ao longo desse período, o Brasil se tornou o segundo maior produtor mundial de cacau, com boa parte da produção brasileira saindo do Sul da Bahia (MAHONY, 2006). Nesse contexto, Ilhéus se tornou o principal centro do que ficou conhecido como “civilização do cacau” (FILHO, 1976). Ao final da primeira década do século 20, mais sinais de transformações urbanas e sociais se faziam notar, o que começou a ser repetidamente registrado e divulgado. Conforme um desses registros, vinculado pelo *Jornal de Notícias*, publicado em Ilhéus em 1909:

A bela cidade de Ilhéus, uma das melhores de nosso Estado, passa por uma grande reforma. As ruas estão sendo alargadas, as casas não alinhadas estão sendo destruídas [...] Um edifício apropriado, construído há pouco para o serviço da Intendência, chama imediatamente atenção do visitante [...] A conservação urbana é rigorosa. A carne fresca é conduzida aos açougues dentro de carros apropriados e fechados. Uma grande quantidade de blocos de pedra e armações de ferro, provenientes da América do Norte, foram recebidas para o calçamento geral da cidade, em substituição as antigas pedras (*apud*. FREITAS, PARAÍSO, 2001, p. 140).

Ao longo da década de 1910, na medida em que se ampliava a concentração no cultivo e comercialização do cacau em Ilhéus, a estrutura urbana da cidade seguiu se transformando nesse mesmo sentido. As obras da rede de esgoto tiveram início nesse período, bem como a construção de um novo porto e de uma ferrovia. Nessa época, haveria ainda a inauguração de fábricas de gelo, sabão, charuto, cigarros, vinagre, calçados, bebidas, argila, objetos de barro e de torrefação de café (CAMPOS, 2006, p. 523-524; FREITAS, PARAÍSO, 2001, p. 161). O comércio incluía hotéis, albergues, cafés, bares, farmácias, açougues, relojoarias, joalherias, alfaiatarias, sapatarias, barbearias, ferrarias e lojas de material de construção, sem mencionar a oferta de serviços de engenheiros, médicos, dentistas, advogados, fotógrafos e agrônomos. Entre 1915 e 1917, foi inaugurado o sistema de iluminação pública movido à eletricidade e uma agência bancária, além de mais algumas ruas terem sido calçadas. Em princípios dos anos 1920, um documento censitário do governo da Bahia registrava que Ilhéus era a cidade do interior do Estado onde circulava o maior valor de comercialização de mercadorias. “É a zona de maior riqueza da Bahia”, dizia o documento, referindo-se a Ilhéus (BAHIA, 1926, p. 101). Tudo isso de fato dava à cidade – ou pelo menos à sede do município – uma dimensão mais urbanizada (Figuras 1-4).



Figura 1. Vista de Ilhéus em princípios do século 20

Fonte: ZEHTNER, Leo. *Le cacaoyer dans L'Etat de Bahia*. Berlim: R. Friedlander, 1914, *apud*. CARVALHO, 2015, p. 52.



Figura 2. Vista do porto de Ilhéus

Fonte: Soub, 2013, p. 147.



Figura 3. Vista da avenida Beira-Mar

Fonte: Soub, 2013, p. 177.



Foto: P. Pinillos, 1925 – Acervo: José Nazal

Figura 4. Vista do centro urbano de Ilhéus

Fonte: Foto de P. Pinillos (1925), acervo pessoal de José Nazal Pacheco Soub.

De maneira ainda mais enfática, a imprensa local retratava esses acontecimentos como símbolos inquestionáveis de progresso que mereciam destaque e celebração. Cada nova rua calçada, cada nova praça construída, cada nova loja do comércio urbano da cidade inaugurada era noticiada em tom entusiasmado. Conforme um artigo do *Jornal de Ilhéus*, publicado em 1918:

Para grande honra da Bahia, a municipalidade e a cidade de Ilhéus assumiram posição de grande evidência na vida econômica e política, colocando-se com brio na vanguarda das municipalidades do Estado. Eis a cidade com iluminação elétrica, serviço telefônico e de esgoto, sede de um bispado e de um vice-consulado, cheia de jardins, passeios e diversões, salubre e com uma arquitetura quase completamente moderna, destacando-se as confortáveis mansões, elegantes e ricas. Por seu vigor e riqueza, Ilhéus vem a ser o centro comercial do sul da Bahia (*apud.*, FREITAS, PARAÍSO, 2001, p. 146).

Ao lado da expansão econômica e demográfica promovida pela cacauicultura, novos empreendimentos para a oferta de lazer também tiveram lugar. O enriquecimento das elites ensejava certa disposição para gastos conspícuos, o que gerava demanda nesse setor. Comportamentos de consumo desse tipo podem se fazer presentes de modo especialmente marcantes em regiões afetadas por acelerado crescimento populacional, como era o caso de Ilhéus nesse período, quando formas tradicionais de distinção e articulação de identidades podem parecer instáveis aos contemporâneos, estimulando-

lhês na busca por novos modos de coesão e distinção social (SENNET, 2014). Ademais, a exibição pública de status em cidades pequenas, por meio de demonstrações de riqueza em atividades de lazer, podia funcionar como mais um recurso simbólico na disputa pela hegemonia que frequentemente atravessava as clivagens entre grupos oligárquicos rivais (cf. CANIELLO, 2003; QUEIROZ, 1977). Em Ilhéus, esses mecanismos foram mobilizados não apenas pelos estratos sociais superiores, mas por trabalhadores urbanos, que se organizavam para a construção de associações, que tinham na promoção de atividades de lazer uma de suas finalidades (CARVALHO, 2015).

Em 1889, foram criados dois clubes carnavalescos: o “Clube da Paz” e os “Cavalheiros da Turquia” (CAMPOS, 2006). Em 1910, com o pomposo nome de “Palácio”, foi inaugurado o primeiro cinema da cidade, que funcionou apenas por alguns meses. Mais tarde, entre 1911 e 1912, foram inaugurados novos estabelecimentos para exibição de filmes, o “Cinema Ideal” e o “Cine Elite” (CAMPOS, 2006). A partir de meados da década de 1910, cinemas se tornaram um dos principais e mais regulares locais de lazer da cidade, ao menos para alguns estratos sociais. Nos cinemas, realizavam-se, além da exibição de filmes, reuniões de clubes e associações, concertos musicais, encenações teatrais, saraus literários, espetáculos de circos e lutas de boxe. Em meados da década de 1920, Ilhéus chegou a ter seis cinemas funcionando simultaneamente: o Central, o Pery e o Vesúvio, no centro da cidade; o São João, no arraial do Pontal; o Unahyp, no arraial de Água Preta (atual município de Uruçuca); e o Cine-Theatro Laroça, no arraial de Pirangi (atual município de Itajuípe) (CAMPOS, 2006; EM PIRANGY, 9 de outubro de 1924; NOTÍCIAS DE ÁGUA PRETA, 5 de junho de 1926).

O Cine Central e o Pery, no centro da cidade, pareciam reunir programação mais variada, que incluía desde grupos musicais ou companhias teatrais itinerantes, até apresentações de grupos amadores locais. O modo como a imprensa de Ilhéus divulgava os eventos realizados nesses dois cinemas costumava enfatizar as origens, as experiências e o virtuosismo dos artistas, destacando o fato deles já terem realizado exibições nos centros mais adiantados do país, como se dizia, num claro esforço de imprimir aos eventos simbolismos de sofisticação e cosmopolitismo. Em contrapartida, cinemas nos arraiais da cidade não realizavam propagandas e quase nunca foram objeto de notícias nas páginas do jornal *Correio de Ilhéus*, que constitui a nossa principal e mais abundante fonte.¹ A julgar pela caracterização ficcional elaborada por Jorge Amado (2010) no romance *Cacau*, onde o personagem principal desfruta de alguns dos seus dias de folga do trabalho nas fazendas em festas e outras diversões no centro de Pirangi, cinemas dos arraiais, frequentados

1. Exemplos do acervo do Centro de Documentação e Memória Regional (Cedoc), da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc).

por moradores dos povoados rurais, deviam funcionar de modo mais precário e menos ostentoso, com pulgas, percevejos, gente em pé, filmes arrebitados e orquestras desafinadas.

Com muita ou pouca precariedade, ao longo da década de 1920, oportunidades de lazer em Ilhéus já poderiam ser classificadas como *relativamente abundantes*, com oferta regular de bailes, piqueniques e espetáculos cinematográficos, teatrais, circenses e musicais. É difícil saber quais grupos tomavam parte dessas atividades. Aparentemente, havia predominância de “estratos intermediários”, como profissionais liberais, funcionários públicos, empregados do comércio e trabalhadores urbanos especializados, embora grupos das elites, notadamente proprietários agrícolas e grandes comerciantes estivessem também envolvidos (CARVALHO, 2015; SILVA, 2012).

Dentre as instituições especialmente dedicadas à oferta de lazer que funcionaram em Ilhéus ao longo da década de 1920, destacaram-se, afora os cinemas, o Grêmio Dramático Agrário de Menezes, o Grêmio Dramático Rui Barbosa, o Grêmio Turumbãmba, o Grêmio Dramático Mutuense, o Grêmio Dramático Taborda, o Grêmio Recreativo Belmonte, o Grêmio Literário Olavo Bilac, o Club Sul Baiano, o Club A Floresta e a Euterpe 3 de Maio (cf. BAHIA, 1926, p. 189; BAILES, 28 de junho de 1923; ÁGUA PRETA SOCIAL, 8 de julho de 1926; CLUB SUL BAHIANO, 24 de julho de 1924; GREMIO TURUMBÃMBA, 22 de novembro de 1924; GREMIO DRAMATICO MUTUENSE, 4 de dezembro de 1924; GREMIO TABORDA, 29 de outubro de 1925; GRÊMIO RECREATIVO BELMONTE, 27 de novembro de 1926). Essas iniciativas eram repetidamente retratadas pela imprensa local como “provas incontestes do grau de civilização de um povoado” ou “demonstração insofismável de progresso social” (ÁGUA PRETA SOCIAL, 8 de julho de 1926, p. 2; AS VITÓRIAS DO ESPORTE, 29 de abril de 1926, p. 1).

Apesar da sede do município de Ilhéus concentrar o maior número de iniciativas, essas associações recreativas não estavam limitadas apenas àquela região da cidade. Algumas delas foram fundadas e funcionavam fora dali, em pequenos arraiais e vilas de diferentes distritos do município. De todas as 10 associações recreativas mencionadas nas páginas do jornal *Correio de Ilhéus* na década de 1920, cerca de 50% estavam fora da sede do município. Modestas expansões comerciais dos arraiais de Água Preta e Pirangi na época talvez sejam parte da explicação para essa relativa difusão geográfica de associações recreativas.

Além dessas associações dedicadas a literatura, ao teatro e a música, havia vários clubes esportivos. Com efeito, os esportes compunham parte relevante dessa oferta de novas oportunidades de lazer da cidade. Apenas ao longo da década de 1920, ao menos 36 equipes ou clubes esportivos foram formados em Ilhéus, a julgar pelo que se pode apurar

a partir de notícias publicadas no jornal *Correio de Ilhéus* para aquele período. A maioria dessas equipes ou clubes pareciam se dedicar, sobretudo, ao futebol, embora também tenham sido criados no período três clubes especificamente voltados ao remo e a natação (DESPORTIVAS, 9 de maio de 1922; A REGATA DE DOMINGO, 16 de dezembro de 1926; A FUNDAÇÃO DO CLUBE ILHEOPOLIS..., 2 de junho de 1925). Além de organizarem eventos esportivos, vários desses clubes promoviam bailes, piqueniques, saraus literários, concertos musicais e espetáculos teatrais. Clubes esportivos em Ilhéus, portanto, do mesmo modo como acontecia em outras cidades do Brasil, funcionavam como instituições para a oferta de lazer, de maneira mais ampla, servindo, a um só tempo, como relevantes espaços sociais à diversão, ao convívio e exibição pública de status (cf. GAMBETA, 2015; DIAS, 2018; GOMES, AMGARTEN QUITZAU, SILVA, 2020; SOUZA, 2017).

Tal como as associações recreativas mais genéricas, clubes dedicados aos esportes foram fundados em diferentes pontos de Ilhéus. Sempre tomando como fonte o jornal *Correio de Ilhéus*, consegue-se identificar o local onde foram formados 29 clubes esportivos, sendo 41% desses (15) nos distritos e 38% (14) na sede do município, isto é, no centro urbano de Ilhéus. No centro ou nos distritos, quase todos não parecem ter se mantido ativos por muito tempo, limitando-se a atuar em uma única ocasião, por alguns meses ou no máximo por alguns poucos anos. As mais notáveis exceções foram o Satélite Sport Club, o State Sport Club, o Flamengo Sport Club, o Victória Sport Club, o São Salvador Sport Club, a Associação Atlética de Ilhéus e o Brasil Esporte Clube, que parecem ter constituído os principais meios para promoção de esportes em Ilhéus naquele período. Em 1925, alguns desses clubes (com exceção do Satélite e do State) se envolveram na fundação de uma entidade que congregasse várias equipes da cidade, a Liga Ilheense de Desportos Terrestres (TORNEIO DESPORTIVO, 30 de junho de 1925), que organizou, dali em diante, várias partidas e campeonatos de futebol. Em 1926, por iniciativa dessas agremiações, teria existido ainda um jornal inteiramente dedicado aos esportes (O GRITO ESPORTIVO, 29 de maio de 1926).

LAZER E ESTRUTURA PRODUTIVA DE ILHÉUS

Apesar dos progressos, Ilhéus tinha ainda muitas limitações na estrutura da oferta de lazer, o que é notável ao comparar com situações de outras cidades da Bahia menos populosas. Uma comparação pode ser feita utilizando um censo estadual do governo da Bahia para o ano de 1923. Trata-se de um documento incompleto e cujos dados, muito provavelmente, são subestimados. Na parte dedicada às “estatísticas morais e intelectuais”, que reúne informações sobre o número de bibliotecas, cinemas, clubes esportivos e outras

casas de diversões, lê-se que cerca de 50% dos municípios do Estado não responderam aos questionários enviados para elaboração daquela pesquisa, o que, por si só, limita severamente as informações contidas ali. Informações arroladas por pesquisa de Santos (2020) acerca do futebol no interior da Bahia na década de 1920, por exemplo, revela vários clubes dedicados a essa modalidade em cidades que não foram registradas nesse censo estadual, tais como Itabuna, Mata de São João, Catu, Alagoinhas, Inhampube, Feira de Santana, Lençóis, Senhor do Bonfim, Mundo Novo, Juazeiro, Jequié, São Gonçalo, Iaçú, Jaguaripe, Itaparica, São Felix, Mar Grande e Amargosa, o que confirma que os dados desse censo são de fato subestimados. Outrossim, o documento registra informações apenas relativas ao ano de 1923, não capturando a dinâmica que afetava o universo da oferta de lazer, bastante volúvel e marcado por frequentes falências e aberturas de novos empreendimentos. Todavia, mesmo assim, o documento oferece indícios a respeito da dinâmica de lazer na região no período.

Em Cachoeira, por exemplo, onde se contava cerca de 40 mil habitantes em 1923, havia quatro clubes esportivos nessa época, enquanto Ilhéus, que contava na mesma época uma população de 68 mil habitantes, registrava três clubes esportivos. Santo Amaro, com uma população de cerca de 92 mil habitantes, contava oito clubes esportivos. Considerando não apenas o número absoluto de clubes, mas a sua relação com o tamanho das populações destas cidades, no que parece um indicador relativo mais adequado da abundância ou da escassez na oferta de oportunidades de lazer, Cachoeira contaria um clube esportivo para cada 10 mil habitantes, aproximadamente, enquanto em Ilhéus, essa relação seria de cerca de um clube esportivo para cada 22 mil habitantes, numa oferta 2,2 vezes menor, portanto. Santo Amaro teria um clube de esportes para cada 11,5 mil habitantes, no que representaria uma oferta quase duas vezes maior que Ilhéus (BAHIA, 1926, p. 195-200). Também as pequenas cidades de Saúde, Jeremoabo e Minas do Rio de Contas, além de Salvador, teriam uma oferta relativa de esportes maior do que a de Ilhéus (ver Tabela 1 e Gráfico 1).

Município	População	Clubes Esportivos	Habitantes por clubes esportivos
Afonso Pena	41256	1	41256
Cachoeira	40802	4	10201
Condeúba	65601	1	65601
Conquista	72343	2	36172
Jeremoabo	17753	2	8877
Ilhéus	68556	3	22852
Jequiricá	26543	1	26543
Minas do Rio de Contas	17797	1	17797
Salvador	308451	17	18144
Santo Amaro	92403	8	11550
Santo Antônio de Jesus	26812	1	26812
Saúde	16626	2	8313

Tabela 1. Razão entre número de habitantes e clubes esportivos na Bahia em 1923

Fonte: Bahia, 1926, p. 195-200. Elaboração dos autores.

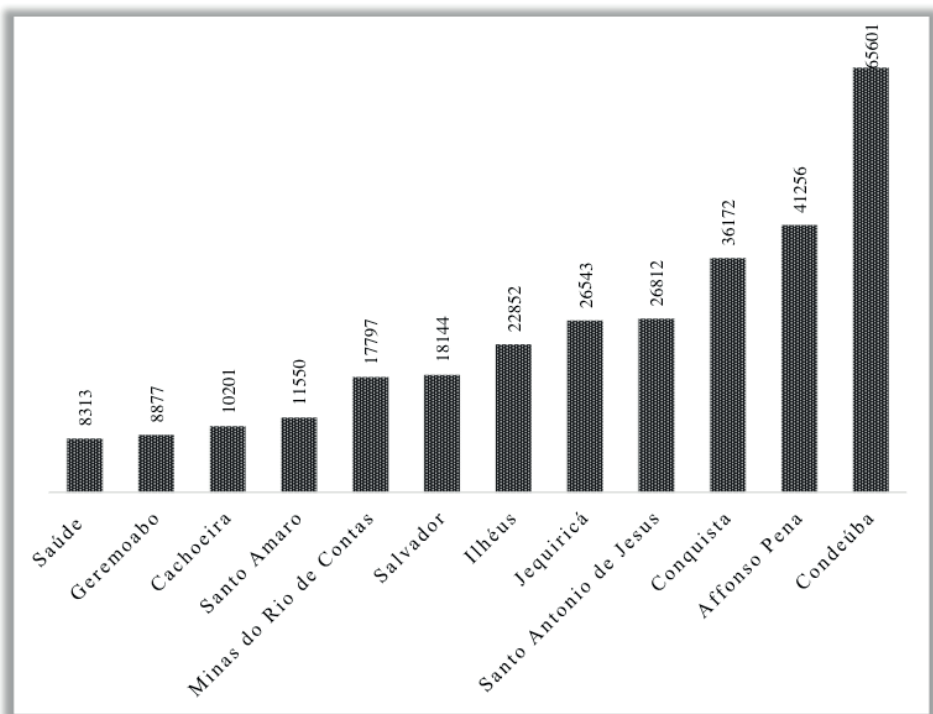


Gráfico 1. Número de habitantes por clube esportivo, Bahia, 1923

Fonte: Bahia, 1926, p. 195-200. Elaboração dos autores.

Outras atividades de lazer que não apenas os esportes poderiam encontrar uma oferta maior e mais abundante em outras cidades da Bahia. Em Nazaré, que contava cerca de 26 mil habitantes em 1923, havia dois cinemas em funcionamento nessa época, que era o mesmo número dos que funcionavam em Ilhéus nesta data, que contava, porém, uma população significativamente maior. Em termos relativos, a razão entre o número de cinemas e a população em Nazaré, que era de um a cada 13 mil habitantes, contra um a cada 34 mil habitantes em Ilhéus, significava que um habitante de Nazaré tinha uma oferta de cinema 2,6 vezes maior que um habitante de Ilhéus. Uma oferta relativa de cinemas na Bahia maior do que a de Ilhéus estaria disponível ainda em Andaraí, São Felix, Geremoabo, Canaveiras, Remanso, Castro Alves, Rui Barbosa, Santo Antônio de Jesus, Maragogipe, Amargosa e Barreiras (ver Tabela 2 e Gráfico 2).

Município	População	Cinema	Habitantes por cinema
Alagoinhas	39841	1	39841
Amargosa	33625	1	33625
Andaraí	10100	1	10100
Barreiras	33845	1	33845
Bomfim	40819	1	40819
Canavieiras	20243	1	20243
Castro Alves	25400	1	25400
Conquista	72343	1	72343
Feira de Santana	84434	1	84434
Geremoabo	17753	1	17753
Ilhéus	68556	2	34278
Jacobina	43995	1	43995
Jequié	44254	1	44254
Maragogipe	31834	1	31834
Morro do Chapéu	43153	2	21576
Nazaré	13142	1	13142
Remanso	24495	1	24495
Rui Barbosa	26465	1	26465
Salvador	308451	4	77112
Santo Amaro	92403	1	92403
Santo Antônio de Jesus	26812	1	26812
São Felix	13842	1	13842

Tabela 2. Razão entre número de habitantes e cinemas na Bahia em 1923

Fonte: Bahia, 1926, p. 195-200. Elaboração dos autores.

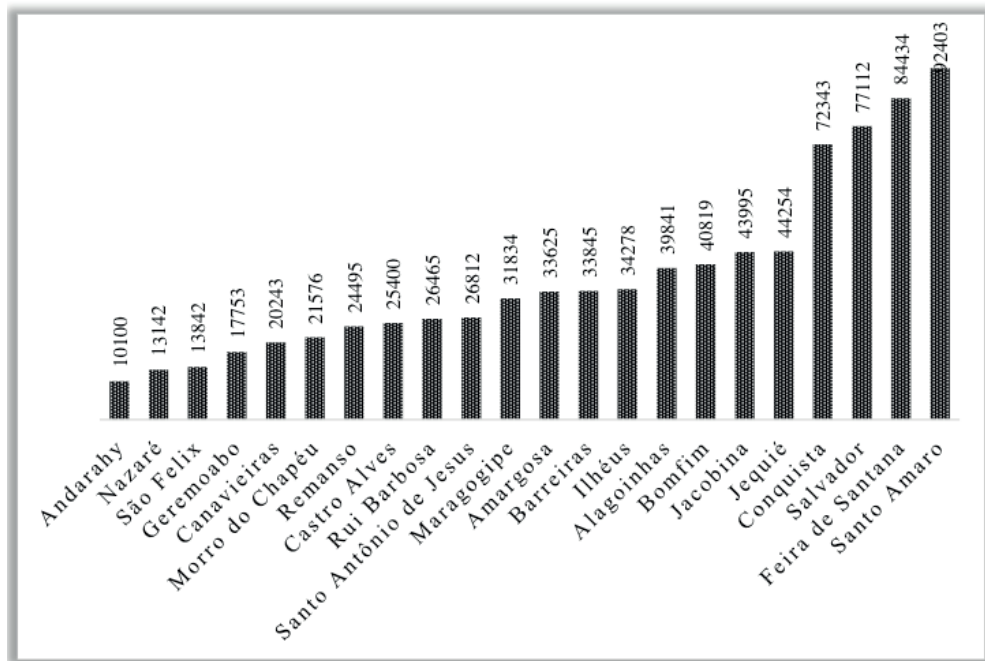


Gráfico 2. Número de habitantes por cinema, Bahia, 1923

Fonte: Bahia, 1926, p. 195-200. Elaboração dos autores.

Essas limitações ficam ainda mais evidentes se confrontarmos a situação da Bahia – e de Ilhéus, em particular – com o Estado de São Paulo, a chamada “civilização do café”. Tomando-se os dados do *Anuário Estatístico do Brasil* para os princípios da década de 1920, a Bahia era um dos Estados que tinha a menor oferta de “casas de espetáculo” por habitante naquela época, com uma oferta relativa maior apenas que Goiás, Pará, Piauí e Maranhão, embora estivesse entre os quatro Estados com maior número absoluto dessas instalações (excluindo-se o Distrito Federal). Em São Paulo, havia 398 casas de espetáculo, o que representava uma para cada 11 mil habitantes. Na Bahia, onde havia 80 casas de espetáculo, esse coeficiente era de uma para cada 41 mil habitantes (BRASIL, 1922, p. 367).

Omissões de informações daquele mesmo tipo que afetaram o censo estadual organizado pelo governo da Bahia poderiam estar presentes aqui também. Todavia, essas possibilidades de subestimação poderiam afetar igualmente outros Estados, o que manteria certa isonomia na comparabilidade desses dados. Em todo caso, com essas críticas acerca da confiabilidade das informações sobre a Bahia, tomamos esses números apenas como parâmetros genéricos e imprecisos para uma comparação superficial sobre a magnitude das ofertas de lazer e cultura nesses diferentes contextos.

Se confrontarmos, mais especificamente, a estrutura de lazer de Ilhéus, o núcleo da “civilização do cacau”, com algumas das chamadas “cidades do café”, em São Paulo, fortes contrastes aparecem novamente. Em Rio Claro, que contava uma população de cerca de 50 mil habitantes em 1920, havia quatro cinemas, numa razão relativa de um para cada 12 mil habitantes, aproximadamente, segundo o *Anuário Estatístico de São Paulo* daquele ano. Em Franca, no mesmo sentido, com uma população de cerca de 44 mil habitantes nessa época, havia três cinemas, configurando uma razão de um cinema para cada 14 mil habitantes, aproximadamente (SÃO PAULO, 1923, p. 288-290). Resultados similares podem ser obtidos em outras cidades de São Paulo, considerando-se tanto os cinemas, quanto os teatros ou outras “casas de diversão”. Não sem razão, estudos sobre a cultura ou o mercado de entretenimentos em cidades de São Paulo sob os efeitos da cafeicultura têm destacado a exuberância deste universo, enfatizando a riqueza e a diversidade na oferta de espetáculos de cinemas, teatros, circos ou música que havia ali (LAPA, 2008; AZEVEDO, 2015; FOLLIS, 2004; MORAES, 2014; PAZIAN, 2003; BORGES, 1999; SANTOS, 2002; FERNANDES, 2011).

Por que a economia do cacau não parece ter sido capaz de fomentar um desenvolvimento cultural análogo ao daquele permitido pelo café? Em diferentes graus, variando de acordo com a região específica, a expansão da cafeicultura no Sudeste brasileiro entre os meados do século 19 e as primeiras décadas do século 20, especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, ofereceu excedentes econômicos para a diversificação das atividades, envolvendo progressivamente o setor do comércio, do transporte ou da indústria (SINGER, 1977; LIMA, 1981; MELO, 2002; DEAN, 1975; ABREU, 1987, p. 54-58; TOPIK, 1991). A própria agricultura de São Paulo, apesar de bastante dependente do café, tinha considerável grau de diversificação (COLISTETE, 2015; LUNA, KLEIN, SUMMERHILL, 2014). Em São Paulo, além disso, a decidida política de colonização com imigrantes europeus elevou o capital humano da região, o que favoreceu condições para o desenvolvimento econômico, apesar dos limitados investimentos em educação (cf. WEGENAST, 2010; ROCHA, FERRAZ, SOARES, 2017). Em Ilhéus, diferentemente, todos esses elementos estiveram ausentes e a própria natureza da acumulação da economia cacauífera limitou os efeitos de encadeamento desse tipo (WILLUMSEN, DUTT, 1991).

O modo de produção e comercialização do cacau praticado em Ilhéus, pressupunha inúmeros intermediários, o que resultava na concentração da acumulação de capital entre grandes proprietários ou representantes de casas comerciais, que além de capitalistas locais, contava com a presença de comerciantes de Salvador ou até mesmo de outros países (FREITAS, PARAÍSO, 2001). Uma vez que a colheita da primeira safra do cacau demorava entre quatro e oito anos, o pequeno agricultor, com menos possibilidades econômicas para

esperar, vendia suas árvores cultivadas em pequenas plantações para grandes fazendeiros ou casas exportadoras. Uma vez vendida essas pequenas plantações, o pequeno agricultor pobre partia em direção a novas zonas de expansão, dado que havia terras disponíveis e a demanda pelo produto era grande, onde o processo então se repetiria. Assim, grandes fazendas geralmente foram estabelecidas através da justaposição de várias pequenas roças que foram progressivamente incorporadas a um mesmo regime de propriedade. A fazenda Morro Redondo, por exemplo, analisada por Milton Santos (1957) em meados da década de 1950, quando era uma das maiores da região, havia sido adquirida em 1919, com uma extensão de apenas 10 hectares. Por volta de 1957, contudo, após 38 anos da aquisição inicial e depois de incorporar quase 500 pequenas roças vizinhas, essa fazenda tinha já cerca de 1.500 hectares.

A introdução de novas e mais resistentes espécies de cacau permitiu que as áreas cultivadas fossem expandidas, estendendo-se até a cidade de Jequié, há mais de 200 quilômetros do litoral Sul da Bahia (GARCEZ, FREITAS, 1975). Tal como toda a agricultura brasileira ao longo da primeira metade do século 20, o aumento da produção de cacau em Ilhéus realizou-se por meio desta expansão da área cultivada promovida por pequenos agricultores pobres, quase sem nenhum aprimoramento técnico, o que no médio prazo comprometeu a produtividade agrícola, especialmente após as terras mais férteis começarem a dar sinais de esgotamento, ao mesmo tempo em que a produção se expandia para solos menos férteis e mais distantes dos centros de comercialização (BAIARDI, 1984; KLEIN, LUNA, 2020). Mesmo técnicas primitivas como a poda ou controles de pragas por meio de manejo florestal raramente eram adotadas (SANTOS, 1957).

A crescente interiorização da cacauicultura, em um contexto de consideráveis precariedades de infraestrutura, dificultava o transporte da produção até o local de comercialização, aumentando o número de intermediários envolvidos na operação, o que agravava o grau de concentração das rendas obtidas com o produto, pois apenas os maiores produtores poderiam dispor de recursos para transportar o cacau. Desprovidos da propriedade da terra, esses pequenos agricultores pobres tinham menos oportunidades de praticar a policultura de subsistência, onde plantariam alimentos para o seu próprio consumo, o que lhes obrigava a vender sua mão de obra para o trabalho nas grandes fazendas, a fim de obter recursos monetários para aquisição de suas necessidades no mercado. Desse modo, a monocultura do cacau se tornava uma condição incontornável. Em 1920, segundo dados do recenseamento nacional daquele ano, 93% das terras cultiváveis de Ilhéus estavam dedicadas ao cacau. Nessa época, o cultivo de gêneros alimentícios básicos, como o arroz, o feijão e o milho, ocupava, somados, apenas 1,3% das terras cultivadas de Ilhéus (BRASIL, 1924, v. III, 2º parte). Com efeito, quase todo o abastecimento

alimentar de Ilhéus, com exceção da mandioca, dependia da oferta comercial de produtos cultivados em outras regiões.

Nesse sistema, apenas os trabalhadores agrícolas chamados “contratistas” – análogo ao que se chamava “parceiros” ou “camaradas” em outras regiões do Brasil – eram empregados nas grandes fazendas de cacau com o direito de explorarem o acesso à terra para o plantio de itens para a sua subsistência e comercialização dos excedentes, além de uma remuneração por cada árvore de cacau semeada. De outro modo, os chamados trabalhadores “alugados” recebiam apenas remuneração em dinheiro pelos serviços executados, além de acesso a moradias em instalações dentro das fazendas, mas sem a possibilidade de explorarem partes da propriedade para plantarem outros itens. Trabalhadores “alugados”, além disso, eram obrigados a comprar todos os itens de consumo diário por meio de um sistema de crédito em vendas de propriedade do próprio fazendeiro, chamados armazéns, onde os preços eram inflacionados, gerando um regime de dependência e exploração semifeudal.

Não obstante, mesmo essa oferta de trabalho análoga à escravidão era sazonal, restringindo-se aos períodos de sementeação (entre maio e junho) e sobretudo de colheita do cacau (março e especialmente agosto), o que condenava muitos desses trabalhadores rurais ao desemprego e a pobreza extrema, ainda mais dramática entre os meses de janeiro e março, período conhecido na região como “paradeiro” (SANTOS, 1957). Para agravar o quadro, elevadas taxas de desemprego, diante de uma oferta abundante de mão de obra, fornecida principalmente por “flagelados da seca” ou por antigos empregados da decadente economia açucareira do Recôncavo baiano, deprimiam os salários daqueles que obtinham trabalho e limitavam a demanda da economia local, o que estimulava ainda mais os capitais a se manterem na aquisição de terras para expansão do cultivo do cacau como principal forma de investimento, já que uma diversificação produtiva ia se tornando cada vez menos atraente nestas condições.

Assim, nesse círculo vicioso, apenas uma pequena elite de produtores e grandes atacadistas capitalizavam os lucros obtidos pela economia do cacau. Estudos sobre o modo de estruturação da economia de Ilhéus no período analisado aqui, indicam que, apesar de metade dos comerciantes da cidade se dedicarem ao varejo, isto é, serem proprietários de pequenos negócios voltados para oferta de itens no mercado local, esse grupo participava de menos de 20% do volume de negócios da cidade. Em 1915, apenas seis atacadistas faziam circular capital equivalente ao de 134 varejistas. Conforme afirmaram Freitas e Paraíso (2001), “tudo parecia acontecer em benefício de uma classe comercial e sua rede de agentes” (p. 156). O resultado de tais circunstâncias foi uma economia muito concentrada, que privou largos contingentes da população do acesso aos recursos que

poderiam lhes permitir participar mais amplamente dos circuitos de trocas econômicas. Ainda em meados da década de 1970, estudos indicavam que 20% das famílias residentes na região concentravam 70% das rendas da economia local (BAIARDI, 1984, p. 113).

Esse conjunto de circunstâncias limitava o mercado consumidor da cidade e engendrava uma estrutura social muito desigual, onde a exibição luxuosa da riqueza através do consumo de bens e serviços sofisticados, convivia com a pobreza de amplas parcelas da população, no que seria determinante às possibilidades ou impossibilidades de estruturação de mercados de lazer na região. A descrição no romance *Cacau*, de Jorge Amado (2010), do modo como ricos e pobres tomavam parte do carnaval, dramatiza ficcionalmente a aguda divisão que de fato estruturava não apenas os momentos de lazer em Ilhéus naquele período, mas todo o conjunto de relações sociais da cidade. No romance, depois de compartilharem alguns momentos em comum nos festejos de rua, mas mantendo sempre certo distanciamento, ricos e pobres voltavam a se separar radicalmente depois. No baile na casa de um grande fazendeiro local, tão feericamente iluminada a querosene que até doía nos olhos, conforme descrição do romance, ricos tomavam champanhe dançando ao som de música executada ao piano alemão, enquanto trabalhadores rurais, moças pobres e empregados do comércio apenas observavam do lado de fora, no sereno e bebendo cachaça.

De certo modo, o contraste do romance apenas reproduz diferenças que encontravam correspondência na realidade, como sugerem crônicas sobre os carnavais de Ilhéus publicados nos jornais da cidade no período, onde “famílias” e “populares” participavam dos cordões. Depois dos festejos de rua, contudo, bailes nos salões das residências dos coronéis da região reuniam jovens caprichosamente fantasiados, que se deleitavam ao som de orquestras e *jazz bands*, com seus típicos repertórios de tangos e *fox-trots* (cf. CARNAVAL, 15 de fevereiro de 1923, p. 2).

A marcação acentuada das diferenças sociais não era eventual, mas estruturava o cotidiano da cidade, incluindo as diversões, que estariam igualmente condicionadas por relações de desigualdade. Em 1927, um relatório ao banco rural de Itabuna sobre a conveniência de uma estrada na região, sublinhou a aparente incapacidade de a economia de Ilhéus “reter a marcha dos capitais”. Segundo observações contidas neste documento, “nem mesmo os capitais destinados ao lazer ou aos prazeres a bela cidade [de Ilhéus] soube reter por falta de animação das suas atrações, pela exiguidade de recursos sociais e, sobretudo, pelo círculo vicioso no qual se meteu” (apud., FREITAS, PARAÍSO, 2001, p. 150).

Embora o documento não explicita, esse *círculo vicioso incapaz de reter a marcha dos capitais destinados ao lazer* era constituído pela própria natureza da economia do cacau.

Nesse sentido, as limitações do circuito de entretenimento de Ilhéus devem ser imputadas a própria limitação mais geral da dinâmica de modernização da cidade, inteiramente dependente da produção cacaujeira. A monocultura do cacau, que drenava quase todos os fatores de produção disponíveis na cidade, acabou por inviabilizar a edificação de outras atividades econômicas para a região. As “indústrias” que existiam na cidade – na verdade pequenas oficinas manufatureiras – eram economicamente irrelevantes (TAVARES, 1982), além de não terem origem nos excedentes da produção cacaujeira, que eram canalizados para fora da região (BAIARDI, 1984, p. 66). O comércio voltado ao mercado de abastecimento local, por seu turno, além de ser subordinado a economia cacaujeira, conforme apontara Milton Santos (1957), era pobre e pouco diversificado, a despeito do que as deslumbradas narrativas de viajantes e de artigos de jornais locais tenham registrado.

Com efeito, tanto narrativas de viajantes, quanto livros de memórias ou artigos nos jornais de Ilhéus, usualmente ligados às oligarquias locais e envolvidos nas disputas políticas que animavam esses grupos, tentavam deliberadamente imprimir à cidade ares de fausto e riqueza que existiam apenas em certa medida (cf. MAHONY, 2007). O jornal *Correio de Ilhéus*, por exemplo, que constitui a nossa principal fonte e donde se encontra muito material celebrando os progressos da cidade, era ligado à família Pessoa, que por sua vez controlava a Intendência Municipal desde 1912 (CARVALHO, 2015, p. 31). Esses documentos, portanto, conforme prescreve a disciplina do ofício, devem ser lidos com criticidade.

As divisas geradas na produção cacaujeira, apesar de terem se tornado importantes à decadente economia da Bahia, nunca atingiram patamares comparáveis com àquelas obtidas pela cafeicultura na ascendente economia do Sudeste (KLEIN, LUNA, 2020). Diante dos barões do café, os barões do cacau pareceriam menos ricos do que se imaginavam. Embora as elites de Ilhéus reivindicassem para a cidade o presunçoso epítome de “metrópole do sul da Bahia”, “empório cacaujeiro” soaria mais adequado (a expressão é de Milton Santos, 1957, p. 62).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso de Ilhéus ilustra uma situação onde o modo como se organizou a sua estrutura produtiva foi decisivo para o desenvolvimento histórico dos esportes e do lazer. Os modos de estruturação das relações de trabalho, de propriedade e de acumulação de capital, afinal, podem ter grande influência sobre todo um conjunto de relações sociais, com amplas consequências não apenas sobre a distribuição de renda, mas sobre os próprios modos de vida (cf. WOLF, 2003; WOLF, MINTZ, 2003; GASCO, 1996), o que tende a

circunscrever limites e possibilidades também para diversos segmentos dos mercados de lazer (cf. VEAL, 2016; GERSHUNY, 2000). Em Ilhéus, especificamente, o desenvolvimento de uma economia inteiramente sustentada por atividades agrícolas foi o principal aspecto a criar condições para o início de um incipiente processo modernizador, em cujo bojo surgiram as primeiras práticas de esportes, além de uma certa diversificação na oferta de lazer. Todavia, a própria natureza do desenvolvimento econômico e social permitido por uma estrutura produtiva desse tipo foi também o principal obstáculo para a sustentabilidade e ampliação do alcance desse processo.

REFERÊNCIAS

A FESTA DO “SATELLITE”. *Correio de Ilheus*, 5 de junho de 1930, n. 1343, p. 1.

A FUNDAÇÃO DO CLUBE ILHEOPOLIS de Natação e Regatas. *Correio de Ilhéos*, 2 de junho de 1925, n. 602, p.2.

A REGATA DE DOMINGO. *Correio de Ilhéos*, 16 de dezembro de 1926, n.832, p.1.

ABREU, Mauricio de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 1987.

ÁGUA PRETA SOCIAL. *Correio de Ilhéos*, 8 de julho de 1926, n. 769, p. 2.

AMADO, Jorge. *Cacau*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

AS VITÓRIAS DO ESPORTE. *Correio de Ilheos*, 29 de abril de 1926, n. 741, p. 1.

AZEVEDO, Veruschka de Sales. *Cinema e sociabilidade nas cidades do café*: Franca e Ribeirão Preto (1890-1930). Tese (Doutorado em História). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

BAHIA. *Anuário estatístico da Bahia 1923*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1926.

BAIARDI, Amílcar. *Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueteira da Bahia*. São Paulo / Salvador: Hucitec / Kieppe, 1984.

BAILES. *Correio de Ilhéos*, 28 de junho de 1923, n. 312, p. 2.

BORGES, Maria Elizia. *A pintura na capital do café*: sua história e evolução no período da Primeira República. Franca: Unesp Franca, 1999.

BRASIL. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, Typographia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936.

BRASIL. *Recenseamento de 1920*: agricultura, v. III, 2º parte. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1924.

CAMPOS, João da Silva. *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3 ed. Ilhéus: Editus, 2006.

CANIELLO, Márcio. O ethos sanjoanense: tradição e mudança em uma “cidade pequena”. *Mana*, v. 9, n. 1, p. 31-56, 2003.

CARNAVAL. *Correio de Ilhéos*, 15 de fevereiro de 1923, n. 256, p. 2.

CARVALHO, Philipe Murillo Santana de. *Trabalhadores, associativismo e política no Sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna, 1918-1934)*. Tese (Doutorado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015.

CLUB SUL BAHIANO. *Correio de Ilhéos*, 24 de julho de 1924, n. 473, p. 2.

COLISTETE, Renato Perim. Regiões e Especialização na Agricultura Cafeeira: São Paulo no Início do Século XX. *Revista Brasileira de Economia*, v. 69, n. 3, p. 331–354, 2015.

COSTA, José Pereira da. *Terra, Suor e Sangue: lembranças do passado, história da região cacauera*. Salvador: EGBA, 1995.

DEAN, Warren. A industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*, v. III, livro I. São Paulo: Difel, 1975, p. 277-313.

DESPORTIVAS. *Correio de Ilhéos*, 9 de maio 1922, p. 2.

EM PIRANGY. *Correio de Ilhéos*, 9 de outubro 1924, n. 506, p. 2.

FERNANDES, Thathy Mariana. *A música em Ribeirão Preto: manifestações do começo do século XX*. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2011.

FILHO, Adonias. *Sul da Bahia: chão de Cacau (uma civilização regional)*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1976.

FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Pauli: Editora Unesp, 2004.

GAMBETA, Wilson. *A bola rolou: o velódromo paulista e os espetáculos de futebol*. São Paulo: SESI-SP editora, 2015.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim; FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. *Diagnóstico socioeconômico da região cacauera: história econômica e social*, v. 8. Rio de Janeiro: Carto-Gráfica/ Cruzeiro do Sul, 1975.

GASCO, Janine. Cacao and economic inequality in colonial Soconusco, Chiapas, Mexico. *Journal of Anthropological Research*, v. 52, n. 4, p. 385-409, 1996.

GERSHUNY, Jonathan. *Changing times: work and leisure in postindustrial society*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

GOMES, Leonardo do Couto; AMGARTEN QUITZAU, Evelise; SILVA, Marcelo Moraes e. As festividades dançantes no Clube Curitibano: os bailes como elemento da cultura física (1881-1914). *History of Education in Latin America*, v. 3, 19729, 2020.

- GREMIO DRAMATICO MUTUENSE. *Correio de Ilhéos*, 4 de dezembro 1924, n. 529, p. 2.
- GRÊMIO RECREATIVO BELMONTE. *Correio de Ilhéos*, 27 de novembro 1926, n. 824, p. 3.
- GREMIO TABORDA. *Correio de Ilhéos*, 29 de outubro 1925, n. 666, p. 3.
- GREMIO TURUMBÂMBA. *Correio de Ilhéos*, 22 de novembro 1924, n. 524, p. 2.
- HALLMANN, Kirstin; et. al. Leisure participation: modelling the decision to engage in sports and culture. *Journal of Cultural Economics*, v. 41, p. 467-487, 2017.
- KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. *Alimentando o mundo: o surgimento da moderna economia agrícola no Brasil*. São Paulo: Editora FGV, 2020.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade, os cantos e os antros: Campinas. 1850-1900*. Campinas: Editora Unicamp, 2008.
- LIMA, João Heraldo. *Café e indústria em Minas Gerais, 1870-1920*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S.; SUMMERHILL, William R. A agricultura paulista em 1905. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 153-184, 2014.
- MAHONY, Mary Ann. TOPIK, Steven; MARICHAL, Carlos; FRANK, Zephyr (eds.). *From silver to cocaine: Latin American commodity chains and the building of the world economy, 1500-2000*. Durham / London: Duke University Press, 2006, p. 174-203.
- MAHONY, Mary Ann. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauieira da Bahia. *Cadernos de Ciências Humanas*, v. 10, n. 18, p. 737-793, 2007.
- MELO, Hildete Pereira. O café e a economia fluminense. SILVA, Sergio S.; SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs.). *História econômica da Primeira República*. São Paulo: Edusp/Hucitec/Imprensa Oficial, 2002, p. 215-234.
- MELO, Victor Andrade de (org.). *Os sports e as cidades brasileiras: transição dos séculos 19 e 20*, Rio de Janeiro: Apicuri/Faperj, 2010.
- MORAES, Julio Lucchesi. *São Paulo, capital artística: a cafeicultura e as artes na belle époque (1906-1922)*. São Paulo, Azougue, 2014.
- NOTÍCIAS DE ÁGUA PRETA. *Correio de Ilhéos*, 5 de junho de 1926, n. 756, p. 2.
- O GRITO ESPORTIVO. *Correio de Ilheos*, 29 de maio 1926, n. 753, p. 2.
- PAZIAN, Rodrigo Ribeiro. O Fausto caipira: Joaquim Macedo Bittencourt e as faces da modernização urbana em Ribeirão Preto na Primeira República (1911-1920). *Varia História*, n. 30, p. 177-195, 2003.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação dociológica. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, vol. 1. 2 ed. São Paulo: Difel, 1977, p. 153-190.

ROCHA, Rudi; FERRAZ, Claudio; SOARES, Rodrigo R. Human Capital Persistence and Development. *American Economic Journal*, v. 9, n. 4, p. 105-136, 2017.

SANTOS, Fábio Alexandre dos. *Rio Claro: uma cidade em transformação, 1850-1906*. São Paulo: Annablume, 2002.

SANTOS, Henrique Sena. Futebol no interior da Bahia, 1920-1940. In: DIAS, Cleber (org.). *Depois da avenida central: cultura, lazer e esportes nos sertões do Brasil*. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2020, p. 153-196.

SANTOS, Milton. Zona do Cacau: Introdução ao Estudo Geográfico. 2 Ed. Série 5ª, Brasileira, v. 296. São Paulo: Companhia Editora Nacional; São Paulo Editora S/A, 1957.

SÃO PAULO. *Anuário estatístico de São Paulo (Brasil), 1920*. São Paulo: Departamento de Estatística/Typographia Piratininga, 1923.

SEAMAN, Bruce. Cultural and Sport Economics: Conceptual Twins? *Journal of Cultural Economics*, v. 27, n. 2, p. 81-126, 2003.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SILVA, Adriana Oliveira. *Damas da caridade: caridade, política e lazer entre as mulheres de elite de Itabuna, 1924-1962*. Dissertação (Mestrado em História). Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2012.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1973.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SOUB, José Nazal Pacheco. *Minha Ilhéus: fotografias do século XX e um pouco de história*. 3 ed. Itabuna: Via Litterarum, 2013.

SOUZA, Elisa. Sport Club Amazonense: o divertimento em Manaus, 1897-1902. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, v. 4, n. 3, 2017.

TAVARES, Luis Henrique Dias. A economia da Província da Bahia na segunda metade do século XIX. *Universitas*, n. 29, p. 31-40, 1982.

TOPIK, Steven. Metrôpoles Macrocéfalas: uma comparação entre a primazia do Rio de Janeiro e a da Cidade do México entre 1800 e 1910. *Dados*, v. 34, n. 1, p. 53-77, 1991.

TORNEIO DESPORTIVO. *Correio de Ilhéus*, 30 de junho 1925, n. 614, p. 2.

VEAL, Anthony J. Leisure, income inequality and the Veblen effect: cross-national analysis of leisure time and sport and cultural activity. *Leisure Studies*, v. 35, issue 2, p. 215-240, 2016.

WEGENAST, Tim. Cana, café, cacau: agrarian structure and educational inequalities in Brazil. *Revista de Historia Económica*, v. 28, n. 1, p. 103-137, 2010.

WILLUMSEN, Maria J.; DUTT, Amitava Krishna. Café, cacau e crescimento econômico no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 11, n. 3, 1991.

WOLF, Eric W. Aspectos específicos dos sistemas de plantations no Novo Mundo: subcultura das comunidades e classes sociais. In: WOLF, Eric W. *Antropologia e poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, p. 165-181

WOLF, Eric W.; MINTZ, Sidney. Fazendas e plantações na Meso-América e nas Antilhas. In: MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar*: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: Editora UFPE, 2003, p. 147-199.

CICLISMO E COMÉRCIO EM MANAUS, 1898-1907

O estudo que fundamenta este capítulo contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Cleber Dias

Eliza Salgado de Souza

A historiografia brasileira dos esportes está bastante concentrada em uma única modalidade, que é o futebol (TORRES, 2009; MELO, 2016). Trata-se do predomínio de uma visão retrospectiva que toma para a análise histórica apenas os esportes que preponderaram sobre todos os outros ao longo do século 20. No entanto, visto sob o ponto de vista da transição entre os séculos 19 e 20, período que testemunhou o início da consolidação histórica dos esportes como um costume progressivamente disseminado no Brasil, o triunfo do futebol não estava de forma alguma garantido ainda. Naquela época, modalidades como o remo, o turfe ou o ciclismo eram as que gozavam de maior entusiasmo popular (MELO, 2001; SCHETINO, 2008; GAMBETA, 2015; SOUZA, 2014; VIEIRA, 2012; PORTO, 2015; ROCHA JUNIOR, 2011; COUCEIRO, 2003; MARINHO, 2008; SANTUCCI, 2016; SILVA, 2011). Com efeito, seria difícil prever naquela época que o futebol se tornaria depois tão hegemônico nos gostos populares, como de fato se tornou.

Outra concentração que gera assimetrias prejudiciais ao conhecimento histórico sobre os esportes no Brasil é a ênfase sobre o estudo de certas regiões, em detrimento de várias outras, que são sistematicamente negligenciadas. Regra geral, estudos históricos sobre os esportes costumam dedicar-se, sobretudo, as capitais do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais, do Paraná e do Rio Grande do Sul. Mais eventualmente, notam-se também estudos sobre algumas capitais do Nordeste, como Salvador, Recife, Fortaleza e Natal. As regiões Norte e Centro-Oeste do país, de outro modo, recebem pouquíssima atenção. Essa concentração regional das pesquisas implica negativamente todo o debate historiográfico desse campo de estudos. A ignorância a respeito do desenvolvimento histórico dos esportes em regiões cultural, econômica ou politicamente periféricas do Brasil pode ser apontada como um dos principais fatores a obliterar um aprofundamento teórico e interpretativo neste campo de pesquisas (DIAS, 2018).

Além disso, há também o predomínio do estudo de iniciativas associativas, que foram seguramente importantes para o início da difusão e oferta de um repertório de esportes (SZYMANSKI, 2008). Todavia, afora o associativismo civil, espaços e práticas

promovidas com caráter comercial desempenharam também um papel importante nesse processo. Como disse já Stephen Hardy (1986), a história social do esporte não constitui toda a história do esporte. Para além de questões culturais, que obviamente constituem esse fenômeno, há também aí dimensões de ordem financeira, econômica ou gerencial que devem igualmente ser levadas em conta. Esses tópicos, mais próximos de uma perspectiva econômica, exigem certo deslocamento da atenção do historiador especializado no estudo do esporte, usualmente confinado ao campo da história cultural (SZYMANSKI, 2008; PORTER, 2010). Ao lado da usual ênfase sobre o significado atribuído a prática ou ao consumo de esportes, portanto, o interesse deveria se expandir, nesse caso, em direção as estruturas de produção e de oferta comercial de espetáculos.

Desde longa data, empresários ou comerciantes estiveram entre alguns dos principais agentes de difusão de esportes (PORTER, 2018; MELO, 2010). No Brasil, em particular, entre os anos finais do século 19 e as duas ou três primeiras décadas do século 20, em ambiente muito marcado por consumo conspícuo, em que grupos de elite tentavam utilizar espetáculos esportivos como forma de exibir publicamente seus status, seu poder econômico e seus pertencimentos a um universo de referências imaginado como civilizado e moderno, clubes esportivos tendiam a constituir círculos especialmente fechados, enquanto os espaços comerciais para a oferta e o consumo de espetáculos esportivos, de outro modo, motivadas pelo próprio princípio da busca de lucro, tendiam a ser mais tolerantes e inclusivos com grupos populares – embora mecanismos de exclusão e distinção também operassem ali, tanto quanto possibilidades de inclusão de grupos mais heterogêneos também existissem em clubes e associações. Em todo caso, empresários estiveram entre um dos primeiros e principais grupos responsáveis pela expansão de oportunidades de consumo de serviços tais como os espetáculos esportivos.

Diante desse contexto historiográfico, o capítulo analisa a história das primeiras iniciativas para organização de corridas de bicicletas em Manaus, que aconteceram na transição entre os séculos 19 e 20. Iniciativas para organização de corridas de bicicletas em Manaus nesse período, que foi um dos primeiros esportes a se organizar na cidade, estiveram desde o início motivadas por interesses comerciais. Em Manaus, quase não houve a prática de corridas de bicicletas sem interseções com a organização de espaços e eventos que claramente buscassem o lucro. Em tais circunstâncias, seria inadequado analisar a história do ciclismo em Manaus desprezando o papel desempenhado por prerrogativas econômicas, tanto quanto seria inadequado estudar historicamente as primeiras iniciativas para organizar práticas esportivas ali sem levar em consideração o ciclismo. Nesses termos, quaisquer oposições teóricas entre economia e cultura, ou economia e esporte, para sermos mais específicos, devem desde logo ser relativizadas,

pois o esforço para a construção de espaços para a prática e o consumo de esportes poderia ser motivado simultaneamente por várias razões, combinando o desejo de exibição pública de status com a busca de lucros ou outras vantagens econômicas indiretas, decorrentes das possíveis redes de contatos que poderiam ser construídas ou reforçadas durante os descontraídos encontros sociais que espetáculos esportivos oportunizavam – para não mencionar, obviamente, o prazer e a diversão propriamente ditos.

ESPORTES EM MANAUS NA TRANSIÇÃO ENTRE OS SÉCULOS 19 E 20

O período em que acontecem as primeiras corridas de bicicleta em Manaus, a partir dos últimos anos do século 19, coincide com o apogeu das atividades de extração e exportação de borracha na região. A história desse período não apenas em Manaus, mas em toda a região da bacia amazônica, estaria, desde então, grandemente vinculada aos efeitos sociais, culturais e econômicos da produção de borracha para o mercado internacional. Entre 1852 e 1900, o crescimento do volume de exportação de borracha em toda a bacia amazônica, a partir dos portos de Belém e de Manaus, foi da ordem de 2.400%. No período entre 1900 e 1910, cerca de 28% de todas as exportações brasileiras estavam ligadas ao mercado da borracha, perdendo em importância apenas para o café. Em 1912, a produção de borracha no Brasil atingiria seu maior volume histórico, nunca mais superado, de mais de 42 mil toneladas (PRADO, 1989).

O aumento da demanda na Europa e nos Estados Unidos provocado pela produção industrial em larga escala de novos produtos feitos agora com borracha é o grande responsável pela crescente exploração desta matéria-prima extraída de uma planta nativa da Amazônia. Ao lado do ferro, do aço e do petróleo, a borracha estava entre uma das mais importantes matérias-primas para a crescente produção industrial a partir da segunda metade do século 19. Tratava-se de um material versátil usado na produção de casacos, capacetes, botões, cintos, sapatos, suspensórios, capas de chuva, válvulas, mangueiras, telhas, seringas, correias de transmissão, amortecedores de vagões ferroviários e ainda utensílios domésticos diversos, entre várias outras coisas. A produção industrial de tantos itens aumentou progressivamente a demanda por borracha da Amazônia a partir das décadas de 1840 e 1850. No entanto, foi a necessidade de borracha para fabricação de pneus para bicicleta na Europa e nos Estados Unidos a partir de 1890 que ofereceu o primeiro grande impulso para a produção desta matéria-prima na região (WEINSTEIN, 1983, p. 23).

O número de bicicletas fabricadas e vendidas nos Estados Unidos e em partes da Europa Ocidental cresceu muito a partir da última década do século 19. Na França, onde

esteve situada uma das primeiras vanguardas tecnológicas desta indústria, estima-se que havia 300 mil bicicletas em 1898 e mais de 9 milhões em 1938 (HOLT, 1981). Nos Estados Unidos, no mesmo sentido, onde modelos e tecnologias foram importados ou simplesmente roubados da França antes de novos métodos de produção, distribuição e vendas terem sido de fato criados, estima-se que havia cerca de 150 mil ciclistas em 1890. Em 1896, falava-se já de 4 milhões, o que representaria um impressionante crescimento de mais de 2.500% de praticantes em apenas seis anos, dando origem ao que se chamou de “mania americana por ciclismo” (HARMOND, 1971, p. 240). Causa e consequência do abrupto crescimento do interesse pelo ciclismo, o número de fábricas de bicicletas nos Estados Unidos saltou de 6 em 1885, para 700 em 1896 (RITCHIE, 1999, p. 294). Também na Inglaterra cresceu ao longo do último quarto do século 19 o número de ciclistas, de competições, de clubes e de fábricas de bicicletas. Em 1898 havia mais de 50 mil sócios registrados nos mais de 740 clubes de ciclismo da Inglaterra. O número de fabricantes de bicicletas na Inglaterra em 1896 e 1897 ultrapassava os 800 (RITCHIE, 2018).

Uma série articulada de amplas transformações tornou possível essa rápida expansão do mercado consumidor para bicicletas. Além de inovações tecnológicas na bicicleta em si, que tornaram o equipamento mais leve, confortável e fácil de guiar, ampliando, assim, o interesse de um público potencialmente maior, outros fatores sociais mais gerais também desempenharam papel importante nesse processo. Destaque-se o barateamento do transporte de mercadorias (que era em alguma medida transferido para o preço final dos produtos), o sistema de vendas a crédito e com preços fixos, o mercado de produtos usados, a paulatina popularização de produtos e serviços até então vistos como luxos (como viagens, compra de jornais ou a própria posse de bicicletas) e especialmente a elevação gradual dos salários e a progressiva redução da jornada de trabalho. Entre 1890 e 1950, o PIB *per capita* de vários países da Europa Ocidental quase dobrou. Ao mesmo tempo, a duração média das jornadas de trabalho diminuiu em mais de 50% (MIGNOT, 2016). Tudo isso, em suma, permitiu o florescimento de uma inédita demanda por vários itens para o consumo no lazer, incluindo aí a bicicleta.

Em resposta a essas transformações, fábricas dos Estados Unidos começaram a registrar superprodução de bicicletas em meados de 1890, logo inundando tanto o mercado norte-americano quanto o europeu, tornando então inevitável a diminuição dos preços. Apenas entre os anos de 1898 e 1901, estima-se que cerca de 4 milhões de bicicletas tenham sido fabricadas somente nos Estados Unidos (SMETHURST, 2015, p. 21). Havia ainda a produção das fábricas da Inglaterra, da França e de alguns outros países da Europa. Boa parte da borracha utilizada nos pneus desses milhares de novas bicicletas era fornecida pelas árvores da floresta brasileira. Em 1900, estima-se que o Brasil era

responsável pelo fornecimento de 95% de toda borracha consumida no mercado mundial (JACKSON, 2008).

A partir de 1910, aproximadamente, a demanda gerada pela crescente produção de pneus para automóveis intensificou o processo de extração de borracha no Brasil. Foi o segundo grande impulso para a extração de borracha na Amazônia brasileira. Em 1914, apenas as fábricas de automóveis em Detroit, nos Estados Unidos, consumiram quase 2 milhões de pneus. Havia ainda os pneus necessários para os carros fabricados na Europa (em fábricas que muitas vezes antes produziam bicicletas). Precisamente nessa época, contudo, a produção brasileira perdeu mercado para produtores da Ásia, onde a planta nativa das florestas amazônicas que gera a seiva capaz de produzir a borracha foi aclimatada com sucesso por meio do contrabando de sementes promovido por ingleses. O contrabando de 70 mil sementes desta planta amazônica foi classificado já como “um dos atos de maior repercussão e sucesso de pirataria biológica da história mundial” (JACKSON, 2008).

Plantações da Ásia tinham um sistema de produção muito mais eficiente que o brasileiro, o que permitiu aumentar o volume de borracha extraído das plantas. A abundância de oferta de borracha, todavia, deprimiu os preços internacionais do produto por volta de 1910, diminuindo sua margem de lucro. Em princípios da década de 1920, o governo britânico, que controlava diretamente os seringais asiáticos que agora produziam parte significativa da borracha consumida no mercado internacional, iniciaram uma política de controle de produção, a fim de elevar o preço e a lucratividade desse negócio. A medida atingia diretamente fábricas norte-americanas, que consumiam entre 70 e 80% da borracha mundial (JACKSON, 2008). O atendimento dessa demanda se tornou tão importante que Henry Ford, proprietário da famosa fábrica de veículos norte-americana, chegou a construir uma cidade no interior do Pará (Fordlândia), com o propósito específico de tentar contornar problemas na oferta desta matéria-prima (GRANDI, 2009).

Antes do contrabando de sementes amazônicas para a Ásia e da debacle do sistema brasileiro de produção de borracha, porém, a maior parte da demanda do mercado mundial deste produto era de fato atendida pelo Brasil. Com efeito, o Brasil tinha o monopólio da produção deste produto até por volta de 1910. O dinamismo econômico gerado pelas atividades de extração e comercialização internacional desta matéria-prima nos seus períodos prósperos teve efeitos sobre uma série de aspectos da vida social da região amazônica, desde o crescimento demográfico até um pequeno estímulo aos mercados urbanos de entretenimento. A população de Manaus e Belém, as duas maiores cidades da região, cresceram cerca de 178% entre 1872 e 1910. No curto espaço de 20 anos, portanto, entre 1890 e 1910, Belém quase triplicou o tamanho de sua população, que saltou de 50

mil pessoas em 1890, para pouco mais de 96 mil em 1900, até atingir 190 mil em 1910. Em Manaus, de maneira menos drástica, mas também acelerada, a população da cidade quase dobrou de tamanho nesse período, saindo de 38 mil pessoas em 1890 para 50 mil em 1900, atingindo 64 mil em 1910 (WEINSTEIN, 1993).

O mercado de produção e exportação de borracha também aproximou comerciantes que atuavam na Amazônia brasileira dos fluxos da economia mundial. Contatos com comerciantes, industriais e financistas de outros países se tornaram cada vez mais frequentes na região. Capitalistas ingleses ampliaram sua presença no mercado da Amazônia brasileira, especialmente em Manaus e Belém. O comércio de exportação de borracha, importação de manufaturas e oferta de serviços urbanos nessas duas cidades eram em grande medida controlados por investidores ingleses. Não por acaso, era de origem inglesa o único banco estrangeiro que atuava em Manaus nesse período. A França, por outro lado, era o principal fornecedor de artigos de luxo, como roupas, sapatos, perfumes, vinhos e champagnes. Em 1904, por exemplo, a biblioteca da sede do Sport-Club do Pará, em Belém, dispunha da assinatura de 27 periódicos; a maioria da França e da Inglaterra (DIAS, 2013, p. 40). Na prática, portanto, a região se tornou comercialmente dependente da Inglaterra e culturalmente dependente da França (BURNS, 1965).

Fortunas foram geradas nesse processo de exportar borracha e importar produtos manufaturados. Nessa época, dizia-se que em Manaus e em Belém lavava-se roupas em lavanderias de Paris e acendia-se charutos com notas de dólar – em dizeres que tentavam ostentar a riqueza obtida com a produção e comercialização da borracha. De fato, a nova riqueza foi ostensivamente exibida pelas elites locais, que queriam se diferenciar das classes populares compostas por uma população crescente, ao mesmo tempo em que competiam por prestígio com elites de outros centros urbanos brasileiros. Exibir-se para visitantes estrangeiros como civilizados e em sintonia com os costumes de países considerados mais modernos também fazia parte das motivações para a assimilação de vários símbolos e práticas culturais, entre as quais, os esportes. A abolição da escravidão no Brasil em 1888 e a proclamação da república em 1889, quando todos os cidadãos foram formalmente considerados iguais perante a lei, apenas acentuou nas elites expectativas de exibir publicamente a riqueza como uma forma de distinguir-se da massa de pobres e miseráveis (COSTA, 1999).

Aproveitando a nova disponibilidade financeira, reformas urbanas foram empreendidas tanto em Manaus quanto em Belém: pontes foram construídas, ruas foram calçadas, portos foram ampliados, mercados foram reformados, praças foram ajardinadas, transportes foram aprimorados, sistemas de abastecimento de água e eletricidade foram inaugurados. Em Manaus, mudanças na legislação tornaram obrigatório o beneficiamento

da borracha extraída na região antes da exportação. A medida buscava favorecer o porto de Manaus como ponto de exportação da produção, em detrimento do porto de Belém, visando favorecer a arrecadação tributária (DAOU, 2014). Tentar assegurar recursos fiscais para o poder público era fundamental para viabilizar obras de embelezamento e modernização urbana da cidade. Impostos da exportação de borracha apareciam como a principal fonte de recursos nesse sentido. No final da década de 1910, cerca de 80% da arrecadação de impostos em Manaus vinha do comércio da borracha (BURNS, 1965). Em geral, essas reformas se concentraram em obras suntuosas e na construção de espaços destinados a sociabilidade dos ricos (DIAS, 1999). Em Manaus, uma das obras mais emblemáticas nesse sentido foi a construção de um luxuoso teatro de ópera com recursos do poder público local, inaugurado em 1896, a um custo estimado de aproximadamente dois milhões de dólares (BURNS, 1965). As obras foram executadas por uma empresa italiana, usando material importado da Inglaterra (DAOU, 2014). A própria ênfase na época sobre a presença de italianos e ingleses no processo de construção do teatro já denuncia o apelo simbólico que referências europeias desempenhavam sobre grupos da elite local. A presunção simbólica desses grupos era tão grande que começou a circular a partir dessa época a noção de que Manaus era a “Paris das selvas”: uma cidade encravada no coração da floresta amazônica, mas com todas as amenidades de um grande centro urbano europeu.

Nesse contexto, mais de 30 clubes esportivos dedicados a diferentes modalidades foram criados em Manaus entre os últimos anos do século 19 e o final da primeira década do século 20. Esgrima, críquete, tênis, remo, turfe, ciclismo e futebol estiveram entre as modalidades praticadas nesses clubes (SOUZA, 2017). O perfil geral dos sócios de tais associações parecia semelhante. Tal como ocorreu em várias partes do Brasil, o início da organização de práticas esportivas em Manaus esteve ligado a grupos das elites ou dos estratos médios superiores, tais como médicos, juizes, advogados, comerciantes ou oficiais militares. Além disso, esse universo era constituído por uma rede de sociabilidade relativamente restrita. Às vezes as mesmas pessoas estiveram envolvidas na fundação de mais de um clube esportivo. Em Manaus, por exemplo, Deodoro Freire, José Maranhão e Raymundo B. Britto Pereira, pouco depois de participarem, em 1906, da fundação de uma associação chamada “Club Desportivo”, estariam também envolvidos na organização de corridas de bicicleta na cidade, como logo veremos (CLUB DESPORTIVO, 21 de maio de 1906). O ativo José Maranhão, aliás, também estaria envolvido pouco depois com a construção de um hipódromo para corridas de cavalos, como também comentaremos brevemente adiante.

A participação ou mesmo o consumo de espetáculos esportivos parecia tentar suprir expectativas simbólicas de exibição de status através da intensificação das interações

sociais nos espaços públicos. Tratava-se, em última instância, de mais um recurso para exibição de riqueza econômica, bem como de afinidade cultural com as elites de outros centros urbanos tidos como mais modernos e civilizados, especialmente grandes cidades da Europa, como Paris ou Londres. Campos de esportes e espaços de sociabilidade a eles relacionados, como bailes e festas nas sedes sociais dos clubes esportivos, funcionavam como a materialização de aspirações de cosmopolitismo que afetavam certos grupos do país, compondo parte do cenário que pretendia dramatizar uma nova sociedade moderna e em vertiginoso progresso (NEEDELL, 1993).

Foi precisamente nesses termos que o esporte foi inicialmente difundido em Manaus. Tal como aconteceu em muitas cidades do Brasil, jornais de Manaus noticiavam eventos esportivos usando termos em inglês, exibindo familiaridade com aquelas práticas e tornando-as ainda mais distantes do conjunto da população – que já estava em grande medida excluído daquele universo pelo analfabetismo, pela relativa indisponibilidade financeira para comprar jornais e pela obstrução dos canais de acesso às associações promotoras de esportes. Nesse sentido, os clubes de esportes seriam, ou deveriam ser, de acordo com o sistema de crenças que animava seus primeiros adeptos, mais uma demonstração de que a modernidade, afinal, havia chegado em Manaus. Mais que isso, a fundação de clubes esportivos e a realização de competições também indicava que seus sócios (fossem praticantes ou apenas espectadores), não apenas estavam atualizados com o que acontecia em outras cidades, como ainda tomavam parte diretamente dessas transformações – sempre representadas como desejáveis e até necessárias.

Essas expectativas estavam presentes não apenas em associações civis (clubes), mas também em espaços dedicados a oferta comercial de oportunidades para o consumo de espetáculos esportivos. A oferta regular e se possível abundante de oportunidades de lazer comercial também era visto como elemento indispensável para uma cidade que se pretendia moderna, civilizada e cosmopolita (DIAS et al., 2019). Em várias dimensões do cotidiano, a introdução de mecanismos típicos de uma economia de mercado, especialmente a compra e venda de produtos e serviços em troca de pagamentos em dinheiro, era muitas vezes vista como elemento importante do processo de modernização das relações sociais. Isto representava uma significativa mudança de valores, pois até meados do século 19, aproximadamente, predominou no Brasil uma atitude de desconfiança com relação às atividades comerciais. Até aquele momento, prevalecia o entendimento de que o comércio, isto é, a atividade de intermediação entre o produtor e o comprador, era algo potencialmente perigoso ao bem comum, precisando, por isso, de ativa regulação do poder público, a fim de se evitar a atuação de vendedores inescrupulosos. Existia certa noção de que a

ganância desmedida de vendedores e o desejo excessivo de lucros de comerciantes eram atividades suspeitas, pecaminosas até (GRAHAM, 2013; MOURA, 2005).

Por volta dos meados do século 19, no entanto, como consequência de transformações materiais e ideológicas que se processavam desde os fins do século 18, tudo isso mudou, cedendo lugar a uma nova visão onde paulatinamente passou a predominar a valorização do comércio e da busca do lucro. Daí em diante, a busca deliberada por vantagens econômicas individuais através do comércio de produtos e serviços diversos passou a ser não apenas aceita, como socialmente valorizada. Pouco a pouco, os domínios do comércio e do consumo generalizaram-se para todas as esferas da vida. A intensificação de atividades econômicas, com sua consequente geração de riquezas, associadas ao crescimento populacional, ao adensamento urbano em alguns centros e ainda as transformações no estatuto jurídico da cidadania a partir de 1888 e 1889, quando todos os indivíduos foram formalmente reconhecidos como livres e iguais, favorecerem a consolidação do consumo como uma esfera privilegiada de distinção social (OLIVEIRA, 2014). As roupas utilizadas, o modo de se alimentar ou as formas de se divertir ampliaram suas funções sociais como indicadores públicos do grau de civilidade e respeitabilidade de um indivíduo. Nesse contexto, o comércio e o consumo, isto é, a venda e a compra de produtos e serviços em troca de dinheiro eram repetidamente apresentadas como sinais e instrumentos de progresso. Restaurantes, cervejarias, charutarias, bilhares, cafés, bares, lojas e clubes sociais ou recreativos logo se tornaram espaços privilegiados para concretização desses ideais.

No universo dos lazeres, artigos de jornais inúmeras vezes enfatizaram que uma cidade que pretendesse ser moderna e civilizada deveria oferecer aos seus cidadãos oportunidades frequentes de consumo de certas práticas, tais como espetáculos de teatro, exibição de filmes em cinemas ou espetáculos esportivos (DIAS, 2019). Todavia, além do implícito desejo de consumo conspícuo que palavras desse tipo iam deixando ver, interesses políticos e financeiros também perpassavam tais práticas. Clubes esportivos ou tribunas de honras de estádios, bem como sacadas de teatros e salões sociais de associações recreativas, eram, afinal, lugares onde se teciam relações e onde se podia estreitar contatos com possíveis novos parceiros comerciais ou potenciais apoiadores políticos, além de oferecerem também oportunidades de lucros e ganhos financeiros para quem administrasse tais espaços.

Nesses termos, é quase impossível separar inteiramente o quanto as motivações na oferta ou no consumo dessas práticas eram econômicas, políticas, sociais ou recreativas. Todas essas motivações pareciam estar simultaneamente presentes no ato de consumir

espetáculos esportivos ou outros gêneros de diversão pública. É nesse sentido, portanto, que economia e cultura aparecem como elementos complementares e não antagônicos.

GRUPO CICLISTA AMAZONENSE E O VELÓDROMO NACIONAL

Em 1898 foi criado o Grupo Ciclista Amazonense, que a partir de então organizou passeios e corridas de bicicletas em Manaus (GRUPO CYCLISTA AMAZONENSE, 20 de novembro de 1898). Seu presidente era Joaquim da Costa Soares, comerciante português, tesoureiro da Sociedade Beneficente Portuguesa e proprietário da Casa Havaneza, uma loja que vendia produtos variados (DECLARAÇÃO, 1 de novembro de 1896; BENEFICENTE PORTUGUESA, 1 de dezembro de 1900).

Meses antes da criação do Grupo Ciclista Amazonense, o entusiasmo pioneiro de Joaquim da Costa Soares pelo ciclismo causou espanto entre alguns setores da sociedade de Manaus. Em junho de 1898, Costa Soares foi repreendido por policiais por andar de bicicleta pelas ruas da cidade com trajes que deixavam parte de suas pernas à mostra, o que lhes parecia então ofender a moralidade. Segundo noticiou o jornal *Commerio do Amazonas*, Costa Soares teria sido interpelado por essas autoridades policiais na ocasião, que lhe impuseram as opções de mudar as roupas ou sair das ruas: “ou veste meias altas ou recolhe-se a casa”, teriam dito. Ao final, optou por recolher-se à casa. Ao noticiar o episódio, porém, o jornal citava a Inglaterra, a França e a Alemanha, onde seria comum, conforme destacou-se, passear de bicicletas usando trajes “elegantes”, “simples” e “cômodos” (COMMERCIO DO AMAZONAS, 12 de junho de 1898, p. 1). Já no dia seguinte, em decisão que manifestava sua concordância sobre o caráter elegante e civilizado do novo costume, o chefe de segurança da cidade declarou que iria “mandar baixar as ordens competentes aos seus subalternos afim de que estes não tornem, como arroubos de moralidade, a impedir os ciclistas” (COMMERCIO DO AMAZONAS, 13 de julho de 1898, p. 1).

O episódio releva o estranhamento que setores provavelmente amplos daquela sociedade tinham ainda com costumes que eram anunciados, sobretudo por integrantes da elite local, como modernos, cosmopolitas e civilizados. Policiais, que usualmente provinham de estratos mais populares, olhavam com suspeitas para os novos hábitos. O episódio deixa ver também que a identificação com tais práticas operava como um signo de pertencimento de classe, dado que a posse de uma bicicleta e a adesão ao ciclismo era ainda restrita a pequenos grupos da elite local. Nessa época, mesmo na Europa e nos Estados Unidos, onde ocorria progressivo aumento de salários, acompanhado por simultânea redução dos preços das bicicletas, graças aos novos processos de distribuição, comercialização e produção industrial em larga escala, tais equipamentos ainda eram

artigos de luxo, disponíveis a grupos relativamente privilegiados, especialmente estratos intermediários e a elite da classe trabalhadora. Em Paris, por exemplo, por volta de 1893, uma bicicleta custava o equivalente a 1.655 horas de trabalho de um operário (HOLTA, 1981). No Brasil, a esses valores eram acrescidas ainda taxas de alfândega e outros custos de importação (GAMBETA, 2015; SCHETINO, 2008). Com o tempo, porém, pouco a pouco o ciclismo e as bicicletas ganhavam maior presença e visibilidade no cotidiano de cidades brasileiras, tal como aconteceu também na Europa e nos Estados Unidos.

O primeiro indício documental sobre uma corrida organizada pelo Grupo Cyclista Amazonense data de julho de 1898. Tratou-se de uma corrida com 7 páreos, realizada numa construção especialmente edificada para esse fim, na Praça General Osório, que seria conhecido então como “Velódromo Nacional” (COMMERCIO DO AMAZONAS, 26 de julho de 1898, p. 1). Nada sabemos sobre o processo de construção dessas instalações. Quanto tempo levou para ser edificado? Teria sido uma construção provisória para algum período de festividade? Contou com recursos de particulares, com apoio do poder público ou ambos? Cobrava-se ingressos? Vendia-se bilhetes de apostas? Ao que parece, havia um coreto e uma pista de 250 metros de extensão.

A estrutura geral das corridas organizadas ali seguiu um padrão bem estabelecido. Corredores se inscreviam em lojas da cidade que apoiavam o evento por meio da oferta de prêmios aos vencedores de cada páreo. Essas lojas também expunham esses prêmios nos dias que antecediam as corridas como forma de divulgar-las e tentar mobilizar mais pessoas para o evento, além de aproveitar a ocasião para divulgar a própria loja. Os prêmios poderiam ser perfumes, álbuns para retratos, estojos para barba ou ainda medalhas, chapéus, bengalas, abotoadoras, canetas e alfinetes de ouro (O GRUPO CYCLISTICO AMAZONENSE. 6 de dezembro de 1898, p. 1). Os proprietários das lojas implicadas nessas corridas geralmente também estiveram envolvidos mais diretamente com as atividades propriamente ditas do Grupo Ciclista no velódromo. A joalheria Porta Larga, por exemplo, que diversas vezes ofereceu e exibiu alguns dos prêmios que seriam dedicados aos vencedores de corridas, era de propriedade de José Joaquim Pinto de França, ciclista que participava dos páreos no Velódromo Nacional de Manaus nessa época, chegando a obter certa notoriedade na cidade como “*sportman*”, que era a maneira como se chamavam os praticantes de esportes no período. Do mesmo modo, a Livraria Clássica, onde se fizeram inscrições para algumas corridas, era de propriedade de Jayme do Canto Albuquerque e Joaquim Jacintho da Camara, que atuaram, ambos, como juízes de partidas em corridas no Velódromo Nacional de Manaus (AO COMMERCIO E AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS. 19 de outubro de 1895; AO COMMERCIO E AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS, 23 de julho de 1904; COMMERCIO DO AMAZONAS, 13 de dezembro de 1898; SEGUNDA APPARIÇÃO

À IMPRENSA, 25 de dezembro de 1898; SOCIEDADE DO TIRO BRASILEIRO NO AMAZONAS, 12 de março de 1908; VELODROMO NACIONAL, 15 de novembro de 1898).

A estrutura organizacional dessas corridas contava com cinco diferentes categorias de juizes, que poderiam somar até 11 pessoas: um juiz de partida, um de confirmação, um de chegada, quatro de raia e quatro “cronômetros”. O registro dos tempos de cada corrida procurava ser minucioso, anotando-se e divulgando-se minutos e segundos. Às vezes jornais davam destaque a precisão desta marcação de tempos. Pode parecer banal nos dias de hoje, mas este era um aspecto digno de registro para os padrões da época. O registro do tempo e das distâncias com tamanha precisão materializava toda uma nova sensibilidade com relação ao tempo e ao espaço (RITCHIE, 2018, CREAS, 2013; GUTTMANN, 2004; VIGARELLO, 2008a; 2008b).

Corridas e passeios também eram realizadas nas ruas da cidade, embora tivessem frequência menor do que aquelas realizadas no velódromo, além de restringirem à participação apenas aos integrantes do clube, o que não era uma exigência formal nas corridas realizadas no velódromo e tendia a tornar ainda mais restritivo as oportunidades de acesso a este esporte, que já era presumivelmente reduzido por causa dos preços das bicicletas (COMMERCIO DO AMAZONAS, 8 de dezembro de 1899). A realização das corridas em um espaço público, contudo, permitia a participação de grupos mais amplos como espectadores.

Tal como aconteceu em vários outros lugares, os jornais desempenharam papel muito importante no desenvolvimento do interesse por esportes em Manaus (CARVALHO, 2017; BUARQUE DE HOLLANDA, MELO, 2012). A imprensa procurava incentivar o ciclismo, elogiando, de modo geral, iniciativas do Grupo Ciclístico, dando-lhe publicidade, além de enfatizar a necessidade e a utilidade pública desse tipo de diversão, tomada como índice geral do grau de civilidade de um povo, conforme disseram mais de uma vez (GRUPO CYCLISTA AMAZONENSE, 28 de julho de 1898; GRUPO CYCLISTA AMAZONENSE, 22 de janeiro de 1899). A divulgação das corridas nos jornais de Manaus geralmente implicava a publicação de chamadas para a inscrição e alguns detalhes do programa das corridas, tais como número de páreos e corredores, bem como dia, horário e local de saída, ou ainda os resultados das corridas. Afora o pagamento puro e simples de propagandas, o envolvimento de ciclistas com jornais da cidade era outro elemento que facilitava a divulgação de notícias sobre o novo esporte. Coriolano Durand, por exemplo, conhecido nas rodas esportivas de Manaus como Petit Breton (nessa época era comum que ciclistas usassem apelidos), atuava como juiz em diversas corridas do velódromo, ao mesmo tempo em que escrevia crônicas esportivas no *Jornal do Commercio*.

O modo como a imprensa local noticiou a maioria dessas corridas tendia a ser elogioso. Destacava-se a presença do público, usualmente descrito como “enorme” e “extraordinário”, além de quase sempre imbuídos de “completa animação” (A FEDERAÇÃO, 16 de novembro de 1898; GRUPO CYCLISTA AMAZONENSE, 3 de agosto de 1898). A corrida realizada nas comemorações da proclamação da República, por exemplo, em novembro de 1898, teria contado com público de 5 mil pessoas, conforme notícias divulgadas pelo jornal *A Federação* (O GRUPO CYCLISTA AMAZONENSE, 17 de novembro de 1898). Os adjetivos e as estimativas dessas descrições devem ser vistos com suspeitas, dado a possibilidade, bastante provável, de se tratarem de propagandas, embora isto não seja claramente identificável.

A imprensa, além disso, eventualmente divulgava também acontecimentos esportivos de outras cidades do Brasil e da Europa, frequentemente mencionadas como “centros mais adiantados”, no que era parte de um expediente de justificar a razão pela qual essas práticas deveriam ser assimiladas também em Manaus. Uma vez que os costumes de outras cidades do Brasil ou da Europa eram tomados como exemplos a serem seguidos, legitimava-se, assim, o esforço em dar continuidade a esses eventos, bem como justificava-se as reiteradas solicitações de apoio às iniciativas que os promoviam.

Jornais viam a si mesmos como índices de civilização de uma cidade; um farol a guiar os costumes de um povo em tudo visto como bárbaro, inculto e incivilizado. Nesse sentido, mais do que apenas divulgar os acontecimentos, jornais tentavam também impor certos códigos de conduta através da divulgação de elogios ou reprimendas ao comportamento do público e dos esportistas no velódromo. De um lado, exaltavam o respeito e a disciplina do que julgavam e diziam ser os “distintos *sportmen*”, ou seja, os membros da elite local que tomavam parte das corridas de bicicleta, ao mesmo tempo em que censuravam, de outro lado, o que classificavam como “excessos de entusiasmo de uma parte dos espectadores”, vistos, afinal, como descorteses por vaiarem os ciclistas derrotados nas corridas (COMMERCIO DO AMAZONAS, 26 de julho de 1898, p. 1). Conforme uma crítica desse tipo publicada no jornal *A Federação*, “o povo amazonense encontra encantos nesse divertimento, e os dignos ciclistas que o promovem merecem um pouquinho mais de delicadeza da parte de uns tantos grupos que se exageram nas manifestações de entusiasmo” (O GRUPO CYCLISTICO AMAZONENSE, 6 de dezembro de 1898).

Não sabemos ao certo o que aconteceu com o Velódromo e com o Grupo Cyclista Amazonense a partir de 1900. A série documental dos periódicos de Manaus do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que constituem as principais fontes dessa pesquisa, é incompleta para esse período. Faltam edições dos jornais justamente entre os anos 1900 e 1904. A partir de 1904, quando jornais publicados em Manaus voltam a ter edições

preservadas e disponíveis no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o Velódromo e o Grupo Cyclista Amazonense estão ausentes das notícias. Isto sugere que o local já não estivesse em atividade nesse período, embora ausência de evidências não signifique necessariamente evidência de ausência, pois teria sido possível que competições de corridas de bicicletas tivessem sido organizadas sem que os jornais as noticiassem, ou ainda que competições desse tipo tivessem acontecido e os jornais as tivessem registrado, sem que nenhuma edição desses jornais tivesse sido preservada. A partir das fontes disponíveis nesse acervo em particular, é impossível saber com certeza. Não obstante, a partir dessas mesmas fontes, parece razoável supor que esse velódromo tenha sido desativado em algum momento entre 1900 e 1903 ou 1904. Reforçando a hipótese, a partir de 1905, inicia-se a construção de um novo velódromo, já em outro ponto da cidade. Nessa época, Manaus não possuía um mercado consumidor grande o suficiente para viabilizar o funcionamento simultâneo de dois velódromos – como o próprio destino deste segundo velódromo de certo modo demonstraria.

VELÓDROMO AMAZONENSE

O “Velódromo Amazonense”, como ficou mais conhecida a construção, por vezes também chamado “Velódromo da Manaus Sport” ou “Velódromo da Cachoeirinha”, estava situado na Praça Visconde do Rio Branco, no bairro da Cachoeirinha, donde decorre um dos nomes pelos quais o local era reconhecido. Já o nome “Velódromo da Manaus Sport” fazia referência a instituição que administrava o local: “Manaus Sport”, uma empresa constituída especialmente para administrar as corridas de bicicleta realizadas nesta instalação.

Construído a partir de 1904 por meio de uma associação comercial entre os empresários José de Albuquerque Maranhão e José Cardoso Ramalho Junior, que fundaram uma empresa de nome “Maranhão & Cia”, o “Velódromo Amazonense” foi inaugurado no ano seguinte, após algumas previsões frustradas de inauguração (JORNAL DO COMMERCIO, 28 de dezembro de 1904; CONTRA A MORAL, 3 de março de 1906; SPORT, 30 de setembro de 1904; JORNAL DO COMMERCIO, 8 de janeiro de 1905; MANÁOS-SPORT, 30 de outubro de 1904; MANAOS SPORT, 19 de março de 1905; VELODROMO, 23 de dezembro de 1905).

O pernambucano José Albuquerque Maranhão era um empresário envolvido com diversos negócios em Manaus. Era proprietário de um prédio, empreiteiro de obras públicas e sócio de contratos para venda de carnes na cidade. Seu cunhado e sócio no velódromo, José Cardoso Ramalho Junior, nascido no Amazonas e que fizera parte de sua formação escolar em Portugal, também era comerciante e anos depois entraria também na política,

onde exerceria os cargos de deputado federal, vice-governador e governador do Amazonas (A DEFESA E A RESPOSTA AO REPTO, 15 de maio de 1903; SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE MANÁOS, 20 de janeiro de 1918; QUE CONTRASTE, 7 de abril de 1906).

A pista do velódromo, provavelmente de terra e oval, com 333 metros de comprimento, contava com duas entradas (uma ao lado da rua Municipal, outra na rua Duque de Caxias). Uma das entradas (da rua Duque de Caxias) era conhecida como “popular”, sugerindo que a outra (da Rua Municipal), era destinada a estratos superiores (VELODROMO AMAZONENSE, 3 de janeiro de 1907, p. 3). A partir de 1906, haveria cinco diferentes categorias de preços dos ingressos.

Entre o final de 1905 e princípios de 1906, pouco tempo depois de ter sido inaugurado, o velódromo já passou por reformas que teriam envolvido mais de 100 operários, indicando que se tratou de uma obra de vulto. A pista foi cimentada, coretos de alvenaria foram construídos, além da arquibancada ter sido embelezada. O investimento pouquíssimo tempo depois da inauguração sugere que o negócio de organização de corridas de bicicleta em Manaus era visto como promissor.

Reivindicando pagamentos em atraso, operários realizaram duas greves durante as reformas do velódromo. Graças a greve, que chamou atenção de uma parte da imprensa local, sabemos que a praça onde foi construído o velódromo fora uma concessão do poder público e que o governo estadual, além disso, teria destinado recursos à reforma (CONTRA A MORAL, 3 de março de 1906; 6 de março de 1906). Não conseguimos estabelecer mais detalhadamente as relações que teriam permitido ou justificado o envolvimento do poder público com essa reforma, que afinal beneficiava diretamente aos empresários que capitaneavam a iniciativa. Em todo caso, depois da reforma, uma nova e mais elaborada estrutura arquitetônica para o velódromo emergiu.

No período em que funcionou, o Velódromo Amazonense teve três diretores, que eram responsáveis pela organização geral das corridas. O primeiro deles foi o próprio José Maranhão Albuquerque. No período em que Maranhão Albuquerque dirigiu o velódromo, em 1905, antes das tais reformas, as corridas eram realizadas nas tardes de domingo, com quatro ou cinco páreos, cada um contando três, quatro, cinco ou seis ciclistas, em distâncias que variavam entre duas e 15 voltas na pista, somando, portanto, distâncias entre 600 e 10 mil metros.

Para tomar parte nas corridas, os ciclistas interessados deveriam se inscrever antecipadamente na sede da Manaus Sport (que nessa época ficava na Rua Deodoro, no centro de Manaus), o que exigia o pagamento de uma taxa, cujo valor não conseguimos apurar. Havia prêmios aos vencedores, mas apenas ao primeiro colocado (a partir de 1906

o segundo colocado seria também contemplado). Nesse momento, as corridas contavam cinco diferentes tipos de juízes, basicamente mantendo a mesma estrutura de organização adotada pelo outro velódromo que funcionou na cidade entre os últimos anos do século 19 e os princípios do século 20: o de partida, o de confirmação, o de raia, o de chegada e o de arquibancada. Algumas dessas funções envolviam mais de uma pessoa, somando, assim, um total de cerca de 11 juízes por corrida (MANAOS SPORT, 19 de fevereiro de 1905; MANAOS SPORT, 19 de março de 1905; VELODROMO, 23 de dezembro de 1905).

Em 1906, pouco depois da reinauguração do velódromo, por conta das reformas já mencionadas, a direção do empreendimento ficou a cargo de Raymundo B. Britto Pereira, secretário da Manaus Sport, além de proprietário da loja Prato Chinês, que vendia louças e outros artigos variados na cidade (PRATO CHINES, 26 de agosto de 1906; JORNAL DO COMMERCIO, 30 de março de 1905). Nessa época, a loja de Britto Pereira passou a ser o local para inscrições nas corridas do velódromo, substituindo a sede da Manaus Sport, que era antes usada para esse fim, como vimos. Além disso, o número de páreos por corrida aumentou para seis ou sete. O número de juízes também aumentou. Além dos que já existiam antes, havia agora um juiz médico, um juiz telegrafista e cinco juízes “chronometers”, totalizando, assim, 20 pessoas envolvidas em tais funções. Aumentou, portanto, a complexidade organizacional dos eventos realizados ali.

Outra mudança foi a introdução de diferentes tipos de disputa. Além das convencionais competições entre vários ciclistas que partiam de um mesmo ponto, acrescentou-se o “*handicap*”, o “desafio”, a “corrida parada”, o “*match*” e o “*match à trois*”. O “*handicap*” era uma corrida em que os competidores partiam de pontos diferentes. O corredor que cedia aos outros uma determinada distância de vantagem era o “*scratch*”, enquanto os demais eram chamados “*limitman*” – com os termos sempre apresentados em inglês nos jornais locais. Tais corridas envolviam apenas ciclistas ou também disputas entre ciclistas e corredores a pé. Já o “*match*” era o confronto direto entre dois ciclistas partindo do mesmo local e que deveriam percorrer a mesma distância. Quando confrontos desse tipo eram realizados em razão do desafio lançado por algum dos corredores, dava-se então o nome de “desafio”. A variação envolvendo três ciclistas era o “*match à trois*”. Finalmente, “corridas paradas” eram tentativas de se bater recordes de tempo em distâncias determinadas, em espécies de corridas contra o relógio.

Vários outros arranjos foram experimentados, com sucessos ou fracassos variados. Apareceram no velódromo de Manaus nessa época as “tandem”, que eram bicicletas para dois ciclistas. Organizaram-se então corridas entre “tandens” e bicicletas convencionais com apenas um ciclista. Houve também competições entre ciclistas e corredores a pé. Logo realizaram-se competições envolvendo apenas corredores a pé, chamadas “perna

contra perna”. Corridas de velocípedes para crianças também tiveram lugar (VELODROMO AMAZONENSE, 20 de julho de 1906).

Outra inovação que parece ter despertado interesse foi o uso de motocicletas, que ganharam destaque nos programas e na descrição dos páreos publicados em jornais da cidade. O primeiro a usar tal apetrecho no velódromo de Manaus foi Francisco Velosso, conhecido nas rodas esportivas da cidade pelo pseudônimo “Minerva” (VELODROMO AMAZONENSE, 22 de abril de 1906). O motociclista, nesse caso, assumia o papel de “treinador” (ou “*entraineur*”, como se dizia na época), cuja função era ditar o ritmo para um dos ciclistas envolvidos na disputa, além de eventualmente dar-lhe orientação. Houve também tentativas de se realizar corridas em que cada ciclista contaria com um treinador em sua respectiva motocicleta (VELODROMO, 23 de maio de 1906). Ao menos uma vez, houve ainda uma corrida entre duas motociclistas (A FESTA DO VELÓDROMO, 1 de maio de 1906).

Problemas mecânicos nas motocicletas e nas bicicletas tandens estiveram entre um dos principais motivos para críticas e para o relativo insucesso desses tipos de corrida. Por outras razões, competições entre ciclistas e corredores a pé, bem como entre ciclistas em diferentes bicicletas (tandens e convencionais), também parecem ter frustrado as expectativas do público e dos organizadores. Conforme registrou certa vez um artigo anônimo no jornal *Correio do Norte*, comentando uma disputa envolvendo uma bicicleta tandem e uma bicicleta convencional, a vantagem era tão grande para uma das bicicletas que se tornou fácil antecipar o resultado da corrida, diminuindo-lhe, portanto, o interesse. Segundo palavras publicadas no jornal: “foi uma desastrada e inepta desproporção na forma por que foi feito este páreo, cuja vantagem de um lado era tão grande que garantia juízo antecipado sobre o resultado da corrida” (VELODROMO, 27 de março de 1906, p. 1). Enquanto isso, páreos dedicados exclusivamente às corridas a pé pareceram ter tido maior aceitação. Coriolano Durand, ciclista e cronista esportivo do *Jornal do Commercio*, no embalo do interesse despertado pelas competições de corrida a pé, logo escreveu artigos explicando técnicas de respiração e educação dos movimentos para o aprimoramento de ciclistas e corredores da cidade (SPORT, 22 de abril de 1906).

Em todas essas diferentes formas e modalidades de corrida, além da diversidade e inovação em si, buscava-se também a incerteza da vitória. Esta imprevisibilidade sobre o resultado das corridas, na medida em que era elemento importantíssimo para a geração de emoções, era apontada mesmo como a principal razão para o verdadeiro entusiasmo diante das disputas no velódromo, que coerentemente iam sendo chamadas então de “corridas de sensação” (VELODROMO AMAZONENSE, 25 de maio de 1906; 16 de junho de 1906; 17 de junho de 1906). Assim, certo equilíbrio entre os competidores era indispensável

para imprevisibilidade do resultado e consequente possibilidades de emoção, que por isso mesmo eram vistos como alguns dos principais elementos para o sucesso ou o fracasso de atividades do velódromo.

Identificar com precisão os motivos pelos quais o público aprovava ou desaprovava certas formas de competição era deveras importante para os organizadores dessas corridas, pois disso dependia grande parte do sucesso comercial de seus empreendimentos. Antes de ser um espaço para a promoção de práticas esportivas e difusão de hábitos saudáveis, os esportes em Manaus assumiam um caráter de empreendimento comercial para a oferta de diversão. Argumentos que apelavam para o caráter salutar da adoção da prática de esportes também estavam presentes em Manaus, alegando que esportes eram recursos valiosos para o fortalecimento da juventude e aprimoramento da “raça”. Todavia, diante do modo de organização dos esportes naquele momento, tais argumentos pareciam muito mais um mero pretexto retórico para agregar legitimidade e relevância social a uma iniciativa que afinal era comercial e buscava antes de tudo o lucro, especialmente porque não permitia que a maioria dos envolvidos no espetáculo de fato se beneficiasse dos efeitos do esporte à saúde, já que eram apenas espectadores. A busca do lucro e da diversão, portanto, eram os elementos principais por trás do aparente crescimento do entusiasmo popular por esportes em Manaus de princípios do século 20.

Medida do novo entusiasmo que cercavam as corridas do Velódromo Amazonense era a notoriedade que começava a afetar certos esportistas envolvidos em tais competições. O mais proeminente deles nesse período, que chegou a ser comparado aos “melhores ciclistas do mundo”, chamado em Manaus de “o senhor absoluto das pistas”, que tinha inclusive exposições de fotografias em lojas da cidade, foi o ciclista e engenheiro civil Deodoro de Alcântara Freire, mais conhecido pelo seu pseudônimo “Stoessel” (VARIAS NOTÍCIAS, 26 de outubro de 1905; VELODROMO, 17 de abril de 1906). Formado em engenharia na Bélgica, artigos em jornais de Manaus logo se apressaram em associar o gosto pelo ciclismo de Deodoro de Alcântara Freire a sua passagem para estudos na Europa. Todavia, esses mesmos jornais haviam registrado ainda nos idos de 1898, antes, portanto, de sua passagem pela Europa, a participação do futuro engenheiro em corridas infantis de bicicleta organizadas em Manaus pelo Grupo Ciclista, o que além de contrariar as afirmações sobre as origens supostamente europeias do seu gosto pelo ciclismo, estabelece ligações de continuidade entre as iniciativas no novo Velódromo Amazonense e o antigo Grupo Ciclista. A ênfase na narrativa de que teria sido na Europa que o engenheiro adquiriu o gosto pelo ciclismo era apenas mais um expediente retórico para ampliar a reputação não apenas deste ciclista, especificamente, mas do ciclismo, de um modo geral, dado que tudo que tivesse vínculos com a Europa assumia ares de superioridade.

Tendo se iniciado no ciclismo na Europa ou no Brasil, era certo, no entanto, que “Stoessel” de fato gozava de grande estima entre os entusiastas do esporte em Manaus no período. De acordo com comentários divulgados na imprensa local, sempre suspeitas em razão da sua aparência publicitária, algumas de suas corridas atraíam “elevadíssimo número de espectadores”, como teriam sido os casos das disputas pelos recordes dos 500 e dos 10 mil metros, em meados de 1906. Desta feita, conforme palavras publicadas no *Jornal do Commercio*, “a ansiedade da multidão que enchia o velódromo era imensa”. A competição entre “Stoessel”, “Espalhado” e “Patagônia”, segundo ainda o mesmo jornal, teria se desenrolado “em meio a um silêncio religioso” – querendo enfatizar a excitabilidade geral que permeava a plateia. Ao final, a vitória de “Stoessel”, classificada como “brilhante”, teria dado lugar a uma ovação “extraordinária”, conforme registrou o jornal, cujo desfecho foi a condução triunfal do vencedor pelos seus admiradores até a sua residência (SPORT, 17 de abril de 1906).

Nesse ambiente, corridas envolvendo ciclistas mais reputados, como “Stoessel”, o esportista de Belém conhecido como “Alcebiades”, o português conhecido por “Matozinhos” ou ainda o alemão Karl Schoeler, ganhavam mais destaque na imprensa e no esforço promocional dos diretores do velódromo, que as anunciavam de forma grandiloquente como “sucessos monumentais”, “extraordinariamente colossais e atraentes”. Para dimensionar, os prêmios das competições entre alguns desses ciclistas, que usualmente giravam entre 20\$000 e 70\$000 nessa época, chegaram a atingir o valor de 200\$000 – mais de quatro vezes o valor médio habitual, portanto (VELODROMO AMAZONENSE, 25 de janeiro de 1907).

Outra inovação sob a direção de Britto Pereira foi a introdução das apostas, que passaram a ser anunciadas nos programas das corridas. Propagandas com o programa das corridas, aliás, publicadas em jornais de Manaus, especialmente no *Jornal do Commercio*, aumentaram de tamanho. Crônicas com os resultados dessas competições também ficaram maiores e mais detalhadas (sendo possível que fossem propagandas pagas pelos organizadores das corridas). Nessas propagandas, nota-se uma nova estrutura, tanto dos anúncios quanto das corridas, com mais ênfase sobre “as grandes atrações”, além da divulgação dos preços, que passaram a ter quatro diferentes categorias: “geral”, “arquibancada”, “cavalheiro” e “carro de luxo” (crianças e mulheres não pagavam). Sorteios de brinde foram adotados como estratégia explicitamente endereçada para atrair o público feminino.

Em 1907, no terceiro e último ano de funcionamento do velódromo, novas mudanças foram implementadas por um novo diretor, que tinha um perfil ligeiramente diferente dos que lhe antecederam no cargo. Francisco d’Assis de Souza Guimarães, ao invés de proprietário

de casas comerciais da cidade, fazia parte da “classe caixeiral”, isto é, um trabalhador do comércio, conforme termos que usualmente se empregavam à época. Souza Guimarães era secretário da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas – que fora fundada em dezembro de 1906.

A presença de caixeiros no velódromo antecede a ascensão de Souza Guimarães à direção do local. Um caixeiro de nome Raymundo Tribuzy, por exemplo, atuara como juiz do velódromo desde antes, e é bastante provável que houvesse outros, se não atuando diretamente nas corridas, ao menos como parte do público do velódromo, de onde poderiam assistir as competições. Depois da chegada de Souza Guimarães à direção do velódromo, todavia, iniciativas tentando atrair grupos mais populares ao local parecem ter se expandido. Souza Guimarães liderou algumas ações claramente visando maior popularização do velódromo. O preço do ingresso para as arquibancadas sofreu redução de 25%, passando de 4\$000 para 3\$000 (SPORT, 25 de janeiro de 1907). Sorteios de brindes, que se consolidaram então como estratégia para atração de público, estenderam-se a outros grupos que não apenas as mulheres, especialmente as crianças, a quem se ofereciam brinquedos e bombons. Corridas em homenagem aos caixeiros, como o páreo “Fênix Caixeiral”, parecem ter se tornado mais frequentes nas programações. Além disso, seguindo a tendência de ampliação da complexidade organizacional das atividades realizadas ali, grupos de até 34 pessoas passaram a compor o quadro de juízes do velódromo (cujo número antes oscilou entre 10 e 20, aproximadamente) (VELODROMO AMAZONENSE, 25 de janeiro de 1907).

O esforço de popularização também se nota na natureza das iniciativas que se organizaram no velódromo em 1907, que enfatizavam cada vez mais seus apelos como uma forma de entretenimento, ao invés de um costume salutar capaz de melhorar a saúde ou o grau de civilização de um povo. Nessa época, o caráter de entretenimento das corridas parece mesmo ter sido acentuado nas propagandas do velódromo vinculadas nos jornais da cidade. Se antes chamavam-nas já “corridas de sensação”, agora eram as “corridas mirabolantes”. De fato, tratavam-se agora de corridas com até quinze ciclistas (antes esse número oscilava entre três e seis), às vezes distribuídos por equipes com ciclistas estrangeiros, que representavam diferentes nacionalidades, em competições que podiam envolver a participação do público. As “corridas com obstáculos”, as “provas de perseguição” e os “torneios das bonecas” eram todos exemplos nesse sentido.

As “corridas com obstáculos”, como o nome já indica, eram competições ciclísticas convencionais, tal como as usualmente realizadas, acrescidas, porém, de obstáculos na pista. Propagandas anunciavam-nas como “torneio[s] de grande entusiasmo e hilaridade” (SPORT, 10 de março de 1907). As “provas de perseguição” eram competições em que

os ciclistas se distribuíam pela pista a distâncias iguais. A competição, que durava 15 minutos, consistia em tentar ultrapassar os que estivessem imediatamente à sua frente, sendo eliminado o ciclista ultrapassado. A dinâmica seguia pelo tempo pré-determinado, na expectativa de que ao final restasse apenas um ciclista, que seria então declarado vencedor (SPORT, 17 de março de 1907). Os “torneios das bonecas” consistiam em convidar mulheres da plateia para a pista, onde deveriam vestir roupas em bonecas. Enquanto isso, ciclistas iniciavam uma corrida ao redor da pista. Concluída a primeira volta, os ciclistas esperavam que as bonecas que lhes foram previamente atribuídas estivessem vestidas. Feito isso, as bonecas vestidas eram conduzidas pelos ciclistas em mais uma volta ao redor da pista. A boneca conduzida pelo ciclista que primeiro concluísse todo o processo era declarada “boneca vencedora”, não sem antes ter a qualidade e o asseio de sua vestimenta examinada por um júri. A coisa toda era uma grande brincadeira, com um certo aspecto circense.

Apesar das mudanças para tornar o velódromo e suas corridas mais atraentes, além de talvez mais de acordo com o gosto de estratos populares, que poderiam aumentar a demanda pelo consumo de espetáculos esportivos, dado que ofereciam potencialmente público mais numeroso, já em 1907 o velódromo fechou as portas. Três fatores parecem ter determinado o destino do local. Primeiro, o próprio tempo de funcionamento do velódromo, pois depois do entusiasmo inicial com a novidade, que já orientava fortemente predileções nos lazeres populares naquela época, corridas de bicicletas em velódromos poderiam parecer enfadonhas para os espectadores, especialmente no momento em que novos aparatos tecnológicos ainda mais modernos e velozes, como os automóveis, prometiam atender melhor as demandas por mobilidade, velocidade e excitação dos sentidos que marcavam aquela época (cf. DIAS, 2018; HOLT, 1981).

Em segundo lugar, o fim das possibilidades de apostas nas corridas de bicicleta pode ter acelerado o desinteresse da população pelo esporte, tal como parece ter acontecido também no Rio de Janeiro no mesmo período (SCHETINO, 2008). No Rio de Janeiro, aliás, desde meados da década de 1890 havia já proibições oficiais contra apostas nos esportes, especialmente no remo (MELO, 2001). Apostas continuaram parte importante do universo esportivo das corridas de cavalo, embora repressões contra intermediários tenham se exacerbado a partir daquela época. Em Manaus, apostas parecem ter sido abolidas das corridas de bicicletas no velódromo já em 1906 – mesmo ano em que teriam sido introduzidas. Logo já não seria possível encontrar menções a apostas nos programas e resultados das corridas realizadas no velódromo e publicadas nos jornais da cidade. Se apostas acaso continuaram sendo realizadas nesse contexto, foram de forma discreta ou talvez até ilegal.

Temores das elites diante do risco de desordem pública estimulavam uma “criminalização da vida cotidiana”, isto é, uma crescente regulação policial dos hábitos populares. Jogos, entretenimentos diversos, costumes religiosos e o comércio das ruas estiveram entre alguns dos principais alvos dessa repressão (CHAZKEL, 2014). Críticas ao comportamento aparentemente irracional do hábito de apostar em jogos cujos resultados não dependiam fundamentalmente das habilidades do jogador, mas sim da sorte, eram parte fundamental do corolário dessa repressão. Nesse caso, reproduzia-se antigas restrições contra apostas e jogos de azar, que estavam fortemente presentes no imaginário do Brasil desde antes. De acordo com essa antiga escala de valores, nunca plenamente assimiladas pelo conjunto da população, como mostra o persistente costume popular em apostar, jogos estavam associados a vícios e a degradação moral (SOUZA, 2010). Além do medo puro e simples de insurreições populares, que marcaram preocupações das elites ao longo de todo o século 19, a hostilidade repressora diante dos jogos com apostas – e dos costumes populares de modo geral – expressava também interesses materiais e econômicos. Depois de articular um consenso moral que desqualificava o hábito de apostar, usualmente classificado como algo pervertido, rude e incivilizado, o uso do aparato legal e repressivo do Estado contra essas práticas tinha legitimidade pública. Todavia, mais que apenas a imposição de valores e visões de mundo, tratava-se de delimitar o espaço social em que os gastos com consumo poderiam se dar de maneira legal e legítima, visando, na prática, controlar o mercado e eliminar a concorrência (CHAZKEL, 2014). Finalmente, havia ainda a necessidade prática percebida pelas classes proprietárias de criar mecanismos de coerção que obrigassem uma grande massa de trabalhadores apenas recentemente libertados da escravidão a se sujeitarem a uma nova disciplina de trabalho assalariado (CHALHOUB, 2001; LAMOUNIER, 2012). Nesse sentido, a ambição dos pobres em ganhar dinheiro seria desejável, desde que buscasse se realizar por meios compatíveis com os interesses das classes proprietárias, quais sejam, basicamente, o de dispor da força de trabalho dos mais pobres. Assim, apostas apareciam como algo pouco conveniente, pois ofereciam possibilidades de ganhos financeiros sem a necessidade do trabalho.

O terceiro e último aspecto que parece ter sido decisivo para o fim do Velódromo Amazonense foi o surgimento de um concorrente: o Prado Amazonense, onde aconteciam corridas de cavalo (SPORT, 19 de abril de 1907). Apesar de estar sob efeito de uma crescente prosperidade econômica gerada pela economia de extração e exportação da borracha, implicando, entre outras coisas, uma população e uma densidade urbana relativamente elevadas para os padrões brasileiros da época, Manaus, ainda assim, tinha um mercado consumidor pobre e limitado. Boa parte da riqueza gerada pela economia da borracha concentrava-se nas mãos de grandes negociantes. Uma das consequências

dessa concentração foi a relativa indisponibilidade de dinheiro na economia não apenas de Manaus, se não de toda a bacia amazônica. Boa parte dos negócios da região funcionavam baseados no crédito, isto é, em papéis que prometiam pagamento no futuro. Havia pouco dinheiro em espécie disponível e em circulação na Amazônia dessa época. Não por acaso, iniciativas para abertura de bancos na região, cujo objetivo era justamente contornar a escassez de capital na economia regional, não podiam se concretizar pela simples indisponibilidade de recursos (WEINSTEIN, 1993). Em tais circunstâncias, o surgimento de um novo empreendimento para o entretenimento na cidade ampliava a concorrência e tendia a comprometer a viabilidade comercial dos que existiam antes, especialmente quando ambos ofereciam atividades dentro de um mesmo segmento, o dos espetáculos esportivos. O mercado consumidor da cidade não parecia grande e próspero o bastante para sustentar economicamente dois empreendimentos voltados a grandes públicos ao mesmo tempo, como eram o velódromo e o hipódromo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

José Maranhão, um dos empresários por trás da inauguração do segundo velódromo de Manaus, esteve também envolvido na criação do primeiro hipódromo da cidade, construído a partir de 1905 e inaugurado em 1907, com o nome de Prado Amazonense. As informações de natureza empresariais de que dispomos sobre o funcionamento dessas iniciativas, porém, são bastante incompletas, o que impede conclusões mais assertivas a esse respeito, limitando-nos a apenas algumas deduções especulativas. Não está claro, por exemplo, se José Maranhão esteve envolvido nas duas iniciativas simultaneamente ou se embarcou na empreitada do hipódromo apenas depois de ter abandonado seus negócios no velódromo. A construção do hipódromo teve início em 1905, um ano depois, portanto, da inauguração do velódromo. No entanto, como vimos, nesse mesmo ano, José Maranhão foi substituído na direção do velódromo por Raymundo Pereira (que até então era secretário da empresa Manaus Sport). A mudança de direção do velódromo acaso indicava também mudança de direção da empresa que administrava o lugar? Em outras palavras, José Maranhão teria permanecido envolvido com a Manaus Sport depois de sua saída da direção do velódromo? Não sabemos.

Uma eventual venda da empresa ou de parte dela talvez lhe tivesse permitido liberação de capitais, que eram escassos em Manaus nessa época, para novos empreendimentos. Talvez Maranhão tenha notado o progressivo arrefecimento do entusiasmo do público pelas corridas de bicicleta, quando poderia ter decidido abandonar as atividades do velódromo e iniciar novos negócios com o hipódromo. Maranhão talvez intuísse que o simples fato das

corridas de cavalo serem uma novidade na cidade podia garantir-lhe por algum tempo a presença do público interessado em novas oportunidades de diversão, ao menos até que outra novidade ainda mais recente se apresentasse e desviasse novamente a atenção desse público, como o surgimento de campos de futebol de fato logo faria a partir dos princípios de 1910 (NORMANDO, 2013). Tudo isso, porém, não são mais que conjecturas.

Em todo o caso, o ano em que o hipódromo entrou em funcionamento coincidiu com o fim das atividades no velódromo, sugerindo que as duas atividades concorreram entre si, com o velódromo sucumbindo, no fim, diante da inauguração do hipódromo – ainda que não necessariamente por causa desta inauguração, dado que outros fatores podem ter influído neste colapso. Além disso, como destacamos antes e tentamos demonstrar ao longo do artigo, empresários estiveram entre um dos principais e primeiros grupos responsáveis pela expansão de oportunidades de consumo de serviços tais como os espetáculos esportivos.

REFERÊNCIAS

A DEFESA E A RESPOSTA AO REPTO. *Quo Vadis*, Manaus, 15 de maio de 1903, n. 146, p. 3.

A FEDERAÇÃO, Manaus, 16 de novembro de 1898, n. 254, p. 1.

A FESTA DO VELÓDROMO. *Correio do Norte*, Manaus, 1 de maio de 1906, n. 85, p. 1.

AO COMMERCIO E AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS. *Diario Official*, Manaus, 19 de outubro de 1895, n. 551, p. 8.

AO COMMERCIO E AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS. *Jornal do Commercio*, Manaus, 23 de julho de 1904, n. 176, p. 3.

BENEFICENTE PORTUGUESA. *Commercio do Amazonas*, Manaus, 1 de dezembro de 1900, n. 111, p. 1.

BUARQUE DE HOLLANDA, Bernardo Borges; MELO, Victor Andrade de. *O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

BURNS, E. Bradford. Manaus, 1910: Portrait of a Boom Town. *Journal of Inter-American Studies*, v. 7, n. 3, p. 400-421, Jul. 1965.

CARVALHO, John. Communications and Journalism. In: Robert Edelman and Wayne Wilson (eds.). *The Oxford Handbook of Sports History*. 2017.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CHAZKEL, Amy. *Leis da sorte: o jogo do bicho e a construção da vida pública urbana*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2014.

CLUB DESPORTIVO. *Jornal do Commercio*, Manaus 21 maio. 1906, n. 680, p. 1.

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 12 de junho de 1898, n.230, p. 1.

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 13 de dezembro de 1898, n. 347, p. 1.

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 13 de julho de 1898, n. 231, p. 1.

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 26 de julho de 1898, n. 241, p. 1.

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 26 de julho de 1898, n. 241, p. 1.

COMMERCIO DO AMAZONAS, Manaus, 8 de dezembro de 1899, n.84, p. 2.

CONTRA A MORAL. *Correio do Norte*, Manaus, 3 de março de 1906, n. 36, p. 1.

CONTRA A MORAL. *Correio do Norte*, Manaus, 3 de março de 1906, n. 36, p. 1.

CONTRA A MORAL. *Correio do Norte*, Manaus, 6 de março de 1906, n. 38, p. 1.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COUCEIRO, Sylvia Costa. *Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

CREAS, Robert. *A medida do mundo: a busca por um sistema universal de pesos e medidas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DAOU, Ana Maria. *A cidade, o teatro e o “paiz das seringueiras”*: prática e representações da sociedade amazonense na passagem do século XIX-XX. Rio de Janeiro: Rio Books, 2014.

DECLARAÇÃO. *Diario Official*, Manaus 1 de novembro de 1896, n. 845, p. 4.

DIAS, Cleber. Esporte e cidade: balanços e perspectivas. *Tempo*, v. 17, n. 34, p. 33-44, jun. 2013 (p. 40).

DIAS, Cleber. *Esportes nos confins da civilização: Goiás e Mato Grosso, c. 1866-1937*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2018.

DIAS, Cleber. Mercantilização do lazer no Brasil. *Licere*, Belo Horizonte, v. 21, p. 364-403, 2018.

DIAS, Cleber et. al. Esportes nos sertões das Gerais. In: DIAS, Cleber; ROSA, Maria Cristina (Orgs.). *Histórias do lazer nas Gerais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2019, p. 137-162.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999.

GAMBETA, Wilson. *A bola rolou: o velódromo paulista e os espetáculos de futebol*. São Paulo: SESI-SP editora, 2015.

GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal* (Salvador, 1780-1860). São Paulo: Companhia das letras, 2013.

GRANDI, Greg. *Fordlandia: The Rise and Fall of Henry Ford's Forgotten Jungle City*. New York: Metropolitan Books, 2009.

GRUPO CYCLISTA AMAZONENSE. *Commercio do Amazonas*, Manaus 28 de julho de 1898, n. 243, p. 1.

GRUPO CYCLISTA AMAZONENSE. *Commercio do Amazonas*, Manaus, 20 de novembro de 1898, n. 332, p. 2.

GRUPO CYCLISTA AMAZONENSE. *Commercio do Amazonas*, Manaus, 22 de janeiro de 1899, n. 379, p. 2.

GRUPO CYCLISTA AMAZONENSE. *Commercio do Amazonas*, Manaus, 3 de agosto de 1898, n. 248, p. 1.

GUTTMANN, Allen. *From Ritual to Record: the Nature of Modern Sports*. Columbia University Press, 2004.

HARDY, Stephen. Entrepreneurs, Organizations, and the Sport Marketplace: Subjects in Search of Historians. *Journal of Sport History*, v. 13, n. 1, p. 14-33, 1986.

HARMOND, Richard. Progress and Flight: An Interpretation of the American Cycle Craze of the 1890s. *Journal of Social History*, n. 5, p. 235-257, 1971 (p. 240).

HOLT, Richard. *Sport and Society in Modern France*. New York: Routledge, 1981.

JACKSON, Joe. *O ladrão no fim do mundo: como um inglês roubou 70 mil sementes de seringueira e acabou com o monopólio do Brasil sobre a borracha*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 28 de dezembro de 1904, n. 316, p. 1.

JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 30 de março de 1905, n. 392, p. 2.

JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 8 de janeiro de 1905, n. 326, p. 2.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Ferrovias e mercado de trabalho no Brasil do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2012.

MANAOS SPORT. *Jornal do Commercio*, Manaus, 19 de fevereiro de 1905, n. 362, p. 1.

MANAOS SPORT. *Jornal do Commercio*, Manaus, 19 de março de 1905, n. 386, p. 1.

MANAOS SPORT. *Jornal do Commercio*, Manaus, 19 de março de 1905, n. 386, p. 1.

MANÁOS-SPORT. *Jornal do Commercio*, Manaus, 30 de outubro de 1904, n. 263, p. 1.

MARINHO, Márcia Maria Fonseca. *Natal também civiliza-se: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque natalense (1900-1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

MELO, Victor Andrade de. *Cidadesportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / Faperj, 2001.

MELO, Victor Andrade de. *Esporte e lazer: conceitos*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MELO, Victor Andrade de. O trato do esporte nos simpósios da Associação Nacional de História (Anpuh). *Recordes*, v. 9, n. 1, p. 1- 17, jan./ jun. 2016.

MIGNOT, Jean-François. The History of Professional Road Cycling. In: Daam Van Reeth e Daniel Joseph Larson (eds.). *The economics of professional road cycling*. New York: Springer, 2016, p. 7-32.

MOURA, Denise A. Soares de. *A sociedade movediça: economia, cultura e relações sociais em São Paulo: 1808-1850*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2005.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NORMANDO, Tarcisio Serpa. *Jogos de bola, projetos de sociedade: por uma história social do futebol na belle époque manauara*. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2003.

O GRUPO CYCLISTA AMAZONENSE. *A Federação*, Manaus, 17 de novembro de 1898, n. 255, p. 1.

O GRUPO CYCLISTICO AMAZONENSE. *A Federação*, Manaus, 06 de dezembro de 1898, n. 274, p. 1.

O GRUPO CYCLISTICO AMAZONENSE. *A Federação*, Manaus, 6 de dezembro de 1898, n. 274, p. 1.

OLIVEIRA, Milena Fernandes de. Cultura de consumo e indústria na São Paulo da belle époque (1890-1915). *História econômica & história de empresas*, v. 17, n. 1, p. 177-208, 2014.

PORTER, Dilwyn. Entrepreneurship. In: POPE, S. W.; NAURIGHT, John (eds.). *Routledge Companion to Sports History*. New York / London: Routledge, 2010, p. 197-215.

PORTER, Dilwyn; VANPLEW, Wray. Entrepreneurship, Sport, and History: an Overview. *The International Journal of the History of Sport*, v. 35, Issue 7-8, p. 626-640, 2018.

PORTO, Tiago Cavalcante. *As transformações do lazer em Fortaleza (1910-1930)*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

PRADO, Maria Lígia Coelho; CAPPELATO, Maria Helena Rolim. A borracha na economia brasileira da Primeira República. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*, tomo III, vol. 1, 8. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989, p. 287-307.

PRATO CHINES. *Jornal do Commercio*, Manaus, 26 de agosto de 1906, n. 777, p. 3.

QUE CONTRASTE. *Correio do Norte*, Manaus, 7 de abril de 1906, n. 66, p. 1.

RITCHIE, Andrew. *Early Bicycles and the Quest for Speed: A History, 1868–1903*. 2 ed. Jefferson: McFarland & Company, 2018, p. 303-360.

RITCHIE, Andrew. The Origins of Bicycle Racing in England: Technology, Entertainment, Sponsorship, and Advertising in the Early History of the Sport. *Journal of Sports History*, v. 26, n. 3, p. 489-520, Fall 1999 (p. 294).

ROCHA JUNIOR, Coriolano P. da. *Esporte e modernidade: uma análise comparada da experiência esportiva no Rio de Janeiro e na Bahia nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX*. Tese (Doutorado em História Comparada). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

SANTUCCI, Natália de Noronha. *O elegante sport: conexões entre a moda, a modernidade e o ciclismo em Porto Alegre (1895-1905)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.

SCHETINO, André. *Pedalandando na modernidade: a bicicleta e o ciclismo na transição do século XIX para o XX*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

SEGUNDA APPARIÇÃO À IMPRENSA. *A Federação*, Manaus 25 de dezembro de 1898, n. 292, p. 2.

SILVA, Marcelo Moraes e. *Novos modos de olhar, outras maneiras de se comportar: a emergência do dispositivo esportivo da cidade de Curitiba (1899-1919)*. Tese (Doutorado em Educação). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2011.

SMETHURST, Paul. *The bicycle: towards a global history*. London / New York: Palgrave Macmillan, 2015 (p. 21).

SOCIEDADE DO TIRO BRASILEIRO NO AMAZONAS. *Jornal do Commercio*, Manaus, 12 de março de 1908, n. 1.424, p. 3.

SOUZA, Eliza Salgado de. *Panorama do esporte em Manaus, 1897-1911*. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

SOUZA, João Paulo Ribeiro de. *Modernidade, esporte e lazer na cidade da Parahyba do Norte, 1908-1925*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2014.

SOUZA, Juliana Teixeira. Os jogos proibidos no tempo do Império. In: MARZANO, Andrea; MELO, Victor Andrade de (orgs.). *Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 153-178.

SPORT. *Jornal do Commercio*, Manaus, 10 de março de 1907, n. 969, p. 2.

SPORT. *Jornal do Commercio*, Manaus, 17 de abril de 1906, n. 646, p. 2.

SPORT. *Jornal do Commercio*, Manaus, 17 de março de 1907, n. 976, p. 2.

SPORT. *Jornal do Commercio*, Manaus, 19 de abril de 1907, n. 1.008, p. 2.

SPORT. *Jornal do Commercio*, Manaus, 22 de abril de 1906, n. 651, p. 2.

SPORT. *Jornal do Commercio*, Manaus, 25 de janeiro de 1907, n. 927, p. 2.

SPORT. *Jornal do Commercio*, Manaus, 30 de setembro de 1904, n. 236, p. 1.

SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE MANÁOS. *A Capital*, Manaus, 20 de janeiro de 1918, n. 185, p. 3.

SZYMANSKI, Stefan. A Theory of the Evolution of Modern Sport. *Journal of Sport History*, v. 35, n. 1, p. 1-3, 2008.

TORRES, Cesar R. South America. In: POPE, S. W; NAURIGHT, John. (eds.). *Routledge companion to sports history*. New York: Routledge, 2009, p. 553-569.

VARIAS NOTÍCIAS. *Jornal do Commercio*, Manaus, 26 de outubro de 1905, n. 576, p. 1.

VELODROMO AMAZONENSE. *Jornal do Commercio*, Manaus, 16 de junho de 1906, n. 706, p. 3.

VELODROMO AMAZONENSE. *Jornal do Commercio*, Manaus, 17 de junho de 1906, n. 707, p. 3.

VELODROMO AMAZONENSE. *Jornal do Commercio*, Manaus, 20 de julho de 1906, n. 740, p. 3.

VELODROMO AMAZONENSE. *Jornal do Commercio*, Manaus, 22 de abril de 1906, n. 651, p. 3.

VELODROMO AMAZONENSE. *Jornal do Commercio*, Manaus, 25 de janeiro de 1907, n. 927, p. 3.

VELODROMO AMAZONENSE. *Jornal do Commercio*, Manaus, 25 de janeiro de 1907, n. 927, p. 3.

VELODROMO AMAZONENSE. *Jornal do Commercio*, Manaus, 25 de maio de 1906, n. 684, p. 3.

VELODROMO AMAZONENSE. *Jornal do Commercio*, Manaus, 3 de janeiro de 1907a, n. 905, p. 3.

VELODROMO NACIONAL. *A Federação*, Manaus 15 de novembro de 1898, n. 253, p. 2.

VELODROMO. *Correio do Norte*, Manaus, 17 de abril de 1906, n. 73, p. 1.

VELODROMO. *Correio do Norte*, Manaus, 23 de maio de 1906, n. 104, p. 1.

VELODROMO. *Correio do Norte*, Manaus, 27 de março de 1906, n. 56, p. 1.

VELODROMO. *Jornal do Commercio*, Manaus, 23 de dezembro de 1905, n. 626, p. 2.

VELODROMO. *Jornal do Commercio*, Manaus, 23 de dezembro de 1905, n. 626, p. 2.

VIEIRA, Carla Manuela da Silva. *Sociabilidade e modernidade nos espaços de lazer da capital cearense no início do século XX (1901 a 1910)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

VIGARELLO, Georges. Treinar. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jaques; VIGARELLO, Georges (dirs.). *História do corpo*, v. 3 (as mutações do olhar: o século XX). Petrópolis: Vozes, 2008a, p. 197-251.

VIGARELLO, Georges; HOLT, Richard. O corpo trabalhado – ginastas e esportistas no século XIX. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jaques; VIGARELLO, Georges (dirs.). *História do corpo*, v. 2 (da Revolução à Grande Guerra). Petrópolis: Vozes, 2008b, p. 393-477.

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: Hucitec / Edusp, 1993.

AS DIVERSÕES DE RUA EM OURO PRETO, 1882-1889

Verônica Toledo Ferreira de Carvalho

As discussões sobre a necessária modernização do país tiveram desdobramentos sobre aspectos do cotidiano, incluindo as diversões (DIAS et al., 2019). As capitais do país, principalmente o Rio de Janeiro, foram as primeiras a sofrer pressão para se enquadrarem aos novos tempos. As cidades eram remodeladas, as ruas ampliadas, as estradas melhoradas, a iluminação pública se aperfeiçoava. Novas tecnologias foram incorporadas no dia a dia da população e, com isso, novos hábitos e práticas eram adotadas. A busca pelo espaço público, como local de sociabilidade e divertimento, fazia parte dessa dinâmica cosmopolita que se perseguia (DEL PRIORE, 2017).

Ouro Preto foi a primeira capital de Minas Gerais. Localizada no Sudeste do Brasil, a cidade foi o epicentro da exploração aurífera durante o período colonial e é atualmente conhecida pela sua arquitetura barroca, que inclui pontes, igrejas, capelas, fontes e praças, e por suas ruas íngremes e sinuosas calçadas com pedras irregulares. No final do século XIX, a compatibilidade de Ouro Preto com o modelo de progresso que se buscava instaurar no país passou a ser cada vez mais questionada. Os novos ideais que circulavam demandavam transformações nos aspectos físicos da cidade e comportamentais da população. Ou se modernizava ou perdia o posto de capital.

Este estudo, que tem como base parte de minha dissertação de mestrado, foi guiado pela necessidade de compreender a dinâmica dos divertimentos que aconteciam fora do ambiente privado em Ouro Preto, em um momento de tamanhas mudanças. Em outras palavras, o objetivo foi compreender, a partir da leitura do jornal *Liberal Mineiro*, como os debates de modernidade e tradição marcaram os divertimentos de rua em Ouro Preto entre 1882 e 1889. Além disso, busco identificar como eram essas práticas, quem participava e quais as disputas em torno delas.

Aproximando-me da História Nova¹, pretendo compreender os divertimentos que aconteciam nas ruas da cidade de Ouro Preto, utilizando do jornal *Liberal Mineiro* como fonte, e assim, contribuindo efetivamente para o mapeamento das vivências e possibilidades na histórica cidade mineira, nos oito anos que antecederam a primeira república.

Para escolher a fonte principal deste trabalho, realizei uma pesquisa online na Hemeroteca Digital Brasileira. Lá encontrei jornais vigentes em Ouro Preto no final do século XIX, o qual é o período de maior interesse para esta pesquisa. Realizei leituras de alguns

1. Corrente historiográfica que surgiu por volta de 1970, e que coloca no foco dos historiadores questões culturais e sociais, como os modos de se divertir, além de regiões e temporalidades antes desprezadas, como o caso das cidades do interior do Brasil.

exemplares e, dentre eles, o *Liberal Mineiro* se destacou por alguns motivos como por exemplo o período de vigência, a quantidade de exemplares digitalizados e principalmente pela preocupação demonstrada em noticiar eventos do cotidiano, o que o diferenciava de outros periódicos, mais focados nas disputas políticas-partidárias.

O jornal *Liberal Mineiro*, anteriormente chamado *A actualidade*, era propriedade de Carlos Gabriel Andrade, comendador de Saramenha, da cidade de Ouro Preto. Era publicado três vezes por semana, entre janeiro e agosto, e diariamente entre agosto e dezembro. Continha quatro páginas com colunas fixas, como a de anúncios, política, os editais de obras públicas do Estado e o folhetim. Algumas seções eram recorrentes nas edições, como a de impostos, a aberta aos assinantes, os quais poderiam escrever sobre qualquer assunto, e a coluna sobre os acontecimentos de outras cidades do país, como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife.

Para este texto, trouxe algumas discussões de minha dissertação sobre os divertimentos públicos da cidade. Mais especificamente, os divertimentos que aconteciam nas ruas e que não tinham vendas de ingresso. Ou seja, os festejos religiosos e cívicos, o carnaval e o entrudo, as diversões do cotidiano nas ruas e praças e as festas e danças que aconteciam das vendas e botequins. Para compreender essas diversões é importante pensar nas alterações e melhoramentos das cidades, que influenciavam na presença das pessoas fora do ambiente doméstico.

A passagem do século XIX para o século XX foi marcada por diversas transformações culturais, econômicas e sociais. O mundo se tornava cada vez mais ligado pelos deslocamentos de bens e pessoas, de capital e de comunicações, pelo fluxo constante de produtos materiais e pensamentos. Junto às trocas comerciais, circulavam também novas ideias e práticas sociais, que anunciavam um novo padrão de civilidade e modernidade (HOBBSAWM, 2001). No Brasil, o movimento abolicionista se fortalece, principalmente após a década de 1870, e ganha apoio social a ideia de que a escravidão era um empecílio ao progresso. Ouro Preto, capital da Província de Minas Gerais e importante centro político do império, não passou incólume a esses novos ventos.

As principais mudanças ocorridas em Ouro Preto no final do século XIX, segundo o livro de memórias de Henrique Cabral (1969), a dissertação de Caroline Bibbó (2017), a tese de Mirian Lott (2009) e o jornal *Liberal Mineiro*, foram o calçamento, algo que a população considerava importante devido aos moldes montanhosos da cidade, pois, a terra presente nas ruas e calçadas, em períodos chuvosos, prejudicava o trânsito das pessoas; a construção dos encanamentos de esgoto; a proibição de animais soltos, ainda que de acordo com os jornais as reclamações a esse respeito persistiram por algum tempo; a construção de jardins; chafarizes para facilitar o acesso à água em regiões diversas da

cidade; o cemitério, visto que os enterros ainda aconteciam junto às igrejas; a iluminação pública; e, por fim, a linha férrea.

Além dos ideais modernos, que percorriam o país e a província, Ouro Preto era pressionada também por constantes ameaças de perder o status de capital. Os ditos “mudancistas”, a favor de que Minas Gerais tivesse uma nova capital, associavam a cidade a um passado colonial que era preciso apagar, e apontavam nela limitações estruturais impossíveis de serem superadas. Já a maioria da população ouropretana parecia se inclinar para uma posição “não mudancista” e eram contrários à ideia da mudança, pois não viam nenhuma incompatibilidade insuperável entre a cidade e o projeto de modernidade. O desejo de continuar sendo a capital impulsionava a novas intervenções e melhoramentos na cidade (MANTOVANI, 2007; VIEIRA, 2016; CABRAL, 1969; BIBBÓ, 2017).

Muitas foram as intervenções pretendidas em Ouro Preto nos últimos 30 anos do século XIX, como alargamento, nivelamento e abertura de ruas; reforma de calçamentos das ruas com paralelepípedos e de passeios; emplacamento de ruas, casas e prédios; construção de novo matadouro, novo teatro, novo cemitério público, novo mercado, praças, jardins, um boulevard, um lazareto, escolas e linhas de bonde; introdução de iluminação elétrica nas ruas; demolições e (re)construções de prédios; reformas em fachadas de casas e prédios e de chafarizes; planificações de morros e construção de viaduto; e a já citada construção do ramal da linha férrea (BIBBÓ, 2017, p.83).

As diversas melhorias sugerem uma cidade que buscava se modernizar, incorporando novas tecnologias, práticas, ideias e espaços e que favorecia a presença das pessoas nas ruas da cidade.

FESTEJOS RELIGIOSOS

Eventos religiosos como missas, procissões, transladações de imagens, batizados, ritos fúnebres, e casamentos faziam parte do dia a dia da cidade, e muitas vezes se misturavam com eventos e celebrações de outro tipo, borrando a fronteira entre o sagrado e o profano.

O calendário fixo dos festejos religiosos da cidade durava o ano inteiro, e normalmente se organizava em homenagem aos santos ou em benefício de alguma irmandade. Durante o mês de janeiro usualmente ocorria a festa da Nossa Senhora do Pilar, assim como o festejo religioso do mártir São Sebastião. Em fevereiro, as festas em honra da Senhora Virgem, da Nossa Senhora da Paciência e da Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz. Março abria-se espaço para a Festa do Bom Jesus dos Passos e para a semana santa, que também poderia ser em abril. Todo o mês de maio era dedicado à Maria, com missas diárias, solenidades, procissões e afins. Não era a única festa do mês, visto que

a procissão de Corpus Christi também acontecia no fim de maio ou início de junho. Junho os festejos iam de Santo Antônio, São João Batista e Divino Espírito Santo. Julho e agosto eram meses pouco ocupados por festas religiosas, sendo a Nossa Senhora da Boa Morte e Conceição da Lapa as celebrações mais comuns. Em setembro os festejos da Nossa Senhora das Mercês de Ouro Preto, e em outubro as festas do Santíssimo Coração de Jesus e o festejo do cruzeiro. Novembro a festa da Nossa Senhora do Pilar novamente, e, por fim, em dezembro, os festejos de Natal e fim de ano.

Por intermédio do jornal, a população era convidada a participar dos eventos de diversas formas: com contribuições financeiras, encaminhando suas crianças para figurarem como “anjos” e “virgens”, mantendo limpa a frente de suas casas, iluminando-as (no caso de procissões noturnas), e comparecendo nas festas, seja de qual igreja ou santo fosse. Além desse calendário fixo, também se percebe missas e louvações (te-deum) em feriados cívicos e eventos afins, como nos festejos do dia 21 de abril (Tiradentes), no dia 7 de setembro (Independência do Brasil), e no aniversário de D. Pedro II.

A presença constante da religiosidade no cotidiano, porém, não significava um controle absoluto da igreja sobre a vida social da população, nem a adesão a um estilo de vida pautado pela renúncia e comedimento. Predominava em Ouro Preto o “catolicismo popular”. Os viajantes que visitavam a cidade muitas vezes estranhavam as práticas religiosas presentes ali. Auguste de Saint-Hilaire, por exemplo, esteve em Minas entre os anos de 1816 e 1822, e classificou a religião brasileira como desregrada, supersticiosa e obscura. Segundo ele, isso seria comum em regiões bárbaras, como o Brasil, onde as ideias se afugentam, e a convivência com indígenas e escravizados faz florescer o gosto pela libertinagem (SAINT-HILAIRE, 2000, p.85 apud PEREZ et al., 2018, p.84).

As procissões também chamaram a atenção do viajante Hermann Burmeister, que percebia nelas um caráter de prática sagrada e divertimento público. O que deixava dúvidas a respeito da fé dos participantes.

Procissões religiosas de grande solenidade não são raras, visto que constituem ao mesmo tempo divertimento público, do qual todos participam com o mesmo ardor e vestidos com os melhores trajes. As mulheres das classes mais elevadas usam também nessas ocasiões a capa e o lenço na cabeça, enquanto que os homens vão descobertos, de chapéu na mão. (...) Depois da procissão, realizar-se-ia, em geral, a rifa de vários objetos oferecidos à igreja, o que atrai grande número de curiosos e assistentes. Já vários dias antes da procissão mais objetos são levados pelas ruas para serem exibidos ao povo, interessando-o destarte, na festa próxima (BURMEISTER 1980, p. 276 apud PEREZ et al., 2018, p.148).

Esse distanciamento da tradicional liturgia da igreja católica, incorporando aos rituais outros elementos, ou mesmo influências de outras crenças, como as religiões de

matriz africana, são características do chamado catolicismo popular. A presença dessa religiosidade pouco ortodoxa na província de Minas Gerais preocupava a igreja, e motivou um processo conhecido como romanização e reforma ultramontana, que buscava enquadrar religiosos e fiéis em uma tentativa de europeização, uniformização das práticas e centralização do poder. O marco inicial desse processo em Minas Gerais é a designação de Dom Viçoso como bispo de Mariana, em 1840 (PEREIRA, 2002). Porém, apesar desse processo ter perdurado por anos, ele nunca conseguiu ser completamente exitoso, encontrando resistências e permanências.

Os eventos religiosos de Ouro Preto no fim do século XIX eram também lugar de encontros sociais, que mesclavam sagrado e profano, fé e diversão. As pessoas vestiam suas melhores roupas e enfeitavam a frente de suas casas, o que sugere o desejo de exibir-se, de ver e ser visto. A cidade se tornava mais agitada e movimentada, recebendo gente de fora, de longe inclusive. Após a missa, as praças e ruas eram tomadas por jogos, circo, desfiles e passeios.

Nas páginas do jornal é possível perceber o caráter social desses eventos. Os festejos recebiam adjetivos como “primoroso”, “esplendoroso”, “pompa”, “lindíssimo”, “luzimento”, “brilhantíssimo”, indicando uma preocupação estética com a performance e ornamentação que extrapolavam o sentimento religioso. O destaque dado aos fogos de artifícios, a música, apresentações teatrais e demais atrações que cercavam as cerimônias, também chama atenção:

Tendo como costume, festejar-se o Divino Espírito Santo, a mesa administrativa desta devoção faz público as festividades do dia seguinte. No dia 7 do corrente, às 19 da noite, tocando por essa ocasião a orquestra da Sociedade Musical Jardim da Mocidade, que apresentará as melhores peças de seu vastíssimo repertório. Em seguida, no mesmo lugar queimar-se-hão alguns fogos de artifício (...) Domingo, dia 8, às 11 horas da manhã, haverá missa solene, ocupando a tribuna sagrada o vigário de freguesia, Padre Cândido Velloso, e tocando nesse ato a tão conhecida orquestra de Henrique Mesquita. Para maior brilhantismo da festa pede a mesa o comparecimento de todos os devotos (LIBERAL MINEIRO, 3 de jun. 1884, p.3).

Os eventos e celebrações religiosos modificavam o cenário urbano, atraindo para Ouro Preto gente de diferentes cidades e freguesias. Na edição de 11 de abril de 1882, ao relatar os festejos da semana santa, o jornal *Liberal Mineiro* afirma que “nunca nesta cidade havia se observado tanta gente andando dos mais diversos pontos dos mais longos locais em direção a matriz” (LIBERAL MINEIRO, 11 de abr, 1882. p. 3).

Festejos e comércio, sagrados e profanos, se mesclavam e complementavam. Nas páginas do *Liberal Mineiro*, encontramos anúncios como o da modista Rosa Amabeli, que

faz roupas de casamentos, batizados e para festas fúnebres (LIBERAL MINEIRO, 19 de jan, 1882, p.4), ou de orquestras e bandas, como a orquestra Henrique Mesquita:

Novidade Clube musical Henrique Mesquita inaugurado em 20 de janeiro de 1882 no dia sobre a proteção do mártir São Sebastião: Essa Associação artística da qual fazem parte alguns professores de distintos amadores oferecem serviços ao Benévolo povo ouropretano da qual se espera acolhimento e animação. A orquestra regularmente organizada pode ser da execução que lhe foi confiada em festejos sacros, ou profanos. Modicidade de preços, pontualidade e perfeição na parte artística (LIBERAL MINEIRO, 9 de fev, 1882, p.4).

Em Ouro Preto, música sacra e secular se mesclavam. As mesmas bandas que faziam parte das cerimônias sacras, animavam também a festa profana, e por inúmeras vezes esses eventos se associavam e se complementavam. Além da já citada orquestra de Henrique Mesquita, e da Banda do corpo policial, que se apresentava na Praça da Independência “às quintas-feiras, aos domingos e dias santificados, das 16 às 18 da tarde” (LIBERAL MINEIRO, 25 de abr, 1882. p. 3), encontramos ainda referência a outras orquestras, como a Jardim de Mocidade, Orquestra Ouro Pretana, Orquestra de Antônio Dias e Sociedade Filarmônica.

Mas nem só de festas religiosas se vivia em Ouro Preto e a partir da segunda metade do século XIX, outras possibilidades de encontros sociais iam ganhando cada vez mais espaço.

FESTEJOS CÍVICOS

A chegada de jovens estudantes de outras cidades e províncias alimentava na cidade novas opções de lazer e cultura, menos sujeitas a influência e controle da igreja. Abordarei aqui algumas dessas práticas.

O século XIX marca a consolidação do Estado-nação como modelo internacional de organização política e territorial. O mesmo exigia a construção de um “sentimento nacional”, que passava por encontrar, recuperar (ou mesmo “inventar”) uma história e uma cultura comum, que identificasse o povo de determinada nação. Os festejos cívicos, ao enaltecer personagens e destacar eventos históricos, fazem parte desse esforço.

Inaugurações de obras de melhoramentos, bem como atos políticos, eram motivo para festejos. Em Ouro Preto, esse hábito atraía a população, mobilizando principalmente os estudantes, frequentemente vinculados a um ideal de modernidade e civilidade. Nas ruas, precedidas de banda militar, as pessoas marchavam, conversavam, discursavam, bebiam e se divertiam.

Estiveram mais de 500 pessoas precedidas de banda de música para ir até ao palacete do Barão de Ouro Branco, onde Afonso estava hospedado. Ele agradeceu a consideração e ofereceu um grande copo d'água para um brinde. Em seguida desfilou pelas ruas da capital levando vivas aos liberais, senadores, deputados, a imprensa e a província. Dentre os discursos, destacou o de Carlos Honório, desembargador Aurélio, Emilio Horta e Camilo Veloso, que falaram sobre a ampliação do sufrágio e o abolicionismo (LIBERAL MINEIRO, 27 de fev. 1886, p.1).

A escravidão, que durante a década de 1880 já havia sido proibida no restante dos países do mundo, era vista como um obstáculo ao progresso, por ser moralmente indefensável e economicamente ineficiente, e era uma pauta que mobilizava protestos e aglomerações pelas ruas da cidade.

Festival abolicionista: Realizou-se no dia 25 com grande pompa e brilhantismo, o festejo promovido pelo Club Abolicionista Visconde do Rio Branco e pela Sociedade Libertadora Mineira, em comemoração da libertação dos últimos escravos da província do Ceará. Às 19 horas saíram do paço da assembleia incorporadas, ambas as sociedades, seguida de grande número de pessoas e precedidas pela banda de música do corpo policial, tendo à frente seus gloriosos estandartes, conduzidos pelos respectivos presidentes, e percorreram as ruas da cidade. (...) seguiu um magnífico concerto (LIBERAL MINEIRO, 29 de mar, 1884. p.3).

A lembrança da inconfidência mineira era outro motivo para desfiles e aglomerações. No Paço da Assembléia tinham missas, peças, músicas, e outros espetáculos para os cidadãos ouropretanos. Como, por exemplo, em 1882, na ocasião do 9º decenário da morte de Tiradentes:

Programa dos festejos do 9º decenário de tiradentes. Dia 20 de abril: espetáculo em grande gala, às oito da noite com a chegada do presidente da província Theophilo Ottoni, com uma orquestra intitulada "sonho da independência, dividida em 3 partes, composta por Emilio Horta e executada pelo coro do club musical Henrique Mesquita. Em seguida será cantado o hino de Tiradentes e o drama "Abençoadas lágrimas" da sociedade dramática particular de Ouro Preto. No dia 21, uma salva de tiros no jardim da praça, juntamente do hino de Tiradentes tocado pela banda do corpo policial, que após esse momento percorrerá as ruas da capital. As 12 terá uma conferência literária sobre os principais personagens da conjuração mineira, às 7 terá novamente o canto do hino de Tiradentes pelo corpo policial, juntamente de fogos de artifício e balões. No dia 22 às 8 da noite, irá a cena novamente o mesmo drama "Abençoadas Lágrimas" (LIBERAL MINEIRO, 18 de abr. 1882, p. 4).

Tal festejo era recorrente e no ano de 1888 parte do programa foi comentado a posteriori na seção noticiário:

Brilhante marcha que percorreu as ruas da cidade entre vivas e aclamações, demorando-se na praça da independência, onde está levantada uma coluna comemorativa da conjuração (...) a festa foi composta de parte literária e parte concerto. No concerto tiravam parte distintas amadoras, oradores, e concertos. A cidade iluminou-se e houve nas ruas grande ocorrência do povo (LIBERAL MINEIRO, 23 de abr. 1888. p. 2).

As formaturas dos estudantes das escolas de Ouro Preto também eram motivo de celebrações pelas ruas.

Manifestação: Os alunos da escola de farmácia, incorporados e precedidos de uma excelente banda, dirigiram-se à residência do farmacêutico Luiz Barbosa da Silva e o felicitaram pela sua nomeação. (...) O Sr. Luiz Barbosa, comovido, respondeu com um brilhante discurso ao orador, e ao seu colega, farmacêutico Vaz de Mello. (...) Em seguida, foi servido um profuso copo d'água, trocando-se então vários brindes, entre outros, ao corpo docente da escola, à classe farmacêutica e à digna família do Sr. Luiz Barbosa (LIBERAL MINEIRO, 17 de jun, 1884, p.3).

Por fim, vale destacar que a filiação política do jornal, ligado ao Partido Liberal, provavelmente tinha influência sobre quais eventos eram destacados ou não. O apoio do Partido Liberal à causa abolicionista, por exemplo, favorecia a divulgação das ações e encontros abolicionistas. Por outro lado, é possível supor que existissem outros grupos e pautas capazes de mobilizar alguns setores da população, mas que não contavam com a mesma simpatia (e divulgação) por parte dos liberais.

ENTRUDO E CARNAVAL

O mês de fevereiro em Ouro Preto merece destaque. As ruas das freguesias do Pilar e Antônio Dias eram decoradas, as pessoas se fantasiavam, com pinturas, ornamentos e máscaras, e saíam pelas ruas em busca de diversão. Os festejos eram anunciados no jornal em textos galhofeiros, que buscavam zombar da formalidade e da pompa dos discursos oficiais.

Club dos Tagarelas Carnavalescos. Deixá-los falarem-se que eles calaram-se-ão. Eureka! Eureka! Eureka! Será este o grito sucessivo dos folgazões Tagarelantes doripherosdasilvaratõesteceteraetalsim senhor, que há de ressoar durante os dias 4,5 e 6 de fevereiro vindouro. Cessa tudo quando o bisonho entrudo canta, que o carnaval ledo e galhofeiro se levanta! Sim, se levanta para enterrar aquele velho semistriunphantes, cujo enterro há de sim senhores, ser feito com as formalidades do estilo, mas ao invés das chapas necrológicas de há muito inventadas e já muito batidas e sem substitutos, terá ele em signal de lamúria a gargalhada asmodiana, com uns ressaibos mephistophelicos e sacrapintados, na phrase inspirada de um discursador e poeta de improviso, nosso contemporâneo. Rapaziada! Quando o nosso grito não puder ser ouvido do itacolomy à pedra de amolar, fazei-nos o obséquio de levar a essas plagas o nosso anúncio? Empunhai a corneta e traduzi as melodias suaves o nosso entusiasmo pelo Deus momo, a frente de cujo

festejo estará sempre firme e nunca d'antes excedido e majestoso maestro Zé Pereira, de maceta em punho, dirige uma orquestra sem rival e com licença do Club Henrique Mesquita, de caixas, bombo, pratos, pífanos e castanholas. A gargalhada será interminável, salvo se no dia 7 houver quem nos diga: memento (LIBERAL MINEIRO, 18 de jan. 1883, p.3).

Porém, mesmo as festas do Momo também tinham suas disputas. Duas práticas se destacavam e por vezes se opunham: o carnaval e o entrudo.

Carnaval: convida-se a rapaziada desta capital para reunião que acontecerá amanhã, domingo, dia 14 de fevereiro, na rua Conceição, n.3, Antonio Dias. Reina grande entusiasmo pelo carnaval e a rapaziada de bom gosto quer aproveitar essa agitação, encaminhando as coisas de maneira a fazer-se uma boa festa. Já existem programas, planos, ideias magníficas! Avante, rapaziada! O laboratório do espírito está conosco (LIBERAL MINEIRO, 13 de fev. 1886, p. 3).

Clube dos tagarelas carnavalescos: Divididos em grupos o farão nos dias 4,5 e 6 de fevereiro, suas correrias pelas ruas da capital da Itália Brasileira. (...) Não se esqueça, às 13 horas da tarde dos referidos dias deveis comparecer à cafunha, afim de receber instruções sobre o nosso itinerário. Haja gargalhada! Não receies, mesmo que o tempo esteja superabundantemente aquático, havemos de fazer ao bello sexo as nossas confissões ingenuas febritomaniacas, e dir-lhe-hemos em frases amabilíssimas - Mon j'oujou, veuillez accepter ce bouquet? (...) Pedimos encarecidamente a todos os habitantes da capital auxiliar-nos ornando as frentes de suas casas com bandeiras, galhardetes, iluminando as noites também (LIBERAL MINEIRO, 23 de jan. 1883, p.3).

Club das seringas: Esguicho, esguicho e muito esguicho, por seringas, tubos, bombas e canudos e tal vírgula, será o brado que os folgazões com toda pumonancia ganharão a voz do valente marechal Entrudo. (...) Semi triunfantes, sim, hoje semi triunfantes, porém, sempre com ortodoxo vigor nos combates e maior êxtase do que o carnaval, moço inexperiente e obtuso, que passa a vida a galhofar até dos velhos com gargalhadas antiespasmódicas (LIBERAL MINEIRO, 23 de jan, 1883 p.3).

O entrudo é a primeira manifestação carnavalesca do Brasil. Trazido pelos portugueses, se caracterizava como folguedos de rua, nos quais os brincantes se dedicavam a atirar água uns nos outros, ovos, frutas podres, farinha, limões de cheiro e outros líquidos (ARAÚJO, 2000). A partir da metade do século XIX, percebe-se menor tolerância a essa prática, associada muitas vezes a barbárie e incivilidade, e sua substituição paulatina pelo carnaval. Na última das citações acima esse contraste fica mais evidente. O anúncio do Club das seringas se refere ao entrudo como um “valente marechal”, o que nos remete a ideia de experiência e tradição. Já o carnaval é tratado como um “moço inexperiente”, indicando se tratar de uma novidade. Nas páginas do *Liberal Mineiro*, essa oposição entre carnaval e entrudo aparece também em outros momentos.

Com o louvável fim de substituir o entrudo, reuniram-se diversos cavalheiros e promoveram a organização de uma sociedade carnavalesca, que realizará os costumeiros passeios pela cidade nas tardes de 24, 25 e 26 do corrente. Haverá, outrossim, dois grandes bailes à fantasia e de máscara nas noites de 24 e 26 no teatro ouropretano. Não podemos deixar de aplaudir a ideia, que deve igualmente merecer o apoio da polícia e da nossa edilidade em cujo código de posturas, é expressamente proibido o entrudo (LIBERAL MINEIRO, 21 de fev. 1884, p.3).

Consta-nos que alguns cavalheiros estão promovendo festejos carnavalescos na freguesia de Ouro Preto, para os dias 7, 8 e 9 de março, e os da paróquia de Antônio Dias já assentaram. Aplaudimos muito as deliberações tomadas pelos habitantes das paróquias da capital, pois exprimem um protesto contra o bárbaro brinquedo entrudo, fonte de desordens, conflitos e prejudicial à saúde. Esperamos que a câmara, com auxilio da policia, procure coibir por meios enérgicos estabelecidos em suas posturas, qualquer manifestação em favor do entrudo, a fim de que não sejam frustrados os festejos carnavalescos, geralmente admitidos na civilização dos povos cultos (LIBERAL MINEIRO, 20 de fev. 1886. p.2).

“Clube carnavalesco João Minhoca rapaziada! Ouça disto: retaplan! reptaplan! retaplan! Arreda povo, que lá vai discurso!! (...) sim! Ouropretanos, o clube joão minhoca se prepara... preparai vos também (...) O carnaval está próximo, oh! ebrisaltantes rapazes! abaixo o entrudo! viva o carnaval! (LIBERAL MINEIRO, 3 de mar. 1886, p.4).

O entrudo era constantemente associado à desordem. Nas páginas do *Liberal Mineiro* podemos encontrar não apenas o apelo à polícia, para que use de meios enérgicos para coibi-lo, como o trecho da lei que torna essa prática proibida e estipula as possíveis penas para os infratores: “art. 151, que diz: é proibido jogar entrudo nas ruas e praças da povoação. Multa de 3\$000 réis, quando o brinquedo for com cheiro ou com laranjas artificiais, e de 12\$000 réis se for com frutas naturais, causar dor ou com água fétida” (LIBERAL MINEIRO, 18 de fev. 1884, p. 4).

Já o carnaval recebe outro tratamento. A iniciativa de organizar uma sociedade carnavalesca era aplaudida, e se clamava pelo apoio e compreensão da polícia e da câmara dos vereadores. Patrícia Araújo (2010), em estudo sobre os festejos carnavalescos em Minas Gerais no século XIX, indica como esse processo estava relacionado a transformações mais amplas na sociedade.

O movimento de “substituição” do Entrudo pelo Carnaval, este último considerado modelo e padrão de uma nova festa, deixa vislumbrar as mudanças pelas quais passava a própria sociedade brasileira, e mineira, em particular, da mesma forma que suas ambiguidades e contradições. Sensações de moderno/antigo, novo/velho, mudança/permanência, imitação/ inovação, engolfam os indivíduos e permeiam as experiências sociais de formas e graus variados (ARAUJO, 2010, p. 379).

O século XIX foi marcado por rápidas e intensas modificações em diversas esferas da vida social. Mudanças no mundo do trabalho, novas formas de organização política e novas tecnologias favoreciam a ideia de que era necessário substituir o tradicional pelo moderno, o velho pelo novo, o atraso pelo progresso. As práticas de diversão não ficam alheias a essa tendência. Com isso, o entrudo, festa de rua, popular, precisava dar lugar ao carnaval.

No Brasil, o carnaval começa a ser institucionalizado no Rio de Janeiro, com inspiração nos bailes de máscaras venezianos. Em Ouro Preto, Bibbó (2017) afirma que tais clubes e sociedades tinham auxílio concedido pela Câmara Municipal, que permitia o cortejo nas ruas e cedia o teatro para os bailes. Essa relação mais próxima com o poder público sugere um perfil mais elitizado entre os brincantes do carnaval. A distinção de classe também pode ser deduzida a partir da divisão espacial da festa pela cidade. De acordo com Araújo (2010), o entrudo predominava na freguesia do Pilar, enquanto o carnaval acontecia na freguesia de Antônio Dias.

Independente das diferenças, podemos perceber pelas páginas do *Liberal Mineiro* que, no período analisado, mesmo com todo esforço “civilizador”, as duas práticas coexistiam em Ouro Preto. Mais do que isso, tais práticas parecem se confundir em alguns momentos. Em texto sobre o carnaval de 1886 isso fica evidente.

Não se pode dizer que o carnaval esteve à altura dos carnavais de Roma ou Veneza, mas esteve bem bom. A barafunda, a algarazza e as pilherias do costume, orquestras do zés pereiras, brigadeiros, sacristas, bonzos, João Minhocas, bois da manta, pés frescos, ratos de casca, etc. Teve intriga de entrudistas. “Mas, vamos (a fim de que esta notícia não se alongue) Poucos cavalheiros mascarados, mas perfeitamente corretos, esses costumes de cetim, plumas, laços, jóias - tudo isso numa doida orgia de cores hilariantes! A pé, magotes de foliões sarapintados, pós de sapato e vermelhão, narizes de palmo e meio, bocarras, foridandas, dentuças de javalis, chavelho demoníacos, pierrôs cobertos de guizo, madames faceironas, saia arrepanhada, pé ligeiro, seios vastos, grandes pufes, todas cheias de farófias e candongas. Enfim, cada qual mais ratão, cada qual mais reinadio (...) O lindo passatempo nas ruas e nas casas consistia em armazenarem-se as moças e os rapazes de enormes bisnagas e esguichos perfumados e irem alegremente borrifando os colos e espinhaços da bela sociedade. Houve também suas renhidas batalhas de limões de cheiro. Ainda bem que ali não provieram nem de fluxos nem bronquites nem nada. E aqui nos despedimos saudosamente do belo carnaval e do frescal entrudo. Parabéns às bandas de música dos quebras e dos carolas (LIBERAL MINEIRO, 12 de mar. 1886. p.2).

Embora faça referência aos carnavais europeus, deixando claro qual o modelo de festa (e de civilidade) que deveria ser buscado, o texto termina saudando “o belo carnaval” e o “frescal entrudo”, demonstrando certa equivalência entre as práticas pouco comuns na imprensa da época. Bibbó (2017) aponta que o entrudo era coibido mais frequentemente

nas principais ruas do núcleo urbano, mas que seguia acontecendo em ruas mais afastadas. Da mesma forma, o carnaval, normalmente citado como prática mais adequada para os padrões de civilidade desejados, também não parecia ser tão ordeiro assim. É o que sugere algumas cartas de leitores publicadas pelo *Liberal Mineiro*.

Ontem à noite, um grupo carnavalesco lançou fogo em um foguete que chegou até a varanda de minha propriedade. Felizmente não houve desastre a lamentar, pois minha família estava do lado de dentro. Acredito que não teve intenção, porém, peço atenção da câmara para o código de posturas que proíbe fogos fora dos lugares específicos para tal. Ouro Preto, Fernando Moreira (LIBERAL MINEIRO, 27 de fev. 1886 p.3).

Carnaval: pergunta-se ao clube carnavalesco de Antônio Dias se a rua da conceição da mesma freguesia não tem habitantes, ou qual razão do indiferentismo que estão ligando a mesma? - um que nada viu (LIBERAL MINEIRO, 27 de fevereiro 1886, p.3).

Os festejos carnavalescos de Ouro Preto, portanto, muitas vezes escapavam aos regramentos e controles que lhe tentavam impor. A análise da fonte sugere que o padrão europeu de festa ordeira foi modificado e subvertido por aqui. O carnaval ouropretano incorporava elementos de desordem, típicos do entrudo popular, enquanto o próprio entrudo resistia, apesar de todo “esforço civilizador”.

OUTRAS DIVERSÕES DE RUA

Não era apenas no carnaval, dias santos ou festejos cívicos que se podia divertir em Ouro Preto. Nos dias comuns, a cidade oferecia ainda uma boa gama de opções de divertimentos, principalmente durante o dia, momento menos controlado e associado às transgressões. O espaço público, como afirmam Aragão e Sandeville Junior (2012), era usado para caminhadas, conversas, contemplação, usufruto dos jardins e sombras. Já Maria Cristina Rosa (2005), em sua tese sobre as dinâmicas dos corpos em Vila Rica no século XVIII, vê nesses espaços possibilidade de sociabilidade e trânsito de culturas. No fim do século XIX isso se acentuou ainda mais. Os melhoramentos que se deram na cidade, já citados anteriormente, tornavam as ruas, praças, largos, avenidas, parques e jardins ainda mais propícios para isso. Bibbó (2017) afirma que as mudanças nos aspectos da capital, além de necessárias para o progresso, civilidade e o embelezamento da cidade, favoreciam aos divertimentos de rua. O memorialista Cabral (1969) também indica isso, ao lembrar das serenatas, jogos e afins que aconteciam nesses espaços, agora que estavam mais iluminados, arborizados e limpos.

Ainda segundo Cabral (1969), um costume e divertimento ouropretano muito rotineiro eram os piqueniques. As famílias e amigos se juntavam e passeavam pelas lagoas e campos da cidade, principalmente na Serra do Itacolomi. Iam a cavalo, às vezes a pé, combinavam alimentos para serem levados, e voltavam ao entardecer. A ideia do passeio campestre como divertimento, onde era possível não só contemplar a natureza, mas também desenvolver certa sensibilidade artística, aparece no *Liberal Mineiro* em um anúncio de cursos particulares.

Cursos particulares de língua francesa, teórica e prática. (...) desenho de figuras, paisagens, academia, ornamentação, aquarela, perspectiva, teórica e prática. Cada domingo passeio campestre, tendo por fim acostumar os alunos ao desenho d'apres-nature (LIBERAL MINEIRO, 13 de maio, 1882, p.4).

O Lyceu Mineiro também ofertava aulas de música, desenho, zoologia e botânica, e muito provavelmente se utilizava de parques e ruas da cidade como cenário de aulas ou pesquisas (LIBERAL MINEIRO, 16 de jan. 1884).

A oferta desses cursos indica uma preocupação crescente com a educação do olhar, da audição, do olfato e dos demais sentidos, que denota a busca pelo desenvolvimento de uma nova sensibilidade. O campo deixa de ser somente um cenário de trabalho ou passagem para ser valorizado como lugar de contemplação e aprendizagem. Os divertimentos fazem parte dessa “educação moderna”, que promovia essa síntese entre sensibilidade e ciência, instaurando uma nova forma de se relacionar com o rural.

Tal sensibilidade teve seus efeitos sobre as diversões de rua. Leitão (2014) afirma que a vida social no Brasil foi construída em torno da casa grande, negando o espaço público (lugar do escravo, do trabalhador braçal, do feio, do pobre, do sujo, do fétido e do vulgar). A modernização da cidade, a superação de seu passado escravista e colonial e a incorporação de novos hábitos, passava pela construção de uma nova relação de seus habitantes com as ruas, becos, largos e praças.

O ambiente urbano torna-se uma arena de grande circulação de mercadorias e locus privilegiado de vivências sociais. (...) Nesse contexto, as atividades de lazer ganham um papel estratégico preponderante e se apresentam como marcas de um novo *modus vivendis*, fenômeno bem típico da cidade moderna que está se estruturando, se articulando com todas as dimensões que estavam sendo construídas (MELO; PERES, 2005, p.78).

O campo, as ruas e os parques estavam cada vez mais sendo ocupados e com isso as diversões iam se dinamizando. Os piqueniques, jogos, brincadeiras e os festejos estavam cada vez mais presentes na vida da população. O espaço urbano se dinamizava, ampliando as possibilidades de sociabilidade, em um movimento que não se interrompia com o pôr do sol.

Para além dos bailes e jantares privados, tradicionais na vida social da elite brasileira, existia também as danças e músicas que aconteciam nas ruas da cidade. Destoando do espaço privado dos salões das “boas famílias” ouropretanas, quem ocupava as ruas, vendas e botequins² para se divertir eram escravizados e escravizadas e classes populares de maneira geral.

Leitão (2014), em ensaio que propõe uma interpretação da vida social brasileira a partir da arquitetura das casas e cidades, aponta a preferência da elite nacional pela sociabilidade no espaço privado, livres do anonimato e da impessoalidade que marcam o espaço público. Diferentemente da elite, as classes menos abastadas estavam nas ruas, vendas e botequins. Saint-Hilaire descreve um pouco a dinâmica nas vendas mineiras:

Às vendas não são, como as nossas tabernas, consagradas unicamente ao comércio de bebidas alcoólicas; encontram-se nelas, além dessas, toda a espécie de comestíveis. (...) Como em todas as lojas, o mercador se posta por trás de um balcão voltado para a porta, e é sobre ele que distribui aos bebedores e aguardente chamada cachaça, cujo sabor detestável tem algo de cobre e da fumaça. Não se encontra nas vendas um só assento, e, por conseguinte, se é obrigado a ficar em pé. É lá que os escravos passam uma parte dos momentos de liberdade que se lhes concedem e dos que podem furtar aos seus senhores; é para lá que levam o produto de seus roubos; dos quais os proprietários das vendas não forão talvez os menores cúmplices; é aí que eles acabam de se corromper, comunicando-se reciprocamente seus vícios, e que esquecem, na embriaguez, a escravidão e suas misérias. Nada se pode comparar ao ruído confuso e discordante que reina nas vendas muito frequentadas: uns riem, outros discutem; outros falam com loquacidade: este aqui, sem ligar ao que se passa em redor, dança sapateando; aquele outro, encostado indolentemente à parede, canta com voz afinada uma canção bárbara, acompanhando-se de um instrumento mais bárbaro ainda (SAINT-HILAIRE, 2000, p.40, apud PEREZ et al., 2018, p.80).

Seja por contrariar o ideal de moralidade e civilidade que as elites buscavam implementar, seja porque talvez o público leitor não fosse o mesmo público frequentador desses estabelecimentos, anúncios e referências diretas a vendas e botequins não são comuns nas páginas do *Liberal Mineiro*. Apesar disso, a presença das festas das classes populares pode ser presumida pela análise das descrições contidas em alguns anúncios de escravizados procurados. Como Ignácio, fugido de uma fazenda em Mariana, que “Embraga-se, é tocador de viola e cantador” (LIBERAL MINEIRO, 20 de jun. 1885, p.4), Augusto, descrito como tocador de violão e cantor, ou José que gosta de dançar e tocar violão (LIBERAL MINEIRO, 23 de jan. 1883, p.4). Exemplos como esses não são raros:

Fugiu do sítio do Campo Alegre, município de Sete Lagoas, no dia 19 de abril, o escravo Lucindo (...) é bom cavaleiro, lida muito bem com animais, trabalha em diversos ofícios, mas é vagaroso em seu trabalho, levou uma ferramenta

2. Compreendo que nem sempre as pessoas que frequentavam as vendas e botequins ficavam nas ruas e calçadas da cidade. Optei por deixar esses estabelecimentos categorizados como diversões de rua.

de pedreiro, usa quase sempre calças de bolso, é cigarrador, dançador e cantador, também usa as vezes de tomar pó (LIBERAL MINEIRO, 23 de jun. 1883, p.4).

Fugiu da fazenda do Ribeiro do Ouro, o escravo José, conhecido por José Caboclo (...) toca viola e gosta de dançar (...) Já fugiu outra vez e foi encontrado indo para os lados da confusão (...) Desconfia-se que esteja nos trabalhos de prolongamento da estrada de ferro (LIBERAL MINEIRO, 23 de jan. 1883, p.4).

Rosa (2005) aponta que as vendas e botequins eram frequentadas principalmente por escravizados e forros, ou seja, pessoas negras ou descendentes que ali se encontravam, entre bebidas, conversas, músicas, batuques e danças. Como espaço de encontro, sociabilidade e diversão das camadas inferiores, já normalmente tidas como rudes e incivilizadas, tais locais eram considerados pela elite como sinônimos de transgressão, embriaguez e depravação dos costumes.

Os divertimentos das classes populares eram considerados desregrados, devassos, impróprios, fruto da falta de educação desses sujeitos para o tempo livre. No *Liberal Mineiro*, por exemplo, encontramos a condenação moral do jogo de azar, definido como

concentração de todos os vícios em um só, que é o passatempo do vício, vício em crime, culto a uma divindade ímpia. Primeiro perde dinheiro, depois os bens, depois a honra, depois a família e finalmente a alma. O jogo é o círculo vicioso da esperança, infinito de cobiça (LIBERAL MINEIRO, 20 de jun. 1885, p.3).

Isso não significa que tais práticas estivessem restritas aos ambientes frequentados pelas camadas populares. Jogos de azar, trapanças, falsificações, prostituição, violência e embriaguez, certamente também estavam presente nos salões e casas das “boas famílias” ouropretanas. Porém, as notícias dos “vícios” e “desvios” das elites pouco extrapolavam o sigilo do espaço privado. A exposição ao espaço público, levava a elite a localizar vícios e excessos exclusivamente entre as camadas mais humildes.

Me importa aqui destacar que a vida noturna de Ouro Preto oferecia opções de divertimentos que certamente iam além dos espetáculos, salões, restaurantes e eventos de gala anunciados e destacados pelo *Liberal Mineiro*. Pelas frestas e entrelinhas podemos perceber indícios de outras práticas, invisibilizadas pelo jornal, mas certamente do agrado de grande parte da população. Nas ruas, becos, vendas e botequins da cidade as pessoas se divertiam, pouco se importando se essas práticas estavam ou não de acordo com o padrão de moralidade e civilidade das elites.

CONCLUSÃO

Os “ventos da modernidade”, trazidos pelos melhoramentos urbanos, como a iluminação pública, o transporte coletivo, calçamento e limpeza das ruas, aliados a novas opções de comércio e diversão, deslocavam a vida social cada vez mais do ambiente privado para o público, e possibilitava cada vez mais a presença das pessoas nas ruas da cidade

Através da leitura do periódico *Liberal Mineiro*, um dos mais influentes jornais da cidade nesse momento, busquei compreender quais eram as formas e quais foram as mudanças que marcaram essas diversões de rua dos cidadãos, relacionando-os com as transformações e discursos de modernidade e tradição.

Ouro Preto se mostrou uma cidade dinâmica, que buscava se modernizar e suas diversões tiveram inúmeras influências desse processo.

É importante destacar algumas lacunas do trabalho. Nas páginas do *Liberal Mineiro* ganham mais destaque os divertimentos da elite da cidade, os festejos religiosos, cívicos, os piqueniques e o carnaval tiveram destaque. Já as diversões das camadas populares, que aconteciam nas vendas, botequins, e à noite nas ruas, tendem a ser invisibilizadas, relegadas a pequenas pistas nas entrelinhas do jornal. Estudos com outras fontes podem auxiliar para compreensão da dinâmica dessas outras vivências e espaços.

Neste texto procurei somar ao que se sabe sobre as diversões das cidades mineiras no fim do século XIX. Ouro Preto se apresentou como uma cidade que buscava se modernizar. Compreender como sua população passava o seu tempo livre, as contradições e as transformações desse processo, constitui um importante fragmento dessa história.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Solange de; SANDEVILLE JÚNIOR, Euler. O passeio público do Rio de Janeiro na literatura, na pintura e na fotografia do século XIX. **Paisagem Ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 30, p.187-202, 2012.

ARAUJO, Patrícia Vargas Lopes de. Aspirações de modernidade, sonhos de cosmopolitismo. **Revista de C. Humanas**, v. 10, n. 2, p. 375-388, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3890> . Acesso em: 01 nov. 2020.

ARAUJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Folganças Populares**: festejos de entrudo e carnaval em minas gerais no século xix. 2000. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

BIBBÓ, Caroline Bertarelli. **Divertimentos em Ouro Preto no final do século XIX**. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, UFMG, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/pos_graduacao/estudos_do_lazer_mestrado_doutorado/defesa/598/ . Acesso em: 01 ago. 2020.

CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. **Ouro Preto**. Belo Horizonte, 1969.

DEL PRIORE, Mary. **História da gente brasileira: República – Memórias (1889-1950)**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

DIAS, Cleber; COUTO, Euclides de Freitas; CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando; SILVA, Luciano Pereira da; SOUZA NETO, Georgino Jorge de. Esporte nos sertões das Gerais. In: DIAS, Cleber; ROSA, Maria Cristina (Org.) **Histórias do lazer nas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios 1875 - 1914**. 6 ed. Paz e Terra: São Paulo, 2001.

LEITÃO, Lúcia. **Quando o ambiente é hostil: uma leitura urbanística da violência à luz de sobrados e mucambos e outros ensaios gilbertianos**. 2 ed, Recife: Editora UFPE, 2014.

LOTT, Mirian Moura. **Sob o Badalar dos Sinos, o Ar da Modernidade**. Ouro Preto: População, Família e Sociedade 1838-1897. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/VGRO-7YDQ32>. Acesso em: 01 mar. 2021.

MANTOVANI, André Luiz. **Melhorar para não mudar: ferrovia, intervenções urbanas e seu impacto social em Ouro Preto-MG, 1885-1897**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio de Faria. Lazer, esporte e cultura urbana na transição dos século XIX e XX: conexões entre Paris e Rio de Janeiro. **LOGOS 22 - Comunicação e Cultura Metropolitana**, Ano 12, nº 22, 2005.

PEREIRA, Mabel Salgado. **Romanização e Reforma Católica Ultramontana da Igreja de Juiz de Fora: projeto e limites (1890-1924)**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

PEREZ, Léa Freitas; BELONE, Ana Paula Lessa; MARTINS, Marcos da Costa; GOMES, Rafael Barros. **Festas e viajantes em Minas Gerais no século XIX: compêndio de citações**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

VIEIRA, Liliane de Castro. **Ouro Preto e o século XIX: O mito da decadência**. Revista CPC, São Paulo, n.22, p.145-189, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/119887>. Acesso em: 02 jan. 2021.

Fontes

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 3 de jun. 1884, p.3

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 11 de abr, 1882. p. 3

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 19 de jan, 1882, p.4

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 9 de fev, 1882, p.4

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 25 de abr, 1882. p. 3

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 27 de fev. 1886, p.1

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 29 de mar, 1884. p.3

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 18 de abr. 1882, p. 4

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 23 de abr. 1888. p. 2

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 17 de jun, 1884, p.3

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 18 de jan. 1883, p.3

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 23 de jan.1883, p.3

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 23 de jan, 1883 p.3

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 21 de fev. 1884, p.3

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 20 de fev. 1886. p.2

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 3 de mar. 1886, p.4

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 18 de fev. 1884, p. 4

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 12 de mar. 1886. p.2

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 27 de fev. 1886 p.3

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 27 de fevereiro 1886, p.3

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 13 de maio, 1882, p.4

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 16 de jan. 1884

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 27 de nov. 1883

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 7 de abr. 1883, p.1

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 20 de jun. 1885, p.4

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 23 de jan. 1883, p.4

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 23 de jun. 1883, p.4

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 23 de jan. 1883, p.4

LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 20 de jun. 1885, p.3

DIVERSÕES EM BELO HORIZONTE NOS ANOS INICIAIS DA NOVA CAPITAL

Andreza Gonzalez Rodrigues Mota

Que luta pavorosa entre florestas e casas...
Todas as idades humanas
Macaqueadas por arquiteturas históricas.
Torres torreões torrinhas e tolices
Brigam em nome da?
Os mineiros secundaram em couro:
Em nome da civilização!
Minas progride.
Também quer ter também capital moderníssima também...
(ANDRADE, 1972)

Acidade de Belo Horizonte, fundada em 1897 e outrora denominada Cidade de Minas, surge transformando o arraial Curral Del Rei como elemento do ideário da modernização que se pretendia no Estado. Em um contraste entre a paisagem interiorana e a estética arquitetônica colonial, a nova capital mineira foi instituindo-se no anseio de equiparação aos grandes centros urbanos mundiais modernos. Aliadas às mudanças paisagísticas e estruturais, alterações econômicas e sociais também marcam essa transição, o que culmina na emergência de novas práticas culturais entre os indivíduos que ali habitavam.

Minas Gerais carecia de uma capital capaz de ser polo cosmopolita, que satisfizesse os estereótipos modernistas e se distanciasse das tradições e das características pacatas e provincianas, se dirigindo a uma cultura de mudança “comprometida com a crença de que a ciência e a técnica seriam fiadoras da organização da sociedade, em moldes completamente distintos dos que haviam vigorado até então” (RODRIGUES, 2006). Desse modo, melhorias sanitárias, estéticas e higiênicas foram consideradas premissas básicas e indispensáveis à nova realidade que se estabelecia.

Nesse sentido, para redesenhar a cidade como símbolo da República, lugares específicos para moradia, lazer e trabalho foram metodicamente delineados de acordo com a lógica funcional do urbanismo moderno. Além disso, os idealizadores da cidade se pautaram em um projeto excludente em nome da civilidade, que dividia a capital em área urbana, área suburbana e área rural. A fragmentação das áreas da capital refletia a

discrepância entre as camadas sociais que nela povoavam. A área urbana se concentrava no centro, onde os sujeitos com maior poder aquisitivo habitavam e se relacionavam econômica e socialmente, limitando a acessibilidade a recursos como mobilidade por bondes, luz elétrica, água encanada, saneamento básico e espaços de lazer de maior prestígio daqueles menos abastados financeiramente – que ficavam nas áreas suburbana e rural.

A ocupação destas áreas se fazia majoritariamente por meio da venda de terrenos a cargo do Estado, por ser este o maior proprietário dos espaços. Havia restrições na área urbana, apenas os mais abastados eram liberados para comprar lotes, aos negros era proibido. Já as vendas por particulares não apresentavam rígidas especificações, o que era perceptível nos periódicos nos primeiros anos da cidade (LOTT, 2009).

O desenvolvimento industrial e urbano intensificou consideravelmente a fabricação, a oferta e a circulação de bens e serviços, centralizando assim os processos mercadológicos da cidade. A população da capital mineira apresenta então um crescimento quantitativo resultante do êxodo rural, o que configura não apenas várias pessoas, como várias culturas na cidade. Reformula-se assim o espaço físico, e a geometria milimetricamente projetada tras muda a assimetria rústica natural das pequenas regiões.

A aspiração contemporânea oriunda do desejo de transformação e a ambição pelo vanguardismo são as molas propulsoras para a constituição de Belo Horizonte como capital de Minas Gerais. Aceleradas mudanças, por vezes desconectadas da realidade da maior parte de sua população, nutrem o almejado espírito moderno e induzem os indivíduos a um novo ritmo de vida, também acelerado. Desse modo, as relações humanas modificam-se significativamente, provocando uma sensação dúbia entre tradição e inovação. Assim, novos códigos, signos e costumes são construídos em meio ao choque do acolhimento, da pacatez e da afetividade frente a objetividade, a velocidade e a impessoalidade. A arborização de um belo horizonte vai dando espaço a verticalização de construções e alargamento de ruas e avenidas. Nesse sentido os conceitos sobre tempo, corpo e espaço drasticamente se alteram.

A flexibilidade, a imprevisibilidade, a tranquilidade e a espontaneidade da rotina dos sujeitos do campo passam a dar lugar a linearidade, a previsibilidade, a celeridade e a automação do cotidiano citadino. A economia embasada em uma atividade comercial modesta e na agricultura substitui-se pela lógica capitalista do consumo que se dissemina e impulsiona o comércio de forma mais agressiva. Posteriormente, com a crescente industrialização, o corpo que produz e trabalha em prol de aquisição monetária é o mesmo corpo que sonha com o descanso e lazer no tempo livre. Mas afinal, o que fazer no tempo de não trabalho? Existiriam divertimentos mais ou menos aconselháveis de serem praticados?

Seriam as práticas de lazer usufruídas de forma igualitária entre a população da capital mineira?

Em nome da ordem e do progresso, hábitos considerados elegantes; belos; finos; novos; sofisticados; organizados; estéticos e assépticos são algumas características que distinguem o que deveria ou não ser estimulado na cidade, e a imprensa pode ser apontada como protagonista na informação e formação de tais condutas. Por conseguinte, entre o induzir e o refutar, o estimular e o criticar, a imprensa assume um papel de juíza na tentativa de convencimento a respeito das ações, opiniões e escolhas da sociedade.

Partindo desse pressuposto, através de fontes textuais, fotográficas e produções de cada período faz-se possível contextualizar, relatar e refletir acerca das características e transformações de determinada sociedade, e a história das vivências de lazer belo-horizontinas não foge desta lógica. Num esforço de rememorar os caminhos da história do lazer em Belo Horizonte, periódicos como “Novo Horizonte”; “Belo-Horizonte”; “Semana Illustrada” e “Alterosa” e algumas pesquisas, tais como Rodrigues (2006); Ribeiro (2007); Vilhena (2008); Lott (2009); Souza Neto & Silva (2009); Barros (2018) e Mota (2018) apontam, através da análise da imprensa, quais seriam as diversões existentes na cidade em determinada época.¹ Referindo-se a capital mineira, pode-se destacar que as festas, os teatros, os cinemas, o *footing* e os esportes representam práticas culturais típicas da vida belo-horizontina em seus anos iniciais.

As festas integram as sociedades como rituais inerentes da vida em grupo, e em Belo Horizonte aparecem de forma volumosa em sua biografia. Presente em todo o estado mineiro desde o início de sua ocupação, a religiosidade apresenta-se como uma forte característica da capital, sendo demonstrada, inclusive, pela profusão de festividades relacionadas em especial ao catolicismo, como dias dos santos; festejos do calendário religioso e inauguração de igrejas. Não obstante, o caráter cívico também marca celebrações na capital, como a chegada de políticos, instalações de bustos, comemorações da pátria e da Independência, homenagem a personagens e marcos históricos importantes, dentre outros (LOTT, 2009).

Para além da finalidade de potencializar a fé ou o sentimento nacionalista, outros dois tipos de festa podem ser observados no cotidiano dos belo-horizontinos: as festas particulares e o Carnaval. Divulgadas na imprensa como instrumento de afirmação social, as festas particulares eram eventos íntimos e ocorriam entre seletos grupos, seja na própria residência entre familiares; a céu aberto, “estes se concentravam majoritariamente

1. Os periódicos “Belo-Horizonte”, “Semana Illustrada” e “Alterosa” estão disponíveis no acervo digital da Prefeitura de Belo-Horizonte (<https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/acervo/revistas>). Os demais se encontram na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

no largo da Matriz da Boa Viagem, na Praça da Liberdade e no Parque Municipal, muitas vezes, enriquecidos com os eventos de companhias teatrais ambulantes e de bandas de música” (LOTT, 2009) ou nos clubes fechados, grêmios e associações entre os seus sócios, onde ocorriam também a organização dos festejos carnavalescos. Fazendo uma breve contextualização histórica do carnaval de Belo Horizonte, De Souza Braga e Vieira (2013) relatam que:

A História do carnaval de Belo Horizonte remonta à criação da nova capital. Com apenas 67 dias da instalação, sob a denominação de Cidade de Minas, começou o carnaval do ano de 1898 nos dias 20, 21 e 22 de fevereiro. (...). Paralelamente, vários bailes particulares aconteceram em residências promovidos pela juventude. Alguns boêmios alugaram um grande salão na Avenida Paraopeba, entre as Ruas da Bahia e Espírito Santo, e realizaram bailes de máscaras durante as três noites ao som polcas, valsas, schottisk, quadrilhas e maxixes até ao amanhecer. Já no ano de 1904 houve a fundação do Clube Matakins e, através dele, os primeiros desfiles com carros ornamentados e fantasiados denominados O Corso. Esses desciam a Avenida Afonso Pena, a partir da Avenida Carandaí, lentamente até a Praça Sete. (...). Paralelamente, existiam os desfiles de fantasia e bailes infantis de clubes como o Automóvel Clube, Minas Tênis e outros. Também, nessa época, os bares da rua da Bahia, Trianon e Bar do Ponto forneciam uma boa infraestrutura para o carnaval nessa mesma rua.

Desse modo, por ser organizado majoritariamente pelos clubes privados, o Carnaval nos anos iniciais de Belo Horizonte seguia os mesmos valores segregacionistas das festas particulares. Sendo verdadeiras vitrines para exposição de *status*, tais cenas festivas revigoravam os laços afetivos ao mesmo tempo em que fortalecia a distinção entre classes e o direcionamento disciplinador de conduta moral, assim como ocorria em outras práticas de lazer, como por exemplo o teatro.

Ainda na época do arraial Curral Del Rei, conforme era denominado o local anterior à construção de Belo Horizonte, o teatro era celebrado como uma avançada prática, que, embora com apresentações mais simples e em estruturas improvisadas, contava com numeroso e democrático público. Entretanto, após a inauguração da nova capital mineira, a organização social passou a decretar a organização da audiência nas apresentações teatrais, de modo que enquanto alguns espectadores tinham privilégios de cadeiras e camarotes, para outros restavam, quando era possível, contemplar a dramaturgia em pé ou sentados no chão.

Embora considerado como um instrumento educador de formação moral e cívica - ainda que fossem poucas as companhias teatrais, e, por serem estrangeiras, menor ainda era o entendimento sobre as tramas devido à variedade de idiomas - o fomento ao teatro passou por dificuldades em se auto sustentar. Para que a atividade conseguisse se manter

ativa, fizera plausível e necessário o aumento do seu público, o que resultaria em sua popularização, algo que era fortemente combatido pela seleta aristocracia:

O cinema, diversão acessível a um público diversificado e disponível o ano todo, poderia ainda comportar certa heterogeneidade, mas o teatro se configurava como um templo de lazer desse “meio social”, pretensão aristocrática, elegante e chic. Um espaço diferenciado para pessoas diferenciadas (VILHENA, 2008).

Por se tratar de cinema, o incremento de projeções cinematográficas ao final da primeira década do século XX pode ser considerado ponto crucial na formação da espetacularização da cultura em Belo Horizonte. Essencialmente ligado as premissas da atualidade, nascido com equipagem precária, mas integralmente conectado as novidades tecnológicas, os *cinematographos* passaram a ganhar crescentes públicos uma vez que eram mais acessíveis que o teatro, tanto em relação aos valores dos ingressos, como por possibilitar maior compreensão de suas exhibições, já que a tradução linguística era realizada por meio de legendas, o que oportunizava a sua vivência para distintas classes sociais (VILHENA, 2008). O crescimento e a diversidade da volumosa assistência geravam confusões nas salas. A constante presença de condutas consideradas como inoportunas contrastavam com o novo hábito altamente moderno. Afim de reverter tais circunstâncias indesejadas, “para se frequentar os cinemas, aos poucos um código de postura, próprio e singular para esta prática, foi se instaurando” (SOUZA NETO & SILVA, 2009).

Em relação aos espaços em que as práticas ocorriam, o Teatro Variedades; o Cinematógrafo Maciel; o Cine Ideal são alguns espaços adaptados que exibiam fitas enquanto não se erguiam os edifícios próprios para este fim, como o Cinema Comércio, o Colosso; o Progresso; o Familiar; o Bijou; o Avenida; o Parque Cinema; Floresta Cinema; Lagoinha; Cine Eclair e o Cine Odeon. Para além do teatro e do cinema, nota-se que alguns locais foram idealizados desde o planejamento da capital mineira, visando a oferta de condições tidas como saudáveis de entretenimento, tais como estabelecimentos para espetáculos, praças, jardins e parques, dentre eles o Parque Municipal.

Mantendo sua relevância em épocas distintas, o Parque é um espaço de lazer carregado de influências políticas e ideológicas. Localizado ao centro da cidade, presente desde a primeira planta geral da capital, fora construído onde existia a Chácara do Sapo, uma grande fazenda dos tempos de arraial Curral Del Rei. Seguindo o estilo europeu em todo o seu cenário paisagístico, enquanto se tornou um marco da área urbana da cidade para a convivência social, também ilustrou a segregação entre classes.

Palco de interesses diversos do lazer, nos anos iniciais se debruçava mais sobre atividades artísticas, intelectuais e sociais, através por exemplo dos saraus literários e retretas. Com o desenrolar do tempo, interesses turísticos e físico/esportivos foram um

crescente. Festas, desfiles escolares e o *footing* – importante atividade social que diz respeito a caminhada de moças e rapazes, geralmente feita em grupos² – contribuíram para o empoderamento do Parque Municipal como referência entre os espaços mineiros de diversão. Este *status* foi reafirmado e disseminado pela imprensa em distintos recortes temporais, embora algumas críticas quanto as suas instalações, ausência de serviços e de público também existissem (VILHENA, 2005; RIBEIRO, 2007; MOTA, 2018).

Quanto aos *sports*, o Parque presenciou a iniciação de algumas modalidades, como o ciclismo, que teve uma aderência significativa, embora efêmera, para uma restrita elite, como detalhado por Vilhena (2005) em seu estudo sobre história e memória do Parque Municipal:

A história do esporte e o Parque se entrecruzam várias vezes. Algumas modalidades tiveram no Parque seu local de iniciação. A começa pelo ciclismo, que teve uma vida curta, porém, bastante expressiva. Contava com um clube representativo, o Velo Club, e um pavilhão construído para que seus espectadores pudessem acompanhar melhor as corridas de bicicleta, velocípede e à pé. As corridas no Velo Club atraíam grande número de pessoas, expectadores e também praticantes, e seus resultados eram divulgados em jornal, além de movimentar um banco de apostas (VILHENA, 2005).

Outra modalidade destacada dentre as práticas esportivas promovidas na trajetória de Belo Horizonte é o *football*. Segundo alguns estudos, tais como Rodrigues (2006) e Ribeiro (2007), este *sport* foi introduzido na capital por incentivo do acadêmico natural do Rio de Janeiro chamado Victor Serpa, que anteriormente havia realizado seus estudos na Suíça e se direcionou a Belo Horizonte para cursar Direito. Fatos importantes ligam a memória do *football* na capital mineira e o Parque Municipal, como a primeira partida realizada em 1904, no dia 03 de maio; a criação da primeira agremiação chamada *Sport Club Football*; a fundação do *Atlético Mineiro Football Clube* e a construção do estádio do América em seu terreno (VILHENA, 2005).

Embora o Parque Municipal e outros locais como o Prado Mineiro (inaugurado em 1906) corroborassem com o favoritismo a ocupação de espaços ao ar livre destinados as diversões, loteamentos vagos eram frequentemente apropriados e ressignificados “pelos jogadores belohorizontinos com frequência cada vez maior. Tais ações contavam com a tolerância das autoridades, que apesar de ampla, apresentava seus limites” (RIBEIRO, 2007). Ainda que a difusão da prática futebolística tenha sido inegável não só em Belo Horizonte como em todo território nacional, faz-se necessário pontuar que a representatividade do *football* como potencial ferramenta de uma nação que se pretendia

2. Outros locais como Rua da Bahia, Praça da Liberdade, Avenida Affonso Penna e Praça Sete também eram usufruídos para a prática do *footing* (MOTA, 2018).

ser considerada evoluída e rebuscada, orientava o discurso supressor de seleção entre os indivíduos que poderiam ou não o vivenciar nas primeiras décadas do século XX. Assim, a padronização do requinte edificava barreiras entre quem seria ou não qualificado para praticar e/ou assistir as atividades esportivas.

Desse modo, nos anos iniciais de Belo Horizonte o *sport* passa a ganhar cada vez mais espaço no cotidiano da capital e a exaltação de um físico atlético, que estava diretamente ligado a um costume refinado, se torna sinônimo de saúde e sofisticação. Porém não se pode negligenciar o fato que nem todos os sujeitos podiam usufruir dos benefícios que as modalidades esportivas indicavam, já que o acesso não era para todos, ainda que em alguns casos ocorressem em locais públicos.

Configurando o elitismo e a exclusão, chapéus, gravatas, paletós e saias longas adornavam os adeptos e a assistência no turfe, no *football*, no *tennis*, no *croquet*, na patinação, no *box*, na natação e nas regatas. “*Tims*”, “*clubs*”, “*courts*”: as terminologias em língua inglesa eram frequentemente usadas tanto para referenciar os próprios esportes, quanto para nomear suas expressões técnicas, evidenciando mais uma tentativa de reprodução da cultura estrangeira em terras mineiras (RODRIGUES, 2006; MOTA, 2018).

Vale ressaltar que outros locais privados, tais como “cafés”, restaurantes e bares, também se consagraram como pontos de entretenimento e foram demasiadamente vangloriadas na imprensa no decorrer da história da capital.

Mas e se tratando das atividades de lazer consideradas inadequadas? E os moradores das áreas suburbana e rural, como ocupavam o tempo livre? Afinal, somente as pessoas pertencentes as elites da capital mineira se divertiam?

Por vezes omitidas nos traços históricos de Belo Horizonte, práticas que confrontavam os princípios morais, modernos e higiênicos impostos pelo estereótipo da cultura estrangeira que se almejava no âmbito mineiro podem ser percebidas através do que se ocultava e/ou se criticava na imprensa. Seja pelo fumar, guardar lugares, paquerar e fazer barulho durante as exhibições cinematográficas; seja pela ocupação de ruas e loteamentos vagos para a prática do *football*; seja pelo escalar das árvores pelas crianças; pelo arrombamento das grades do Parque Municipal; pela jogatina, pelo alcoolismo e pelos mendigos nas ruas e avenidas em meio ao *footing* rebuscado dos jovens afortunados (VILHENA, 2008). Seja na cachaça disfarçadamente colocada em xícaras pelos frequentadores dos cafés da capital (SOUZA NETO & SILVA, 2009), aglomerações recorrentes de escolhas massificadas por determinadas práticas - como o cinema - em detrimento da pouca assistência em outras - como apresentações literárias (MOTA, 2018); pelos assobios durante as viagens de bonde e pelos assédios às mulheres pelas ruas de Belo Horizonte (BARROS, 2018).

Destarte, pode-se considerar que rupturas e permanências dão o tom à cidade planejada de origem sertaneja, já que a sua idealização e formação foi permeada por tensões, contradições e inquietudes. A própria história de Belo Horizonte reflete a emergência das suas práticas culturais, em especial as de lazer, reproduzidas, elaboradas e transformadas na/pela metrópole. Ainda que a delimitação disciplinar de cada espaço e cada corpo - e consequentemente a ocupação de cada corpo em determinado espaço - veio a nortear a construção e constituição de Belo Horizonte como capital de Minas Gerais, na realidade de seu cotidiano nem tudo o que se pretendia ser, era.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário. Poesias completas. São Paulo: Martins – MEC, 1972.

BARROS, G. A. **Para a família do Brasil: o cultivo do corpo e a diversão em Belo Horizonte nas páginas da revista Alterosa (1939-1945).** Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

DE SOUZA BRAGA, Solano; VIEIRA, Leandro Martins. Análise da viabilidade turística e cultural do carnaval de Belo Horizonte (MG). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 6, n. 5, 2013.

LOTT, Wanessa Pires. Cenas festivas da/cidade de Belo Horizonte, 1897-1922. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MOTA, A. G. R. **Divirta-se quem puder: história e lazer em Belo Horizonte através da revista Semana Ilustrada, 1927-1928.** Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

RIBEIRO, Raphael Rajao. **A bola em meio a ruas alinhadas e a poeira infernal: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte, 1904-1921.** 2007.

RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. **Constituição e enraizamento do esporte na cidade: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920).** 338 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SOUZA NETO, G. J. de; SILVA, S. R. da. **O Advento do Lazer em Belo Horizonte ou das “Festas e Diversões”:** Um Estudo dos Hábitos de Divertimento na ‘Cidade Moderna’ a partir do Minas Geraes. LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, [S. l.], v. 12, n. 2, 2009. DOI: 10.35699/1981-3171.2009.870.

VILHENA, Kellen Nogueira. Parque municipal de Belo Horizonte-História e memória. LICERE- **Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 8, n. 2, 2005.

VILHENA, Kellen Nogueira. **Entre “Sãs expansões do espírito” e “Sarrilhos dos Diabos”:** lazer, divertimento e vadiagem nas representações da imprensa em Belo Horizonte (1895 –1922). Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, UFMG, 2008.

O CARNAVAL EM JUIZ DE FORA SOB AS LENTES DOS CINEJORNAIS DA CARRIÇO FILME, 1934-1956

Romilda Aparecida Lopes

O cinema, ícone da modernidade, se destacou junto a símbolos importantes desse momento, como, por exemplo, os automóveis, a iluminação pública e o transporte por bondes, representando a força da industrialização e dos avanços científicos. Suas matrizes se fizeram presentes em experiências de lazer já consagradas nos séculos XVIII e XIX, como o teatro, as apresentações circenses, os espetáculos de rua e as festas populares. Já no início do século XX, se dão as exibições fílmicas via cinematógrafos. Essas exibições eram curtas, mas, para muitos, representavam a magia, o espanto e o avanço civilizatório, ganhando, assim, o gosto do público (XAVIER, 1978).

Os diferentes maquinários envolvidos nas projeções eram, inicialmente, objetos destinados a usos científicos ou fins militares. Porém, a novidade fez com que esses experimentos se tornassem equipamentos voltados à produção e ao consumo de audiovisual para fins de divertimento, movimentando, assim, uma indústria do entretenimento e consumo (TIETZMANN; ROSSINI, 2012, p. 72). O cinematógrafo desenvolvido pelos irmãos Lumière, um dos mais conhecidos nesse movimento de ascensão desses equipamentos, por exemplo, era capaz de registrar imagens no mesmo instante em que elas aconteciam com boa qualidade. O equipamento realizava ampliação e transmissão desses registros imagéticos, facultando que mais pessoas assistissem às imagens ao mesmo tempo. Esse projetor de imagens se popularizou até 1940, atraindo diversos espectadores a teatros, circos e, até mesmo, lugares públicos.

Em Juiz de Fora, as exibições cinematográficas começam a ganhar destaque em meados de 1897, quando, no Teatro Juiz de Fora, por meio de um cinematógrafo Lumière, foi realizada uma exibição pública. Na ocasião, os espectadores juiz-foranos puderam visionar películas curtas contendo cenas do cotidiano europeu (GALDINO, 1983, p. 19). Essa exibição ganha destaque entre as pesquisas, uma vez que pode ser ela uma das primeiras experiências cinematográficas em Minas Gerais, assim como destacado por diferentes pesquisadores (GALDINO, 1983, p. 19; SIRIMARCO, 2005, p. 32; LINO, 2009, p. 93; ARANTES; MUSSE, 2014, p. 20). O que chama a atenção nessa realização é que o aparelho de projeção foi adquirido por Germano Alves e sua esposa, Apollonia Pinto¹,

1. Apollonia Pinto era atriz e dona da Companhia Dramática Apollonia Pinto, mesma companhia que exhibe o cinemató-

durante uma viagem pela Europa, feito destacado no Jornal do Brasil (RJ)². Em uma matéria intitulada “O cinematógrafo Lumiere”, é realçado o caráter inovador do aparelho no Brasil, o processo de transporte do equipamento e o quanto ele foi apreciado no continente europeu. Além disso, o “Cinematographo Lumière” era anunciado como “o primeiro da América do Sul”, cuja estreia se deu no dia 15 de julho de 1897, Rio de Janeiro”³.

O equipamento de projeção de imagens recém-adquirido pela Companhia de Variedades Germano Alves foi apresentado ao público juiz-forano sete dias após sua estreia na então Capital Federal⁴. Tal fato pode ter se dado mediante a proximidade da cidade com o Rio de Janeiro, favorecendo um intercâmbio cultural, o que permitiu a chegada de certas inovações com mais velocidade a Juiz de Fora. Entretanto, outros pontos precisam ser considerados para que essa realização fosse concretizada: a disponibilidade de estradas de rodagem, a ferrovia e a disponibilização de luz elétrica (BARROS, 2008; PIRES, 2004).

Desse modo, o cinema e a conformação do espaço urbano em Juiz de Fora foram acompanhados por um dinamismo cultural presente no fim do século XIX. Musse (2008, p. 92) argumenta que, “no final do século 19 e início do século 20, Juiz de Fora é considerada como centro cultural do nascente Estado de Minas Gerais”. Contudo, a cidade não se destacou apenas no âmbito das exibições fílmicas ou como detentora de cinemas de rua, mas também se sobressaiu junto às produções fílmicas.

Diante desse cenário, um personagem ganha destaque: João Gonçalves Carriço. Carriço, como era popularmente conhecido, nasceu em Juiz de Fora, em 1886. Era um admirador das artes, tendo trabalhado como pintor, fotógrafo e cenógrafo no Rio de Janeiro e em Juiz de Fora. Para além de sua vida artística, ele também sonhava em empreender no ramo cinematográfico. Por muito tempo, ele realizou exibições, inicialmente, valendo-se de um animatógrafo. Mais tarde, incorporou um cinematógrafo, de forma mambembe, realizando exibições em vários lugares da cidade e em outros municípios, especialmente

grafo em Belo Horizonte em 10 de julho de 1898 (LINO, 2009, p. 93).

2. O CINEMATOGRAFO... 1897, p. 2. (Publicado no Jornal do Brasil, no Rio de Janeiro). Para a transcrição das notas, notícias e textos jornalísticos da época, optei, em sua maior parte, por usar a grafia das palavras na língua portuguesa atual, com exceção de termos ou expressões que pudessem alterar o sentido da notícia.

3. Segundo propaganda do Teatro Lucinda veiculada no Jornal o Paiz (RJ), de 15 de julho de 1897, sob o título: “Empresa Germano Alves, Grande companhia de variedades”, anunciava: “Cinematógrafo Lumière: o maior sucesso da Espanha, Paris e Portugal. [...] A empresa declara que este Cinematógrafo Lumière é o primeiro e único que até hoje existe na América do Sul. Faz-se esta declaração a fim de não se confundir este aparelho com outros que possam ser expostos nesta cidade com o mesmo nome” (EMPRESA... 1897, p. 8).

4. O Pharol (MG), de 22 de julho de 1897, em um quadro publicitário do Teatro Juiz de Fora, divulgava a estreia da “Grande Companhia de Variedades Empresa Germano Alves” no dia 23 de julho de 1897, tendo, no seu quadro de atrações, a exibição do Cinematógrafo Lumière, recém-chegado ao Brasil (GRANDE... 1897, p. 3). Os quadros apresentados repetiam os da estreia da Companhia no Teatro Lucinda (RJ). O título dos quadros eram: 1º Chegada do comboio de recreio a Contra; 2º Barco de pilotos em Paço d’Arcos (Lisboa); 3º Os mergulhadores na África Portuguesa; 4º Os bombeiros voluntários do Porto (exercício); 5º Irrigação do Passeio da Estrella (Lisboa); 6º Corridas de saco no Campo Grande (Lisboa); 7º Corrida de touros em Sevilha; 8º Partida de um batalhão espanhol para Cuba. Já na matéria do dia 24 de julho de 1897, página 3, o título dos quadros eram outros: 1º Os banhistas na Figueira da Foz; 2º Uma partida de do jogo polo; 3º Uma distração no Palácio de Cristal no Porto; 4º Jogos de malabares em Lourenço Marques; 5º O Czar de Paris; 6º O patinador grotesco em Londres; 7º Os lanceiros da rainha em Lisboa; 8º Batalha de Neve e Lyon.

por não possuir um ponto fixo para as exposições. Para isso, ele fazia uso de sistemas modernos de exibição, tais como as projeções movidas a gás radium, sistema esse que facilitava as exposições sem o uso de energia elétrica.

Além disso, foi o idealizador e o dono do Cine Teatro Moderno, em Matias Barbosa, e do Cinema Popular, em Juiz de Fora. No entanto, foi a produção e a exibição de cinejornais – filmes jornalísticos, não ficcionais, com curta duração e roteiros pré-definidos – entre as décadas de 1930 e 1960, apresentando, sobretudo, o cotidiano juiz-forano, que fizeram com que esse produtor mineiro se inserisse no circuito de distribuição de filmes no território nacional. Uma característica das produções da Carriço Filme consiste na circunstância de terem sido feitas fora do eixo Rio-São Paulo. Outro ponto digno de nota refere-se ao fato de as produções terem sido empreendidas ao longo de quase 22 anos de gravações, período em que o produtor focaliza a Zona da Mata de Minas Gerais, principalmente a cidade de Juiz de Fora. Os carnavais, dentro da obra da Carriço Filme, assumem um protagonismo tanto pela recorrência sobre a temática nos filmes existentes quanto pela periodicidade e o tempo dos filmes dedicados ao assunto.

Por isso, nesse recorte textual irei discutir, à luz dos filmes produzidos pela Carriço Filme, os carnavais em Juiz de Fora (MG) durante o período de 1934 a 1956, procurando problematizar a narrativa dos acontecimentos ligados ao carnaval e aos valores socioculturais presentes nos filmes. O recorte temporal aqui abordado refere-se ao período de constituição oficial das atividades da empresa cinematográfica Carriço Filme, de 1934 até 1956. Apesar de alguns dados remeterem a finalização das filmagens a 1959, os filmes ainda existentes vão até 1956, como explicarei a seguir.

CARRIÇO E A PRODUÇÃO DE FILMES

João Gonçalves Carriço, popularmente conhecido como Carriço, nasceu em Juiz de Fora, em 1886. Era um admirador das artes, tendo trabalhado como pintor, fotógrafo e cenógrafo no Rio de Janeiro e em Juiz de Fora. Foi o idealizador e o dono do Cine Teatro Moderno, em Matias Barbosa, em 1910 e do Cinema Popular, em Juiz de Fora, em 1927. Outro ponto digno de nota foi sua atuação na concepção e desenvolvimento da Carriço Filme, empresa cinematográfica fundada em 1934, que se dedicou à feitura de cinejornais e documentários durante as décadas de 1930, 1940 e 1950, registrando práticas esportivas, festividades sociais, eventos políticos e culturais de Juiz de Fora.

Normalmente, as produções têm duração de 6 a 10 minutos. Entretanto, quando o cineasta julgava que o assunto precisava de um aprofundamento, o tempo de duração do cinejornal podia chegar aos 15 minutos (PEREIRA, 2011). Quanto às cópias dos cinejornais,

comumente, tinham de 5 a 6 reproduções e, conforme a relevância do assunto, poderiam ser feitas de 10 a 15 cópias a mais. Já a distribuição das produções, em âmbito nacional, era realizada por meio da Distribuidora de Filmes Brasileiros (DFB)⁵ e, posteriormente, pela União Cinematográfica Brasileira S.A. (UCB)⁶. É possível constatar, por meio das informações contidas no documento da Cinemateca Brasileira, que alguns filmes estiveram em circuitos exibidores em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Entretanto, ao analisar os jornais impressos, é possível verificar que a abrangência de exibição de alguns filmes feitos por Carriço foi maior, extrapolando as exibições do eixo Rio-São Paulo⁷.

Os filmes, em sua maioria, tratam de acontecimentos da cidade de Juiz de Fora. Considerando as temáticas, percebe-se que manifestações populares eram registradas pela Carriço Filme, como festas do Dia do Trabalho, carnaval, procissões, romarias, partidas de futebol, corridas de automóvel, obras públicas, enterros, missas, exposições, pontos turísticos e inauguração de cinemas e obras públicas. Acontecimentos mais específicos da cidade também eram alvo da atenção do cineasta: a assinatura da primeira lei de proteção ao cinema brasileiro, as atividades do Aeroclube de Juiz de Fora, as primeiras experiências televisivas em Juiz de Fora e, inclusive, as atividades extintas hoje em dia, como o torneio de tiro ao pombo e as competições de boxe sobre patins – temas contemplados pelo produtor. Além disso, imagens de cidades, como Rio de Janeiro, Urucânia, Congonhas, Barbacena e Tiradentes, também se fazem presentes nos filmes.

Sobre aspectos técnicos, os filmes produzidos até o *Cinejornal Actualidades N.020*, de 1935, são silenciosos, apresentando apenas letreiros que descrevem as cenas. Os letreiros ficam visíveis por alguns segundos, dependendo do tamanho do letreiro descritivo. A partir do *Cinejornal Actualidades N.021*, também produzido em 1935, os filmes já recebem musicalização e narração. Na abertura do filme, é narrado:

Carriço Filme apresenta o seu Cinejornal Actualidades N.021. Gravação sonora 'Sonofilms'. A Empresa João G. Carriço, que não tem medido esforços para bem servir o público de Juiz de Fora, vai agora brindá-lo, levando à tela o seu primeiro cinejornal falado, pelo sistema *Movietone*.

5. A DFB centralizou a distribuição dos curtas-metragens brasileiros, possuindo, como finalidade, “evitar que a fiscalização ficasse prejudicada e para que não houvesse concorrência entre as distribuidoras, rebaixando os preços” (SIMIS, 1996, p. 112). A DFB também comercializava longas-metragens e foi a primeira tentativa, na história do cinema brasileiro, de uma empresa que concentrasse a distribuição do filme nacional.

6. Fundada em 28 de julho de 1947, no Rio de Janeiro, a União Cinematográfica Brasileira S.A. (UCB) se propunha a “distribuir, exhibir, importar e exportar filmes nacionais e estrangeiros, mas não se limitava ao setor comercial, prevendo também atividades de produção de filmes de curta e longa-metragem” (MELO, 2011, p. 131).

7. Um exemplo disso é que, por meio de uma pesquisa nos arquivos contidos na Hemeroteca Digital, constatei que o filme *O carnaval em Juiz de Fora* de 1938 foi exibido no Polytheama, em Manaus, no estado do Amazonas, como consta em uma coluna intitulada “Diversões” do *Jornal do Comércio* (AM), no dia 7 de setembro de 1939, página 1. Inclusive, nessa nota, o filme é referenciado como complemento nacional. Esse filme, possivelmente, foi exibido também no Maranhão, como consta na propaganda do jornal *O Imparcial* (MA), 31 de dezembro de 1939, nº 6.802, página 7.

Movietone é um sistema que permite a gravação de sons diretamente no filme, por meio do som ótico, em que músicas são encaixadas para dar movimento às imagens e à narrativa sempre em tom exaltoso (PESSOA, 2017, p. 87).

Apesar de os pesquisadores Sirimarco (2005) e Rocha (2008). apontarem que a Carriço Filme fosse mantida quase que exclusivamente pela empresa de serviços funerários e pelos trabalhos ligados à pintura e à cenografia por João Carriço, encontrei alguns documentos que mostram que a empresa recebia, ainda que poucos, alguns aportes financeiros públicos. No dia 21 de janeiro de 1937, a companhia cinematográfica foi considerada, pelo presidente da Câmara Municipal⁸, uma empresa de utilidade pública. De acordo com a notícia publicada na revista *Cinearte* (RJ), o título automaticamente conferiu à produtora a isenção de taxas e impostos por cinco anos consecutivos, bem como o auxílio financeiro de seis contos de réis. Para receber tal honraria, Carriço assumiu o compromisso de promover o interesse dos poderes públicos municipal, estadual e federal. Em âmbito municipal, documentos da década de 1940⁹ e 1950¹⁰ demonstram que a empresa de Carriço recebia auxílio financeiro municipal.

Durante o período da pesquisa, encontrei apenas uma menção ao valor das produções da Carriço Filme. *O Jornal* (RJ)¹¹, na matéria intitulada “O cinema Brasileiro já pode e deve ser considerado como uma força produtora do país”, publica uma relação de produtores cinematográficos brasileiros e ressalta a importância da obrigatoriedade das exhibições de complementos nacionais (*shorts* ou cinejornais) antes das películas de longa-metragem nos cinemas. Nessa relação, a Carriço Filme é destacada como uma das empresas que atendem às demandas da obrigatoriedade. Ao fim da matéria, há a relação de complementos nacionais recebidos pela DFB e cálculo de custo médio de cada produção. Nessa tabela, é divulgado que a Carriço Filme vendeu dois complementos, com três cópias de cada, o que custou três mil réis.

ASPECTOS METODOLÓGICOS: TESSITURAS PARA UMA ANÁLISE FÍLMICA DOS CINEJORNAIS

Ao considerar o desenho metodológico desta pesquisa, corroboro com o pressuposto defendido por Marcos Napolitano (2011) ao defender que um estudo que envolva o cinema como fonte histórica deve confrontar impressão e testemunho, preocupação estética e registro documental. O autor acrescenta que é fundamental que seja feita a

8. CINEARTE, 1937, p. 8. (Rio de Janeiro).

9. Lei nº 102, de 3 de dezembro de 1948 (JUIZ DE FORA, 1948, *on-line*).

10. Lei nº 243, de 4 de janeiro de 1950 (JUIZ DE FORA, 1950a, *on-line*); Lei nº 333, de 8 de dezembro de 1950 (JUIZ DE FORA, 1950b, *on-line*); Lei nº 439, de 20 de novembro de 1951 (JUIZ DE FORA, 1951, *on-line*); Lei nº 588, de 28 de outubro 1953 (JUIZ DE FORA, 1953, *on-line*).

11. O CINEMA... 1936, p. 11.

articulação entre a linguagem técnica e a estética capazes de revelar as representações da realidade contidas nos documentos audiovisuais. Além disso, assim como Rosenfeld (2001), considero que as análises fílmicas também devam abarcar o contexto concernente à indústria do entretenimento, bem como o cenário das políticas públicas em torno da produção, da exibição e da distribuição dos filmes.

Ao examinar a relação entre cinema e história nas obras de Marc Ferro, Morettin (2003, p. 39) discorre sobre o processo da análise fílmica ao citar Leutrat (1995, p. 32), concluindo que é necessário decompor um filme em vários sentidos, uma vez que este guarda ambivalências e polissemias. Por isso, procurei articular a linguagem técnico-estética dessas fontes audiovisuais e as representações da realidade social ou histórica nelas inseridas, visto que o aspecto estrutural da fonte apresenta uma dada leitura histórica, assim como a concepção dos fatos ali narrada acaba por se limitar a dadas condições técnicas de produção do momento vivido.

Para que o leitor tenha melhor compreensão acerca dos cinejornais da Carriço Filme, utilizados como principal fonte histórica desta pesquisa, é necessário destacar que eles, por limitações técnicas, eram feitos em várias etapas: primeiro, eram realizadas as captações de imagens, havendo, na sequência, um acréscimo de trilha sonora (música e narração) e, posteriormente, de letreiros. A música, a narração em *over*¹² e os letreiros são categorias que auxiliam o entendimento das opções (intenções) do produtor, uma vez que este era usado como maneira de tentar persuadir os espectadores.

Dessa maneira, o conjunto fílmico (roteiros, imagens, sons e letreiros) é manejado, não sendo, portanto, a realidade em si mesma. Antes, é uma leitura dela. Desse modo, os fatos noticiados são compostos por um conjunto de blocos narrativos com pouca organicidade interna, arquitetados com o objetivo de construir uma apresentação explicativa dos fatos noticiados. Além disso, devo realçar a fragmentação dos temas tratados, uma vez que um mesmo cinejornal abarca diferentes pautas. As etapas metodológicas empregadas no manejo dos cinejornais sobre o carnaval contemplaram o visionamento primário, a decupagem dos filmes, a seleção de cenas e a seleção das categorias que seriam priorizadas em cada tema.

Dessa forma, dediquei-me à identificação de três elementos centrais: “os elementos de comunicação”, que consideram as estratégias de comunicação das imagens, como a inserção dos letreiros, dos elementos musicais e da narração em *over*, e como isso visa impactar a leitura da manifestação exibida; a “dimensão do fenômeno filmado”, que abarca

12. Xavier (1997, p. 128), ao citar o cineasta russo Sergei M. Eisenstein, descreve a voz *over* como “[...] voz-over – esta que se superpõe às imagens e cujo foco emissor é indeterminado ou se encontra em outro espaço frente ao observado pela câmara [...]”.

características ligadas à relação espaço-tempo, como a territorialidade, a temporalidade e os atores sociais (instituições, classes, comunicações, autoridades, pessoas e características dos grupos de pessoas); as “referências culturais e históricas”, que contemplam a natureza dos carnavais juiz-foranos bem como suas respectivas apropriações. A pesquisa em jornais, usada como fonte secundária, foi dividida em duas etapas. A primeira fase consistiu em uma busca na Hemeroteca Digital a partir de termos descritivos¹³ ligados à empresa Carriço Filme, aos seus idealizadores e aos seus funcionários. Para isso, o período analisado abarcou desde o nascimento do criador da Carriço Filme, em 1886, até 1970, ano em que os processos ligados ao encaminhamento dos filmes à Cinemateca Brasileira foram realizados. A segunda etapa se dedicou a buscar os jornais impressos alocados no Arquivo Histórico de Juiz de Fora. Dessa maneira, as duas etapas foram importantes para a construção da narrativa histórica deste trabalho, uma vez que foram encontrados poucos estudos que tratassem dos anos de 1930, de 1940 e de 1950 no município.

Considerando a totalidade de filmes sobre carnaval no catálogo, tem-se o seguinte panorama: 11 filmes remetem aos carnavais da década de 1930; 10, aos eventos de 1940; e 6, às festividades da década de 1950. Além disso, 2 remetem a intervalos temporais estimativos, possivelmente por não terem dados suficientes que facilitassem a identificação pelos técnicos da Cinemateca Brasileira. Entre os filmes disponíveis ao visionamento na Divisão de Memória da FUNALFA, 8 dizem respeito aos carnavais da década de 1930, sendo que, destes, 5 filmes remetem ao carnaval realizado no ano de 1935. Já na década de 1940, tem-se o universo de 2 filmes, ao passo que existem 3 para a década de 1950.

Apesar de Sirimarco (2005) defender que Carriço tenha filmado todos os carnavais de Juiz de Fora no período de vigência da Carriço Filme (1934-1959), verifiquei, por meio dos dados disponibilizados pela Cinemateca, que não existem filmes sobre tal temática referente aos anos de 1943, 1944 e nem a partir de 1954. Outro fato a ser considerado, sobretudo nos anos de 1943 e 1944, são as movimentações ostensivas em torno da Segunda Guerra Mundial. Durante o período da Guerra, muitas cidades optaram por inibir a realização dos carnavais de rua, ficando restritos aos ambientes fechados dos clubes e agremiações, diferentemente dos anos anteriores. A partir dessa informação, é possível considerar que esse talvez seja um indício de não ter sido viável que Carriço realizasse filmagens nos anos de 1943 e 1944; afinal, o cineasta mineiro era apoiador da instauração e continuidade dos movimentos do Estado Novo e da atuação do Brasil durante a Guerra. Outra hipótese seria a deterioração ou perda desses filmes.

13. Dentre os descritores pesquisados, destacam-se: ano de nascimento de João Gonçalves Carriço; Carriço; Manuel Gonçalves Carriço. A partir de 1902, incluem-se: João Gonçalves Carriço; Carriço; Pintor Faísca; Cinema Theatro Moderno; Cinema Sereno; Cinema Popular; Empresa Carriço. A partir de 1927, acrescentaram-se os descritores: Cine-Theatro Popular; O Popular; Popular; Empresa Carriço; Manuel Gonçalves Carriço. A partir de 1933, somam-se: Carriço Film; Carriço Filme; Carriço Filmes; Faísca Filme.

Oficialmente, o primeiro filme, feito pela empresa Carriço Filme, foi gravado e exibido em 1934, tendo como principal temática as movimentações do então presidente da Constituinte, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, durante a sua estada na Fazenda São Mateus¹⁴, de propriedade da família Tostes. A referida família, de acordo com alguns pesquisadores, é tida como cofundadora da cidade, ao lado da família Halfeld (FAZOLATTO, 2004; SILVA; CERQUEIRA, 2014). Além disso, esse filme se dedica a registrar os aspectos dos festejos do carnaval de 1934. O periódico *Diário Mercantil* (MG)¹⁵ registrou em suas páginas a notícia intitulada “Será filmado o carnaval de Juiz de Fora”, anunciando como se dariam as filmagens.

Dos filmes visionados sobre o carnaval, apenas dois possuem o som ambiente da captação das imagens: o *Cinejornal N.034*, que registra o carnaval de 1936, trazendo consigo alguns segundos do som das ruas, e o cinejornal intitulado: “Carnaval Juiz de Fora de 1938”, que, ao noticiar o curso carnavalesco à noite, deixa por alguns segundos o som do ambiente da gravação. No mais, os filmes não exibem o som ambiente das filmagens e nem a voz das pessoas nas ruas, o que dizem umas para as outras, os gritos, as músicas que são entoadas, o som dos carros a passarem com o curso, a organização das escolas de samba e nem mesmo ouvimos os aplausos dos foliões que estavam presentes em quase todos os cinejornais vistos. O que dá ritmo às imagens mudas é a voz *over* do narrador ou os letrados que descrevem as cenas e que não necessariamente mantêm fidedignidade aos movimentos apresentados nas películas. Além do movimento de enunciar os acontecimentos, os cinejornais da Carriço Filme também são marcados pelas músicas festivas ao fundo, que são escolhidas para cada momento do carnaval apresentado. Fato é que nem sempre a euforia da narração ou das músicas condiz com as imagens apresentadas.

O CARNAVAL E A CIDADE: O TRABALHO, A RELIGIÃO E A EDUCAÇÃO DA CIDADE QUE SE DIVERTE

Os filmes que versam sobre o carnaval associam Juiz de Fora a um *ethos* de cidade moderna e progressista, colocando-a em destaque quando comparada a outros municípios mineiros. Além disso, a narrativa fílmica busca reforçar divisões claras de “trabalho e não trabalho”, “ordem e desordem”, realçando o poder da religião, da educação e do trabalho.

14. A Fazenda São Mateus, tombada pela municipalidade por meio do Decreto nº 9.897 de 17 de junho de 2009, hospedou personalidades nacionais, sobretudo aquelas ligadas ao contexto político, como: D. Pedro II, Tiradentes, presidente Getúlio Vargas e o governador de Minas Benedito Valadares. Além disso, é tida como uma fazenda importante na produção cafeeira a partir de 1890, quando foi comprada pelo Dr. Cândido Teixeira Tostes, diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

15. SERÁ... 1934, p. 2.

Inclusive, a narrativa fílmica, em muitos momentos, insere a própria Carriço Filme como parte integrante desse desenvolvimento municipal.

A sequência de imagens do *Cinejornal Actualidades N.017*, de 1934, ilustra bem como a produtora fílmica alia as ideias de religião, modernidade e progresso, construindo uma espécie de hierarquização da cidade frente a outras no estado de Minas Gerais. Esse filme tem uma duração de 7 minutos e 10 segundos e tem continuidade nos filmes N.018 (7 minutos) e N.019 (8 minutos). Essas produções são exclusivas para notícias relacionadas ao carnaval de 1935, totalizando aproximadamente 22 minutos dedicados às festas momescas de 1935.

A abertura do filme demonstra o esforço que a empresa tem feito para levar ao público as notícias de Juiz de Fora. Em seguida, outro letreiro aparece, com os seguintes dizeres: “É a cidade aclamada, do *trabalho* e da *instrução*. É de Cristo abençoada, à sombra de sua mão” (grifos meus). Após um corte, surge a imagem em *contra-plongée*¹⁶ da estátua do Cristo¹⁷. O Cristo, com a mão esquerda estendida, segura, na outra mão, uma cruz. A escultura é sustentada por um pilar e está acima de uma espécie de capela. Após um corte, outro letreiro aparece: “Ave, Juiz de Fora! A *cidade Industrial*, a *cidade progresso*, a cidade encantadora, enfim, a cidade maravilha, justo orgulho de Minas Gerais” (grifos meus). Nota-se, a partir dessa sequência de letreiros e imagens, um encadeamento de ideias que levam o espectador a entender que o trabalho, a instrução e a religião são características necessárias à manutenção de uma cidade progressista, industrializada, portanto, caracteres distintivos de qualificação. As imagens que seguem tendem a traduzir os letreiros com tomadas da cidade captando diferentes planos da cidade. A primeira cena após o letreiro é uma captação feita junto ao Morro do Cristo, a partir de um plano aberto, realizando um movimento panorâmico da direita para esquerda, com a câmera em *plongée*¹⁸. Dessa maneira, a noção de grandeza da mão do Cristo é realçada, vindo ao encontro dos dizeres do letreiro, na medida em que se procura causar o efeito da estátua “sombreando” todos os lugares do município, podendo, assim, abençoar cada espaço juiz-forano.

16. *Contra-plongée* é um tipo de enquadramento em que o personagem, o lugar, o objeto ou monumento é filmado de baixo para cima. O modo como o personagem se encontra enquadrado na ‘moldura-quadro’ dita muito da capacidade de projeção da mesma” (MAZZOLENI, 2005, p. 32).

17. Foi construída em 1905 pela Cia. Pantaleone Arcuri & Spinelli. É oficialmente nomeado como Morro do Redentor, porém, a despeito de já ter sido chamado de Morro da Liberdade, é mais conhecido como Morro do Cristo. Outra nomenclatura dada a esse espaço é Morro do Imperador, em homenagem ao Imperador Dom Pedro II, que, em visita a Juiz de Fora, em 1861, o escalou juntamente com Mariano Procópio Ferreira Lage, com vistas a vislumbrar a cidade que então se formava (OLIVEIRA, 1966).

18. No ângulo *plongée*, o material é filmado de cima para baixo. Para Martin (2003), esse plano busca evidenciar a inferioridade, a vulnerabilidade e a insignificância.

As imagens que seguem parecem ser captadas de lugares altos e buscam realçar aspectos das ruas e de suas construções.¹⁹ Em seguida, as cenas se aproximam mais do cotidiano urbano, visto que as construções podem ser percebidas com mais detalhes, dando não só essa ideia de maior detalhamento como também de melhor integração das edificações junto à rotina municipal. Essa sequência é aberta pela imagem em *contra-plongée*, que exhibe a imponência do edifício do Banco de Crédito Real de Minas Gerais²⁰, haja vista a manutenção por aproximadamente três segundos com a câmera parada. E, em seguida, a câmera faz um movimento panorâmico da direita para esquerda, captando detalhes da extensão da Rua Halfeld e de parte da Avenida 15 de Novembro. Após um corte, é possível ver um bonde que passa de maneira veloz em frente à imagem captada na Avenida Rio Branco. Na sequência, os cortes que sucedem mostram o movimento apressado das pessoas na cidade, o entra-e-sai dos bondes, as travessias nas ruas e o deslocamento dos carros. A sequência de imagens mostra uma captação de um homem com um jornal nas mãos conversando com um policial que está em um canteiro central de uma avenida. Essas cenas totalizam aproximadamente 2 minutos e 2 segundos, antes de se iniciarem as cenas do carnaval.

No carnaval de 1936, o *Cinejornal Actualidades N.034* também exalta a cidade por intermédio dos letreiros e imagens, anunciando o seguinte:

Juiz de Fora, *Manchester de Minas Gerais*. Grande centro de atividade agrícola, comercial e industrial. É uma das cidades mais encantadoras do Brasil [e] pela sua admirável situação fotográfica tem seu clima privilegiado parecendo neve. É sobre o rincão formoso da Pátria que paira a benção de Deus. (CINEJORNAL ACTUALIDADES N.034, 1936, grifos meus)

Nesse filme, o Cristo é novamente invocado no letreiro: “A venerável pela população laboriosa na figura de *Cristo Redentor* que do alto de uma de suas colinas como que vela pela cidade inteira. Nas suas horas de trabalho intenso tem seus momentos de alegria perdida”.

No *Cinejornal O carnaval em Juiz de Fora*, de 1938, o narrador em *over* assim se expressa:

Juiz de Fora, a Manchester Mineira, cidade fabril por excelência, orgulho legítimo do Brasil industrial. Suspendeu também a sua laboriosa atividade, e aderiu francamente à folia nos três dias reservados ao Império de Momo. Esqueceu os teares e abandonou os dínamos, pela alegria franca dos folguedos carnavalescos. Evoé! Tristezas não pagam dívidas! Tereré não resolve mesmo. Por isso, vestiu uma camisa listrada e saiu por aí. Brincando e cantando a vontade.

19. Inclusive, essas imagens aparecem no *Cinejornal Carriço N.034*, de 1936, e no *Cinejornal N.174*, de 1950.

20. Criada em 1889, é uma das primeiras instituições bancárias de Minas Gerais. A sede da instituição financeira foi construída pela Construtora Pantaleone na década de 1920 (MUSEU, 2019).

É importante sinalizar que, na década de 1940, além da continuidade quanto ao realce da cidade por meio de adjetivos ligados à industrialização e ao desenvolvimento, lança-se mão de outros recursos com vistas a realçar não só a festividade, mas também o próprio trabalho da equipe da Carriço Filme. Se o *Cinejornal N.085*, de 1940, tem sua abertura ao som da música *Dama das Camélias*, é possível perceber que o próprio ato de registro dos acontecimentos também se torna notícia.

É oportuno considerar que o filme, a despeito do registro de festividades carnavalescas, também salienta o aspecto da religiosidade. Mediante as imagens presentes é perceptível que o tema da religião é tratado sob a perspectiva católica, além de se notar um registro, sobretudo na segunda imagem, que parece dar a impressão de que essas manifestações religiosas contavam com a adesão de um número expressivo de fiéis.

A partir das narrativas, dos letreiros ou dos planos de filmagem, é possível observar que a Rua Halfeld recebe destaque ao longo das filmagens, sendo destacada como uma das principais vias da cidade. Como exemplo, na finalização do *Cinejornal Carriço SN-030*, de 1940, o narrador enfatiza em tom de exaltação: “a Rua Halfeld, sua principal artéria, vibrou durante os dias consagrados a Momo, com uma alegria incomum [...]”.

Os letreiros e locuções comumente trazem menções, como: “Juiz de Fora, a grande cidade Mineira, *construída e impulsionada pelo trabalho*. Comemorou o seu carnaval Centenário. A Manchester Mineira, mais uma vez, soube brincar no carnaval” (CINEJORNAL N.174, 1950, grifos meus). Mais adiante, esse mesmo filme apresenta o desfile dos préstitos dos ranchos carnavalescos.

A Carriço Filme, ao registrar o carnaval do centenário de Juiz de Fora, enfatiza as homenagens que os ranchos carnavalescos prestam ao município, especialmente à indústria, ao comércio e à imprensa, sempre personificados em figuras políticas ou empresários da cidade. Na apresentação dos carros, a ênfase do trecho recai sobre o desenvolvimento urbano-industrial juiz-forano.

Um exemplo é o *Cinejornal N. 174*, de 1950 ao exibir o desfile do “Rancho dos Rouxinóis”. Na segunda imagem, o rancho “Não me venhas assim”. Na terceira imagem, “Prazer das morenas”. E, na quarta imagem, “Quem pode, pode”.

Ao fundo, a música *Adeus, vou-me embora* também é entoada, dando dinamicidade às cenas enquanto o narrador anuncia: “O segundo rancho a desfilar foi o Rancho Não me Venhas Assim, se não te recebo. Também ricamente fantasiado e com belas evoluções que sempre o caracterizam situando entre os melhores”.

Eis que a narração paralisa, e as cenas que se seguem são embaladas pela marchinha de carnaval, e é possível ver as pessoas sambando ao lado da porta-bandeira

e dos mestres-sala. O narrador então anuncia: “Não venhas assim, um dos ranchos mais populares da cidade contribuiu brilhantemente para o sucesso do carnaval da *Manchester Mineira*”. Novamente, são exibidas cenas da porta-bandeira, que gira com um estandarte em mãos, e pode-se perceber um conjunto de homens com trompetes. As fotos que enfeitavam o ponto mais alto do arco do carro alegórico dizem respeito a José Ribeiro Resende (Barão de Juiz de Fora) e Dilermando Cruz Filho, o então prefeito da cidade. Na continuidade do filme, novamente o narrador sentencia: “Vem agora o seu carro alegórico o Centenário de Juiz de Fora com uma saudação ao prefeito, *ao comercio, à indústria, e a imprensa pra lá de irrestrita*. Aos tutores da arte da música da literatura e ao povo”.

Enquanto se dá a narração, são feitas cenas do carro se deslocando em diferentes planos e enquadramentos. Em um corte, o narrador abre a cena apresentando o rancho “Prazer das Morenas”, realçando-o nesses termos: “O carro alegórico do ‘Prazer das Morenas’ constituiu também uma das grandes atrações do desfile”, trazendo as figuras do prefeito Cruz Filho, Rui Barbosa e do vereador Viana.

Por fim, são apresentados os foliões do rancho “Quem pode, pode”, da seguinte forma por parte do narrador: “Surgem com as retumbantes e alinhadas evoluções características dos integrantes do conjunto. Não obstante as dificuldades que teve pela frente. O famoso rancho, apresentou-se no famoso desfile. A custa dos esforços dos seus fieis defensores”.

É interessante realçar que os ranchos apresentados no desfile são constituídos predominantemente por pessoas negras. Ao subir o volume da música *Se é pecado sambar*, de Manoel Santana, é possível acompanhar cenas da porta-bandeira e do mestre-sala, bem como de alguns componentes do grupo sambando. Quando o carro alegórico começa a surgir, o narrador então anuncia:

O seu carro alegórico jardim maravilhoso. Representando o progresso ininterrupto e vitorioso da vida urbana da cidade. Propulsionados pela indústria, comercio e lavoura e a imprensa. Simbolizava os principais aspectos da beleza, naturais, artísticas, culturais e laboriosas de Juiz de Fora.

Como se observa, são reiteradas as manifestações associando o evento carnavalesco com uma dada percepção da cidade marcadamente perpassada pelo progresso. No item acima, isso não só fica explícito como também a opção do narrador em lançar mão do termo “ininterrupto” demarca a ideia de um desenvolvimento contínuo, eterno. Além disso, a palavra “vitorioso” parece ecoar a ideia de uma conquista que logrou êxito, dialogando assim com a própria noção de que a história da cidade remete a uma saga permeada de percalços, porém com um final próspero.

Não por acaso, a partir do *Cinejornal N.184*, durante as filmagens do carnaval de 1951, o narrador anuncia o seguinte:

Juiz de Fora viveu mais um animado Carnaval, um carnaval alegre, barulhento onde os foliões da *Manchester Mineira* tiveram a oportunidade de se revelar os mais alegres e espirituosos de todo estado montanhês. De fato, em todo Estado de Minas não se faz um carnaval tão animado quanto o de Juiz de Fora.

As imagens que acompanham os letreiros captam a modernização das construções, do asfaltamento e da movimentação urbana do município, em que pedestres e veículos cruzam as ruas centrais.

Já durante o Cinejornal intitulado *O carnaval em Juiz de Fora de 1951*, em um momento do filme, o locutor assim se expressa: “O tríduo de Momo foi bem vivido pelos juiz-foranos. Como sempre os redutos dos foliões a Rua Halfeld e agora também Avenida Rio Branco preferidas pelo público”. Importa salientar que as imagens demonstram grande multidão, em desfile nas ruas. Feitas essas considerações, não se notam cenas de bairros periféricos, cortiços ou de áreas mais afastadas, em que o saneamento básico era quase inexistente, sendo constante a permanência de animais nas vias mais estreitas. Aliás, no que tange às imagens, outra observação: recorrentemente nos filmes sobre o carnaval da Carriço Filme, captura-se um olhar sobre a cidade a partir do Morro do Imperador com planos abertos. Nessas imagens, movimenta-se a câmera a 180 graus, focalizando com menor rapidez no giro de câmera a extensão da Rua Halfeld e, em seguida, as principais ruas e acessos da cidade.

Esse é o lugar em que as pessoas e o espetáculo do carnaval juiz-forano ganham seu destaque. Talvez fosse essa rua que representasse o signo do moderno, quando os cortejos carnavalescos podiam ser admirados em plena beleza e ordem. A rua, nesse caso, marcaria uma espécie de espaço simbólico de civilidade. Além da Rua Halfeld, os filmes sobre o carnaval em Juiz de Fora apresentam a Avenida Rio Branco (1951 e 1952) e a Rua Marechal Deodoro da Fonseca (1953).

Entre as décadas de 1930 e 1960, a Rua Halfeld era composta por prédios comerciais, porém ela ficou reconhecida como importante ponto de lazer e diversão na cidade, uma vez que nela estavam localizados vários cinemas, como o Polytheama, comandado pela Companhia Central de Diversões; o Cine-Theatro Central; o Cine Glória, que era atrativo para jovens que gostavam de seriados e faroestes; o Cine Palace, uma grande sala do final dos anos 1940; o Festival; e o São Luís. Outros estabelecimentos ligados à diversão também faziam parte da composição da Rua Halfeld, como o Clube Juiz de Fora, voltado ao lazer da elite local.

A vida pública e social nessa rua sempre foi intensa, e ela pode ser considerada como um centro de interesse da cidade, um local de lazer e de socialização. Essa tendência

pode ser evidenciada nos filmes de Carriço sobre o carnaval, uma vez que cerca de 20 produções captam as imagens do festejo de Momo por esse logradouro. Inclusive, ela se torna central nas filmagens de Carriço quando da captação de imagens de cortejos noturnos, especialmente em decorrência da capacidade de iluminação noturna da rua. Isso, aliás, está intimamente atrelado ao início da iluminação nessa região da cidade. Barros (2008, p. 42) descreve que a Rua Direita (atual Avenida Rio Branco) e a Rua Halfeld davam a impressão de uma cidade profusamente iluminada pela quantidade de pontos de iluminação, mas, segundo o autor, isso seria apenas uma impressão, considerando a desigualdade na distribuição de iluminação pública do município. Além disso, ela sediava instituições bancárias e as redações de jornais, como a *Folha Mineira* (MG), o *Diário Mercantil* (MG), o jornal *O Pharol* (MG) e o *Jornal do Comércio* (MG). A Rua Halfeld chegou a ser comparada à Rua do Ouvidor, localizada no Rio de Janeiro, por seu caráter elitista, os costumes e o comportamento das pessoas.

Assim, processo de exaltação da cidade por parte dos roteiros dos filmes era o saudosismo do lugar que ela havia ocupado outrora, visto que, durante muitos anos, Juiz de Fora se destacou pela produção cafeeira e industrial, sendo cidade pioneira em muitas frentes, como por exemplo, ao abrigar uma instituição bancária, O Banco do Crédito Real. Além disso, uma cidade que já possuía estradas macadamizadas e malha férrea significativa se diferenciando de outras cidades do Estado de Minas Gerais. Um aspecto comum aos filmes acerca dos carnavais e outros produzidos pela produtora mineira, que buscam reforçar esse *status* de cidade modernizada e laboriosa, pode ser visto por meio dos termos usados para se referir à cidade de Juiz de Fora: “Manchester Mineira” ou “Manchester de Minas”, “Princesa de Minas”, “Princesinha de Minas”, “Princesa do Paraibuna”. Além dessa terminologia, Juiz de Fora também era designada como “Barcelona Mineira” e “Atenas de Minas”, algo decorrente das atividades mercantis e industriais que garantiram ao município o papel de maior polo industrial mineiro no começo do século XX (MIRANDA, 1990).

Posto isso, é possível considerar que os filmes analisados se alinham ao ideal de associar Juiz de Fora a referências europeias marcadamente reconhecidas, seja pela industrialização (Manchester), seja pela presença de atributos intelectuais de destaque (Atenas). Ainda que se reconheça que a desigualdade, a pobreza e o analfabetismo tenham sido elementos presentes no cotidiano juiz-forano do período, eles tendem a ser obliterados pelos discursos um tanto quanto ufanistas pró-desenvolvimento local presentes nas películas.

Nesse sentido, o cinejornal, ao documentar a reunião de pessoas diante de manifestações culturais, passa a ser usado como instrumento de influência e, portanto, um modelo a ser seguido, sobretudo pela difusão desses costumes. A demonstração de

imagens como essas se entrelaçava com o discurso nacionalista da “militarização do corpo” (LENHARO, 1986), que buscava, por meio de manifestações culturais, desenvolver maiores aproximações entre sociedade e estado.

Os filmes sobre o carnaval reforçam determinadas vivências como modelos de civilidade, a partir de comportamentos e atitudes considerados aceitáveis para uma sociedade desenvolvida e moderna. Aqui se percebe uma redefinição dos valores de trabalho, pois, ainda que libertárias, as ideias que tangenciavam o trabalho buscavam manter o trabalhador em uma relação de dominação. O caráter modernizador e civilizatório do trabalho era incorporado por uma educação para o trabalho, em que o esforço do trabalhador e a formação de mão de obra competente, apta a utilizar técnicas mais modernas e eficientes, eram capazes de atingir um progresso maior. A associação do trabalho ao divertimento nas cenas até parece exaltar a relação política vivenciada sobretudo entre os anos de 1937 e 1945, descrita assim por Pandolfi (1999, p. 55): “O trabalho passaria a ser um direito e um dever; uma tarefa moral e, ao mesmo tempo, um ato de realização; uma obrigação para com a sociedade e o Estado, mas também uma necessidade para o próprio indivíduo encarado como cidadão”.

O elogio ao trabalho também servia para apresentar que os desajustados, ociosos e marginais não eram bem quistos no processo de modernização da cidade. Assim, o trabalho aparece como antídoto para os problemas sociais por ser moralmente corretivo e economicamente produtivo, indo ao encontro das ideias instauradas durante o Estado Novo. Um ponto central desse período foi a educação e a disciplinarização do trabalhador em seu tempo livre, buscando, primordialmente, o trabalho nas indústrias. Por outro lado, também havia um movimento de posituação do labor que buscava dissociar de si o caráter aviltante e degradador, típico de uma sociedade escravista. Assim, era preciso incutir no cotidiano das pessoas o hábito do trabalho nobre e valoroso. Apesar de no período carnavalesco muitas atividades trabalhistas serem suspensas,²¹ nota-se que o discurso está pautado em noções que abarcam que o tempo e o espaço precisavam, portanto, ser controlados, os festejos necessitavam estar em consonância com as regras de “civilidade”, normalmente impostas pela atuação da polícia e do poder público, tal como visto nas fontes audiovisuais salientadas neste tópico. Dessa maneira, era uma ferramenta de controle transmitir o sentimento de estar debaixo de olhos atentos, vigilantes e cuidadores durante os momentos de divertimento.

21. “O trabalho no Carnaval: Rio, 10 (A. M.) – Comunica-nos o Departamento Nacional do Trabalho que o trabalho nos dias de domingo e terça-feira de Carnaval só é permitido nas atividades que por sua natureza ou conveniência pública não possam sofrer interrupção, assim compreendidas aquelas expressamente enumeradas na portaria N. S. Cm. 342, de 17 de agosto de 1940. Os infratores dessa determinação estão sujeitos às penalidades previstas na Consolidação das Leis de Trabalhos” (O TRABALHO... 1945, p. 2).

Assim, o tempo livre e as experiências vivenciadas nele recebem uma nova reordenação. O avanço da industrialização, da urbanização e da nova reorganização das leis trabalhistas proporcionaram outras configurações na forma de ocupação do tempo de não trabalho. Ângela de Castro Gomes (2005), ao analisar as relações de trabalho no período do Estado Novo, ressalta que o ato de trabalhar era associado a uma maneira de servir à pátria. Nesse sentido, o governo Vargas regulamentou a atividade trabalhista por meio da criação da carteira de trabalho (1932), da Justiça do Trabalho (1946), da instituição do salário-mínimo (1940) e do descanso semanal remunerado (1949). Na Constituição de 1937, o trabalho era tido como um dever de todos (artigo 136), e a desocupação era crime contra o próprio Estado (GOMES, 2005, p. 239). Portanto, as atividades ligadas aos divertimentos precisavam ser reguladas e controladas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seria pretensão minha articular conclusões categóricas sobre o que foi apreendido e o que pode vir a ser apreendido do conjunto de cinejornais dos quais tive contato, especialmente por se tratar de um acervo bastante fragmentado, não original e com materiais fílmicos com qualidades de som e imagem bem comprometidos. Contudo, foi possível observar, respeitando os limites do *corpus* do audiovisual, transformações históricas no que tange o carnaval em Juiz de Fora e ao próprio fazer fílmico da Carriço Filme. O material fílmico existente da empresa mineira possui um volume representativo sobre aspectos ligados às manifestações de lazer em Juiz de Fora no período de 1934 a 1956.

Nesse ínterim, os cinejornais da Carriço Filme assumem um papel de destaque na profusão ideológica do conceito de modernidade juiz-forana. Ao promoverem o registro e a divulgação da imagem de uma Juiz de Fora higienista, moderna e ordeira, vão ao encontro dos anseios ensejados pelos movimentos do Estado Novo. Dessa maneira, a produtora mineira forjou o próprio espetáculo midiático em consonância com os interesses da estrutura de poder vigente no país e no município. Aliás, esse era um papel central para muitos produtores de cinejornais, pois esse mecanismo foi amplamente usado pelo governo Vargas para angariar a simpatia do povo e cultivar o amor à pátria.

REFERÊNCIAS

ARANTES. H. S.; MUSSE, C. F. **Memórias do cineclubismo**: a trajetória do CEC – Centro de Estudos Cinematográficos de Juiz de Fora. São Paulo: Nankin; Juiz de Fora, Funalfa, 2014.

BARROS, C. S. **Eletricidade em Juiz de Fora**: modernização por fios e trilhos (1889-1915). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

CINEMATECA BRASILEIRA. **Cinejornal Carriço**. São Paulo: BC Gráfica/Editora, 2001.

FAZOLATTO, D. Juiz de Fora: primeiros tempos. In: FAZOLATTO, D. **Juiz de Fora**: história, texto e imagem. Juiz de Fora: FUNALFA, 2004.

GALDINO, M. da R. Minas Gerais: ensaio de filmografia. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1983.

GOMES, A. de C. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

JUIZ DE FORA. **Lei nº 588, de 28 de outubro de 1953**. Insitui auxílio a Carriço Filme de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Câmara Municipal de Juiz de Fora, 1953. Disponível em: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/norma.php?t=0&njn=588&njc=&njt=LEI>. Acesso em: 3 jul. 2021.

JUIZ DE FORA. **Lei nº 439, de 20 de novembro de 1951**. Concede subvenções a instituições de caráter Assistencial e Educacional. Juiz de Fora: Câmara Municipal de Juiz de Fora, 1951. Disponível em: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/norma.php?t=0&njn=439&njc=&njt=LEI>. Acesso em: 3 jul. 2021.

JUIZ DE FORA. **Lei nº 243, de 4 de janeiro de 1950**. Concede auxílio a diversas Instituições. Juiz de Fora: Câmara Municipal de Juiz de Fora, 1950a. Disponível em: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/norma.php?t=0&njn=243&njc=&njt=LEI>. Acesso em: 3 jul. 2021.

JUIZ DE FORA. **Lei nº 333, de 8 de dezembro de 1950**. Concede auxílio a diversas Instituições. Juiz de Fora: Câmara Municipal de Juiz de Fora, 1950b. Disponível em: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/norma.php?t=0&njn=333&njc=&njt=LEI>. Acesso em: 3 jul. 2021.

JUIZ DE FORA. **Lei nº 102, de 3 de dezembro de 1948**. Concede auxílio a diversas Instituições. Juiz de Fora: Câmara Municipal de Juiz de Fora, 1948. Disponível em: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/norma.php?t=0&njn=102&njc=&njt=LEI>. Acesso em: 3 jul. 2021.

LENHARO, A. **Sacralização da política**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986.

LEUTRAT, J-L. Uma relação de diversos andares: cinema & história. **Imagens: Cinema 100 anos**, n. 5, p. 28-33, ago./dez. 1995.

LINO, S. C. Cinematographo: doença da moda. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 90-103, jan./jun. 2009. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/dossie05_2009.pdf. Acesso em: 8 fev. 2018.

MARTIN, M. **A linguagem cinematográfica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.

MAZZOLENI, A. **O ABC da linguagem cinematográfica**. Avanca, Portugal: Edições Cine-Clube de Avanca, 2005.

MELO, L. A. R. **Cinema independente**: produção, distribuição e exibição no Rio de Janeiro (1948-1954). 2011. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

MIRANDA, S. R. **Cidade, capital e poder**: políticas públicas e questão urbana na Velha Manchester Mineira. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

MORETTIN, E. V. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. **História: Questões e Debates**, Curitiba, v. 38, n. 1, p. 11-42, 2003. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2713>. Acesso em: 3 fev. 2019.

MUSSE, C. F. **Imprensa, cultura e imaginário urbano**: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora. Juiz de Fora (MG): Nankin; Funalfa, 2008.

MUSEU do Crédito Real. **Secretaria de Estado de Cultura e Turismo**, 2019. Disponível em: <https://www.secult.mg.gov.br/instituicoes/museus/museu-credito-real>. Acesso em: 20 dez. 2019.

NAPOLITANO, M. A história depois do papel. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2011

OLIVEIRA, P. de. **História de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Companhia Dias Cardozo, 1966.

PANDOLFI, D. C. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PEREIRA, F. C. A. **Uma nova versão**: análise dos elementos de ficção presentes nos cinejornais de João Gonçalves Carriço. 2011. Dissertação (Mestrado em Artes) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

PIRES, A. J. **Café, finanças e bancos**: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930. 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ROCHA, A. M. da. **Cinejornalismo brasileiro**: uma visão pelas lentes da Carriço Film. Juiz de Fora: Funalfa, 2008.

ROSENFELD, A. **Cinema arte e indústria**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

SILVA, L. G. A.; CERQUEIRA, F. V. As Pranteadoras no túmulo dos Tostes. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA ARTE, 13., 2014, Pelotas. **Anais [...]**. Pelotas: UFPEL, 2014. v. 4, p. 1-19.

SIMIS, A. **Estado e cinema no Brasil**. São Paulo: Annablume, 1996.

SIRIMARCO, M. **João Carriço, o amigo do povo**. Juiz de Fora: Funalfa, 2005.

TIETZMANN, R.; ROSSINI, M. de S. De volta para o passado: o audiovisual de acontecimento contemporâneo. In: BENEVENUTO JR, Á.; STEFFEN, C. Tecnologia, pra quê? Os impactos dos dispositivos tecnológicos no campo da comunicação. Porto Alegre: Armazém Digital, 2012.

XAVIER, I. O olhar e a voz: a narração multifocal do cinema e a cifra da história em São Bernardo. **Literatura e Sociedade**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 126-138, 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/lis/article/view/13886>. Acesso em: 23 abr. 2021.

XAVIER, I. Sétima arte: um culto moderno. São Paulo: Perspectiva: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.

Referências de jornal

CINEARTE. Rio de Janeiro, ano 12, n. 459, p. 8, 15 mar. 1937.

EMPRESA Germano Alves, Grande companhia de variedades. **Jornal o Paiz**, Rio de Janeiro, n. 4.668, p. 8, 15 jul. 1897. (Propaganda).

GOMES, L. Aí vem o carnaval. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 4 mar. 1943. Nótulas, p. 2.

GRANDE Companhia de Variedades Empresa Germano Alves. **O Pharol**, Juiz de Fora, n. 92, p. 3, 22 jul. 1897. (Propaganda).

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, p. 1, 7 set. 1939.

O CINEMA brasileiro já pode e deve ser considerado como uma força produtora do país. **O Jornal**, Rio de Janeiro, n. 5.129, p. 11, 10 mar. 1936.

O DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, n. 120, p. 9, 24 maio 1938.

O IMPARCIAL. São Luís, n. 6.802, p. 7, 31 dez. 1939.

O TRABALHO no carnaval. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, n. 9.688, p. 2, 11 fev. 1945

SERÁ filmado o carnaval de Juiz de Fora. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, n. 6.861, p. 2, 9 fev. 1934.

O ESPORTE UNIVERSITÁRIO NA CAPITAL DA REPÚBLICA, 1933-1941

Vitor Lucas de Faria Pessoa

Cleber Dias

O papel de instituições educacionais para o desenvolvimento histórico dos esportes tem sido enfatizado pela bibliografia especializada (MANGAN, 1981; O'HANLON, 1982; NETO, 2002). Não obstante, ainda são poucas as pesquisas sobre a história do envolvimento de instituições universitárias e seus estudantes com esportes no Brasil (LINHARES, 2009; STAREPAVO, 2006; STAREPRAVO, et. al., 2010). Nesse contexto, o objetivo desse artigo é analisar a história do esporte universitário no Brasil entre 1933 e 1941.

Com esse propósito, consultamos o acervo digitalizado da Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde identificamos centenas de notícias direta ou indiretamente relacionadas ao assunto, publicadas em jornais e revistas de vários estados desde 1905. Neste artigo, porém, analisamos apenas o material relativo ao período entre 1933 e 1941, que coincide com a criação das três primeiras federações estaduais de esporte universitário, além de uma confederação que reuniu todas essas federações e mais outros grêmios estudantis, centros acadêmicos e associações atléticas de outras regiões.

Mais especificamente, a partir de 1933, registraram-se as primeiras iniciativas para criação de instituições esportivas universitárias no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, que foram as primeiras regiões brasileiras a terem também universidades propriamente ditas, reunindo, nessa época, pouco mais de 76% do total de estudantes de nível superior do Brasil (BRASIL, 1950, p. 85-87). O ano de 1941, por outro lado, oferece uma data conveniente para delimitar o período que encerra esta análise, na medida em que acontecimentos daquele ano assinalam o fim de uma forma de organização do esporte universitário, marcada, até então, pelo engajamento dos próprios estudantes na criação e direção de associações esportivas. Desse momento em diante, contudo, por meio do decreto-lei nº 3.617, de 15 de setembro de 1941, que entre outras providências criou a Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU), as entidades esportivas criadas antes pelos estudantes foram substituídas por instituições controladas pelo Estado – totalmente em conformidade ao que se fazia em outras esferas de atuação no período.

Era o Estado, em todo o caso, que se tornava o principal agente de regulação, fomento e organização dos esportes universitários.

Apesar do pioneirismo e da relevância da atuação das federações esportivas universitárias do Rio de Janeiro e de São Paulo, acontecimentos de outras partes foram também importantes, dado que em diferentes medidas se articularam com a mobilização estudantil que se desenrolou ao longo da década de 1930 e que tinha ambições de abrangência nacional – embora, na prática, tivesse um escopo mais reduzido. Nesse sentido, a abrangência das nossas análises, bastante confinadas ao Rio de Janeiro e São Paulo, apenas refletem os limites documentais e históricos do próprio objeto de pesquisa. Acontecimentos de outras regiões foram levados em conta tanto quanto possível.

A EMERGÊNCIA HISTÓRICA DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO NO BRASIL A PARTIR DO ASSOCIATIVISMO ESTUDANTIL NO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO

A primeira federação de esporte universitário do Brasil foi criada em 1933, no Rio de Janeiro. Tratava-se da Federação Atlética de Estudantes (FAE) (UM GRANDE..., 1933). A entidade foi responsável por organizar vários campeonatos esportivos entre centros acadêmicos e grêmios estudantis do Rio de Janeiro ao longo da década de 1930. Sua sede funcionava na Casa do Estudante do Brasil (fundada em 1929). Em 1934, em São Paulo, foi criada a Federação Universitária Paulista de Esportes (FUPE), fundada por meio de uma assembleia que teria reunido representantes de todos os centros acadêmicos de São Paulo (COMO SERÁ..., 1935). Tal como a entidade do Rio de Janeiro, a FUPE foi a instituição responsável por gerir e incentivar todo o esporte universitário em São Paulo ao longo da década de 1930. Por volta de 1938, já existia também uma Federação Universitária Mineira de Esportes (FUME) (SOB O PATROCÍNIO..., 1938, p. 8), sobre a qual dispomos de menos informações.

Essas federações organizavam competições esportivas regulares de várias modalidades, geralmente utilizando instalações esportivas de clubes. Algumas delas tinham repercussão bastante positiva, sendo frequentemente retratadas pelas imprensas locais como “competições atléticas férteis”, eventos de “extraordinário êxito”, “lutas esportivas gigantescas e emocionantes” (cf. ATLETISMO, 1934, p. 6; O ESPORTE UNIVERSITÁRIO, 1934, p. 6; OS PAULISTAS..., 1935, p. 4). De modo geral, a relação entre estudantes e imprensa era bastante positiva. Favorecia a situação a atuação de estudantes envolvidos com a direção de entidades esportivas universitárias, como como foi o caso de Cid Navajo e José Gomes Talarico, que trabalharam no jornal *Correio Paulistano*. Além disso, tanto por enxergarem nos esportes um veículo relevante para a educação, quanto por verem

nessas práticas boas oportunidades comerciais, havia também certa disposição dos jornais em tomar para si a missão de incentivar e divulgar a prática esportiva, o que beneficiava algumas instituições esportivas, incluindo a de estudantes de ensino superior.

Nesse momento, nenhuma dessas instituições contava com auxílio financeiro *regular* do Estado ou das universidades. Tal situação, inclusive, frequentemente foi objeto de críticas e reclamações de estudantes ou jornalistas (BAILE UNIVERSITÁRIO..., 1936). Convites para participações em competições esportivas estudantis internacionais, como os VI Jogos Internacionais Universitários, realizados pela União Esportiva Universitária da Hungria, em 1935, em Budapeste, não podiam ser atendidos por simples falta de recursos para custear as despesas (O BRASIL AUSENTE..., 1935).

Como alternativa, uma das maneiras de arrecadar fundos para organização ou participação em competições esportivas era a realização de festas. Federações esportivas universitárias ou associações atléticas podiam, inclusive, dispor de “departamentos sociais” especialmente dedicados a organização de festas e bailes. Outra alternativa era solicitar apoio financeiro eventual a autoridades políticas. Nesse sentido, é notável a relativa facilidade com que estudantes tinham acesso a reitores, embaixadores, prefeitos, secretários de Estado, governadores, ministros e até ao presidente da República, como veremos em alguns exemplos mais adiante. Naquele contexto, estudantes de cursos superiores, em sua grande maioria, eram filhos das famílias das elites econômicas e políticas. Em 1940, quando 67% da população brasileira era analfabeta, menos de 1,5% dos que recebiam alguma instrução escolar estavam no ensino superior (BRASIL, 1950, p. 1 e 87). O caráter elitista dessas instituições as tornavam espaços importantes para articulação política, especialmente no período analisado aqui, quando a juventude seria vista como pedra angular para o futuro da nação.

Assim, o início do processo de organização institucional de esportes universitários no Brasil, donde a fundação de federações esportivas universitárias estaduais é um dos principais elementos, aparece como o desdobramento de ações mais dispersas e um pouco menos organizadas desenvolvidas desde antes. Pois antes ainda de se estruturarem federações, o esporte universitário era já organizado no interior dos grêmios estudantis, centros acadêmicos e associações atléticas. A realização de competições esportivas entre equipes de diferentes faculdades, seguidas, em alguns casos, pela criação de federações estaduais que tentavam congregar equipes esportivas de estudantes antes dispersas, facilitou o paulatino surgimento de um *circuito nacional de esportes universitários*, que deve ser visto como um esforço deliberado para a articulação e sistematização de competições locais e interestaduais que já aconteciam desde antes, só que de maneira irregular. Federações responsáveis pela organização de competições esportivas entre estudantes de

diferentes regiões foram o resultado da realização e da iniciativa dos próprios estudantes, que por meio de artigos em jornais ou declarações à imprensa, explicitamente enfatizaram suas ambições de criar um espaço para articulações e intercâmbios estudantis. É nesse sentido que o surgimento de um circuito nacional de esportes universitários aparece como consequência de um esforço deliberado dos próprios estudantes.

É a partir do momento em que são criadas federações universitárias que o esporte universitário toma proporções propriamente nacionais, apesar das suas discrepâncias regionais – pois havia mesmo uma heterogeneidade regional nos níveis de organização e desenvolvimento esportivo em instituições de ensino superior nos diferentes estados. De todo modo, dos meados da década de 1930 em diante, nota-se uma ampliação do engajamento em favor das práticas esportivas dentro das instituições brasileiras de ensino superior. A partir desse momento, aumentaram a abrangência e o alcance geográfico das competições esportivas universitárias, bem como suas regularidades. A criação das primeiras federações estaduais foi certamente um dos facilitadores desses processos, uma vez que ampliaram oportunidades de intercâmbio esportivo dentro de uma mesma cidade, facilitando também, pouco depois, confrontos esportivos interestaduais.

A FUPE cumpriu um papel importante nesse processo, especialmente a partir do momento em que organizou, em 1935, a I Olimpíada Universitária Brasileira, cujo objetivo, segundo divulgou o jornal *Correio de São Paulo*, era promover “aproximação mais intensa dos estudantes dos cursos superiores” (A 1 OLYMPIADA..., 1934, p. 4). Cerca de 500 estudantes do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Pernambuco participaram das competições de tênis, polo aquático, basquete, esgrima, remo, natação, atletismo e futebol, realizadas entre o fim de março e o começo de abril daquele ano. O evento contou com o apoio de importantes figuras políticas do governo de São Paulo, como o secretário da educação, Cantídio de Moura Campos, que decretou “feriado olímpico” no Estado, suspendendo as aulas em todos os estabelecimentos de ensino superior de São Paulo (OS FLUMINENSES..., 1935). Em retribuição ao apoio, dirigentes da FUPE homenagearam o secretário após o término das competições, presenteando-lhe, em seu gabinete, com uma medalha de prata. O secretário teria se comovido, agradecendo e prometendo trabalhar para o engrandecimento da FUPE e da campanha de difusão do esporte universitário (A FEDERAÇÃO..., 1935). De fato, confirmando expectativas dos organizadores, o evento pareceu ter servido bem aos propósitos de disseminar a prática de esportes entre estudantes, além de funcionar como espaço privilegiado para intercâmbios acadêmicos.

Pouco mais de três anos depois, entre 16 e 24 de julho de 1938, realizou-se, em Belo Horizonte, por iniciativa da FUME, os I Jogos Universitários de Minas Gerais. O evento

foi não apenas apoiado pelo governo estadual, como foi também “tornado oficial”, isto é, assimilado como oferta e responsabilidade do poder público estadual. Na abertura do evento, que se realizou através de um grande desfile de atletas-estudantes, estiveram presentes várias autoridades políticas de Minas Gerais, além do presidente da república. Aproximadamente 600 estudantes, de 22 escolas superiores de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro participaram das competições de futebol, basquete, vôlei, atletismo, natação e tênis que se seguiram naqueles dias. A justificativa formal que se apresentava para a iniciativa era a de acentuar intercâmbios estudantis capazes de fomentar o ambiente cultural brasileiro. Desde logo havia a ambição dos estudantes de discutir, durante as competições, os planos para uma nova “olimpíada universitária brasileira” (SOB O PATROCÍNIO..., 1938, p. 8).

Em 1939, entre os dias 10 e 17 de dezembro, confirmando expectativas dos que estiveram envolvidos com as competições dos dois anos anteriores, em São Paulo e em Belo Horizonte, realizou-se a II Olimpíada Universitária Brasileira, novamente em São Paulo, apesar dos dirigentes da FUPE terem apelado, sem sucesso, para que federações ou grêmios estudantis da Bahia, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais realizassem a competição (ESPORTE UNIVERSITÁRIO, 1937). Uma das consequências mais importantes desta II Olimpíada Universitária foi a criação de uma instituição de caráter nacional, destinada a coordenação de diferentes federações esportivas universitárias estaduais – algo cuja idealização parece ter se iniciado no ano anterior, durante plenárias de um congresso estudantil, realizado no Rio de Janeiro (UMA ASPIRAÇÃO..., 1938). A realização prática dessas aspirações, porém, aconteceu em agosto de 1939, durante o Congresso Universitário de Esportes, realizado solenemente no Palácio Campos Elíseos, sob patrocínio da presidência da república e do interventor federal em São Paulo, Adhemar de Barros, como parte dos preparativos da II Olimpíada Universitária, que logo se iniciaria (em dezembro daquele ano). Nesta ocasião, foi fundada a Confederação Universitária Brasileira de Esportes (CUBE), que teria sede em São Paulo e a pretensão de centralizar toda a organização do esporte universitário do país.

De certo modo, o crescimento do engajamento com esportes universitários era resultado do próprio crescimento da mobilização estudantil ao longo da segunda metade da década de 1930. Nessa época, os estudantes desencadearam uma série de iniciativas para a consolidação nacional da organização estudantil. Uma das mais importantes foi a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937, que era uma espécie de evolução ou desdobramento do Conselho Nacional do Estudante (criado em 1935).

Afora a própria mobilização dos estudantes, cujas iniciativas conseguiam envolver mais de uma centena de instituições estudantis espalhadas por todo o país, o contexto

político da época é outro fator muito importante nesse processo. Com efeito, o crescimento da mobilização estudantil coincide com o crescimento da intervenção governamental em várias esferas de atuação, incluindo o associativismo estudantil. Em diversas ocasiões, autoridades e lideranças políticas do governo deixaram bastante claro que estavam “interessados” nos assuntos estudantis (MAIS UMA SESSÃO..., 1935, p. 3). Na verdade, a própria criação da UNE teria sido estimulada pelo Estado (DULLES, 1984). Por outro lado, fosse por pressão ou por vontade própria, lideranças estudantis colaboraram com ações do governo. Explícita proibição de discussão de temas políticos em encontros estudantis a partir de 1937 é uma indicação das pressões que cercavam as organizações estudantis (CONSELHO NACIONAL DE ESTUDANTES, 1937). Além disso, ao menos desde 1937, precisamente no momento em que a mobilização estudantil parece se intensificar, ao mesmo tempo em que os esforços do governo federal para centralização do poder também se acentuavam, decisões de plenárias de encontros estudantis eram apresentadas a autoridades políticas (SERÁ PRECISO..., 1940). Daí em diante, o apoio financeiro a encontros estudantis seria constante, bem como a presença de prefeitos, interventores estaduais, Ministros ou até do presidente.

Diversas crises políticas ao longo da década de 1930 (Revolução Constitucionalista, Levantes Comunistas, rebeliões de soldados, a criação da Aliança Nacional Libertadora e greve de trabalhadores) acabaram servindo de pretexto para um esforço governamental mais organizado em favor da tentativa de disciplinar comportamentos. Ao lado dos trabalhadores, a juventude ou a “mocidade”, como se dizia na época, estiveram entre os grupos mais privilegiados desta nova atuação política do Estado. Em 1938, Francisco Campos, Ministro da Justiça e um dos mais importantes ideólogos do Estado Novo, sugeriu a criação de uma “Organização Nacional da Juventude”, de âmbito nacional e de caráter paramilitar, inspirada em iniciativas semelhantes da Alemanha nazista e da Itália fascista. De acordo com a proposta inicial de Francisco Campos, esta ampla organização deveria dirigir todas as instituições de jovens do país. A proposta, contudo, encontrou oposições entre membros do próprio governo, o que inviabilizou sua efetivação. Em seu lugar, criou-se, em 1940, a “Juventude Brasileira”, sem traços militares e voltada apenas para o cultivo de sentimentos de patriotismo (BOMENY, 1999).

Em última instância, iniciativas desse tipo tinham por fim criar e difundir uma utopia de unidade, que pretendia diluir divergências (regionais ou políticas) e impor princípios uniformes de disciplina e pensamento. O discurso de Francisco Campos durante a cerimônia da queima das bandeiras estaduais, em novembro de 1937, é bastante revelador nesse sentido – tanto pelas palavras quanto pelo próprio ritual de queimar bandeiras estaduais. Segundo palavras dele, “o Brasil é uma só pátria e não há lugar para outro pensamento

que não seja o pensamento do Brasil” (PARADA, 2009, p. 35). O sentido geral do que se pretendia, portanto, era a primazia do consenso, em detrimento de quaisquer possibilidades de dissensos.

Uma vez que parte importante dos fundamentos ideológicos que justificavam as ações governamentais do Estado Novo conjugava preocupações com a juventude e com a difusão moral de um civismo nacionalista a ser edificado ao redor de um só ideal, além de questões ligadas à eugenia, ao fortalecimento da raça e à preparação militar de futuros soldados, a intervenção nos esportes acabou por se tornar um elemento fundamental dessas concepções, que já se anunciavam desde antes. Durante o Estado Novo, ações governamentais ligadas à educação física e aos esportes estiveram mesmo em primeiro plano (HORTA, 2012; PARADA, 2009). Nesse período, o governo esteve deliberadamente empenhado em assumir o controle sobre a organização dos esportes.

Alguns estudantes logo começaram a se envolver ativamente nesse processo. Em certa medida, o controle estatal das instituições esportivas estudantis, cujas primeiras iniciativas começaram por volta de 1937 e se concretizaram em 1941, com o decreto-lei que criou a CBDU, que substituiu a antiga CUBE, foi uma demanda dos próprios estudantes, que além de eventuais afinidades ideológicas com os motivos pelos quais o Estado pretendia assumir o controle dos esportes, pareciam enxergar aí vantagens mais imediatas. A expectativa de obter “auxílio moral e material do governo” foi muitas vezes anunciada explicitamente como motivação para apoiar a “oficialização do esporte universitário” – que era a forma como se falava do processo de controle estatal das associações esportivas universitárias. Nesse sentido, discursos sobre “intercâmbio acadêmico”, “cooperação intelectual” e “congraçamento da classe estudantil” (cf. A 1 OLYMPIADA..., 1934, p. 4; SOB O PATROCÍNIO..., 1938, p. 8), que marcaram justificativas declaradas de competições esportivas universitárias até os meados da década de 1930, aproximadamente, logo começaram a ser substituídos por uma retórica que afirmava tais ocasiões como oportunidades ótimas para a “disciplina do espírito de sacrifício”, para a “congregação da raça para a felicidade da pátria” ou para a “reafirmação da grandeza da nacionalidade” (cf. A MOCIDADE UNIVERSITÁRIA, 1941, p. 14; COLLEGAS DE TODO O BRASIL..., 1939, p. 8), inteiramente de acordo com a gramática e o ideário que orientava as ações do Estado Novo.

As linhas gerais do decreto-lei que submeteu a organização esportiva universitária ao controle do Estado, apenas reproduziu um anteprojeto elaborado antes pelos próprios estudantes, já visando a “oficialização” da CUBE. Esse anteprojeto foi discutido em assembleias estudantis ao menos três vezes entre 1939 e 1941. Em 1940, um ano antes, portanto, da promulgação do tal decreto-lei, seriam quatro os pontos que interessariam

aos universitários nesse processo, segundo Cid Navajas, secretário-geral da FUPE: 1) a necessidade de licenças para o universitário participar de campeonatos de outras entidades esportivas que não fossem estudantis; 2) a mudança do nome da Confederação Universitária Brasileira de Esportes para Confederação Brasileira de Desportos Universitários; 3) a mudança da sede da Confederação de São Paulo para o Rio de Janeiro; 4) o auxílio moral e material do governo (SERÁ PRECISO..., 1940).

Apesar deste protagonismo estudantil, a forma como vários jornais repercutiram a decisão tendeu a apontar, recorrentemente, para o presidente Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, o onipresente Ministro de Educação e Saúde da época, como os únicos e principais responsáveis pela medida. A censura a que os jornais estavam submetidos nesse período deve ter condicionado o modo de noticiar tais acontecimentos. Implícita ou explicitamente, órgãos de censura como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) tentavam inibir críticas ao governo, ao mesmo tempo em que facilitavam o funcionamento das redações dos jornais que se mostrassem mais condescendentes (CAPELATO, 2012). Precisamente nesse sentido, a cobertura da imprensa sobre a “oficialização” dos esportes universitários tendeu a destacar os aspectos positivos desse processo, que teriam empolgado, conforme se dizia, “todos os setores do país” (PALAVRA... 1941, p. 8). De acordo com o vocabulário empregado pelos jornais da época, os esportes, afinal, eram “poderosos” e “magníficos” veículos de educação moderna, cujos benéficos efeitos não deveriam, por isso mesmo, estar confinados apenas aqueles que quisessem praticá-los (COMENTÁRIOS, 1941, p. 2).

De fato, parecia haver uma aprovação mais ou menos generalizada a medidas que tornassem obrigatória a prática de esportes em universidades, como o faria o decreto-lei 3.617. Esta retórica, que celebrava a “oficialização” das entidades esportivas universitárias, estava inteiramente de acordo com as teleologias do Estado Novo, que tentavam disseminar discursos de uma nova identidade nacional, fortemente orientada por e para o pertencimento patriótico, onde os jovens seriam peças fundamentais para o aperfeiçoamento da raça brasileira (para uma análise sobre as teleologias do Estado Novo, ver PARADA, 2009).

Todavia, apesar da ampla aprovação de que realmente parecia gozar, o processo de “oficialização do esporte universitário” não esteve imune a tensões. Cisões e disputas por vezes dividiam o universo esportivo e estudantil da época. No momento mesmo de fundação da CUBE, em 1939, estudantes-esportistas do Rio de Janeiro e de São Paulo divergiram sobre o local onde deveria funcionar a sede da recém-criada instituição. No final, predominou a vontade dos paulistas de ter em São Paulo a sede da nova instituição. Além disso, houve também desentendimentos a respeito da instituição brasileira que estaria representada junto a Confederação Internacional de Estudantes. Inicialmente, ao

que parece, a Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, era a instituição quem esteve vinculada àquela organização. No entanto, com a fundação da CUBE, um impasse se instituiu a esse respeito. Parece ter havido pressões para a Casa do Estudante reconhecer o monopólio da recém-criada Confederação na representação do Brasil junto a instituições internacionais, o que não aconteceu de início, porém. Apenas com a “pacificação do esporte universitário”, a Casa do Estudante do Brasil cedeu e transferiu para a CUBE a filiação junto a Confederação Internacional de Estudantes (PACIFICAÇÃO..., 2 de julho de 1940).

Como resultado de tais divergências, a FAE, do Rio de Janeiro, desvinculou-se da CUBE pouco depois da sua fundação, apesar de ter sido uma de suas fundadoras. Em contrapartida, em abril de 1940, durante mais uma Olimpíada Universitária, que se realizou em São Paulo (era já a terceira), anunciou-se a fundação de uma nova federação de esportes universitários no Rio de Janeiro. A Federação Universitária Carioca de Esportes, como deveria se chamar a nova entidade, criada com apoio dos presidentes da FUPE e da recém-criada CUBE, seria presidida pelo estudante de medicina Neder João Neder e funcionaria como um departamento esportivo do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Brasil, que neste momento era presidido pelo mesmo João Neder (COM A MESMA..., 1940). Ao que parece, a iniciativa não se concretizou. Mesmo assim, uma polêmica instalou-se no meio esportivo e estudantil.

Pouco depois, Virgílio Pires de Sá, estudante de direito que acabara de ser eleito presidente da FAE, escreveu artigo no *Jornal do Brasil*, onde defendia a Federação do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que insinuava acusações a outras instituições estudantis. Os alvos implícitos de suas críticas eram os estudantes e as instituições esportivas de São Paulo. Nas palavras dele, a história da FAE caracterizava-se pelo “labor desinteressado e modesto”, “sem auxílio financeiro algum”, fez questão de destacar, sempre cumprindo com orgulho sua missão e enfrentando “várias vezes dificuldades bem sérias”. Além disso, concluía, os estudantes que dirigiram a FAE sempre teriam nutrido orgulho por nunca terem permitido que a instituição se tornasse, nas palavras dele, uma “entidade de cavação”, isto é, um espaço que servisse de oportunidades para ganhos de benefícios diretos ou indiretos. Segundo ele disse:

Todos os seus dirigentes foram sempre verdadeiros estudantes e jamais algum deles se apegou na direção de qualquer cargo para satisfazer interesses pessoais, antes ou depois de formados, ou de terem abandonado as fileiras estudantis. Nunca serviu para apoiar pretensas organizações onde os interesses pessoais de seus dirigentes se delineiam, nitidamente, em detrimento da classe (INJUSTAS..., 1940, p. 12).

Em meio a uma crise institucional que afetava a FAE, que era acusada de inoperante e em pouco mais de um ano alternou três presidentes, o que indicava certa instabilidade, o

artigo de Virgílio escancarava tensões latentes entre esportistas universitários. De fato, em comparação com a situação do Rio de Janeiro, a FUPE, cujos quadros foram os principais articuladores também da CUBE, desde a sua fundação contou com muito mais recursos e apoios do governo estadual e até do federal.

Por razões e caminhos que não estão claros, quase imediatamente depois, ainda em abril de 1940, o presidente da CUBE, o acadêmico de São Paulo José Gomes Talarico, publicou um artigo no *Jornal do Brasil* comunicando a reintegração da FAE aos quadros da Confederação, no que foi chamado de “pacificação dos esportes universitários”, processo aparentemente delicado, a ponto de envolver pessoalmente as figuras de Getúlio Vargas, Gustavo Capanema e Luiz Aranha (presidente da Confederação Brasileira de Desportos), o que apenas reforça a importância que os esportes universitários tinham para o primeiro escalão do governo, bem como as relações de alguns esportistas-estudantes com esse grupo (PACIFICAÇÃO..., 27 de abril de 1940). Para celebrar o reinício das relações entre as duas entidades, a CUBE ofereceu apoio financeiro para realização de partidas de basquete entre equipes acadêmicas de São Paulo e do Rio de Janeiro contra um selecionado argentino, que aconteceria na inauguração do estádio do Pacaembu.

Com a “pacificação dos esportes universitários”, o caminho para a congregação dos esportistas-universitários brasileiros com as prerrogativas governamentais e ideológicas do Estado Novo estava definitivamente pavimentado, o que ajuda a explicar o empenho com que o governo se envolveu com o assunto. Depois disso, eventuais divergências e oposições para a “oficialização” do esporte universitário foram diluídas. Em princípios de novembro de 1940, aproximadamente seis meses depois da “pacificação”, um novo Congresso Universitário de Esportes, realizado, dessa vez, na Escola Nacional de Música, no Rio de Janeiro, com o propósito de iniciar a organização de mais uma Olimpíada Universitária Brasileira, que se planejava acontecer no Rio de Janeiro, discutiu também o “anteprojeto de regulamentação do esporte universitário”, que conforme noticiou um jornal de São Paulo, deveria estar “perfeitamente organizado dentro das diretrizes traçadas pelo governo” (DE TUDO UM POUCO, 1940, p. 8).

Apesar das intenções, aquela Olimpíada Universitária Brasileira acabou se realizando novamente em São Paulo, em junho de 1941.¹ Em setembro daquele ano, a “oficialização dos esportes universitários” finalmente se tornaria realidade, com a promulgação do decreto-lei nº 3.617. Com isso, o elemento fundamental para a organização inicial dos esportes universitários no Brasil se transformou muito significativamente. Possibilidades de profissionalização do esporte universitário, que eram ventiladas por algumas pessoas

1. Foi quando se adotou o nome “Jogos Universitários Brasileiros”, aplicado, inclusive, para as competições realizadas anteriormente e utilizado até os dias de hoje.

na época (cf. RODRIGUES, 1941), foram definitivamente deixadas de lado, uma vez que a sua “oficialização” impunha o amadorismo como condição. A sede da antiga CUBE, já renomeada como CBDU, fora transferida de São Paulo para o Rio de Janeiro, mais próximo da sede do poder político federal, mas mais distante do principal centro esportivo universitário da época. O associativismo civil manejado pelos próprios estudantes, deu lugar a uma organização inteiramente subordinada ao Estado, que lhe financiava e lhe ditava as diretrizes. Depois disso, as organizações esportivas universitárias passaram tão somente a representar valores e aspirações políticas do Estado Novo – que durou até 1945.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um certo consenso historiográfico no Brasil de que iniciativas do poder público teriam sido fundamentais para a organização dos esportes no país depois de 1930 (BUENO, 2009; COUTO, 2014; DRUMOND, 2014; LINHARES, 1996; 2009; MANHÃES, 1986). Esta é uma conclusão geral acertada e nossa análise a confirma em grande medida. Em sentido ligeiramente diferente, porém, divergindo parcialmente deste consenso, nossa interpretação aqui, tomando o esporte universitário como exemplo, também aponta para outros agentes que não apenas o Estado nesse processo. Segundo nossa interpretação, o associativismo civil protagonizado pelos próprios estudantes foi um dos principais fatores para o desenvolvimento inicial do esporte universitário no Brasil, ao menos até 1941.

O início da prática esportiva universitária no Brasil, ao longo de quase quatro décadas, ocorreu sem a intervenção direta do Estado, embora o poder público tenha oferecido apoio financeiro eventual para a realização de algumas competições esportivas entre estudantes. De modo geral, no entanto, o esporte universitário era arranjado por iniciativa e por meio da organização dos próprios estudantes. Por todo esse período, o associativismo estudantil esteve mesmo no centro da consolidação do esporte universitário no Brasil. A realização de competições, a criação de federações estaduais, bem como a gestão dessas entidades, que não contavam com apoio financeiro ou administrativo regular de governos, foram única e exclusivamente iniciativa dos próprios estudantes. Eram os estudantes, em suma, quem atuavam como os principais protagonistas do esporte universitário. Mesmo o processo de envolvimento do Estado com o esporte universitário entre as décadas de 1930 e 1940 foi em grande medida agenciado pelos estudantes. Fosse por força de convicções ideológicas ou por mera conveniência oportunista, foram os estudantes que dirigiam associações esportivas universitárias quem reivindicaram e trabalharam deliberadamente para obter o apoio estatal em favor de suas organizações. Em última instância, sem o protagonismo estudantil, o esporte universitário não teria se desenvolvido a ponto de ser útil e relevante para a agenda política do governo. Nesse sentido, não podemos limitar a análise histórica

do esporte universitário brasileiro apenas ao ponto de vista dos agentes estatais, sob o risco de silenciar outros atores que foram fundamentais para o desenvolvimento dessas práticas.

Todavia, com tudo isso, também não seria adequado simplesmente negar a participação e a influência do poder governamental sobre o esporte universitário, especialmente depois de 1937, quando a escalada centralizadora e autoritária do governo de Vargas, iniciado em 1930, atinge novo patamar com o Estado Novo. Desse momento em diante, um esforço governamental para utilização política dos esportes em favor dos objetivos programáticos e ideológicos do Estado ganha contornos mais claros e enfáticos. No entanto, não houvesse aí toda uma mobilização prévia e um aparato institucional já disponível, dificilmente esta apropriação teria sido possível. Na verdade, não fosse a atuação voluntária de estudantes em favor dos esportes nas instituições de ensino superior durante os anos anteriores a esse processo, sequer haveria o que ser apropriado.

Nesse sentido, a emergência histórica dos esportes universitários no Brasil não ocorreu repentinamente. Ao contrário, tratou-se do lento acúmulo de experiências ao longo de um período que se estendeu por décadas e que acabou por sedimentar a própria noção de esporte universitário. Nesse longo processo, o associativismo civil foi um fator fundamental. Estudantes e suas associações não foram agentes passivos diante de poderes governamentais absolutos. A vontade política do Estado não foi o único dínamo para o desenvolvimento histórico do esporte universitário no Brasil, em que pese sua importância, mais notável, mesmo assim, apenas a partir de meados da década de 1930.

REFERÊNCIAS E FONTES

A 1 OLYMPIADA Universitária será realizada em fins de abril próximo. **Correio de São Paulo**, São Paulo, 12 de dezembro de 1934, p. 4.

A FEDERAÇÃO Universitária Paulista de Esportes homenageia o senhor secretário da Educação. **Correio de São Paulo**, São Paulo, 25 de maio de 1935, p. 3.

A MOCIDADE UNIVERSITÁRIA e sua nova organização esportiva. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1941, p. 14.

ATLETISMO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 21 de outubro de 1934, p. 6.

BAILE UNIVERSITÁRIO carnavalesco. **Correio Paulistano**, São Paulo, 22 de janeiro de 1936, p. 4.

BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

BRASIL. **Recenseamento geral do Brasil**. v. II. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 1950.

BUENO, Luciano. **Políticas públicas do esporte no Brasil**: razões para o predomínio do alto rendimento. 2008, p. 296. Tese (Doutorado em Administração). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**: o tempo do nacional-estatismo. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 107-144.

COLLEGAS DE TODO BRASIL, S. Paulo vos espera de braços abertos. **Correio Paulistano**, São Paulo, 24 de outubro de 1939, p. 8.

COM A MESMA solenidade da abertura encerra-se hoje a II Olympiada Universitaria Brasileira. **Correio Paulistano**, São Paulo, 07 de abril de 1940, p. 14-15.

COMENTÁRIOS. **O Dia Esportivo**, Curitiba, 1 de outubro de 1941, p. 2.

COMO SERÁ resolvida a pendência do Campo do São Paulo? **Correio de São Paulo**, São Paulo, 26 de junho de 1935, p. 5.

CONSELHO NACIONAL DE ESTUDANTES. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1937, p. 6.

COUTO, Euclides de Freitas. **Da ditadura à ditadura**: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978). Niterói: Editora da UFF, 2014.

DE TUDO UM POUCO. **Correio Paulistano**, São Paulo, 06 de novembro de 1940, p. 8.

DRUMOND, Maurício. **Estado novo e esporte**: a política e o esporte em Getúlio Vargas e Oliveira Salazar (1930-1945). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

DULLES, John. **A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas**: 1938-1945. Rio de Janeiro / São Paulo: Nova Fronteira - EDUSP, 1984.

ESPORTE UNIVERSITÁRIO. **O Estado**, Curitiba, 24 de abril de 1937, p. 5.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). 2 ed. Campinas: Autores Associados; 2012.

INJUSTAS as acusações feitas à Federação Atlética de Estudantes. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1940, p. 12.

LINHARES, Meily Assbú. **A escola e o esporte**: uma história de práticas culturais. São Paulo: Cortez, 2009.

LINHARES, Meily Assbú. **A trajetória política do esporte no Brasil**: interesses envolvidos, setores excluídos. 1996, p. 242. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

MAIS UMA SESSÃO semanal da Federação Universitária Paulista de Esportes. **Correio de São Paulo**, São Paulo, 4 de julho de 1935, p. 3.

MANGAN, James Anthony. **Athleticism in the Victorian and Edwardian Public School: the Emergence and Consolidation of an Educational ideology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981

MANHÃES, Eduardo Dias. **Política de esportes no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

O BRASIL AUSENTE dos Jogos Universitários Internacionais. **O Dia Esportivo**, Curitiba, 5 de julho de 1935. p. 6.

O ESPORTE UNIVERSITÁRIO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 de outubro de 1934, p. 6.

O'HANLON, Timothy. School Sports as Social Training: The Case of Athletics and the Crisis of World War I. **Journal of Sport History**, v. 9, n. 1, p. 5-29, 1982.

OS FLUMINENSES são campeões universitários de natação. **Correio de São Paulo**, São Paulo, 2 de maio de 1935, p. 5.

OS PAULISTAS são campeões olímpicos universitários de futebol. **Correio de São Paulo**, São Paulo, 2 de maio de 1935, p. 4.

PACIFICAÇÃO dos esportes universitários. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 de abril de 1940, p. 12.

PACIFICAÇÃO dos esportes universitários. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 de julho de 1940, p. 12.

PALAVRA das mais autorizadas como o general Newton Cavalcanti falou sobre o amparo do governo ao esporte universitário. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1941, p. 8.

PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

RODRIGUES, Augusto. O esporte universitário no Brasil e no mundo. **Diretrizes**, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1941, p. 2.

SANTOS NETO, José Moraes dos. **Visão do jogo: primórdios do futebol no Brasil**. São Paulo: Cosac & Natify, 2002.

SERÁ PRECISO licença para o universitário disputar campeonato em outras entidades. **Correio Paulistano**, São Paulo, 17 de novembro de 1940, p. 15.

SOB O PATROCÍNIO do Secretário da Agricultura, o esporte universitário paulista será representado nos jogos de Minas Geraes. **Correio Paulistano**, São Paulo, 6 de julho de 1938, p. 8.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. **O esporte universitário paranaense e sua relação com o poder público**. 2006, p. 167. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; et al. Esporte universitário brasileiro: uma leitura a partir de suas relações com o Estado. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 3, p. 131-148, maio 2010.

UM GRANDE torneio colegial de basket-ball promovido pela Federação Atlética de Estudantes. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1933, p. 14.

UMA ASPIRAÇÃO esportiva dos universitários brasileiros. **Correio Paulistano**, São Paulo, 27 de agosto de 1938, p. 15.

ESPORTE E LAZER NO PLANEJAMENTO DE GOIÂNIA, 1933

Jean Carlo Ribeiro

Goiânia, capital do estado de Goiás, começou a ser construída a partir do lançamento de sua pedra fundamental em 1933. Efetivada como município em 1935 e transformada oficialmente em capital em 1937, a cidade foi projetada com uma aposta de ressignificação social para o grupo político ascendente ao poder em Goiás no início da segunda república ainda em 1930.

Projetada a partir de valores higiênicos, para muitos, Goiânia definitivamente incluiria o estado de Goiás na reestruturação da nação proposta pelo governo de Getúlio Vargas que, em tese, passava pela interiorização, unindo o litoral ao sertão, promovendo o equilíbrio das suas regiões, amenizando suas desigualdades. Cidades-metrópoles eram o palco idealizado para a “regeneração humana” e a nova capital planejada, um “símbolo civilizador”, referência desse novo país na hinterlândia brasileira (CHAUL, 1999; CHAUL, 2009).

Incluídas nesse propósito, as práticas físico-esportivas e de lazer compunham o conjunto desse programa político que intencionava cultivar novos hábitos, costumes e experiências que poderiam alimentar uma cultura urbana modernizada (DRUMOND, 2009). Nesse intento, no início da década de 1930, o governo interventor de Goiás convidou o arquiteto, urbanista e paisagista Atílio Corrêa Lima a projetar uma cidade que desvinculasse o estado da imagem de atraso e isolamento da então capital homônima. Em seus traços, a nova cidade deveria influenciar diferentes hábitos e, por consequência, orientar novos sentidos, inclusive e fundamentalmente com respeito às experiências esportivas e de lazer.

Neste contexto, este estudo tem por objetivo compreender a intencionalidade do planejamento de Goiânia, destacando a destinação de espaços públicos voltados para a vivência do esporte e do lazer, presentes no primeiro plano urbanístico da cidade, datado de 1933.

O estudo estrutura-se a partir de procedimento bibliográfico e documental (SOUZA, OLIVEIRA e ALVES, 2021). A definição do espaço e do tempo da pesquisa, obedece uma compreensão histórica a partir de uma dimensão regional, o que não significa uma desatenção a um contexto mais ampliado. Importante destacar o uso de estudos voltados à historiografia tanto goiana, quanto brasileira com enfoque nos anos da era Vargas. Da

mesma forma são utilizados estudos da área de urbanismo que colaboram na descrição do cenário e da conjuntura de ideação da cidade.

Na mesma importância, também foram manuseadas fontes jornalísticas, materializadas através de publicações do jornal *Correio Oficial – Estado de Goiaz*, veículo de comunicação oficial do Estado, notoriamente utilizado como parte do aparato estatal montado para defesa e divulgação do próprio governo. Documentos públicos oficiais (decretos e relatórios) que expressam intenções e iniciativas oficiais do governo goiano em relação à nova capital e sobre o papel do esporte e dos divertimentos na construção do modelo de sociedade pretendido, também foram consultados, colaborando na composição do panorama sociopolítico do estado de Goiás e no cenário de projeção da cidade de Goiânia.

PRELÚDIOS DE UMA CAPITAL

A ascensão de Getúlio Vargas à presidência do Brasil em 3 de novembro de 1930, colocou fim ao período intitulado “república velha”. O novo governo assumiu um discurso político de reestruturação do Estado brasileiro, projetando crescimento econômico e social.

Após ser nomeado como interventor do estado de Goiás, o médico Pedro Ludovico Teixeira assumiu a mesma narrativa, anunciando desenvolvimento e modernização como pautas centrais de sua administração. Desde sua posse, não era segredo o assunto da mudança da sede do governo estadual da histórica cidade de Goiás para uma nova capital, fato que se tornaria a maior bandeira de transformação e progresso goiano. Para o grupo ascendente ao poder em Goiás, um “divisor de águas” entre o “velho” e o “novo” (RODRIGUES, 2015; CHAUL, 2002).

Ao final da década de 1920, a região carregava um simbólico, mas pesado fardo de abandono, isolamento, invisibilidade e atraso próprio da “ruralidade” vinculada à imagem do sertão brasileiro. A então bicentenária cidade de Goiás que vivera da extração do ouro até fins do século XVIII, tinha uma população urbana de pouco mais de 10.000 habitantes. Entroncheada entre os acentuados morros da serra dourada, de relevo acidentado, marcada pela dificuldade de acesso e distante de regiões economicamente mais dinâmicas, era dominada por oligarquias familiares ligadas à pecuária e, aos olhos de muitos, representava o retrato da estagnação vivida pelo estado de Goiás à época (CHAUL, 1999; SANDES E ARRAIS, 2014; OLIVEIRA, 2011; GOMIDE, 1999).

Os goianos, situados em posição periférica em relação aos centros hegemônicos do país, flertavam com o futuro, inspirados por um sentimento de pertencimento à nação.

Uma nação que ainda não reconhecia seu sertão, lugar “[...] do nada, metáfora da ausência, território da barbárie, reino da doença e da preguiça [...]” (PINTO, 2009, p. 41). Na expectativa de “deixar esse lugar”, empenhavam-se em descartar o simbólico, pesado e indesejado fardo do atraso e do isolamento.

O cenário projetado pelo grupo ascendente ia ao encontro de uma nova visão de mundo construída e tida como necessária e fundamental para uma sociedade moderna. A ideia de modernidade, de acordo com Lander (2005, p. 13), captura de forma complexa dimensões básicas do conhecimento tais como:

1) a visão universal da história associada à ideia de progresso (a partir da qual se constrói a classificação e hierarquização de todos os povos, continentes e experiências históricas); 2) a “naturalização” tanto das relações sociais como da “natureza humana” da sociedade liberal-capitalista; 3) a naturalização ou ontologização das múltiplas separações próprias dessa sociedade; e 4) a necessária superioridade dos conhecimentos que essa sociedade produz (“ciência”) em relação a todos os outros conhecimentos.

Os goianos miravam a nova ordem social imposta pelas sociedades liberais industriais, assumindo esse novo comportamento como próprio da natureza humana na busca de uma “evolução”. Assim, era necessário o esquecimento de tudo o que é tradicional e arcaico, sob pena de Goiás jamais sair do patamar de estado “satélite”, ou de “terceira classe” e superar sua experiência histórica sertaneja que impedia o progresso e a modernização desta sociedade (MENDONÇA, 2012)¹.

Elites rurais ascendentes que assumiram o poder em Goiás reproduziram o discurso de dominação europeia, mas, travestido de “regionalidade”, uma forma de auto colonização. Exibindo sua missão civilizadora a partir de um enfoque eurocêntrico, buscavam pensar e organizar a totalidade do tempo e do espaço de um ponto de vista elitista, sob os pilares da experiência e da especificidade histórica e cultural europeia, como sendo esta, uma referência superior e universal.

O elemento modernidade era um dispositivo (colonizador e imperialista) de transformação da sociedade no qual, ao mesmo tempo em que “normalizava” algumas ações, comportamentos e formas de organização e conhecimento da sociedade, tratava outras como diferentes, primitivas, pré-modernas, anteriores ao desenvolvimento histórico dessa sociedade e por isso inferiorizadas (LANDER, 2005). Consequentemente, após esse “despertar”, o sertão goiano seguiria apoiado no seu novo ideal.

Para o grupo ascendente ao poder em 1930, o cenário “decadente e obsoleto”, principalmente da cidade de Goiás, estava com os dias contados. Em 1933, o relatório de 30 meses de intervenção, assinado pelo interventor Pedro Ludovico e dirigido ao governo

1. Mendonça (2012) reproduz as ideias de Joseph Love (1985), Eul-Soo Pang (1979) e Barbosa Lima Sobrinho (1983).

federal provisório, em sua apresentação já demonstrava a preocupação em evidenciar seu posicionamento “revolucionário” e de apoio a Vargas. Trazendo para si o mérito sobre qualquer transformação ou melhoria ocorrida no estado, inclusive sobre aquelas que já estivessem em andamento antes da sua posse, não se descuidou em destacar seu grande trunfo como líder político: a nova capital (TEIXEIRA, 1933, p. 3).

Um estudo técnico sobre a mudança da capital indicou elementos para a construção de um novo espaço urbano, fundamental para uma “regeneração administrativa e política”, assim como para uma “moralização dos costumes”. O “Memorial Haas”, documento de autoria do engenheiro civil Carlos Haas, finalizado e encaminhado a Pedro Ludovico em fevereiro de 1931, apontava 15 condições indispensáveis para a edificação de uma “atraente cidade”. Entre preocupações com relevo, salubridade, jardins, bosques, insolação, arejamento, clima, abastecimento de água potável, instalações sanitárias e de esgoto, energia, matéria prima para construção, abastecimento, fertilidade do solo, vias de comunicação, impossibilidade de inundações e outras catástrofes e até defesa e fortificação da cidade, o último item demonstrava que a prática esportiva estava entre as prioridades da nova capital ao salientar a necessidade da “existência de terrenos adequados para a prática de todos os esportes” (MENDONÇA, 2012).

Após um processo de articulação política e de convergência de fatores em nível local e nacional, Ludovico assinou o decreto 2.737 de 20 de dezembro de 1932, formando uma comissão composta por oito membros e presidida pelo arcebispo de Goiás, Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Um significativo passo para a construção de Goiânia e a mudança da capital. Fatores reverses como a falta de dinheiro e posicionamentos antimudancistas² de grupos de oposição, ao que parece, não intimidaram o interventor no propósito firmado.

À serviço do governo estadual, o engenheiro civil Armando Augusto de Godoy, à época chefe da repartição de urbanismo do Distrito Federal, assinou um relatório em 24 de abril de 1933 validando a área indicada pela comissão para a construção da nova capital do estado nas proximidades da cidade de Campinas. O documento homologava, sem restrições, a decisão da comissão (GODOY, 1933). A pequena localidade urbana (que depois transformar-se-ia em bairro de Goiânia), elevada à categoria de município em 1914, tinha uma população de 3.878 moradores, segundo o censo de 1920 (BRASIL, 1929).

2. Muito utilizado principalmente entre 1932 e 1937, o termo “antimudancista” identificava o posicionamento contrário à mudança da capital. Forças políticas de oposição a Ludovico, aliaram-se a grande parte da população da cidade de Goiás na tentativa de impedir a transferência.



Figura 1 - Vista aérea da cidade de Campinas (1934)

Fonte: Brasil (1942, s/p). Autor do registro não identificado.

A primeira solenidade realizada no sítio de construção da futura capital foi uma missa campal realizada em 27 de maio de 1933. Logo após a celebração, iniciou-se a roçagem e limpeza do campo, provavelmente em local próximo onde seria construído o Palácio do Governo do estado. Entre a solenidade religiosa e o início dos trabalhos, discursos de autoridades presentes. Sem perder a oportunidade, o interventor fez uso da palavra, segundo o jornal *Correio Oficial do Estado de Goiás*, para uma plateia de mais de 600 pessoas (A MUDANÇA, 1933).

O local da missa e da roçagem havia sido definido há alguns dias nos termos do decreto nº 3.359 de 18 de maio de 1933, que apresentou a demarcação da região, fixando as zonas urbana, suburbana e rural, apontando o prazo máximo de dois anos para a mudança definitiva da sede do governo para a nova capital. Faltava o projeto de cidade.

PROJETANDO A NOVA CAPITAL: O ESPORTE E O LAZER EM PAUTA

Após a entrega do relatório que validou terras do município de Campinas como o lugar ideal para a construção de uma nova capital, Armando de Godoy, alegando compromissos no Rio de Janeiro, recusou o convite de Ludovico para o desenho do plano

urbanístico. Surgia então o nome de Atílio Corrêa Lima, à época, único brasileiro com formação em urbanismo e experiência em planejamento urbano (DINIZ, 2007).

Atílio nasceu na cidade de Roma/Itália, lugar em que sua família morou entre 1899 e 1904. Graduou-se em 1925 como engenheiro arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) do Rio de Janeiro. Recém formado, trabalhou na secretaria de obras da prefeitura do Rio de Janeiro, mas em 1926, após vencer o “Prêmio de Viagem à Europa”³, garantiu uma vaga no *Institut d’urbanisme de l’Université de Paris* (IUUP). Durante o período em que morou na França, trabalhou com o urbanista Alfred Agache⁴ na proposta de intervenção urbanística para a cidade do Rio de Janeiro, implantada a partir de 1930 (DINIZ, 2007).

Já na década de 1930, após regressar da Europa, recebeu o convite de Ludovico para desenvolver o projeto urbanístico da nova capital goiana. O contrato formalizou-se com a publicação do decreto nº 3.547 de 6 de julho de 1933, mas o próprio arquiteto, em entrevista ao jornal carioca *Correio da noite* no ano de 1942, afirmou que em 1932 fez uma visita ao município de Campinas com o intuito de estudar o local, a convite do interventor goiano (DINIZ, 2007).

Tendo pela frente o desafio de colocar uma cidade no papel, Atílio não perdeu tempo. O decreto, estipulou um prazo de seis meses para a entrega do projeto completo, além de obrigar a presença constante no canteiro de obras de um sócio da firma “P. Antunes Ribeiro e Comp.”, escritório em que Corrêa Lima era sócio. O arquiteto mudou-se então com a esposa e o filho de 4 anos para uma das três casas de madeira construídas onde futuramente estaria a confluência entre a rua 24 e a avenida Anhanguera, próximo ao córrego Botafogo, atual centro de Goiânia (DINIZ, 2007).

No plano original da cidade o urbanista demonstrou em seus traços a influência do urbanismo clássico, ao mesmo tempo em que projetou ali, seu ideal estético de modernidade, traduzindo em parte os desejos políticos do interventor Pedro Ludovico do “moderno no sertão”. Um esboço desse traçado urbano está exposto no trabalho de Diniz (2007). O destaque em cores feito pela autora, nos dá uma ideia de como a cidade foi pensada a partir de zonas e parques.

3. O “Prêmio de Viagem à Europa” tratava-se de uma bolsa de estudos para um período de cinco anos, ofertada pela Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro (ENBA). Ao retornarem, os agraciados eram incorporados ao quadro de professores da instituição.

4. Arquiteto francês diplomado pela École des Beaux-Arts de Paris em 1905. Fundador da Sociedade Francesa de Urbanistas e para alguns o criador do vocábulo “urbanismo”. Em 1927 foi convidado para conferências sobre o tema no Rio de Janeiro, sendo contratado no ano seguinte para a elaboração de um plano urbanístico para a então capital federal.

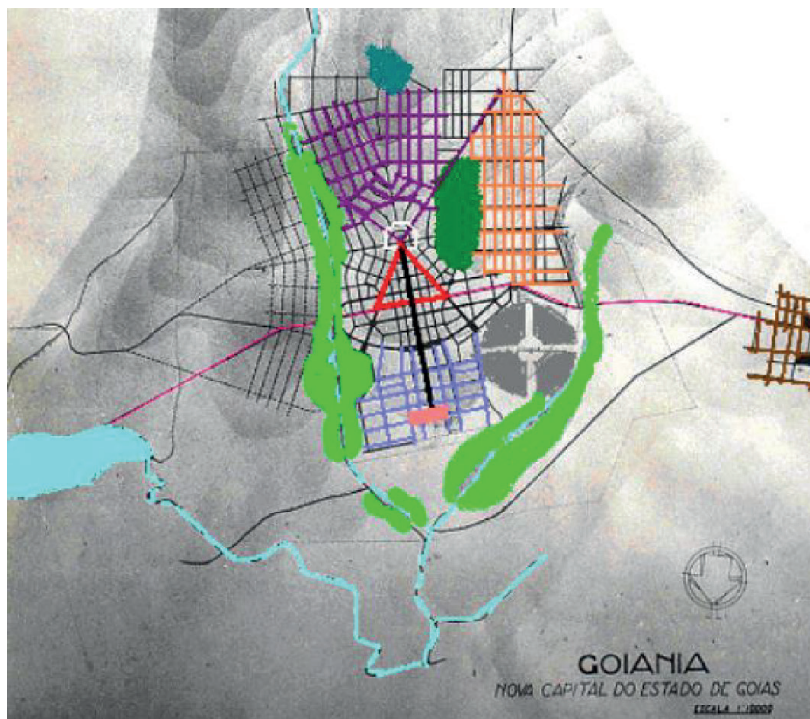


Figura 2 - Esboço do traçado urbano de Goiânia (1933)

Fonte: Diniz (2007, p. 123).

A seta na parte inferior à direita aponta para o norte. Ainda à direita do desenho, na cor marrom, está a cidade de Campinas, cuja praça central (hoje, Praça Joaquim Lúcio), dista aproximadamente 5 quilômetros de onde se iniciariam as obras do Palácio do Governo (hoje Palácio das Esmeraldas), no centro administrativo (em branco), atual Praça Cívica. Na cor preta, o setor Central com destaque para o triângulo em vermelho, cujo vértice localizado no centro administrativo, dá origem às avenidas Araguaia, Goiás e Tocantins. A avenida Anhanguera forma a base do triângulo no eixo leste-oeste, apropriando-se de parte do traçado da antiga estrada de rodagem (linha cor-de-rosa), que ligava a cidade de Campinas a Leopoldo de Bulhões (em 1933, distrito do município de Bonfim).

Atílio deslocou o marco inicial (centro administrativo), para um ponto mais ao norte do que estaria proposto por Armando de Godoy em seu relatório de validação da escolha do lugar. A ideia era aproximar o curso da avenida Anhanguera ao traçado da estrada, aproveitando a mesma como elemento de ligação entre a nova capital e seu futuro bairro (PIRES, 2005).

Em cinza, está o aeródromo⁵ com suas duas pistas ortogonais em formato de “cruz” nos sentidos norte-sul e leste-oeste. Cada uma possuía 1 quilômetro de extensão por 100 metros de largura. A área em lilás ao lado das pistas, denominada de “setor Norte”, era destinada a uma zona industrial, próxima ao terminal ferroviário (em salmão). Em roxo, o “setor Sul” (zona residencial que jamais existiu à maneira traçada por Atílio⁶), tendo logo acima, em azul-turquesa, o “Parque Paineira”, área verde de 16 hectares (ha)⁷ localizada no ponto mais elevado do projeto, onde ficava o reservatório de água da cidade (DINIZ, 2007).

Outros parques (em verde) protegiam nascentes e matas nativas. Em tom mais escuro, separando a parte central da cidade do “setor Oeste” (em laranja), o “Parque dos Buritis”, que com seus 40ha, destinava-se à preservação de uma nascente, que represada, formaria um lago recreativo. Já em verde-limão, os *park-ways*, áreas lineares destinadas à preservação das matas ciliares dos córregos Botafogo (à esquerda da imagem) e Capim Puba (à direita). Ao final da avenida Anhanguera, Atílio planejou uma entrada ao parque Botafogo. Planejado para ser o maior e principal parque da cidade com uma área de 54ha, possuía “caminhos naturais” que, segundo Atílio, poderiam proporcionar lazer à população (DINIZ, 2007).

A leste, na margem direita do córrego Botafogo, o urbanista propôs a abertura de um outro loteamento, já prevendo uma expansão da cidade (em cinza). De acordo com o descrito no decreto nº 3.547, o projeto deveria indicar na planta, espaços para comportar uma população de 50.000 habitantes, apesar de inicialmente estar obrigado a projetar detalhadamente uma área para 15.000 “almas”.

A nordeste, a contenção do rio Meia Ponte formaria a “represa do Jaó” (em azul-claro, à esquerda da imagem), fonte para a usina hidrelétrica de geração de energia para a cidade. Os 4km de comprimento e 500m de extensão em seu ponto mais largo, levaram Atílio a pensar no local como um “centro de atrações esportivas”, ideal para a prática de diferentes esportes aquáticos e mais um espaço de lazer para a população. Propondo medidas de saneamento, reflorestamento e defesa da salubridade pública da área, indicou a construção de uma “Avenida Parque” contornando a represa. De acordo com o urbanista, as águas da represa também poderiam ser utilizadas como local de pouso e decolagem de hidroaviões. A marca de paisagista destacava-se na valorização de espaços ajardinados,

5. Pista do aeroporto aberta em 1935. A partir da inauguração do novo aeroporto de Goiânia (Santa Genoveva), em 1955, na região da antiga pista surgiu um bairro denominado de “setor Aeroporto”.

6. Em 1935, após Atílio entregar seu relatório final do plano diretor e voltar ao Rio de Janeiro, Armando de Godoy, a convite do escritório Coimbra Bueno & Cia. (que assumiu as obras da cidade), planejou um novo setor Sul inspirado nas cidades-jardins da Europa, contrapondo as linhas retas traçadas por Atílio no primeiro traçado urbano.

7. Um hectare, representado pelo símbolo “ha”, é uma unidade de medida de área equivalente a 10.000 metros quadrados.

como praças, vias públicas e estacionamentos arborizados para veículos. A avenida Pedro Ludovico (rebatizada como avenida Goiás em 1935), “Eixo Monumental” projetado para ligar o centro administrativo à estação férrea, tinha no projeto original, 45% de sua área ajardinada e arborizada (DINIZ, 2007).

Trabalhando com o conceito de áreas livres, os setores indicados para abrigar a primeira fase de povoação da cidade (15.000 habitantes) foram contemplados com *playgrounds* (áreas internas nas quadras residenciais). Ao todo, o primeiro plano urbanístico da nova capital contemplava 1.082ha, dos quais 375 (aproximadamente 35%) eram destinados a áreas públicas. Para a vivência do lazer e da recreação, foram direcionados 162ha, ou seja, quase 15% de toda a área urbanizada da cidade, e 43% de seu espaço público. Além disso, a generosa oferta de parques faria a nova capital apresentar uma excelente relação de área verde por habitante (ACKEL, 2007).

Especificamente em relação aos esportes, Atílio planejou uma área de 8ha voltada para a prática de diferentes modalidades (MEDEIROS, 2010). Um complexo, nomeado de “Estádio Municipal”, foi localizado ao lado da extremidade sul do aeródromo no encontro entre as avenidas Paranaíba e Anhanguera. A praça esportiva era formada por campo de futebol, pistas para atletismo, corridas e jogos atléticos, arquibancada (voltada para o nascente), 12 quadras de tênis, piscina e sede social (DINIZ, 2007).

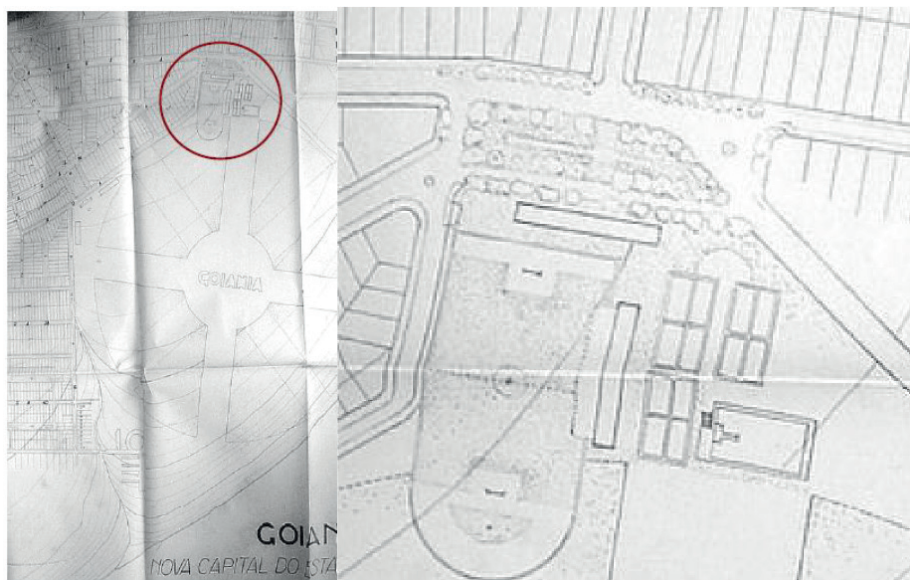


Figura 3 – Complexo esportivo do Estádio Municipal

Fonte: Arquivo Corrêa Lima. Disponível em: Diniz (2007, p. 145).

Evidenciando símbolos de uma sociedade segregadora, o urbanista também sugeriu a fundação de um clube exclusivo para o divertimento das elites da nova capital. Para atender tal demanda, apontou a necessidade de uma área com espaço suficiente para a construção de uma sede social com salão de festas, pavilhão de apartamentos para hóspedes, garagens, além das quadras de tênis e piscina (DINIZ, 2007). Tal indicação, concretizou-se em 1935, quando uma outra área na avenida anhanguera ao norte do “Parque dos Buritis” foi doada pelo estado de Goiás a uma associação civil constituída para reunir a “alta classe goianiense”, proporcionando-lhes atividades esportivas, de lazer e convívio (AUTOMÓVEL, 1935). Os associados ao “Automóvel Club de Goiaz” inauguraram ali sua sede em 1937.

O “Estádio Municipal” projetado por Atílio jamais saiu do papel, considerando sua ideia e localização original. Somente em 07 de agosto de 1940, por ocasião da visita do presidente Getúlio Vargas à Goiânia (primeiro presidente da república a pisar solo goiano), é que foi lançada a pedra fundamental de um estádio na mesma avenida Paranaíba, mas na esquina com a rua 74, a pelo menos 700 metros do local indicado no pioneiro plano urbanístico (O PRIMEIRO, 1940).

Talvez influenciada pela postura populista de Getúlio Vargas, durante a década de 1930, tornou-se comum entre gestores públicos de diferentes regiões do país, uma tendência em utilizar os esportes (especialmente o futebol), como forma de aproximação com a população. No Rio de Janeiro, por exemplo, esta década foi marcada pelas inúmeras concessões a clubes de futebol operários e populares, pedidos que até 1929 eram pouco apreciados, tendo atenção apenas as solicitações feitas por clubes de representação de elites locais (PEREIRA, 1998). O início da era Vargas marcou uma planejada popularização do esporte ocorrida com a chancela do Estado, dando a estas práticas um trato político e ideológico inédito até então, colocando-o à serviço do projeto de nação da nova república.

No planejamento da nova capital goiana, o governo interventor não perdeu a oportunidade de manifestar sua atenção ao esporte, situação pouco demonstrada por seus antecessores. Apoiado em ideais médico-higienistas que já influenciavam diferentes segmentos da sociedade goiana, entre eles o esportivo, Ludovico tornou-se um expoente na história de Goiás ao contribuir para que os *sports* fossem cada vez mais propagados como fundamentais na reconstrução de hábitos e regeneração de costumes, elementos, segundo ele e o grupo emergente, necessários para alavancar o progresso e o desenvolvimento.

A previsão de espaços voltados à prática esportiva e de lazer, foi norteada pelo conteúdo do decreto nº 3.547 de 6 de julho de 1933, o mesmo que definiu Atílio Corrêa Lima como o encarregado pelo projeto inicial. O documento, além de indicar a divisão do projeto urbanístico e o que deveria conter no esboço geral do traçado da nova capital,

em seu item terceiro, letra “e”, como parte da organização do plano diretor da cidade, destacou a previsão de terrenos para esportes e recreio além de outros espaços como sistemas de parques, jardins, “ruas jardins” e indicações sobre a arborização das ruas que, em tese, seriam acolhedores a momentos de lazer, passeio, descanso e divertimento da futura população.

Ao contemplar a dimensão esportiva, o decreto se afinou à tendência identificada ao longo do governo Vargas, de ampliação do apoio e intervenção estatal sobre as manifestações culturais brasileiras, com grande atenção às práticas físicas e esportivas, muito em função da popularidade e capacidade mobilizadora de eventos com esse caráter. A participação direta e indireta de um grande número de pessoas facilitou a propagação de ideais nacionalistas, que consideravam o regionalismo e a diversidade cultural um empecilho para o fortalecimento de uma unidade nacional (MACEDO; SILVA; CAPRARO, 2003).

O estreitamento da relação de Vargas com regimes políticos tais como os chefiados por Adolf Hitler na Alemanha e Benito Mussolini na Itália, que utilizavam largamente o esporte como um instrumento de propaganda política e ideológica, pode ter influenciado no entendimento e na replicação dessa proposta em terras brasileiras. A inovação veio com o objetivo de organizar, patrocinar, promover e, conseqüentemente, manter o controle sobre as atividades esportivas (DRUMOND, 2009). Trabalhando com a ideia do “novo” e com a figura do líder carismático que conduzia seu povo à construção de uma “nova” identidade, que por meio de “novos” hábitos, seriam impulsionados a um “novo” momento histórico, essa política de massas bastante utilizada na década de 1930, buscava “legitimar” o caráter mobilizador do esporte, um fenômeno que reunia pessoas em torno de “ícones” (heróis esportivos vencedores), representantes de uma sociedade “forte e virtuosa”.

Pedro Ludovico, fiel a ideais higienistas (forte justificativa para a mudança da capital), e em sintonia com o discurso do governo federal, no já citado relatório de 30 meses de seu governo, enviado a Vargas em 1933, descreveu sua inquietação com o “serviço de higiene” no sertão goiano, alertando o governo sobre a “[...] situação de penúria, de rotina, de atraso neste particular [...]”, ressaltando as “[...] condições miseráveis em que vegeta o nosso trabalhador rural [...]” e a “[...] necessidade de se lhe proporcionar amparo profilático e terapêutico”. Complementou: “Urge valorizar o brasileiro, dando-lhe músculos fortes, organismo hígido e cérebro lúcido” (TEIXEIRA, 1933, p. 61 e 62).

Aos olhos do interventor, a construção da nova capital representava mais que um símbolo, a concretização dessas mudanças. A cidade era urbanisticamente pensada para atender expectativas e necessidades da “nova sociedade” pretendida. O lazer e os divertimentos, conseqüentemente foram inseridos entre as novidades e o esporte,

especificamente, prognosticado como uma prática organizada, estruturada e, notoriamente no caso goiano, regulada e incentivada pelo estado.

Essa inclinação ficou evidente no discurso do interventor no dia 24 de outubro de 1933, data de lançamento da pedra fundamental da nova capital escolhida com a intenção de vincular ainda mais os atos do governo interventor ao movimento revolucionário que tomou o poder no País havia exatos três anos. Dezenas de figuras políticas e personalidades de diversas representações sociais, tanto da cidade de Goiás quanto de cidades do interior se deslocaram em caravanas rumo à Campinas para a solenidade que, segundo o *Correio Oficial do Estado de Goiaz*, foi o “[...] prenúncio de uma era das mais promissoras realizações de progresso em nossa terra natal”. Segundo o jornal, esteve presente “[...] incontável massa popular [...]”, considerando, além das autoridades, “[...]quase a totalidade da população de Campinas” (NOVA, 1933, p. 7 e 8).

Ludovico, por meio do decreto 3.929 de 21 de outubro de 1933, decretou ponto facultativo em todas as repartições públicas estaduais, não somente no dia 24, mas também nos dias 23 e 25. Isso favoreceu a movimentação de pessoas e veículos na, até então, pacata cidade de Campinas. No dia 24, ainda pela manhã, as atividades iniciaram-se com a missa campal, que precedeu o ritual de lançamento da pedra fundamental da cidade e do futuro Palácio do Governo.

Ao discursar, o interventor trouxe para si todo o mérito do ato, citando contrariedades, dificuldades e, principalmente, o enfrentamento àqueles contrários à mudança. Mesmo tendo concretamente somente uma pedra em meio a uma clareira aberta na mata, vangloriava-se por colocar os interesses do povo acima dos seus e, principalmente, por idealizar aquilo que já havia sido sonhado por muitos, mas que só ele realizara (NOVA, 1933).

Citou o sucesso de outras capitais planejadas como Aracaju e Belo Horizonte, segundo ele, construídas no mesmo contexto de dificuldade financeira, mas que já gozavam de certa estabilidade econômica. Conclamando o trabalho coletivo, projetou um futuro próspero, ressaltando as qualidades naturais da região onde seria construída a nova capital, prevendo para dali a cinco anos a presença de “[...] alegres vivendas em que os preceitos de higiene se casarão com o conforto e beleza da arquitetura” (NOVA, 1933, p. 8).

Em relação aos esportes e divertimentos, citou os espaços ajardinados projetados, ambientes próprios para os habitantes esparecerem e as crianças se distraírem. Confirmando a tendência expressa no decreto 3.547 e nas plantas iniciais da cidade, destacou a topografia do local que, segundo ele próprio, facilitaria o cultivo de “todos os esportes”, principalmente aqueles já praticados pela população. Disse que nenhum terreno

era mais apropriado à equitação, não se esquecendo dos esportes aquáticos, que poderiam ser praticados nos leitos do ribeirão Anicuns e do rio Meia Ponte (NOVA, 1933, p. 8).

Apesar da solenidade, dos aplausos e de todo o otimismo e projeções, a realidade contrastava com a retórica. Naquele 24 de outubro de 1933 não havia sinais concretos de que naquele lugar se edificaria uma cidade. O que se via era uma área desmatada. Não havia traçado de ruas, muito menos demarcações. Caminhos pisados, conhecidos como “trieiros”, faziam a ligação de 900 metros entre o local de início das obras e as casas de madeira construídas pelo estado para abrigar os primeiros funcionários (como Atílio e sua família).

O ambiente precário e insalubre tão criticado e condenado por Ludovico na cidade de Goiás e que justificou a necessidade de uma nova cidade, logo de início já era uma realidade no canteiro de obras da nova capital. Sem demonstrar inquietação com o cenário em construção, Ludovico não desviou-se de seus planos, indicando que o grupo interventor mantinha-se firme em seus propósitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova capital foi arquitetonicamente planejada para atender as expectativas e necessidades de uma “nova sociedade”. Consequentemente, o esporte e o lazer foram tratados como práticas fundamentais a esse propósito. Empenhados na construção de novos símbolos para o cotidiano e no “cosmopolitismo” dos grandes centros urbanos como arquétipo civilizador, o esporte e o lazer foram tratados pelo grupo político situacionista como fortes componentes simbólicos, usados para confrontar hábitos considerados “atrasados” e incompatíveis com os ideais de progresso estabelecidos.

O envolvimento do governo interventor com essas pautas a partir de 1930, foi evidenciado e materializado na destinação de espaços e aplicação de recursos em estruturas esportivas e de lazer. Selecionados como símbolos de modernização, estes elementos foram incluídos na proposta de uma cultura atlética e apresentados no planejamento da cidade.

Apesar do idealismo, parte das intenções implícitas no traçado urbano de Goiânia esboçado por Atílio Corrêa Lima em 1933, ficaram comprometidas ao longo do tempo, sofrendo modificações e adaptações, ora por dificuldades econômicas, ora por mudanças de interesses e prioridades. Outros aspectos, concretizados total ou parcialmente, também foram reconfigurados com o tempo, atendendo às tendências e/ou novos comportamentos sociais relativos ao esporte e ao lazer.

Mesmo com este comprometimento que viria a acontecer, a inserção de elementos associados ao esporte e aos divertimentos chamam a atenção no traçado urbano inicial da cidade. Certamente tais ideias contribuíram para o início de um ciclo de transição no estado, largamente tratado na historiografia goiana como de significativa transformação estrutural, sociocultural, política e econômica.

REFERÊNCIAS

A MUDANÇA da capital goiana: Missa campal. *Correio Oficial*: Estado de Goiaz, Goiaz, ano LXXVIII, n. 2.487, p. 8, 1 jun. 1933.

ACKEL, L. G. M. *Atílio Correa Lima: uma trajetória para a modernidade*. 2007. 342 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de arquitetura e urbanismo, USP, São Paulo, 2007.

AUTOMÓVEL Clube de Goiaz: Estatutos. Aprovados em 29 de agosto de 1935. *Correio Oficial – Órgão dos poderes do Estado de Goiaz*, Goyaz, GO, ano LXX, n. 3.074, p. 2-4, 4 set. 1935.

BRASIL. *Recenseamento do Brasil. Realizado em 1º de setembro de 1920*. Volume IV (4ª parte). População. População do Brazil por Estados, Municipios e Districtos, segundo o gráo de instrução, por idade, sexo e nacionalidade. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio – Directoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1929.

BRASIL. *Goiânia*. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1942.

CHAUL, N. F. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

CHAUL, N. F. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

CHAUL, N. F. Goiânia: a capital do sertão. *Revista UFG - Dossiê cidades planejadas na hinterlândia*, Goiânia, ano XI, n. 6, p. 100-110, jun. 2009.

DINIZ, A. *Goiânia de Atílio Corrêa Lima (1932-1935) – Ideal estético e realidade política*. 2007. 240 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UNB, Brasília, 2007.

DRUMOND, M. Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 398-421, jul./dez. 2009.

GODOY, A. A. de. A mudança da capital do estado. Relatório apresentado ao sr. dr. interventor federal em Goiaz, pelo engenheiro urbanista dr. Armando de Godoi, relativo à construção da nova capital do Estado de Goiaz nas proximidades da cidade de Campinas. 24 abr. 1933. *Correio Oficial – Estado de Goiaz*, Goiaz, GO, ano LXXVII, n. 2.470, p. 3-7, 11 maio 1933.

GOIAZ. Decreto nº 3.359 de 18 de maio de 1933. *Arquivo histórico do estado - Secretaria de Estado da Cultura (SECULT Goiás)*. Caixa nº 1 – Pedro Ludovico Teixeira, 1932, 1933, 1934, 1935 – Decretos: mudança da capital. Governo Pedro Ludovico Teixeira. 1933.

GOIAZ. Decreto nº 3.547 de 6 de julho de 1933. *Arquivo histórico do estado - Secretaria de Estado da Cultura (SECULT Goiás)*. Caixa nº 1 – Pedro Ludovico Teixeira, 1932, 1933, 1934, 1935 – Decretos: mudança da capital. Governo Pedro Ludovico Teixeira. 1933.

GOIAZ. Decreto nº 3.929 de 21 de outubro de 1933. *Arquivo histórico do estado - Secretaria de Estado da Cultura (SECULT Goiás)*. Caixa nº 1 – Pedro Ludovico Teixeira, 1932, 1933, 1934, 1935 – Decretos: mudança da capital. Governo Pedro Ludovico Teixeira. 1933.

GOMIDE, C. H. *Centralismo político e tradição histórica: cidade de Goiás (1930-1978)*. 1999. 227 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) - Universidade Federal de Goiás, 1999.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, E. (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoAmericanas*. Buenos Aires/Argentina: CLACSO, 2005. p. 8-23.

MACEDO, R. L.; SILVA, C L. da; CAPRARO, A. M. *O esporte no estado novo: esclarecimentos sobre a formação de categorias estabelecidos e “outsiders”*. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL – PROCESSO CIVILIZADOR. 7., 2003, Piracicaba/SP. *Trabalhos*. Londrina/PR: Grupo de Pesquisa Processos Civilizadores. Disponível em: <http://www.fef.unicamp.br/sipc/anais7/Trabalhos%5CxO%20esporte%20no%20estado%20no%20vo%20.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.

MEDEIROS, W. de A. *Goiânia metrópole: sonho, vigília e despertar (1933/1973)*. 2010. 333 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de História, UFG, Goiânia, 2010.

MENDONÇA, J. G. C. *O outro lado da mudança da capital de Goiás*. 2012. 372 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, 2012.

NOVA Capital do Estado: As solenidades de cravação da pedra fundamental – O discurso do dr. Interventor Federal – Outras notas. *Correio Oficial*: Estado de Goiaz, Goiaz, ano LXXVIII, n. 2.593, p. 7 e 8, 27 out. 1933.

O PRIMEIRO contato do presidente Getúlio Vargas com o povo goiano. *Correio Oficial*: Órgão dos Poderes do Estado de Goiaz, Goiânia, ano 103, n. 4.059, p. 1-3, 8 ago. 1940;

OLIVEIRA, A. M. V. de. A percepção da mudança: os registros na cidade de Goiás. *História*. São Paulo, v. 30, n.1, p.189-208, jan./jun. 2011.

PEREIRA, L. A. de M. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. 1998. 380 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1998.

PINTO, R. N. *Goiânia, no ‘coração do Brasil’ (1937-1945): a cidade e a escola re inventando a nação*. 2009. 364 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 2009.

PIRES, J. R. *Goiânia – La Ciudad Premoderna del “Cerrado” (1922-1938): Modernidad y Ciudad Jardín en la urbanística de la nueva capital del Estado de Goiás*. 2005. 374 f. Tese (Doutorado em Teoría e Historia de la Arquitectura) – Departamento de Composición Arquitectónica, Escola Técnica Superior D’Arquitectura de Barcelona, Universitat Politècnica de Catalunya, 2005.

RODRIGUES, F. R. História política de Goiás: o governo de Pedro Ludovico Teixeira e a dominação tradicional. *Multi-Science Journal*. Urutai/GO, v. 1, n. 2, p. 3-12. 2015.

SANDES, N. F.; ARRAIS, C. A. A historiografia goiana entre dois tempos: Goiás e Goiânia. *Revista Opsiis*, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 399-414, jan./jun. 2014.

SOUSA, A. S. de; OLIVEIRA, G. S. de; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. *Cadernos da Fucamp*, v. 20, n. 43, p. 64-83/2021.

TEIXEIRA, P. L. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. presidente da república pelo dr. Pedro Ludovico Teixeira - 1933. *Arquivo histórico do estado - Secretaria de Estado da Cultura (SECULT Goiás)*. Caixa nº 5. Relatórios – Goiás. 1928 – 1951. Relatórios de governos. 1933.

ANDREZA GONSALEZ RODRIGUES MOTA é pesquisadora, professora e tutora educacional. Mestre no Programa Interdisciplinar em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desde julho de 2018, da qual foi bolsista CAPES; pós-graduada em Administração e Marketing Desportivo pelo Instituto Brasileiro de Formação; licenciada e bacharel em Educação Física pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, se interessa por temáticas relacionadas a história e memória do Lazer; atuação profissional e transformação digital da Educação Física.

CLEBER DIAS é Professor da Universidade Federal de Minas Gerais, onde coordena o Grupo de Pesquisa em História do Lazer. É autor de artigos e livros sobre o assunto, dentre os quais, "Histórias do lazer nas Gerais" (Editora UFMG) e "História das indústrias culturais em Minas Gerais" (Mercado das Letras).

DANILO DA SILVA RAMOS é Mestre em Estudos do Lazer pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, atualmente é secretário deste curso. Desenvolve discussões sobre os divertimentos das Pessoas Negras no Brasil e pesquisas relacionadas aos temas das negritudes e lazer.

ELISA SALGADO DE SOUZA é Professora da rede municipal de Educação de Contagem/MG. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (2017). Especialista em Educação pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal de Minas Gerais (2015).

FÁBIO SANTANA NUNES é Graduado em Educação Física pela Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS, mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia e doutor em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais. É professor do Mestrado em História e curso de Educação Física da UEFS. Membro da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos do Lazer-ANPEL e da Associação Nacional de História – ANPUH. Integrante do Grupo de Pesquisa em História do Lazer-HISLA. Sócio do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte - CBCE. É um dos organizadores dos livros Lazer e meio ambiente: pesquisa, extensão e práticas pedagógicas (Kelps, 2019) e Políticas Públicas de Lazer no Interior da Bahia (Eulim, 2017). Autor do livro Os Lugares Vazios nas Aulas de Educação Física (CRV, 2016).

JEAN CARLO RIBEIRO Natural de Goiânia. Atualmente é professor na Universidade Federal do Tocantins (UFT) e reside na mais jovem capital brasileira, Palmas. Possui graduação, especialização e mestrado em Educação Física e doutorado em Estudos do Lazer. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Esporte e Desenvolvimento Motor (GEPEDEM), tem buscado compreender o desenvolvimento histórico do fenômeno esportivo nos sertões brasileiros, em especial na região dos estados de Goiás e Tocantins.

MARCIAL COTES é Professor adjunto da Universidade Estadual de Santa Cruz onde coordena o Grupo de Pesquisa Manifestações de Lazer e Aventura na Natureza (MALAN). Suas últimas publicações são: O esporte em Ilhéus e a consolidação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (COTES et al., 2022); Trilhas Interpretativas em áreas de Mata Atlântica:

um diagnóstico a partir de fotografias hemisféricas (COTES; ERLER; MIELKE, 2021); e O legado de Niède Guidon no semiárido brasileiro: a percepção de condutores de visitantes do Parque Nacional Serra da Capivara (COTES et al., 2021). (COTES, Marcial; PAIVA, Leandro; SOARES, Artemis de Araújo; JUSTAMAND, Michel; OLIVEIRA, Gabriel; ALMEIDA, Vitor José Rampaneli de. Rock art: arte rupestre: a cultura corporal do movimento antes do Brasil. *Movimento*, v. 29, p.e29002, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.126910>) (SILVA, B. D.; COTES, Marcial. Foi um Rio que passou em minha vida: Ilhéus e a busca da modernidade (1921 – 1930). *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História da PUC/SP*, 2023)

ROMILDA APARECIDA LOPES é Doutora e mestre em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atualmente, está como professora substituta do Departamento de Turismo da Universidade de Juiz de Fora (UFJF). Co-líder do Grupo de Trabalho e Pesquisa em Educação e Lazer - D'ELAZ (UFJF); Integrante do Grupo de Pesquisa em História do Lazer – HISLA (UFMG). Atualmente realiza pesquisas relacionadas aos estudos concernentes ao lazer, turismo, educação, patrimônio e cinema.

VERÔNICA TOLEDO FERREIRA DE CARVALHO e possui graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Lavras, Mestrado em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é Doutoranda em Estudos do Lazer pela UFMG e seus maiores interesses como pesquisadora são os estudos históricos do lazer e do esporte.

VITOR LUCAS DE FARIA PESSOA é Professor do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais, Doutor em Estudos do Lazer (UFMG). Desenvolve pesquisas no campo da história do esporte e dos divertimentos no Brasil.



HISTÓRIAS DO LAZER NO BRASIL (1877-1956)

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2023



HISTÓRIAS DO LAZER NO BRASIL (1877-1956)

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2023